

**As Perífrases Verbais no
Português Europeu Contemporâneo**

Helena Isabel Alzamora

Tese de Doutoramento em Linguística

Março, 2018

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

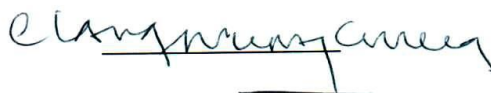
O candidato,



Lisboa, 21 de novembro de 2017

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,



Lisboa, 21 de novembro de 2017

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Linguística, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Clara Nunes Correia.

À minha filha

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero manifestar a minha profunda gratidão à Professora Doutora Clara Nunes Correia pela orientação desta dissertação. Agradeço, reconhecida, a imensa sabedoria, a constante disponibilidade, as leituras atentas da dissertação e as sugestões de alterações, o confronto de ideias, a crítica justa, a exigência e o rigor. Agradeço, também, a atitude desafiadora, o incentivo, a confiança que em mim depositou, o enorme sentido de humor, que tanto aprecio e admiro, e a amizade. A sua orientação foi preciosa para a consecução deste trabalho de investigação.

A todos os colegas do Grupo Gramática & Texto do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, agradeço as intervenções, sugestões e comentários que fizeram na discussão das comunicações que apresentei nos WGT (*Workshops em Gramática e Texto*) e nos GRATO (*International Conference on Grammar & Text*), pelo estímulo e pelos contributos que deram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento desta dissertação. Um muito obrigado, também, à Blažka Müller Pograjc, pela etiquetagem dos exemplos do esloveno que se apresentam na Parte II da dissertação.

Quero, ainda, reconhecer e agradecer, às minhas amigas e aos meus amigos, o incentivo, a compreensão e a ajuda, sobretudo em períodos de maior cansaço.

Por fim, mas não no fim, à minha família, quero expressar o meu enorme reconhecimento pelo carinho e pelo apoio incondicional.

AS PERÍFRASES VERBAIS NO PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO

HELENA ISABEL ALZAMORA

RESUMO

O presente trabalho centra-se na análise de sequências linguísticas em que ocorrem as construções < V prep Vinf >, designadas, tradicionalmente, perífrases verbais com valor aspetual. O objetivo central desta tese é, assim, a explicação do funcionamento das perífrases verbais do português europeu contemporâneo.

Com base nos pressupostos da Teoria Formal Enunciativa, proposta por, e.o., Culioli (1990; 1999), a análise semântica destas construções assenta numa perspetiva transcategorial, isto é, na interrelação e na interdependência de diferentes categorias gramaticais, como o Tempo, o Aspeto, a Modalidade e a Determinação.

A perspetiva de investigação que se assume nesta tese articula-se com propostas desenvolvidas no âmbito de outros quadros teóricos. O recurso a diferentes perspetivas de análise permite explicar de forma mais abrangente o funcionamento das perífrases e distinguir os valores por elas marcados em diversos contextos linguísticos.

A partir da classificação tipológica dos predicadores, defende-se, globalmente, que as perífrases são marcadores aspetuais e que o valor final das situações é ativado pela composição dos vários elementos que integram estas construções. Visa-se, contudo, mostrar, neste trabalho, que o valor aspetual de uma perífrase não é estável e que os diferentes valores associados a estas construções resultam de interdependências que se processam ao nível das operações predicativas e enunciativas. Mostra-se, ainda, que a natureza semântica heterogénea das perífrases decorre da interdependência e deformabilidade das formas que as integram, em interação, bem como da deformabilidade das próprias construções desencadeada pelas configurações em que ocorrem.

O trabalho aqui realizado sobre as perífrases verbais põe, também, em evidência que estas construções se caracterizam por propriedades topológicas, atuando como marcadores de operações, o que permite associar uma ocorrência a uma zona do domínio de uma noção. Por sua vez, ao interagir com configurações mais latas, desencadeiam localizações e determinações de natureza categorial diversa. Por essa razão, defende-se que as perífrases são construções duplamente complexas, com um estatuto híbrido, já que são, simultaneamente, marcadores de noções lexicais e gramaticais.

Enquanto predicação complexa, uma perífrase é afetada pelas propriedades ativadas pelo esquema relacional das formas que integram a construção [X Rprep Y], interagindo com as propriedades ativadas pelo esquema relacional que se estabelece entre a construção, no seu todo, e a Determinação dos argumentos C_0 e C_1 . Esta perspectiva de análise permite defender que as perífrases são marcadores transcategoriais, ao desencadearem localizações e determinações de natureza categorial diversa.

A natureza heterogênea destas construções decorre, então, de uma rede de operações complexas que poderá corresponder à seguinte representação: a [= C_0] r [= X (= V) R (= prep) Y (= Vinf))] b [= C_1].

Com a proposta de análise que se desenvolve ao longo deste trabalho, pretende-se pôr em evidência que as relações que se estabelecem entre a determinação verbal e a determinação nominal são intrinsecamente necessárias para a explicação do funcionamento destas construções.

PALAVRAS-CHAVE: Perífrases verbais, Auxiliaridade, Tempo, Aspeto, Modalidade, Determinação, Domínio nocional, Topologia Discreto-Denso-Compacto.

VERBAL PERIPHRASES IN CONTEMPORARY EUROPEAN PORTUGUESE

HELENA ISABEL ALZAMORA

ABSTRACT

The present work focuses on the analysis of linguistic sequences in which the <V prep Vinf> constructions occur, traditionally called verbal periphrases with aspectual value. Therefore the central aim of this thesis is to explain the functioning of verbal periphrases in contemporary European Portuguese.

Based on the assumptions of the Theory of Enunciative Operations, proposed by Culioli (1990; 1999), among others, the semantic analysis of these constructions is laid on a cross-categorical perspective, which corresponds to the interaction and interdependence of different grammatical categories, such as tense, aspect, modality and determination.

The research perspective in which this thesis is based is articulated with proposals developed within the framework of other theories. The use of different perspectives of analysis allows a more extended explanation of the periphrases and a better distinction of their semantic values in different linguistic contexts.

From the point of view of the typological classification of the predicates, it is generally argued that periphrases are aspectual markers and that the final value of situations is activated by the composition of the various elements which make up these constructions. However, the purpose of this work is to show that the aspectual value of a periphrasis is not stable and that the different values associated to these constructions are the result of interdependencies that are processed at a predicative and enunciative operations level. It is also shown that the heterogeneous semantic nature of periphrases derives from the interdependence and deformability of the forms that interactively integrate them, as well as the deformability of the constructions themselves, triggered by the configurations in which they may occur.

The work hereby developed on the verbal periphrases also shows that these constructions are characterized by topological properties, acting as markers of operations, which allows associating an occurrence with a fraction of a notional domain. In turn, when interacting with wider configurations, the periphrases trigger locations and determinations of varied categorial nature. Thus, it is argued that periphrases are constructions of double complexity, having a hybrid status, since they are markers of both lexical and grammatical notions.

As a complex predication, a periphrasis is affected by the properties activated by the relational scheme of the construction forms [X Rprep Y], which interacts with the properties activated by the relational scheme established between the

construction, as a whole, and the Determination of the arguments C_0 and C_1 . This perspective of analysis allows defending that the periphrases are cross-categorial markers, by activating locations and determinations of diverse categorial nature.

The heterogeneous nature of these constructions derives from a network of complex operations that may correspond to the following representation: $a [= C_0] r [= X (= V) R (= \text{prep}) Y (= \text{Vinf}))] b [= C_1]$.

As a consequence of this approach, the proposal presented throughout this work aims at emphasizing that the relations established between the verbal determination and the nominal determination are intrinsically necessary to the explanation of the behaviour of these constructions.

KEYWORDS: Verbal Periphrases, Auxiliary, Tense, Aspect, Modality, Determination, Topology Discrete-Dense-Compact

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Perífrases verbais – objetivos e relevância	1
2. Enquadramento teórico	6
3. Metodologia	9
3.1. Perspetiva e dados da análise	9
3.2. Organização do trabalho	10
4. Aspetos formais - organização e notação dos dados	14
 PARTE I	
O que é uma perífrase?	
Estado da arte e delimitação do objeto de estudo	17
 Introdução	19
1. O conceito de perífrase verbal	21
2. As construções < V prep Vinf > e < V Vger > em PE: características diferenciadoras	26
2.1. O gerúndio em português - caraterização temporal e aspetual	26
2.2. <i>Andar</i> e <i>ir</i> : telicidade "inerente"	29
2.3. <i>Ir Vger</i> e <i>Ir a Vinf</i> : alguns traços da caraterização aspetual	31
2.4. Gramaticalização de <i>ir</i> e <i>andar</i> nas construções < V prep Vinf > e < V Vger >	34
3. Instabilidade terminológica e conceptual nas propostas de análise das perífrases verbais	39
4. As perífrases verbais e os processos de gramaticalização	42
4.1. A gramaticalização como critério de construção de auxiliaridade	43

4.2. As perífrases verbais: gramaticalização de formas e/ou gramaticalização de construções	56
4.3. Posições divergentes quanto à hipótese da gramaticalização	64
5. Algumas questões sobre auxiliaridade	68
6. Construções verbais complexas: diferenças relevantes	93
6.1. Distinção entre locuções verbais e perífrases verbais	94
6.2. Distinção entre locuções verbais e expressões com verbos leves	102
6.3. Distinção entre perífrases verbais e tempos compostos	110
 PARTE II	
As perífrases verbais como marcadores de categorias gramaticais	119
 Introdução	121
1. O Aspeto e as propostas de análise das perífrases	123
2. As perífrases verbais enquanto marcadores de operações predicativas e enunciativas	138
2.1. A perspectiva da composicionalidade	156
3. Telicidade enunciativa na definição de valores aspetuais	164
4. A construção de valores referenciais na perspectiva da TFE	174
4.1. Noção e domínio nocional: lexicalização e instanciação	175
4.2. Operação de quantificação - qualificação	180
4.3. Topologia Discreto, Denso e Compacto na caracterização de ocorrências	183
4.4. Forma Esquemática: invariância e deformabilidade	189
5. As perífrases verbais e a estruturação do domínio nocional	193
5.1. As propriedades dos verbos auxiliares e a estruturação do espaço topológico das ocorrências de uma noção	193
5.2. O domínio nocional associado ao predador	204

5.3. As propriedades topológicas das preposições e a determinação dos termos das perífrases	205
---	-----

PARTE III

As perífrases verbais em PE:

valores das formas e das construções perifrásticas	211
Introdução	213
1. As perífrases verbais <i>começar a Vinf</i> , <i>pôr-se a Vinf</i> e <i>começar por Vinf</i>	215
1.1. <i>Começar a Vinf</i> : localização de p e estruturação de I	216
1.2. <i>Começar a Vinf</i> e o valor aspetual incoativo	219
1.3. <i>Começar a Vinf</i> e as (in)compatibilidades com as diferentes classes aspetuais de predicadores	222
1.4. <i>Começar a Vinf</i> e <i>pôr-se a Vinf</i> : marcação de valores aspetuais e modais	228
1.4.1. <i>Começar a Vinf</i> e <i>pôr-se a Vinf</i> : a coocorrência com a negação	233
1.5. <i>Começar por Vinf</i> e a construção de ocorrências plurais	234
1.5.1. <i>Começar por Vinf</i> e a negação	237
1.6. O estatuto das perífrases construídas com <i>começar</i>	238
2. As perífrases verbais <i>estar a Vinf</i> ; <i>estar por Vinf</i> ; <i>estar para Vinf</i>	245
2.1. A perífrase verbal <i>estar a Vinf</i> e o valor de processo em curso	245
2.2. <i>Estar a Vinf</i> e as (in)compatibilidades com as diferentes classes aspetuais de predicadores	247
2.3. <i>Estar a Vinf</i> : localização de p e estruturação de I	253
2.4. O estatuto da perífrase <i>estar a Vinf</i>	258
2.5 A estruturação do domínio nocional e a localização da relação prediativa com as perífrases <i>estar por Vinf</i> e <i>estar para Vinf</i>	260
2.6. O hibridismo nocional da preposição e a construção dos valores referenciais das perífrases <i>estar a Vinf</i> e <i>estar para Vinf</i>	264
3. As perífrases verbais <i>acabar de Vinf</i> , <i>deixar de Vinf</i> e <i>parar de Vinf</i>	266

3.1. <i>Acabar de Vinf</i> , <i>deixar de Vinf</i> e <i>parar de Vinf</i> e a marcação do valor aspetual cessativo	266
3.2. <i>Acabar de Vinf</i> : dois objetos de natureza temporal-aspetual diferente	267
3.3. <i>Deixar de Vinf</i> : dois objetos de natureza temporal-aspetual e modal diferentes	269
3.4. <i>Deixar de Vinf</i> e <i>parar de Vinf</i> : distinção fundada na marcação de valores aspetuais e modais	270
3.5. Compatibilidades e restrições: análise de um caso - <i>acabar de₁ Vinf</i>	271
3.6. Contribuição da topologia Discreto, Denso e Compacto para a análise das perífrases verbais	274
3.6.1. <i>Acabar de₁</i> + DDC – análise e descrição de alguns exemplos	275
CONCLUSÃO	281
ÍNDICE REMISSIVO	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	293
CORPUS	317

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

Abreviaturas

V	Verbo
Vinf	Verbo – Infinitivo
Vger	Verbo – Gerúndio
Vpp	Verbo – Particípio Passado
VAux	Verbo Auxiliar
Prep	Preposição

Símbolos e siglas ou acrónimos

TFE	Teoria Formal Enunciativa
PE	Português europeu
PB	Português do Brasil
TAM	Tempo, Aspeto e Modalidade
DDC	Discreto-Denso-Compacto
C_0	Argumento externo
C_1	Argumento interno
p, p'	Domínio nocional
p ou $/p/$	Noção p
p'	complementar da noção p
I	Interior (zona do validado, constituída pelas ocorrências positivas da noção)

E	Exterior (zona do não validado, constituída pelas ocorrências negativas da noção)
IE	Interior/Exterior (zona do validável, bifurcação que dá acesso a I ou a E)
CA	Centro atrator
CO	Centro organizador
F	Fronteira
$\langle r \rangle / \langle a \ r \ b \rangle$	Relação predicativa
R (em X R Y)	Relator
Sit ₀ (S ₀ ; T ₀)	Situação de enunciação-origem (sujeito/tempo da enunciação)
Sit ₁ (S ₁ ; T ₁)	Situação de locução (sujeito/tempo da locução)
Sit ₂ (S ₂ ; T ₂)	Situação do enunciado (sujeito/tempo do enunciado)
Qnt	Quantificação
Qlt	Qualificação
$\underline{\subseteq}$	Operador de localização abstrata

INTRODUÇÃO

«[L]a linguistique formelle ne se donne pas pour tâche de survoler les langues dans leurs généralités, mais de rendre compte de ce que l'on trouve, dans toute sa diversité, sans aucune exception (des exceptions elles-mêmes, on doit pouvoir justifier le caractère exceptionnel).»

[Culioli [1968] 1999a: 20-21]

1. Perífrases verbais – objetivos e relevância

O trabalho *Perífrases Verbais em Português Europeu Contemporâneo*, que agora apresento, constitui o produto de uma investigação desenvolvida com o objetivo central de analisar e descrever as perífrases verbais do português europeu contemporâneo marcadoras de valores aspetuais, visando encontrar uma estabilidade, quer do próprio conceito de perífrase verbal, quer do funcionamento destas construções.

Dada a complexidade de que se reveste um estudo sobre perífrases verbais, considerando, nomeadamente, a complexidade que se prende com o próprio conceito de perífrase, como mostrarei na Parte I desta dissertação, e o inventário de perífrases que existem na língua portuguesa¹, foi necessário delimitar o meu campo de trabalho.

Optei por centrar-me na análise e descrição de sequências linguísticas em que, em português europeu contemporâneo, ocorrem as construções constituídas por < V prep Vinf >, construções que se encontram analisadas, na literatura, como perífrases

¹ «[P]odemos constatar que quanto aos estudos dedicados às construções perifrásticas:

- existem problemas de inventário das perífrases devido ao carácter perifrástico duvidoso de algumas construções
- existem problemas de classificação das perífrases devido ao facto de existirem problemas de inventário e também porque algumas perífrases exprimem mais do que um valor
- é preciso colocar primeiro a construção num contexto enunciativo para depois analisar os valores que pode exprimir.» (Drzazgowska 2011: 114)

aspetuais. No entanto, pelas razões que se apresentam abaixo e que serão explicitadas, de forma mais desenvolvida, na parte I, não serão objeto de análise aprofundada, neste trabalho, as perífrases com esta configuração formadas com os chamados 'verbos de deslocação' ou 'verbos de movimento' (*andar a Vinf, ir a Vinf e vir a Vinf*). Far-se-á referência a estas construções apenas tendo em vista mostrar em que circunstâncias as perífrases de gerúndio e de infinitivo não dependem de variantes de uso e, também, de que forma as mesmas permitem apoiar a hipótese da gramaticalização das construções perifrásticas.

Excluo da descrição da Parte III, então, as perífrases formadas com o gerúndio (< V Vger >) e as perífrases de infinitivo que integram, como auxiliar, um verbo de deslocação.

Comummente, as perífrases formadas com infinitivo estão associadas à variante de português europeu (PE), enquanto as construções formadas com o gerúndio se associam à variante de português do Brasil (PB)².

Na verdade, há geralmente variação de uso, em PE e PB, das perífrases verbais que marcam valores aspetuais e, particularmente, aquelas que, na literatura, surgem associadas ao Aspeto Progressivo³, como é o caso, por exemplo, das perífrases com infinitivo (PE) ou com gerúndio (PB) que integram os verbos *estar* e *andar*.

Contudo, é importante deixar claro que a opção por trabalhar apenas as construções com infinitivo não se prende com uma questão de variante de uso, até porque, em determinadas situações, em PE, estes dois tipos de construções não são opcionais, isto é, não são intersubstituíveis.

² É de referir que, geralmente, se fala sobretudo das variantes PE e PB, pelo facto de este fenómeno ser mais notório nestas variantes, facto evidenciado nos estudos sobre perífrases formadas com o gerúndio ou com o infinitivo. Há que ter em consideração que há também variação noutras regiões: «[a] construção de *estar* (ou *andar*) + GERÚNDIO, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialectos centro-meridionais de Portugal (principalmente no Alentejo e no Algarve), nos Açores e nos países africanos de língua portuguesa» (Cunha & Cintra [1984] 1986³: 394).

³ Para uma abordagem semântica das construções com progressivo, em português, ver, entre outros, Squartini (1998); Cunha (1998); Oliveira ([2003] 2006⁷); Barroso (2007). Como refere Cunha (1998: 55), «as eventualidades, no Progressivo, parecem ser perspectivadas como estando em "desenvolvimento", "progresso" ou "curso" (o que os autores de língua inglesa designam por "on-going"). Com este conceito podemos relacionar outros dois, igualmente úteis para uma caracterização (informal) do Progressivo: a "duratividade" e a "incompletude". (...) As coisas não são, contudo, tão lineares como parecem à primeira vista. Ao tentarem formalizar as ideias de "progressão", "duração" e "situação incompleta" para o Progressivo, os diversos linguistas depararam-se com alguns problemas interessantes, que é necessário ter em conta e procurar solucionar».

A variação não se verifica nas construções em que ocorrem os verbos *ir* e *vir*, uma vez que, em PE, com estes verbos auxiliares, a marcação do valor aspetual progressivo é desencadeada, apenas, quando a perífrase é formada com o gerúndio, como se mostrará na Parte I.

A investigação levada a cabo revelou haver uma grande disparidade na forma como as perífrases verbais são tratadas na literatura.

Algumas propostas de análise destas construções centram-se, por vezes, e de uma forma geral, na classificação das formas, em detrimento da análise e descrição dos valores que as mesmas desencadeiam. Em alguns trabalhos, há mesmo uma maior focalização na questão da auxiliaridade do que no funcionamento das próprias construções.

No entanto, também há alguns trabalhos em que a abordagem recai já sobre os valores marcados pelas perífrases, dando conta de alguns fenómenos que explicam compatibilidades e restrições de uso, revestindo-se, por isso, de grande importância para o seu estudo. Ainda assim, afigura-se existir, todavia, alguns mecanismos que atuam na construção de determinados valores referenciais e cuja explicação não se encontra nas propostas avançadas por diferentes autores.

Por esse motivo, baseada num levantamento exaustivo das diversas abordagens sobre estas construções e sustentada por princípios teóricos que considero consistentes, uma vez que se têm revelado pertinentes para o tratamento de fenómenos linguísticos do português, em particular, mas de línguas muito diferentes como o inglês, as línguas eslavas ou as línguas orientais, entre outras, nesta investigação apresento uma análise, descrição e explicação das perífrases verbais, visando dar resposta a alguns dos problemas que se levantam, quando se problematiza uma dada proposta de análise ou se discutem perspetivas diferenciadas e se propõe um olhar diferente sobre as formas e as construções.

Inscrevendo-se este trabalho num quadro teórico de análise que encara o enunciado como o produto de operações e a significação como resultado das operações predicativas e enunciativas que o constroem, em que as formas não são interpretadas isoladamente, mas em interação com outras formas, o que se revela

importante não é adotar uma perspectiva classificatória, mas centrar a descrição no funcionamento dessas formas e das construções em que se inserem, inscritas em diferentes configurações. Pretende-se que a discussão sobre o estatuto das perífrases verbais permita, no final, destacar a diferença entre etiquetagem e categorização.

Desta forma, esta investigação foi motivada por uma série de questões a que se pretende dar resposta nesta dissertação.

Pelos motivos expostos anteriormente, um dos objetivos deste trabalho foi verificar que condições apresentam os verbos que suportam a predicação em que ocorre o Infinitivo e que contributo pode advir dos estudos sobre gramaticalização para a descrição do seu funcionamento. Considero que, na questão da auxiliaridade, não é importante, à partida, apresentar uma generalização ou conclusão sobre a classificação dos verbos auxiliares em português, mas antes retirar das diversas propostas de análise informação que permita perceber o seu funcionamento em diferentes estruturas, descrever e distinguir os valores por eles marcados em diversos contextos linguísticos e esta é uma questão fundamental na medida em que estes aspetos são pertinentes para a descrição das perífrases verbais.

Visou-se, também, não apenas estabelecer compatibilidades e restrições de coocorrência entre os verbos auxiliares, associados às preposições que com eles coocorrem, e a natureza aspetual dos predicadores⁴, mas descrever e explicar casos particulares, cuja explicação não se encontra noutras propostas de análise.

Pretendeu-se, ainda, identificar as propriedades das preposições que integram essas construções e explicitar de que forma essas propriedades, em interação com as propriedades das restantes formas dessas construções, concorrem para a marcação dos diferentes valores gramaticais.

Por outro lado, a análise do funcionamento das perífrases que se propõe tem em conta, necessariamente, as configurações em que as mesmas se inscrevem, uma

⁴ Neste trabalho será utilizado o termo predicador, na aceção semântica definida por Duarte & Brito ([2003] 2006⁷: 183): «A palavra predicado é (...) ambígua. Pode ser utilizada para referir o predicado sintático, i.e., algo que só existe em função de um sujeito, ou, usando a noção fregeana de “saturação”, a expressão que é saturada pelo sujeito. (...) Mas o termo ‘predicado’ pode também ser utilizado para referir a noção semântica de predicado, predicador ou palavra predicativa, recobrando neste caso toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria.».

vez que os valores por elas marcados são ativados nas relações que se estabelecem entre as formas das perífrases e entre estas construções e as propriedades semânticas dos argumentos da predicação em que ocorrem. Por outras palavras, as relações que se estabelecem entre a determinação verbal e a determinação nominal são importantes para a explicação do funcionamento das perífrases verbais.

Sintetizando, com este trabalho, visa-se identificar que formas linguísticas integram as perífrases verbais; caracterizar os verbos com função de auxiliarização; identificar que preposições podem ocorrer nessas construções e quais as suas propriedades; explicitar o(s) valor(es) desencadeado(s) pelas diferentes formas, em interação; descrever as relações que se estabelecem entre as perífrases e as propriedades dos argumentos que com elas coocorrem.

Procura-se, assim, chegar a uma estabilidade na descrição das construções perifrásticas, retirando das diversas propostas de análise informação que permita perceber o seu funcionamento, descrever e distinguir os valores por elas marcados, explicitar e explicar, com base num quadro teórico estável, fenómenos “instáveis”, ou seja, recorrer a um sistema de representações metalinguísticas⁵ que dê conta da deformabilidade das formas e construções em função das diversas configurações em que atuam.

Por essa razão e apesar de só se centrar a atenção na análise das perífrases com maior relevância aspetual, julga-se que, através da análise desenvolvida na Parte III, se consegue mostrar que esta é uma proposta generalizante para o tratamento de todas as configurações do português, justificando-se, desta forma, o título abrangente desta tese.

Pretende-se, deste modo, que o produto desta investigação apresente uma proposta original de tratamento do tema em estudo, que venha preencher as lacunas encontradas. À partida, avança-se a hipótese de que esta investigação permita a delimitação de diferentes estruturas verbais complexas, levando à estabilização do próprio conceito de perífrase verbal, bem como a explicação do seu funcionamento e a identificação dos valores gramaticais marcados por estas construções. Julga-se que

⁵ Cf. Culioli ([1982] 1999a).

este trabalho poderá ser um contributo para a explicação dos fenómenos particulares que o emprego destas construções encerra.

2. Enquadramento teórico

O trabalho que agora apresento constitui o produto de uma investigação desenvolvida no quadro dos princípios teóricos fundacionais da Teoria Formal Enunciativa⁶. Este 'modelo' de análise linguística, proposto por Culioli (1990a; 1999a; 1999b), apresenta-se, essencialmente, como um programa de trabalho, uma vez que, como defende o autor na citação apresentada no início desta introdução, a análise das línguas não assenta apenas na definição de regularidades e na classificação de formas que ocorrem nas diferentes línguas naturais e que as caracterizam, mas deve ser capaz de dar conta, também, da diversidade e da variação linguísticas, identificando, analisando e descrevendo o que é estável nessas línguas e as deformabilidades que uma dada forma (ou um dado conjunto de formas) evidencia. Assim, prevê-se que seja possível, através dos mecanismos de análise que o modelo disponibiliza, descrever de forma adequada, quer as regularidades (invariantes) observáveis, quer o que se apresenta como um aparente desvio (exceção) numa dada língua, ou num dado conjunto de línguas⁷.

Assim, esta investigação baseou-se em pressupostos teórico-conceptuais que assumem a enunciação como resultado de operações de natureza cognitiva, operações que permitem a construção de significação. Nesta perspetiva, defende-se que qualquer objeto, no sentido de objeto metalinguístico (primitivo ou construído)⁸, é sempre considerado numa relação e interação com outro(s) objeto(s). Esta

⁶ Ao longo do texto, esta teoria será referida através da sigla TFE. Neste trabalho, sempre que se revele necessário e pertinente, serão explicitados alguns conceitos nucleares da teoria. No entanto, para o aprofundamento e discussão dos princípios e parâmetros teóricos em que assenta esta proposta, remete-se para a informação disponível na literatura, nomeadamente, os textos de Culioli (1990; 1999a; 1999b). Este quadro teórico aparece, também, na literatura, sob as designações de Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), ou Teoria dos Invariantes da Linguagem. A discussão dos princípios que sustentam estas diferentes ontologias pode ser encontrada em Correia (2002).

⁷ Sobre o sistema de representações linguísticas e metalinguísticas, ver, também, Culioli & Desclés (1981).

⁸ Sobre os conceitos de objeto primitivo e construído, ver, entre outros, Culioli ([1981]1990).

interrelação pressupõe que a análise adequada do funcionamento de uma qualquer língua não prevê a existência de objetos isolados (cf. Culioli [1987] 1990 : 116).

A opção por uma análise e descrição dos fenómenos linguísticos numa perspetiva transcategorial e que abarque a sintaxe, a semântica e a pragmática, baseada nos princípios propostos por Culioli (1990; 1999a; 1999b)⁹, vem dar resposta a alguns problemas, que se colocam, muitas vezes, com a classificação das formas e construções linguísticas:

«[P]endant longtemps et de façon, au reste, inévitable, on a insisté sur les propriétés classificatoires des phénomènes linguistiques. D'où un travail fondé sur des étiquettes, des propriétés en tout ou rien, des identifications stables et prises dans des hiérarchies rigides, des contrôles à distance fonctionnant grâce à des signaux relayés sans perte à travers des espaces homogènes. Grâce à une solide division disciplinaire (phonétique ; syntaxe ; sémantique ; pragmatique), on n'avait pas à aborder de front la question de la complexité des phénomènes.» (Culioli [1986] 1990: 128)

Na verdade, no quadro teórico em que se inscreve esta tese, defende-se uma mudança de paradigma epistemológico:

«A une épistémologie du compartimenté, du statique et du linéaire, il apparaît, à l'épreuve des phénomènes, qu'il faut substituer une épistémologie de l'interactif, du dynamique et du non-linéaire, dans une dialectique complexe du rigide et du malléable où se nouent et se dénouent des figures du stable et de l'instable, à travers la plasticité régulée du langage.» (Culioli [1995] 1999b: 66).

Mas, para além da preocupação de discutir a análise destas construções no domínio deste modelo (teórica, epistemológica e metodologicamente central nesta

⁹ Cf., também, entre outros, Franckel (2002).

dissertação) será importante referir que recorri a outras propostas de análise, desenvolvidas no âmbito de diferentes perspetivas.

Assim, o recurso a outras perspetivas de análise ajudou-me, pela sua pertinência e pelo contributo para a descrição das construções em estudo, a compreender melhor o funcionamento das perífrases. No entanto, quer a abordagem transcategorial unificadora da metodologia de análise desenvolvida neste trabalho, mostrando a interdependência das formas e dos valores que estas construções manifestam, quer a perspetiva não modular implicada no modelo de A. Culioli permitiram-me verificar de que modo as ocorrências linguísticas que estão na base da construção/reconstrução dos enunciados podem ser analisadas, de forma que, em meu entender, esta análise se torna mais adequada, porque mais abrangente. Com base neste modelo, o estudo das perífrases implica analisar as formas que as integram e as próprias construções nas relações em que participam tendo em conta diversas configurações que podem manifestar nas línguas.

Se parece, contudo, ser consensual que a análise destas construções implica, à partida, não uma forma única, mas estruturas complexas¹⁰, em que a identidade de uma das formas não pode ser considerada isoladamente, como se afirmou anteriormente, inscrevendo-se o seu estudo não apenas no domínio das formas, mas, e sobretudo, no domínio das construções, já não é consensual o percurso para lá chegar. No quadro escolhido para enquadrar este trabalho assume-se que uma perífrase é uma estrutura complexa que compreende uma relação prediativa < a r b > em que < r > é, por sua vez, também, uma estrutura complexa (< V Prep Vinf> ou < V Vger >).

Esta definição com carácter operativo permitir-me-á encontrar as linhas que orientam um dos principais objetivos deste trabalho: a descrição destas construções torna-se mais eficaz se for globalizante e coesiva, integrando e unificando elementos que, noutras teorias, são tratados separadamente.

¹⁰ No seguimento de, entre outros, Squartini (1998), Torrego (1999), Liere (2011), Brocardo & Correia (2012), considera-se perífrase verbal uma combinação sintático-semântica em que um verbo flexionado se relaciona com uma forma verbal não flexionada (infinitivo [com ou sem intercalação de preposição] ou gerúndio) de um outro verbo ('principal'). Ver Parte I - ponto 1.

3. Metodologia

3.1. Perspetiva e dados da análise

Na medida em que constituem contribuições relevantes para o estudo das perífrases verbais, a reflexão sobre os problemas que a análise dos dados suscita e a problematização das propostas explicativas partem dos muitos estudos que se encontram sobre o tema desta tese, privilegiando-se aqueles que se inscrevem no quadro teórico em que me situo.

Assumindo-se que as marcas linguísticas são construídas/reconstruídas pelos falantes e que os marcadores são representações mentais materializadas através de formas e construções linguísticas, pretende-se com a análise e descrição dos dados construir uma representação metalinguística das ocorrências, de forma a poder manipulá-las, sendo que essa manipulação tem em vista «rechercher des cohérences, des règles de bonne formation, afin d'aboutir à un calcul. (...) On fera comme s'il existe des catégories grammaticales pures et stables, alors que nous avons à théoriser du déformable et du transcatégoriel» (Culioli [1987] 1990: 12).

Por outro lado, a comparação do funcionamento de línguas diferentes, com base em autores de referência, permitirá apreender os fenómenos linguísticos numa perspetiva da diversidade, isto é, nos diferentes domínios do funcionamento das línguas como manifestações da atividade da linguagem.

A relevância da discussão dos valores das ocorrências linguísticas poderá, eventualmente, ser encontrada a partir da observação e da análise de um conjunto de dados, que é apresentado ao longo deste texto.

Recorro, quer a exemplos construídos, quer a exemplos atestados, retirados de um *corpus*, essencialmente do banco de dados¹¹ CETEMPúblico¹², ou, pontualmente,

¹¹ Alguns exemplos surgem, por vezes, truncados, por serem demasiadamente longos e apenas parte interessar à análise proposta neste trabalho.

¹² Disponível para consulta em <http://www.linguateca.pt/cetempublico>.

de fontes diversas (sítios da Internet; textos da imprensa escrita; obras literárias; obras teórico-científicas; etc.). Os exemplos construídos foram criados com base na minha própria competência linguística, recorrendo, sempre que necessário para formular juízos de aceitabilidade/gramaticalidade, à intuição de outros falantes nativos, adultos, do português europeu.

De forma a identificar os valores gramaticais marcados pelas perífrases, tendo em conta as formas que as constituem, em interação, e as configurações em que se inscrevem, procedo à manipulação controlada dos enunciados. Este método permite, a partir da diversidade, a verificação de regularidades e incompatibilidades. Partindo de um dado enunciado, modifica-se, a cada momento, apenas um dos parâmetros enunciativos da sequência textual (cf. Franckel 1989: 17). Cada nova sequência que se forma a partir da manipulação é um novo enunciado se é aceitável, ou seja, se é interpretável em contexto vazio, ou se a sua interpretação é possível em qualquer contexto.

3.2. Organização do trabalho

No que respeita a organização formal, este trabalho encontra-se dividido em três partes: I - O que é uma perífrase? Estado da arte e delimitação do objeto de estudo; II - As perífrases verbais como marcadores de categorias gramaticais; III - As perífrases verbais em PE: valores das formas e das construções perifrásticas.

No início de cada uma das partes acima referidas insere-se uma introdução, que permite avançar algumas das questões que se visa discutir e, no caso das partes II e III, sistematizar os aspetos mais relevantes do capítulo anterior, fazendo a ponte com a análise que se apresenta nessa parte da tese.

Assim, a primeira parte desta dissertação assenta sobre a apreciação e problematização de diferentes conceções, teóricas e epistemológicas, sobre estruturas verbais complexas, que permitem suportar a delimitação do conceito de perífrase verbal em comparação com outro tipo de construção, bem como identificar particularidades do seu funcionamento, que serão objeto de análise nas partes II e III.

A partir do conceito de perífrase verbal proposto por, entre outros, Squartini (1998), Torrego (1999) e Liere (2011), apresentam-se os argumentos que justificam a restrição da análise, neste trabalho, às construções <V prep Vinf>, com exceção das que se formam com verbos de deslocação, e evidencia-se a instabilidade terminológica e conceptual nas propostas de análise das perífrases verbais. São discutidas, também, questões relativas à auxiliaridade e à gramaticalização, uma vez que, globalmente, na literatura, se apresentam como centrais para a compreensão destas construções. Esta discussão permite definir critérios para a diferenciação de construções verbais complexas, nomeadamente, locuções verbais, expressões fixas com verbos leves, perífrases verbais e tempos compostos.

O que se apresenta nesta parte serve de base à análise que se desenvolve ao longo do resto do trabalho.

Por sua vez, na segunda parte discute-se a função das perífrases verbais como marcadores aspetuais.

Apresenta-se uma reflexão sobre as propostas de análise das perífrases e a sua relação com a categoria Aspeto, nomeadamente na perspetiva da composicionalidade e numa perspetiva diferente, em que estes marcadores constituem indícios de uma cadeia de operações predicativas e enunciativas. Evidencia-se a importância da topologia Discreto, Denso e Compacto na caracterização de ocorrências das perífrases e da definição de uma Forma Esquemática que dê conta da invariância e deformabilidade destas construções. Por fim, mostra-se que as propriedades dos verbos auxiliares, bem como as propriedades das preposições e dos predicadores, em interação, desencadeiam a construção do domínio nocional¹³ (Culioli [1976] 1990), definido como o espaço topológico das ocorrências de uma noção, que permite a formatação das diferentes ocorrências nocionais (tanto lexicais, como predicativas).

Defende-se, por isso, que as perífrases verbais são estruturas duplamente complexas, que têm propriedades topológicas que desencadeiam a construção, estruturação, fracionamento e ancoragem do domínio nocional associado ao predador e atuam como marcadores transcategoriais.

¹³ Ver, na Parte II - pontos 4. a 4.4., a explicitação mais detalhada dos conceitos de Domínio Nocional, Topologia Discreto-Denso-Compacto e Forma Esquemática aplicados à análise das perífrases verbais.

Neste sentido, a descrição das perífrases verbais tem por base o princípio de que estas construções, ao participarem na construção e estruturação do domínio nocional associado a uma dada relação prediativa, desencadeiam a instanciação e localização dessa relação prediativa e a construção de valores referenciais das categorias gramaticais Tempo, Aspeto, Modalidade, por vezes designadas por Determinação verbal e Determinação nominal. Assume-se, assim, que a construção dos valores referenciais resulta de uma cadeia de operações abstratas, que há uma influência recíproca e indissociável da Determinação verbal e da Determinação nominal e que a transcategorialidade é inerente ao funcionamento destas construções.

Como consequência desta perspetiva, e na linha de, entre outros, Desclés & Guentcheva (2012), o estudo das diferentes categorias, nomeadamente da categoria Aspeto, a que são associadas, tradicionalmente, as perífrases que constituem o objeto de estudo desta dissertação é desenvolvido tendo em conta o funcionamento das construções como um todo, isto é, integrando na sua descrição propriedades de natureza lexical (*Aksionsart*) e gramatical.

Finalmente, a terceira parte compreende a descrição e a explicação do funcionamento de algumas perífrases verbais do PE. Esta análise é, de uma forma geral, suportada pelos princípios teóricos do quadro em que me situo.

São analisadas as perífrases *começar a* Vinf, *pôr-se a* Vinf, *começar por* Vinf, *estar a* Vinf, *estar por* Vinf, *estar para* Vinf, *acabar de* Vinf, *deixar de* Vinf e *parar de* Vinf. A descrição põe em evidência, não apenas as (in)compatibilidades com as diferentes classes aspetuais de predicadores, mas de que forma as propriedades destas construções, que, por sua vez, resultam das propriedades das formas que as integram em interação, desencadeiam a construção e estruturação do domínio nocional e a localização da relação prediativa associada ao predicador, daí resultando a marcação de diferentes valores categoriais: valores temporais, aspetuais e modais.

Assim, mostra-se como vários fatores, nomeadamente, as propriedades do verbo auxiliar, as propriedades do Infinitivo, as propriedades do predicador, as propriedades da preposição, a determinação de C_0 e/ou C_1 ¹⁴, interferem, de forma

¹⁴ Na linha de Culioli, entre outros, recorre-se às anotações C_0 , C_1 , ... C_n , em que os índices servem apenas para distinguir os complementos, segundo a sua ordenação nas cadeias de ocorrências. «Il est à

decisiva, no comportamento manifestado pelas perífrases verbais e determinam os valores das situações construídas com estas construções.

A compreensão dos princípios referidos (e sintetizados) acima obriga a que sejam aqui definidas algumas das linhas orientadoras deste modelo, já que, em certo sentido, são relevantes para a análise que aqui se desenvolve.

Em termos gerais, e tomando apenas os conceitos mais abrangentes, postula-se (Culioli (1978, 1981, e.o.)) a existência de três tipos de noções. As noções de tipo α (noções predicativas ou lexicais), as de tipo β (noções gramaticais) e as noções de tipo γ (noções complexas - noções construídas a partir das relações entre noções de tipo α). As operações incidem sobre as noções do tipo α e do tipo γ e determinam-nas, afetando-as com os valores referenciais das noções do tipo β (Tempo, Aspeto, Modalidade, Determinação em geral, Diátese, Pessoa, Número, Género).

A análise dos dados constantes na parte III põe, deste modo, em evidência que as perífrases verbais atuam, essencialmente, ao nível das noções predicativas, sendo a marcação dos valores gramaticais desencadeada por operações de natureza enunciativa.

De forma mais explícita, a descrição que se propõe na terceira parte da dissertação visa mostrar que:

- as propriedades topológicas das perífrases verbais desencadeiam, a um nível pré-enunciativo, a construção e estruturação do domínio nocional associado aos predicadores que as integram;

- sobre essas construções, no seu todo ($\langle V \text{ prep } V_{\text{inf}} \rangle$), incidem, depois, operações (nomeadamente operações de Determinação que incidem sobre os

noter que de ce point de vue, le sujet est un complément comme les autres pour son verbe, puisqu'il fait partie des éléments nécessaires pour le compléter. C'est seulement le premier des compléments, et on signale seulement son caractère périphérique en le notant C_0 au lieu de C_1 . Sa particularité de sujet, comme ce qui l'oppose aux autres compléments, tient de sa position au niveau du schéma de lexis, et non au niveau de la chaîne de complémentation. De manière générale, ces chaînes sont strictement linéaires, et ne présument aucune structuration particulière: il faut en effet qu'elles soient compatibles avec plusieurs modes de combinaison» (De Vogüé 2004: 162-163). « C_1 ne désigne par lui-même rien d'autre que le terme qui complète un schéma syntaxique occupé par un verbe, sans rien préjuger des relations qu'il entretient avec lui. Son statut se rend compatible avec la diversité des interprétations que lui confèrent les déterminations dans lesquelles il entre» (Franckel & Paillard 1992: 31).

argumentos que coocorrem com as perífrases) que as determinam e as afetam com os valores referenciais das noções gramaticais (Tempo, Aspeto e Modalidade).

As Conclusões Finais, apresentar-se-ão como um balanço do trabalho desenvolvido, pondo em destaque o que considero poder constituir-se como um contributo fundamental para a análise dos fenómenos linguísticos envolvidos no uso de perífrases verbais em Português.

4. Aspetos formais - organização e notação dos dados

De acordo com a proposta teórica subjacente a este trabalho, considera-se um enunciado como uma sequência linguística bem formada sintática e semanticamente, localizada em relação a um sistema referencial. Por essa razão, neste trabalho, os enunciados bem formados, interpretáveis em contexto vazio, não são acompanhados de qualquer indicação particular.

No que respeita a juízos de gramaticalidade/aceitabilidade segue-se a notação estabelecida habitualmente: os exemplos marcados com asterisco (*), à esquerda das sequências em análise, são considerados exemplos mal formados; são usados pontos de interrogação (?/?/?), à esquerda das sequências, para indicar os diferentes graus de (in)aceitabilidade dessas sequências.

Os exemplos apresentados encontram-se numerados, com a numeração árabe [(1)/(2)/(3)...]. Para as fórmulas/representações esquemáticas, diagramas e glosas, uso a numeração romana [(i)/(ii)/(iii)...], e, quando necessário, recorro à notação através de alíneas [(a)/(b)/(c)...]. Por uma questão de ordem prática, a numeração de exemplos, fórmulas, diagramas e glosas é autónoma em cada parte do texto, isto é, volta ao início em cada capítulo.

Ou por responder a diferentes perspetivas de análise, ou por necessidade de retomar e aprofundar determinados aspetos da descrição linguística, alguns exemplos são usados mais do que uma vez, em capítulos diferentes, ao longo deste trabalho.

Recorro, também, sempre que pertinente, a exemplos apresentados por diferentes autores, por vezes, apresentando a sua tradução e/ou adaptação. Nesses casos, assinalo a sua fonte original a seguir aos exemplos.

Foram usados parêntesis retos no início das citações sempre que foi necessário alterar as maiúsculas ou minúsculas iniciais do texto original.

Nos casos em que são usados termos com dois sentidos diferentes - com um significado genérico, neutro, e com um sentido diretamente relacionado com determinados princípios teóricos e no âmbito da análise estritamente linguística - os mesmos são diferenciados com recurso ao uso de maiúsculas. São exemplo, entre outros, os termos 'Aspeto', em que a maiúscula indica que se trata da categoria gramatical, o termo 'Processo', em que a maiúscula remete para um tipo aspetual de predicator, enquanto o termo 'processo' é usado com um sentido mais lato, para designar diferentes predicadores.

Por fim, é de referir que, nas citações apresentadas, optei por respeitar sempre, sem conversão, a ortografia original.

PARTE I

O que é uma perífrase?

Estado da arte e delimitação do objeto de estudo

Introdução

«La démarche adoptée refuse, de façon explicite, que le linguiste s'en tienne à des procédures classificatoires; l'objectif reste d'appréhender le langage à travers la diversité des langues et, pour ce faire, de construire, à partir d'observations systématiques et minutieuses, un système métalinguistique de représentation qui permette de poser des problèmes et d'en donner des solutions raisonnées. Ainsi peut-on espérer retrouver, à travers la forme apparemment banale des énoncés quotidiens, les opérations enfouies du travail énonciatif.»

[Culioli [1978] 1980: 155]

A citação destacada no início deste capítulo ajuda a enquadrar algumas das opções/decisões teóricas e metodológicas que se desenvolvem ao longo deste trabalho.

O enquadramento teórico adotado marca, por si só, variação na aceção do conceito de perífrase verbal. Deste modo, defende-se que a delimitação deste conceito deve assentar em procedimentos metodológicos que visam, acima de tudo, a descrição do seu funcionamento.

Por outro lado, é importante salientar, desde já, que, quando se apresenta, nesta parte da tese, a revisão crítica das diferentes propostas de análise das perífrases verbais e quando se dá conta da instabilidade terminológica associada ao próprio conceito de perífrase verbal, se parte de modelos que, em termos teóricos, assentam em perspetivas epistemológicas diferenciadas.

Assim, ao discutir-se algumas das propostas associadas a estas construções, visa-se, essencialmente, evidenciar os problemas que se podem encontrar na sua análise. Afastando-se este trabalho, sob o ponto de vista metodológico, de propostas

de natureza mais classificatória, deve referir-se a importância da sua contribuição para a descrição das perífrases verbais.

Por exemplo, a questão da auxiliaridade, que aparece como central em muitos trabalhos sobre perífrases, pode ser perspectivada de duas formas distintas.

Numa perspectiva classificatória, parece ser possível delimitar, com base num determinado número de critérios sintáticos, o grupo inequívoco dos verbos auxiliares do português.

De um outro ponto de vista, considera-se que a classificação desses verbos, ainda que seja importante para, por exemplo, distinguir tempos compostos de perífrases verbais, não se revela pertinente, quando se pretende fazer o cruzamento dos critérios sintáticos com critérios semânticos. Nesta perspectiva, questiona-se a opção pela análise das perífrases baseada apenas em critérios sintáticos, defendendo-se, antes, uma abordagem centrada na descrição dos valores marcados por essas construções em diversos contextos linguísticos.

Associado à classificação dos verbos auxiliares e das perífrases verbais surge, também, o conceito de gramaticalização. A gramaticalização tem sido objeto de muitas propostas de desenvolvimento teórico em linguística diacrónica e síncrona, sendo a discussão em torno das questões da gramaticalização das construções verbais complexas particularmente produtiva.

Alguns autores (e.o., Hopper & Traugott [1993] 2003; Heine 1996; 2003 e Traugott 2003) defendem que os processos de gramaticalização são importantes para uma melhor compreensão da mudança e do funcionamento das línguas humanas. Em muitas propostas de análise das perífrases verbais, salienta-se essa importância, defendendo-se a gramaticalização de determinadas formas como processo que desencadeou a formação de construções complexas. Neste sentido, as mudanças diacrónicas sofridas por certos verbos e por certas construções verbais parecem estar na origem das funções gramaticais que asseguram.

Por outro lado, outros autores (e.o., Oriez (2001) e Bourdin (2005))¹⁵ põem em causa a adequação do conceito da gramaticalização para a análise e descrição dos

¹⁵ Ver o ponto 4.3. nesta parte da dissertação.

fenómenos categoriais desencadeados pelas formas e construções, quando inseridas em configurações diversas. Na perspectiva destes autores, a recusa de uma visão do funcionamento da língua com base numa divisão entre itens plenos e itens instrumentais justifica as suas propostas, baseadas no princípio de que a significação está patente em cada enunciação, como resultado de operações abstratas subjacentes à construção dos enunciados e à marcação dos valores categoriais.

As duas posições são claramente justificáveis pelo facto de não terem por base as mesmas opções teóricas e metodológicas e não resultarem igualmente de uma perspectiva de trabalho em sincronia e diacronia.

No entanto, pretende-se aqui evidenciar o contributo das diferentes propostas para a descrição dos dados, no âmbito da linguística diacrónica e sincrónica, cruzando processos morfológicos, sintáticos e semânticos, e também a importância das diversas perspectivas para a revisão dos pressupostos teóricos que as suportam.

Verifica-se, aliás, que uma das dificuldades que decorre de uma perspectiva de análise categorial rígida das perífrases verbais, que, em certo sentido, está presente na generalidade dos trabalhos sobre este objeto de estudo, se prende com o facto de apresentarem estas construções circunscritas, de forma muito estanque, a domínios específicos, quando a análise e descrição de enunciados, ainda que não muito aprofundada e teoricamente suportada, mostra que a sua natureza põe em ação diversos domínios que coocorrem e se complementam.

1. O conceito de perífrase verbal

Sobre perífrases verbais ressalta, globalmente, uma grande diversidade de aceções que envolve o próprio conceito de perífrase, constatando-se, de imediato, uma enorme indefinição em torno do tipo de construções que aparecem sob esta designação.

São vários os autores que, previamente à análise das perífrases verbais, chamam a atenção para a complexidade que envolve a própria definição, delimitação e/ou classificação destas construções. Castilho (2002: 90), por exemplo, afirma que

«[a] dificuldade levantada pelo estatuto gramatical das perífrases se reflete até mesmo nas denominações dadas a esses conjuntos, registando-se expressões tais como ‘locução verbal’, ‘tempo composto’ e ‘conjugação perifrástica’, entre outras.» (Castilho 2002: 90).

A partir de diversas propostas de análise das perífrases verbais e de definições, por vezes, de âmbito muito generalista, importa, apesar de tudo, reter algumas das questões elencadas por diferentes autores, nomeadamente no que diz respeito à caracterização das diferentes formas que integram as referidas construções. Procura-se, deste modo, encontrar, na diversidade de perspetivas, uma linha teoricamente estável, que permita delimitar o conceito de perífrase verbal.

Na tradição gramatical, construções verbais complexas como os tempos compostos (*ter Vpp*), as perífrases verbais temporais-aspetuais-modais (entre outras, *ir Vinf*; *começar a Vinf*; *estar a Vinf*; *acabar de Vinf*; *dever Vinf*; *poder Vinf*) ou locuções verbais (como, por exemplo, *dar que pensar*; *dar de comer*) são muitas vezes tratadas de forma indiferenciada, sob a designação de ‘conjugação perifrástica’ (cf., e.o., Said Ali ([1931] 1964³) e Bechara ([1961] 1999³⁷)).

A complexidade de aceções em torno das perífrases verbais prende-se com o facto de o conceito de perífrase poder estar associado a diversas formas analíticas, incluindo-se, neste caso, de acordo com, por exemplo, Torrego (1999), construções em que ocorrem verbos classificados como verbos suporte (ou leves)¹⁶.

Assim, num primeiro momento, observa-se que a amplitude das diferentes aceções que o conceito de perífrase verbal envolve levanta problemas por ser demasiado generalista e, como tal, pouco clara e pouco operativa.

Neste sentido, e numa tentativa conducente à sua delimitação, importa distinguir as perífrases verbais de outros complexos verbais, delimitar o tipo de sequências linguísticas que podem ser consideradas perífrases verbais, identificar o tipo de verbos que integram as construções perifrásticas, que condições satisfazem

¹⁶ Note-se que estas construções nem sequer envolvem apenas verbos, expressando valores aproximados aos das formas sintéticas. Veja-se, a título de exemplo, construções como *dar saltos* (= *saltar*), *fazer festas* (= *acariciar*). No ponto 6.2. desta parte da dissertação serão discutidas algumas das implicações que estas construções podem desencadear na delimitação do conceito de perífrase.

esses verbos, que funções desempenham nas estruturas em que se inscrevem, e explicitar de que forma estas construções concorrem para a marcação dos valores das diferentes categorias gramaticais nos enunciados em que ocorrem.

De acordo com uma série de testes de natureza sintática que se apresentam nos pontos 5. e 6.3. desta parte do texto, considera-se que os tempos compostos têm características próprias que os isolam das restantes construções verbais complexas. Defende-se também que, quer as locuções verbais, quer as perífrases apresentam propriedades distintivas que permitem restringir o tipo de estruturas que poderão agrupar-se sob essas designações.

Assim, partindo de diferentes propostas de análise das perífrases, cuja discussão se apresenta ao longo desta primeira parte, e tendo em conta a diversidade de aceções encontradas no conjunto dessas propostas, vou considerar e seguir, em termos gerais, as propostas de Squartini (1998), Torrego (1999) e Liere (2011).

Para Squartini (1998), por exemplo, «the vast majority of Romance analytic forms (both highly synthetic forms and more analytic constructions) are formed with a finite verb that is marked with inflectional morphology for tense/aspect/mood plus a “nominal” or non-finite form of the verb that can be infinitive, gerund, present or past participle of the lexical verb» (Squartini 1998: 22).

Este autor apresenta-nos, nesta sua obra, uma sistematização que possibilita, claramente, delimitar o conceito de perífrase.

No mesmo sentido, em Torrego (1999: 3325), o conceito de perífrase verbal encontra-se perfeitamente delimitado:

«[u]na perífrasis verbal es la unión de dos o más verbos que constituyen un solo ‘núcleo’ del predicado. El primer verbo, llamado ‘auxiliar’, comporta las informaciones morfológicas de número y persona, y se conjuga en todas (o en parte de) las formas o tiempos de la conjugación. El segundo verbo, llamado ‘principal’ o ‘auxiliado’, debe aparecer en infinitivo, gerúndio o participio, es decir, en una forma no personal. Según se trate de una u otras formas,

hablamos de perífrasis verbales de infinitivo, de gerúndio y de participio» (Torrego 1999: 3325).

No trabalho de Torrego (1999) encontra-se uma descrição do funcionamento das perífrases verbais do Espanhol que nos permite, com as necessárias adaptações, descrever e analisar este tipo de construções do português.

No trabalho de Liere (2011), são definidos os critérios que devem estar na base da delimitação das perífrases verbais (PV), baseados não apenas em aspetos sintáticos, mas nos valores gramaticais marcados por estas construções:

«Les différentes lectures de la définition de la PV nous ont amenée à distinguer clairement une vraie périphrase d'une simple construction verbale. Ainsi avons-nous dégagé six critères constitutifs de la PV: (i) la seule construction possible est auxiliaire + (préposition) + SV infinitif ou participe présent; (ii) le second constituant est porteur du sémantisme de la PV; (iii) le sens de l'auxiliaire s'efface à divers degrés; (iv) il y a coréférentialité entre le sujet de l'auxiliaire et le sujet non exprimé du second constituant ; (v) les PV peuvent être aspecto-temporelles ou modales; (vi) les PV (à l'exception d'ALLER) sont exclues du système de conjugaison.» (Liere 2011: 113)

Partindo destas propostas e na linha do trabalho sobre perífrases verbais do português de Brocardo & Correia (2012), considera-se perífrase verbal apenas uma combinação sintático-semântica em que um verbo flexionado (auxiliar/semiauxiliar) se relaciona com uma forma verbal não flexionada (infinitivo ou gerúndio) de um outro verbo (principal ou 'auxiliado'¹⁷), com ou sem intercalação de preposição, no caso da combinação do verbo auxiliar com o verbo principal no infinitivo, sendo estas construções responsáveis pela marcação de diferentes valores gramaticais.

¹⁷Cf. Torrego (1999: 3345 ss).

Tendo por base, então, este conceito de perífrase verbal, e como foi referido na introdução, neste trabalho centrar-me-ei, apenas, na análise e descrição de sequências linguísticas em que, em PE contemporâneo, ocorrem as construções constituídas por < V prep Vinf >, excluindo as construções formadas com o gerúndio (< V Vger >). Para além destas, excluo também da descrição as perífrases de infinitivo que integram os chamados 'verbos de deslocação' ou 'verbos de movimento'.

Assim, ainda que o meu foco sejam as perífrases com construções complexas < V prep Vinf >, que desencadeiam leituras aspetuais (ou de outras categorias gramaticais) diferenciadas nas predicções em que ocorrem, serão analisadas, seguidamente, de forma menos aprofundada, as perífrases *andar a* Vinf, *ir a* Vinf e *vir a* Vinf.

Na verdade, para que esta análise seja mais abrangente e para que se fundamente a opção tomada, afigura-se necessário recorrer, agora, a construções que integram verbos de deslocação (*andar; ir; vir*) e a outras construções concorrentes, formadas com < V Vger >, de forma a explicitar algumas particularidades de uso dos diferentes tipos de construções.

Considero importante, a partir da análise e manipulação de alguns enunciados e de forma não exaustiva, recorrendo a alguns exemplos que integram as perífrases *andar a* Vinf / *andar* Vger (e, por comparação, as mesmas construções com *estar*), *ir a* Vinf / *ir* Vger e *vir a* Vinf / *vir* Vger, dar conta de uma sistematicidade de mudança de valores, valores esses que decorrem da interrelação de formas diferentes e de que os 'verbos de deslocação' constituem um bom exemplo.

Visa-se, essencialmente, mostrar que as perífrases formadas por < V prep Vinf > e < V Vger > não são, em todas as circunstâncias, meras variantes dialetais, como referido na introdução, e apresentar questões fundamentais que servem de ponto de partida para a discussão que se apresenta noutros pontos, nomeadamente, a auxiliaridade, a gramaticalização dos verbos (auxiliares/semiauxiliares) e/ou a gramaticalização das construções, o estatuto dos diferentes verbos das perífrases, a importância de se ter em conta, na análise destas construções, as propriedades das preposições que as integram.

2. As construções < V prep Vinf > e < V Vger > em PE: características diferenciadoras

É de salientar, em PE, a impossibilidade de comutação das perífrases com infinitivo e com gerúndio, quando o verbo auxiliar é *ir*, o que é evidenciado na análise de perífrases formadas com verbos de deslocação, proposta por Correia & Brocardo (2010) e Brocardo & Correia (2012). As autoras avançam algumas hipóteses, a partir de propostas desenvolvidas na literatura sobre as perífrases nas línguas românicas (entre outros, Squartini (1998), Bertinetto (2000) e Laca (2005)), que permitem caracterizar as construções perifrásticas com gerúndio, em português, centrando-se, sobretudo, nos valores temporais e aspetuais de que estas construções são marcadores.

Como ponto de partida para a descrição destas construções com verbos de deslocação, é importante assumir os valores marcados pelo gerúndio, por um lado, e as diferenças aspetuais intrínsecas (no sentido de «basic lexical meaning» (Squartini (1998)) destes verbos, por outro.

2.1. O gerúndio em português - caracterização temporal e aspetual

As formas de gerúndio simples e composto concorrem, em português, para a marcação dos valores temporais e aspetuais dos enunciados.

Em frases complexas, uma frase subordinada gerundiva permite marcar, em relação à frase subordinante, sob o ponto de vista temporal, uma ordenação de situações.

O gerúndio simples, numa subordinada gerundiva, marca, relativamente à relação predicativa da subordinante, valores temporais de anterioridade ((1) e (2)), simultaneidade ((3) e (4), ou posterioridade ((5) e (6))¹⁸:

¹⁸ Segundo Cunha & Cintra ([1984] 1986³: 488), o valor temporal do gerúndio «depende quase sempre da sua colocação na frase». Sobre a sintaxe das orações gerundivas em português, ver, entre outros, Brito (1984) e Duarte & Brito ([2003] 2006⁷).

(1) Terminando o jantar, assistiremos a um espetáculo.

[<http://www.infoescola.com/portugues/gerundio/>]

(2) Ouvindo a conversa dos filhos, a mãe entrou no quarto.

[<https://www.conjugacao.com.br/verbos-no-gerundio/>]

(3) Para muitas pessoas, a hora de ir dormir pode ser um problema. A ansiedade tira-nos o sono. Pensando nessas pessoas, o médico especialista em sono Michael Breus deu algumas soluções ao *site* Business Insider.

[<http://www.sabado.pt/ciencia-saude/detalhe/como-adormecer-mais-depressa/>]

(4) O rapaz saiu, tropeçando em tudo pela frente.

[<http://www.infoescola.com/portugues/gerundio/>]

(5) O cantor terminou o show, seguindo para o camarim.

[<https://www.conjugacao.com.br/verbos-no-gerundio/>]

(6) Os assaltantes foram presos, acalmando, assim, os moradores daquela rua.

[<http://www.infoescola.com/portugues/gerundio/>]

Por sua vez, a forma de gerúndio composto, integrada numa subordinada gerundiva, marca, em relação à subordinante, um valor temporal de anterioridade, como se pode verificar nos exemplos (7) e (8):

(7) Não tendo estudado a matéria, o Pedro tirou uma péssima nota no teste.

[<https://www.conjugacao.com.br/verbos-no-gerundio/>]

(8) Tendo dormido o suficiente, sentia-se revigorado.

[<https://www.conjugacao.com.br/verbos-no-gerundio/>]

Sob o ponto de vista aspetual, as formas de gerúndio (simples ou composto) são interpretadas, na tradição gramatical portuguesa (entre outros, Cunha & Cintra

([1984] 1986³), como marcadores do valor contínuo ou progressivo e defende-se que todas as construções formadas com um predicador no gerúndio, quer incluam verbos estativos (por exemplo, *estar*), quer verbos de movimento (por exemplo, *ir*, *vir*, *andar*) definem situações durativas.

De qualquer forma, quando se analisam os valores marcados pelo gerúndio, deverá ter-se em conta as duas categorias (Tempo e Aspeto) e, no caso das perífrases verbais, observa-se que, nestas construções, há uma sobreposição do valor aspetual em relação aos valores temporais: «[e]n las perífrasis verbales de gerundio en portugués también prevalece el valor aspectual continuativo, es decir, de desarrollo de la acción, progresión y continuidad» (Markič 2011: 139).

Antes, porém, da análise dos valores marcados pelas perífrases que integram verbos de deslocação, que se apresenta seguidamente, é importante explicitar que os estudos sobre o progressivo nem sempre assentam na mesma noção de progressividade.

De acordo com Bertinetto (2000: 1), «We have to distinguish between “progressive” as a semantic notion and as a formal manifestation (i.e. a morphosyntactic device). To convey the latter sense, I shall use the abbreviation PROG (...). Although in many cases there is a reciprocal implication, this is not always so». O autor mostra que não só PROG ocorre nas línguas românicas com o uso de dispositivos morfossintáticos específicos como as perífrases verbais, como também, em inglês, o uso de *be V-ing* nem sempre marca o valor aspetual progressivo:

«On the other hand, specialized PROG devices may also appear in contexts which have little to do with the aspectual notion “progressive”. To quote an obvious example, consider English PROG with future-time reference, as in: *I am leaving tomorrow*. (...) [I]t is clear that this usage of PROG does not convey any progressive meaning, in the proper sense of this term. Thus, the correspondence of form and meaning is not always perfect» (Bertinetto 2000: 2).

Assim, há que notar que, quando se problematiza, aqui, o valor progressivo em PE, se tem em conta, apenas, a noção de progressivo que surge na tradição gramatical inglesa (*be V-ing*), isto é, a noção de valor aspetual de processo em curso: «progressive auxiliaries are functions that require their input to denote a process. Their result is a type of state that we shall call a progressive state, which describes the process as ongoing at the reference time» (Moens & Steedman 1988: 18).

O que se pretende discutir é, efetivamente, quais as perífrases que permitem marcar este valor em PE¹⁹ e que tipo de interações se estabelecem entre as formas dessas construções para que tal possa acontecer.

2.2. *Andar e ir*: telicidade "inerente"

Como defende Laca (2006: 192), «[o]nly Spanish and Portuguese distinguish between a construction with a verb of non-oriented motion (*andar*, roughly 'walk') and a verb of oriented motion (*ir*, roughly 'go'), which are conflated in the other languages»²⁰.

Genericamente, poder-se-á dizer que os valores marcados pelas perífrases *andar a Vinf* / *andar Vger* (e também *estar a Vinf* / *estar Vger*²¹) e *ir a Vinf* / *ir Vger* (tal

¹⁹ Barroso (2009), por exemplo, considera que, em PE contemporâneo, todas as construções (*estar*; *andar*, *viver*, *ir* e *vir* + Vinf/Vger) têm como características comuns, entre outras: «(i) combinação dos predicados verbais de processo e de processo culminado (dinâmicos, durativos e menos e mais télicos) com todas as construções; (...) (vi) manifestação dos fenómenos linguísticos 'variação' e 'especialização' e do processo de 'gramaticalização'; (vii) implicação mútua aspecto lexical / aspecto gramatical (...): transformação pelo progressivo, dos 'estados faseáveis' e 'eventos' em 'estados progressivos', pelo progressivocomitativo, em 'estados habituais ou frequentativos' e, pelo progressivogradativo, em 'processos que avançam progressivamente' (+ 'interpretação iterativa')» (Barroso 2009: 3613). Na classificação proposta por este autor, as perífrases verbais de 'progressivo' são < *estar a* + infinitivo > e < *estar* + gerúndio >, as de 'progressivocomitativo' são < *andar a* + infinitivo >, < *andar* + gerúndio >, < *viver a* + infinitivo > e < *viver* + gerúndio > e as de 'progressivogradativo' são < *ir* + gerúndio >, < *vir* + gerúndio > e < *vir a* + infinitivo >).

²⁰ Dado o objetivo desta análise, que não se pretende que seja exaustiva, os dados apresentados neste ponto incidem apenas nos verbos *andar* e *ir* (fazendo-se referência a *estar* e *vir*, quando pertinente).

²¹ Sobre os valores aspetuais construídos pelas perífrases *estar a Vinf* e *andar a Vinf*, em PE, ver, entre outros, Sousa (2007). A autora mostra que, apesar de partilharem algumas propriedades, *estar* e *andar* desencadeiam valores diferenciados: «ainda que, em certos contextos, possam ser inter-substituíveis, estas formas possuem características que podem aproximá-las do ponto de vista da construção da significação, mas podem também afastar-se substancialmente» (Sousa 2007: 637).

como com *vir*)²² diferem em virtude do valor inerentemente atélico de *andar*, aproximando-se, por isso, de *estar*²³, por oposição ao valor inerentemente télico de *ir* (e *vir*):

«[l]a telicidad de < *ir* + gerundio > se distigue de otras construcciones de gerundio como < *andar* + gerundio >, cuyo auxiliar procedente de AMBULARE /* AMNARE designa el movimiento de dirección no orientada (*Juan anda por el parque*, * *Juan anda al parque*), de ahí que < *andar* + gerundio > se caracterice por denotar una acción en su transcurso sin que le interese al emisor destacar ni su inicio ni su final» (Zieliński 2011: 79-80).

É necessário notar que, quando se define a telicidade²⁴ "inerente" ou "intrínseca"²⁵, não se tem em consideração a análise das interações com configurações mais latas, que desencadeiam, evidentemente, alterações desses valores.

Em construções em que é marcado o aspeto contínuo, com verbos como *andar*, há uma diferença de uso dialetal entre o PE, em que ocorre a perífrase formada por < V prep Vinf >, e o PB, em que se usa a construção < V Vger >. Em (9) e (9'), os valores gramaticais marcados com *andar a Vinf* e *andar Vger* são equivalentes²⁶:

(9) Ela anda fazendo o trabalho (de há uns tempos para cá). (PB)

²² Veja-se a distinção estabelecida por Bertinetto (2000: 3) entre 'STATE-PROG' e 'MOTION-PROG': «The label 'St-PROG' indicates periphrases based on auxiliary verbs approximately meaning "be, stand". 'Mot-PROG' stands for periphrases based on auxiliary verbs meaning "go, come"».

²³ Sobre o progressivo e os valores marcados pela perífrase *estar Vger*, ver, entre outros, Burgos (2013).

²⁴ Recorrendo à explicitação de Campos ([1984a] 1997: 13), «[o]põem-se os verbos 'télicos' (...) ou 'transitórios' (...), cujo modo de processo implica a passagem de um limiar semântico, o atingir de uma finalidade (gr. *telos*), como por exemplo *nascer*, *morrer*, *cair*, *chegar*, *florir*, aos verbos 'atélicos' ou 'não transitórios', que remetem para processos que, em si mesmos, são independentes da ideia de limite, isto é, que podem, teoricamente, ser prolongados indefinidamente, como, por exemplo, *amar*, *andar*, *chover*, *estar*, *viver*».

²⁵ Quando se faz referência ao aspeto inerente ao verbo ('acionalidade' ou '*aktionsart*'), não se tem em consideração a estrutura temporal interna de uma dada situação, mas os traços associados ao item lexical, que permitem a sua classificação, de acordo com tipologias aspetuais (entre outras, Vendler (1967) e Moens & Steedman (1988)). As questões relativas ao aspeto lexical (*aktionsart*), aspeto gramatical e tipologias aspetuais dos predicadores serão desenvolvidas na Parte II, pontos 1., 2. e 2.1. desta dissertação.

²⁶ Confrontar com os exemplos: *Ela está a trabalhar*. (PE) / *Ela está trabalhando*. (PB)

(9') Ela anda a fazer o trabalho (de há uns tempos para cá). (PE)

No entanto, esta variação não ocorre nas construções em que o infinitivo ou o gerúndio coocorre com o verbo *ir* (ou só muito pontualmente poderá ocorrer, como se mostrará adiante). Com este verbo, as duas construções diferem, pois marcam um contraste semântico entre valores temporais e aspetuais:

(10) Ela vem falando do assunto (nos últimos dias). (PB / PE)

(10') Ela vem a falar do assunto (* nos últimos dias).

Em português, *ir*, como verbo lexical, é um 'verbo de deslocação'. Contudo, inserido em estruturas verbais complexas, perde este primeiro significado e pode funcionar quer como marcador temporal, quer como marcador aspetual. Quer num caso, quer no outro, *ir* é, segundo Correia & Brocardo (2010) e Brocardo & Correia (2012), um bom exemplo da gramaticalização de uma forma, característica que se encontra também noutras línguas.

2.3. *Ir* Vger e *Ir* a Vinf: alguns traços da caracterização aspetual

No seguimento de Laca (2005) e Squartini (1998), Brocardo & Correia (2012) mostram que a perífrase *ir* Vger ocorre preferencialmente em contextos télicos ((11) e (12)), nos quais «the construction signals a gradual tendency towards the telos» (Squartini 1998: 280), ou iterativos (13) e (14):

(11) Pouco a pouco a noite foi caindo (...)

[Squartini 1998: 280]

(12) Vai chegando o momento em que todos saberão a verdade.

[Squartini 1998: 280]

(13) Mesmo quando outros já teriam desistido, ela ia sempre tentando, e muitas vezes conseguia chegar a seus fins.

[Squartini 1998: 280]

(14) Aqui, os procedimentos foram mais lentos, mas a facilidade com que os jipes iam passando no crivo dos funcionários que os revistavam deixava todos otimistas.

[CETEMPúblico – Ext 677431-soc-92a-2]

Por sua vez, segundo Laca (2005: 49), «un certain nombre de ces périphrases contribuent à imposer des structures temporelles spécifiques (...). Ainsi, *ir* + Gér. en espagnol et portugais imposent une structure temporelle d'accomplissement graduel (...)». Por este motivo, em português, tal como acontece em espanhol²⁷, esta perífrase coocorre, por vezes, com adverbiais como *pouco a pouco*, como no exemplo (11), *passo a passo*, *gradualmente*, entre outras, marcando explicitamente e redundantemente esta ideia de progressão gradual.

A perífrase *ir* Vger pode, ainda, quando ocorre com verbos atélicos (Processos e Estados), desencadear a construção de um valor incoativo (cf. Squartini 1998: 281), independentemente de outros valores que lhe possam estar associados, como valores temporais e modais, como se pode verificar em exemplos como (15), (16) e (17):

(15) Vai pensando na proposta que te fiz! Escusas de me dar uma resposta agora! A coisa tem tempo até domingo...

[Squartini 1998: 281]

(16) Olha lá, não achas que vão sendo horas de acabarmos com a conversa e de começarmos a trabalhar?

[Squartini 1998: 281]

²⁷ Ver, entre outros, Markič (2006: 1011) e Zieliński (2011).

(17) Agora já vamos sabendo que resposta se deveria ter dado ao galego que perguntou (Saramago. Jangada de Pedra)

[Squartini 1998: 281]

Em síntese, a perífrase *ir* Vger, pelas próprias características do verbo *ir*, que traduz um movimento de direção orientada, e pelas propriedades do gerúndio, combina-se com predicadores²⁸ durativos télicos (Culminações - orientadas para alcançar um *telos*); com predicadores durativos atélicos (Processos), acompanhados de complementos que marcam a progressão gradual; com predicadores pontuais télicos (Pontos), marcando iteração, e com predicadores estativos (Estados), desencadeando processos durativos.

A perífrase *ir a* Vinf marca, também, uma deslocação orientada do acontecimento linguístico construído, mas essa deslocação é caracterizada por se poder visar, ou não, uma fronteira:

(18) «Mas não vamos a correr por aí fora», diz Isabel (...)

[CETEMPúblico – Ext 278598-soc-98a-1]

(19) Depois de, lá em casa, ter improvisado umas mentiras, fui a correr atrás dele, até ao Porto .

[CETEMPúblico – Ext 258393-nd-95b-3]

Como se pode observar, em (18) a deslocação não visa nenhuma fronteira, enquanto em (19), a coocorrência da perífrase com o sintagma preposicional *até ao*

²⁸ A classificação à qual se recorre neste trabalho é a proposta por Moens & Steedman (1988): Estados; Eventos (Culminações ou Pontos) (*events atomic*); Processos ou Processos Culminados (*events extended*). Na Parte II - ponto 1., encontrar-se-á uma explicação mais detalhada das propostas de classificação aspetual dos predicadores.

Porto, que desencadeia uma delimitação da situação²⁹, vai permitir marcar uma deslocação que visa uma fronteira.

Ir a Vinf coocorre com Processos e Eventos ((20) e (21)). Em interação com estas classes aspetuais, esta perífrase marca a direcionalidade do acontecimento, mas não desencadeia alteração dos valores aspetuais inerentes dos predicadores.

(20) Ele vai a ler. / Ele vai a ler um livro.

[Brocardo & Correia 2012: 124]

(21) [Ele] vai a pensar na resposta.

[Brocardo & Correia 2012: 124]

Por outro lado, *Ir a Vinf* manifesta restrições de coocorrência com Estados ((22) e (23)):

(22) * Olha lá, não achas que vão a ser horas de acabarmos com a conversa...

(23) * Agora já vamos a saber que resposta se deveria ter dado...

Assim, ao contrário de *ir Vger*, que coocorre com todas as classes aspetuais de predicadores, a perífrase *Ir a Vinf* combina-se com predicadores durativos télicos ou atélicos, mas manifesta incompatibilidade com predicadores estativos.

2.4. Gramaticalização de *ir* e *andar* nas construções < V prep Vinf > e < V Vger >

A análise das propriedades dos verbos *andar* e *ir* e a descrição, ainda que sucinta, das características aspetuais das perífrases formadas com estes verbos, numa

²⁹ Como se mostrará nos pontos 3. e 5.3. da Parte II, a fronteira de uma dada situação pode ser definida pela coocorrência com sintagmas preposicionais responsáveis pela sua delimitação. Sobre o valor das preposições em PE, ver, entre outros, Costa (2004b; 2010; 2011; 2014).

perspetiva sincrónica e diacrónica, conduzem-nos, necessariamente, à descrição dos dados sob o ponto de vista dos processos de gramaticalização a que teriam estado³⁰ sujeitas estas formas e/ou construções.

Efetivamente, verifica-se que muitas das propostas de análise das perífrases constituídas por verbos de deslocação, nas diferentes línguas românicas, se fundam nos processos de gramaticalização sofridos por estas formas. Por exemplo, Raposo (2013: 1228) refere que «os verbos *andar*, *chegar*, *ir* e *voltar* perdem a sua componente ligada ao movimento: em frases como *andas a perfumar-te muito, ela chegou a ligar o computador, vou pensar no assunto* ou *voltei a engolir em seco*, estes verbos não denotam movimento físico, introduzindo antes noções temporais ou aspetuais que perspetivam de várias maneiras as ações descritas pelo verbo pleno».

Tendo por base a análise de *ir* Vger e *andar* Vger³¹ em textos dos séculos XIII a XV, Correia & Brocardo (2010) e Brocardo & Correia (2012) evidenciam algumas diferenças nos processos de gramaticalização destas construções.

Segundo as autoras, «há indícios de processos diacronicamente diferenciados para as construções com *ir* e *andar*, sendo aparentemente mais tardia a gramaticalização da construção com este último verbo». (Brocardo & Correia 2012: 126). Nas fases estudadas, as duas construções marcariam já valores diferenciados e só coincidiam nas situações em que concorriam para a marcação do valor de iteração.

Uma das características que apoia a hipótese da gramaticalização de *ir* é a persistência (fator apontado como essencial nos processos de gramaticalização). Segundo o princípio da persistência (cf. Hopper & Traugott [1993] 2003), em estágios avançados dos processos de gramaticalização é possível identificar, nas formas gramaticalizadas, traços semânticos das formas origem, facto que pode interferir na sua distribuição gramatical.

As diferenças apontadas entre *andar* (que tem o significado lexical intrínseco de deslocação não orientada) e *ir* (que tem o significado lexical intrínseco de deslocação orientada) parecem permitir verificar a persistência do significado lexical original

³⁰ Sobre a hipótese da gramaticalização das formas das perífrases e das próprias construções perifrásticas, ver Parte I, ponto 4.

³¹ As autoras descrevem, também, os aspetos sincrónicos e diacrónicos da construção *vir* Vger.

inerente a *ir* (enquanto verbo pleno) na perífrase *ir* Vger, uma vez que com o sentido de deslocação se funde o sentido de direcionalidade, o que desencadeia a marcação do valor progressivo com esta construção.

Assim, enquanto as construções que integram o verbo *andar* marcam a construção de um valor meramente durativo, permitindo uma interpretação associada à ideia de deslocação temporal abstrata (pontualmente, a interpretação pode ser ambígua), o valor aspetual progressivo, caracterizável por uma deslocação gradual em direção ao *telos*, é marcado exclusivamente, em PE, pela perífrase *ir* Vger.

Em termos gerais, a descrição dos verbos franceses *aller* e *venir* que se encontra em Mortier (2005), Havu (2005), Becker (2005), Sdiri (2016), entre outros, adequa-se, com as devidas adaptações, ao português. Estes autores, tal como Correia & Brocardo (2010) e Brocardo & Correia (2012), defendem que estes dois verbos, que pertencem à classe dos verbos de movimento, exprimindo a deslocação de um lugar A para um lugar B, em sentidos opostos, passam a funcionar como marcadores temporais-aspetuais: «[L]orsque ces deux verbes sont employés avec un sens et une syntaxe différents ils n'expriment plus l'idée du déplacement spatial. Ces changements sont représentés par le processus de la grammaticalisation» (Sdiri 2016: 1). Na perspetiva destes autores, quando gramaticalizam, os dois verbos perdem o sentido de deslocação espacial e exprimem uma deslocação temporal abstrata.

A descrição das ocorrências do verbo *ir* integrado em estruturas complexas permite destringer as situações em que *ir* pode ter uma interpretação de deslocação no espaço e aquelas em que a interpretação, derivando desta³², passa a ser a de deslocação abstrata no tempo³³.

No caso do português, em construções em que *ir* ocorre no presente do indicativo, associado a um predicador no infinitivo, essas construções funcionam como marcadores do valor temporal de posterioridade³⁴:

³² Cf. Zieliński (2011: 80): «[L]a perífrase < *ir* + gerundio > suela ser interpretada por **su lectura progresiva** (...). La idea de la progresividad propia de todas las perífrasis con el auxiliar *ir* emana de la noción de movimiento espacial lento, progresivo».

³³ Algumas situações são ambíguas, podendo ser compatíveis com as duas interpretações.

³⁴ Sobre o valor temporal de posterioridade marcado pela construção *ir* Vinf, em PE, ver, entre outros, Alzamora (2002).

(24) Depois do trabalho ele vai visitar-te.

Por outro lado, quando ocorre em construções verbais complexas, com a preposição *a* e o predador no infinitivo (*ir a* Vinf), ou com o predador no gerúndio (*ir* Vger), desencadeia a marcação de valores aspetuais:

(25) Ela vai a cantar pelo caminho.

(25') Ela vai cantando pelo caminho.

Em (25) e (25'), como referem Brocardo & Correia (2012), as perífrases denotam ainda um valor ambíguo de movimento e apenas nestes casos as duas construções são equivalentes.

Assim, ao contrário do que é referido na literatura sobre o uso das duas construções em PE e PB, a análise de exemplos com outras classes aspetuais de predadores, proposta por Brocardo & Correia (2012), põe em evidência que as perífrases verbais formadas com o verbo *ir* não são meras variantes dialetais, uma vez que não são intermutáveis. O uso das duas perífrases - < V prep Vinf > e < V Vger > - não depende das variantes, uma vez que marcam valores diferenciados, não sendo intersubstituíveis.

Esta diferença é visível através da manipulação de alguns exemplos, que permitem mostrar que, em PE, a substituição de *ir* Vger pela construção *ir a* Vinf gera agramaticalidade:

(26) Os meses foram passando e o senhorio, que dizia ter mais de trinta casas, foi desculpando o atraso da vistoria com a burocracia da Câmara de Coimbra.

[CETEMPúblico – Ext 305214-soc-98b-2]

(26') * Os meses foram a passar e o senhorio (...) foi a desculpar (...)

(27) Mas, já com Barbosa a central e Matic no meio campo, o Chaves ia encontrando a melhor forma de jogar, tendo mesmo dominado por completo os últimos 20' da primeira parte .

[CETEMPúblico – Ext 503674-des-98b-1]

(27') * (...) o Chaves ia a encontrar a melhor forma de jogar (...)

(28) Quando os alemães - seus inventores - os deixaram de fabricar, tornaram-se em objecto de culto e os seus preços foram subindo.

[CETEMPúblico – Ext 447285-soc-92b-2]

(28') * (...) os seus preços foram a subir.

(29) "O sr. deputado subiu àquela tribuna para fazer de caixa de ressonância das posições infelicíssimas que o governo vem tomando sobre esta matéria nos últimos dias".

[CETEMPúblico – Ext 1179549-pol-94a-1]

(29') * (...) que o governo vem a tomar sobre esta matéria nos últimos dias.

(30) A bagagem de todos foi revistada uma primeira vez, e fez-se a divisão por grupos, para distribuir pelos 230 camiões, carrinhas e velhos autocarros escolares que foram chegando.

[CETEMPúblico – Ext 1043761-pol-94b-1]

(30') * (...) velhos autocarros escolares que foram a chegar.

Independentemente dos diferentes valores construídos, em todos estes casos *ir* Vger não pode ser substituído por *ir a* Vinf.

Baseadas nestas evidências, Correia & Brocardo (2010: 45) concluem que a alternativa entre *ir a* Vinf e *ir* Vger, em PE, «is only accepted precisely when *ir* preserves its lexical value (...) showing an apparent tendency, in EP but not in BP, for a formal distinction of the two types of construction with *ir*» (cf. (25) [*Ela vai a cantar pelo caminho.*] e (25') [*Ela vai cantando pelo caminho.*]).

Assim, em PB o gerúndio é obrigatório para a expressão das duas interpretações, isto é, quando *ir* se associa à ideia de deslocação no espaço, sendo marcado o valor chamado 'perambulative' por Bertinetto (2000)³⁵, e quando *ir* é marcador do valor aspetual progressivo.

Diferentemente, em PE, para a expressão do valor 'perambulative' podem alternar as construções *ir a Vinf* e *ir Vger* ((25) e (25')), enquanto o valor progressivo apenas pode ser marcado com a construção *ir Vger* ((26) a (30)).

O que foi referido anteriormente poderá suportar a ideia de que o valor progressivo no português contemporâneo se deve, formalmente, a diferentes construções, nomeadamente as perífrases que integram os verbos *andar* e *estar*, analisados por Oliveira ([2003] 2006⁷) como operadores aspetuais, ou as que são formadas com o verbo *ir*, quando este coocorre com o gerúndio dos predicadores.

3. Instabilidade terminológica e conceptual nas propostas de análise das perífrases verbais

A discussão anterior e a descrição dos dados numa perspetiva sincrónica e diacrónica possibilitam compreender melhor a diversidade de propostas de análise que se encontram na literatura, nomeadamente nas gramáticas históricas, como se mostra seguidamente, uma vez que as mesmas lidam, claramente, com instabilidades terminológicas e conceptuais.

Ao proceder à revisão da literatura e como ponto de partida para o trabalho que aqui se apresenta, foi feito um levantamento das propostas de descrição das estruturas verbais que configuram as perífrases verbais em gramáticas históricas do

³⁵ Na aceção de Bertinetto (2000: 36-37), o valor 'perambulative' ocorre em enunciados em que o processo de gramaticalização sofrido pelo verbo *ir* não se encontra concluído, uma vez que o verbo não perdeu ainda o seu significado lexical: «the semantic bleaching shown in most cases by the auxiliary “go” does not prevent it from preserving its original meaning in specific contexts, where this periphrasis plays the role of a “perambulative” construction».

português³⁶, verificando-se que há uma grande disparidade na forma como são analisadas estas construções.

Das explicações e dos exemplos apresentados, conclui-se que, na maioria dessas gramáticas, o termo 'perífrase' é usado para designar as formas compostas dos verbos.

Em Nunes ([1919] 1989⁹) e Williams ([1938] 1961⁶), por exemplo, a referência às perífrases verbais apenas se encontra associada à explicação da formação do futuro e do condicional. Nas restantes gramáticas, os autores apresentam uma descrição um pouco mais alargada das construções que consideram perífrases verbais, explicitando algumas diferenças entre elas, bem como recorrem a um número mais significativo de exemplos. No entanto, a sua análise não permite, ainda, estabilizar o conceito de perífrase. É o que se verifica nos textos de Reinhardstoettner (1878) e Michaëlis de Vasconcelos ([1946] s.d.), em que o termo 'perífrase' é sinónimo de forma composta ou forma analítica, sendo que os autores apenas dão como exemplo os tempos compostos dos verbos. Na gramática de Huber ([1933] 1986), é também dos tempos compostos que o autor se ocupa, se bem que, sem que apresente exemplos ou desenvolva o assunto, mencione como auxiliares os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *andar* e *ir*.

Uma aceção mais lata pode ser encontrada nas gramáticas de Said Ali ([1931] 1964³) e Câmara Jr. (1975), uma vez que os autores usam a designação de perífrase, quando fazem referência a composições de duas formas verbais, com ou sem intercalação de preposições. A abordagem apresentada por estes dois autores é mais detalhada, com maior número de exemplos.

Ainda assim, Said Ali (*op. cit.*) propõe uma análise comum a todas as formas analíticas, defendendo que não se devem distinguir tempos compostos e conjugação perifrástica. Este autor (*op. cit.*) considera que, nos dois tipos de estruturas, há composição de duas formas verbais, o verbo nocional e o verbo 'relacional'³⁷, sendo que a aceção própria do verbo relacional sofre apagamento ao constituir-se como

³⁶ As gramáticas que considerei, tendo em conta a data da sua publicação, foram as dos seguintes autores: Reinhardstoettner (1878); Cornu (1888); Leite de Vasconcellos ([1911] 1966⁴); Nunes ([1919] 1989⁹); Said Ali ([1931] 1964³); Huber ([1933] 1986); Williams ([1938] 1961); Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.); Câmara Jr. (1975).

³⁷ Esta designação é usada por Said Ali ([1931] 1964³) relativamente aos verbos flexionados que integram as perífrases verbais.

suporte do verbo nocional. Esta mesma posição é defendida por Câmara Jr. (1975), que faz referência a escalas de gramaticalização, ou seja, a diferentes graus de significação lexical do verbo auxiliar.

Como se verifica, a proposta destes dois autores remete já para a questão da gramaticalização, questão que é fundamental, não apenas para a classificação dos verbos que integram as diferentes estruturas verbais complexas, como também para a explicação do seu funcionamento, bem como para a estabilização destes conceitos.

Esta consulta das diferentes gramáticas históricas, não permitindo diferenciar estruturas verbais complexas, nem definir quais podem ser classificadas como perífrases verbais, foi importante, uma vez que pôs em evidência que não é possível fazer um trabalho sobre perífrases sem nos depararmos, constantemente, com o problema da classificação do primeiro verbo destas construções (verbo auxiliar/ verbo semiauxiliar).

A designação de verbo auxiliar é comumente usada, mas a classificação desse tipo de verbos está longe de ser uma questão pacífica, tratada de forma uniforme³⁸. Globalmente, um verbo é considerado auxiliar, quando integra uma estrutura complexa ou analítica em que coocorre com outro verbo. Esta aceção genérica assenta na posição dos verbos flexionados que integram diferentes construções e não na sua classificação apoiada por critérios específicos.

Por este motivo, nos pontos seguintes deste texto, apresenta-se uma reflexão sobre a gramaticalização dos verbos e sobre a questão da auxiliaridade³⁹, o que permitirá distinguir construções verbais complexas, designadamente, perífrases verbais, tempos compostos, locuções verbais.

³⁸ Na sua obra sobre verbos auxiliares, Pontes (1971), por exemplo, refere que falar dos verbos auxiliares implica falar de diversas combinações de verbos, ou de diferentes complexos verbais e, em Português, «[e]ncontramos sequências de até quatro verbos encadeados (...). Se considerarmos a construção passiva, podemos ter cinco.» (Pontes 1971: 45). Face a esta diversidade de estruturas, para definir o que são verbos auxiliares, defende a autora que é necessário saber o que se entende por 'tempos compostos', por 'locuções verbais' e por 'conjugação perifrástica'.

³⁹ Ainda que a discussão em torno da classificação dos verbos (auxiliares/semiauxiliares) não seja relevante dentro do quadro teórico em que se inscreve este trabalho, não poderei deixar de abordar esta questão, dado que aparece como central em muitos dos estudos sobre perífrases verbais. Por uma questão prática, ao longo deste trabalho uso a designação de verbo 'auxiliar' em sentido lato, de acordo com a globalidade da literatura, sem atender às propriedades que caracterizam estes verbos, ou à distinção entre verbos auxiliares e semiauxiliares, de que darei conta no ponto 5 - Parte I.

4. As perífrases verbais e os processos de gramaticalização

Como referi anteriormente, é frequente encontrar-se o conceito de perífrase verbal associado a processos de gramaticalização, sendo esta uma hipótese de explicação dos processos de auxiliarização.

Assumindo-se a hipótese da gramaticalização, duas questões se afiguram importantes:

- perceber se o conceito de gramaticalização é pertinente para a estabilização do conceito de auxiliar e para a delimitação do conceito de perífrase verbal;
- verificar se, no caso particular das perífrases verbais, os processos de gramaticalização se operaram isoladamente, sobre cada uma das formas que integram estas construções, ou se foram as construções, no seu todo, que foram sujeitas a escalas de gramaticalização.

Segundo Hopper & Traugott ([1993] 2003: 1), a gramaticalização é um processo linguístico diacrónico e sincrónico, referindo-se o termo gramaticalização «to the part of the study of language change that is concerned with such questions as how lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions or how grammatical items develop new grammatical functions».

Assim, entende-se por gramaticalização a passagem gradual de um item e/ou de uma construção de uma categoria lexical para uma categoria gramatical - a chamada gramaticalização primária - ou de um plano menos gramatical para um plano mais gramatical - gramaticalização secundária (cf. Norde 2012: 73)⁴⁰.

Refira-se que, segundo Traugott (2008: 220), foi Meillet (1912)⁴¹ o primeiro a usar o termo gramaticalização como resultado de uma reanálise⁴²:

⁴⁰ «The term 'grammaticalization' has been used to refer to changes from lexical item to grammatical item ('primary grammaticalization'), and from grammatical item to 'more grammatical' item ('secondary grammaticalization')» (Norde 2012: 73).

⁴¹ Cit in Traugott (2008).

⁴² Em trabalhos recentes, nomeadamente Mendes (2013: 249-293), entre outros, são feitas considerações sobre a gramaticalização e, em particular sobre reanálise e analogia.

«He considered “lexical items” to be the source of most instances of grammaticalization, but also included word order, and lexical items in context of phrases. (...) Such contexts have often been called “constructions” in the literature on grammaticalization, and have been seen as the source as well as the outcome of grammaticalization».

Desta forma, a gramaticalização era perspectivada como um processo histórico diacrónico unidirecional, sendo definida, primeiramente, como a atribuição de um carácter gramatical a uma palavra que o não tinha antes. Sublinha-se que a unidirecionalidade é uma das características fundamentais nos trabalhos sobre gramaticalização.

Diferentemente, Hopper & Traugott ([1993] 2003), entre outros, perspectivam a gramaticalização como o estudo de formas gramaticais vistas como entidades inseridas num processo e não como objetos estáticos, isto é, como um processo de mudança linguística em que itens lexicais passam a assumir funções gramaticais, ou elementos gramaticais passam a exercer outras funções gramaticais. O processo de gramaticalização traduz-se numa transição realizada de forma gradual, por etapas, ou *cline* (cf. Hopper & Traugott [1993] 2003: 6). O *cline*, ou escala de gramaticalização, representa um percurso contínuo e unidirecional.

4.1. A gramaticalização como critério de construção de auxiliaridade

Alguns autores, como se mostra seguidamente, recorrem, implícita ou explicitamente, ao conceito de gramaticalização, ou à noção de esvaziamento lexical, para classificar os verbos auxiliares das perífrases. Defendem que o funcionamento dos verbos como auxiliares, nestas construções verbais, decorre de um processo de esvaziamento lexical, ou perda do seu valor semântico.

Por exemplo, Reinhardstoettner (1878: 358) afirma que *ter* perde a sua significação de posse, quando empregue como auxiliar⁴³, e Câmara Jr. (1975: 164) refere-se mesmo a escalas de gramaticalização das perífrases verbais, ou seja, a diferentes graus de significação lexical do auxiliar, considerando que «na gramaticalização mais forte, o auxiliar está com a significação lexical esvaziada e se tornou um mero índice da categoria que se destina a exprimir».

Por sua vez, Said Ali ([1931] 1964³) não recorre ao conceito de gramaticalização, mas sublinha, por diversas vezes, a ideia de que um verbo auxiliar é uma «expressão subsidiária», «um vocábulo de significação extinta (*ser*, *estar*), ou de significação incompleta (*parecer*, *ficar*), ou de sentido latente (*andar*, *ir*, *vir*)» (Said Ali [1931] 1964³: 158). Relativamente, por exemplo, ao uso de *ser* e *estar* com adjetivos ou substantivos que indicam o estado ou condição do sujeito, o autor diz que o sentido existencial de *ser* e a noção concreta do verbo *estar* se apagaram completamente (cf. Said Ali [1931] 1964³: 157). Segundo o autor os verbos auxiliares ('relacionais') perdem «a significação concreta que a princípio tiveram ou ainda têm em outras construções» (Said Ali [1931] 1964³: 157), isto é, são aqueles «cuja acepção própria se apaga ou modifica por virem combinados com outro termo» (Said Ali [1931] 1964³: 158).

Na mesma linha, Cuesta & Luz (1971: 429) dão o nome de conjugação perifrástica à «combinação dum verbo que perdeu o seu sentido próprio para se converter em auxiliar com o infinitivo (precedido ou não duma preposição ou da conjunção *que*), gerúndio ou particípio de outro verbo cujo significado precisa ou modifica».

Também para Azeredo (2008), por exemplo, no verbo auxiliar ou 'de ligação', o que temos é o «sentido léxico de verbo esvaziado». Segundo o autor, «o efeito mais óbvio da gramaticalização de certos verbos é a passagem deles a verbos auxiliares e a verbos de ligação» (Azeredo 2008: 201-202).

A noção de que a auxiliaridade corresponde à recategorização de verbos plenos em auxiliares, por efeito de processos de gramaticalização, encontra-se também em Mendes (2013: 250). Esta autora refere que se verifica que, por exemplo, os verbos

⁴³ «[T]enere, ohne die ausgeprägtBedeutung des Besitzens» (Reinhardstoettner 1878: 358).

plenos com valor de posse, em várias línguas, nomeadamente em português (*ter*), francês (*avoir*) e inglês (*to have*), «sofrem frequentemente um processo de gramaticalização mediante o qual são recategorizados como verbos auxiliares que ocorrem na formação dos tempos compostos». Raposo (2013: 1222-1223), por sua vez, assume que «praticamente todos os verbos auxiliares e semiauxiliares têm também um uso como verbos plenos, em que funcionam como predicadores e selecionam argumentos», e, por isso, estes verbos são «originariamente, verbos plenos cooptados para um uso como verbos auxiliares; neste processo, perdem o seu estatuto de predicator, a capacidade de selecionarem argumentos e, em maior ou menor grau, o seu sentido descritivo (...)».

Parece então pertinente verificar se, efetivamente, o conceito de gramaticalização é operacional para a classificação dos verbos auxiliares.

A proposta de Lehmann (2008) vai nesse sentido, pois é com base no conceito de gramaticalização que este autor, no seu trabalho sobre a auxiliarização de *ficar*, explica a classificação desse verbo como auxiliar, quando afirma:

«Por *auxiliarização* entende-se a passagem de um verbo lexical pleno a um (verbo) auxiliar, como processo de variação sincrónica e diacrónica. É um processo de *gramaticalização* com todas as propriedades típicas desse tipo de mudança gramatical: o verbo perde os seus traços semânticos mais concretos e torna-se um meio estrutural de ligar o predicado ao sujeito. Combina-se com formas infinitas de verbos plenos como segundo dependente e começa a formar, junto com estas, formas perifrásticas da conjugação do verbo pleno que entram no paradigma de aspectos e vozes» (Lehmann 2008: 2).

Para suportar a sua proposta, Lehmann (2008) demonstra o processo de gramaticalização do verbo *ficar* através de ocorrências registadas em documentos dos séculos XIII a XX e recorre aos conceitos de ‘significado básico’ e ‘significado

genérico'⁴⁴, para explicar as diferentes ocorrências do verbo, em diversas atestações diacrônicas.

Segundo o autor, o significado básico do verbo é o que está na base de todos os seus sentidos, o ponto de partida numa perspectiva diacrônica, o conjunto de traços semânticos do verbo, e o significado genérico é o conjunto de interseção de todos os sentidos, o que estes têm em comum, o resultado do desenvolvimento semântico, o subconjunto do conjunto de traços semânticos que constituem o significado básico.

Para Lehmann (2008: 3) «[o] significado básico de *x fica P* é '*x permanece P*', isto é, 'até um ponto temporal de referência *t*, *P(x)* e depois de *t*, ainda *P(x)*'" em que, "no caso prototípico, *P* representa uma situação local, ou seja, a construção prototípica é *x fica [em algum lugar]*", enquanto [o] significado genérico de *x fica P* é 'a partir de um ponto temporal de referência *t*, *P(x)*'».

Na perspectiva do autor, por exemplo, do desenvolvimento semântico de *ficar* resultam as suas variantes, associadas a três fatores⁴⁵:

- o significado lexical de *P*;
- a estrutura interna (sintática e morfológica) de *P*;
- o aspeto/tempo de *ficar*.

Quanto ao significado lexical de *ficar*, Lehmann (2008) descreve as três variantes associadas a enunciados como os que se apresentam seguidamente:

(31) O copo caiu ao chão e ficou inteiro.

(32) Ele ficou espantado com a notícia.

(33) A fruta ficou madura.

⁴⁴ Conceitos introduzidos por Jakobson (1936).

⁴⁵ Neste seu artigo, o autor apenas se refere aos dois primeiros fatores e não explora o terceiro, o que me parece ser necessário, como mostrarei, quando fizer uma análise mais alargada dos diferentes valores construídos nas perífrases que irei descrever.

No exemplo (31) o significado de 'x *ficar* P' é 'x *permanecer* P', em que P representa um estado que não tem fronteira inicial intrínseca, mas contrasta com o seu contrário e então $P(x)$ é anterior a t e pode ter a seguinte representação: $P(x) < t$.

Se 'x *ficar* P' tem o sentido ingressivo 'x *tornar-se* P', como em (32), então P representa um estado que tem fronteira inicial intrínseca e essa fronteira identifica-se com t: antes de t, $\neg P(x)$ e $P(x)$ depois de t: $[\neg P(x) < t \text{ e } P(x) > t]$.

Se o significado lexical de 'x *ficar* P' é 'x *tornar-se* P', com sentido resultativo, sentido que se encontra no exemplo (33), então P é o resultado de um processo que leva a ele, ou seja, 'x *ficar* P' é interpretado como 'até t x está envolvido num processo que leva a P, x atravessa a fronteira t e começa $P(x)$ ' (cf. Lehmann 2008: 4).

Quanto à estrutura interna (sintática e morfológica) das construções que integram *ficar*, segundo Lehmann (2008), se em 'x *ficar* P', P é um participípio, encontramos o sentido resultativo; se P é um gerúndio, temos o sentido imperfetivo.

Para demonstrar o desenvolvimento de *ficar*, Lehmann (2008) apresenta ainda a história documentada do verbo, defendendo que várias atestações mostram que as diversas construções sintáticas de *ficar* (*ficar* + sintagma adverbial; *ficar* + sintagma adjetival; *ficar* + nominal; *ficar* Vpp; *ficar* prep Vinf; *ficar* Vger) se encontram desde o início da história da língua.

De uma forma sintética e de acordo com o autor, pode afirmar-se que *ficar* tem o significado básico de *permanecer*, sendo um verbo intransitivo e apresentando como dependente pós-verbal um adverbial local, ou que tem o significado genérico de *tornar-se* (*estar, a partir de um dado momento*) e tem como dependente pós-verbal um sintagma nominal ou adjetival. As duas construções (*ficar* + sintagma adverbial e *ficar* + Vpredicativo) constituem, segundo Lehmann (2008), pontos de partida para o desenvolvimento de empregos auxiliares do verbo.

Neste sentido, *ficar* + adverbial expandiu-se para *ficar* + sintagma preposicional. Nas estruturas *ficar* + preposição emprega-se como complemento da preposição o infinitivo, em lugar do sintagma nominal, o que se justifica porque, sintaticamente, o infinitivo é um substantivo verbal. Assim, segundo o autor, a construção '*ficou por rey*' forneceu a base estrutural para construções como, por exemplo, '*ficou por pagar*'. Por

outro lado, *ficar* + adjetivo (*ficar triste*) serviu de base estrutural a *ficar* + Vpart, já que o participio é um adjetivo verbal (*ficar torvado*).

De acordo com Lehmann (2008: 7ss), deste desenvolvimento emerge o significado genérico de *ficar* e com base nele as estruturas são reinterpretadas como perifrásticas, isto é, *ficar* entra no paradigma de conjugação de verbo pleno dependente. Este paradigma é possibilitado pela existência anterior de formas verbais perifrásticas como *ser* e *estar* (*estar a* Vinf ou *ser/estar* Vpart) que serviram de modelo às perífrases com *ficar*. Como resultado da auxiliarização de *ficar* surge o emprego de *ficar* Vger, o que é propiciado, porque o gerúndio é um advérbio deverbal que encaixa na estrutura *ficar* + advérbio, e também porque a construção *estar* Vger já estava bem fixada e lhe serviu de modelo.

Assim, segundo o autor, a auxiliarização de *ficar* estava programada e as razões que justificam o seu uso como auxiliar prendem-se com o facto de *ficar* possuir todas as propriedades semânticas e sintáticas de um verbo existencial e de uma cópula, ser curto, ao contrário de *permanecer*, e já estar bem estabelecida a conjugação perifrástica que empregava auxiliares que provinham de verbos existenciais e de cópulas, ou seja, esta era uma estratégia disponível que se expandiu para *ficar*.

Na mesma linha, também Brocardo (2006) defende que é o facto de terem propriedades semânticas e sintáticas de verbos existenciais e de cópulas que justifica que determinados verbos entrem em processos de auxiliarização⁴⁶.

Apesar de não recorrer ao conceito de gramaticalização para a explicação do processo diacrónico ocorrido com os verbos *haver* e *ter*, como acontece com outros autores⁴⁷, Brocardo (2006) refere que este processo resulta da dessemantização e esvaziamento lexical dos referidos verbos.

A autora apresenta argumentos para a sua proposta de inclusão dos verbos *haver* e *ter*⁴⁸, como verbos plenos, em estruturas transitivas, na classe dos estativos

⁴⁶ Ver, a este propósito, também, Correia (2011), entre outros.

⁴⁷ «Alguns autores têm tratado o processo de ‘dessemantização’ sofrido por alguns verbos em certos contextos recorrendo ao conceito de ‘gramaticalização’» (Brocardo 2006: 99).

⁴⁸ No seu artigo, Brocardo (2006) apresenta uma descrição do funcionamento dos verbos (*h*)*aver* e *ter* em português medieval, a partir de dados recolhidos em textos dos séculos XIV e XV, com vista a

locativos, pois considera que incluí-los nessa classe permite explicar as diferentes estruturas em que tais verbos ocorrem e exprimem ‘posse’, podendo esse valor ser marcado «através, por exemplo, de estruturas atributivas, com verbos copulativos, ou existenciais, que integram igualmente esta classe. Notem-se as correspondências (...) entre estruturas do português (e de outras línguas românicas) do tipo *tenho fome* e o inglês *I’m hungry*» (Brocardo 2006: 101).

Brocardo (2006) refere ainda que, de acordo com a proposta de Heine (1996), a resposta à questão «why do expressions for predicative possession frequently resemble expressions for identification, description, existence, equation, and/or location?» pode ser encontrada, com recurso ao conceito de gramaticalização assumindo que «the majority of schemas employed for the grammaticalization of predicative possession involve predicates whose original meaning has to do with location, existence, and the like» (Brocardo 2006: 102).

Com base em dados relativos às ocorrências de *haver* e *ter* como verbos plenos, esta autora começa por questionar a definição habitual das estruturas em que os mesmos ocorrem como ‘estruturas de posse’, uma vez que muitas atestações não se enquadram nessa caracterização semântica, que pressupõe «uma identificação do sentido dos verbos *aver* e *ter* como mais ou menos equivalente de “possuir”. Este tipo de caracterização (...) não se adequa a todas as ocorrências destes verbos» (Brocardo 2006: 97).

A partir dos dados do português medieval relativos ao funcionamento dos verbos *ter* e *(h)aver*, Brocardo (2006) faz o levantamento de ocorrências em que esses verbos, ao intervir na formação de predicados complexos, apresentam uma caracterização semântica diferente e, na linha de Duarte ([2003] 2006⁷), classifica esses verbos como verbos leves ou verbos de suporte, admitindo que «essa possibilidade de funcionamento decorre de um esvaziamento lexical, tornando, portanto, inadequada a sua caracterização nesses contextos como verbos exprimindo “posse”» (Brocardo 2006: 99). Contudo, o processo de esvaziamento lexical dos verbos

permitir um «conhecimento mais aprofundado do processo diacrónico ocorrido em português relativo à substituição de *aver* por *ter*» (Brocardo 2006: 95).

leves não é total, sendo preservada a grelha argumental que o verbo tem como verbo pleno (cf. Duarte [2003] 2006⁷: 312).

Com base nesta proposta, Brocardo (2006) considera que um ponto de partida para a análise dos dados do português medieval poderá ser a separação das ocorrências de *haver* e *ter* como verbos plenos, exprimindo tipicamente estados, das ocorrências destes verbos como verbos leves, que entram na formação de predicados complexos com uma interpretação eventiva.

Assim, partindo de critérios semânticos, a autora propõe uma classificação e descrição destes verbos que pretende dar conta dos seus diferentes funcionamentos nos dados recolhidos, em que foram identificados diferentes valores marcados por eles, em três tipos de estruturas diferentes:

- *aver* / *ter* estativos locativos, em estruturas transitivas;
- *aver* / *ter*, com funcionamento de estativos-epistémicos;
- *aver* / *ter*, com funcionamento de verbos leves, integrando predicados complexos.

Centrando-me na descrição que Brocardo (2006) faz do funcionamento destes verbos como verbos leves, o que nela é importante destacar, para a análise que aqui desenvolvo, é sobretudo a comparação entre o emprego de *haver* e *ter* como verbos leves e como verbos auxiliares⁴⁹.

Segundo a autora, os verbos leves «mostram estabilidade ao longo de vários períodos de tempo e o esvaziamento que sofrem, não é, como no caso dos auxiliares, consequência de um processo diacrónico cujo resultado determine ou possa vir a determinar a sua reanálise como morfemas gramaticais» (Brocardo 2006: 113).

Em relação aos verbos auxiliares, Brocardo (2006: 113) defende que se passa o contrário, uma vez que, na mudança verificada em *ter* e *haver* como auxiliares em estruturas de tempo composto, os verbos sofreram um esvaziamento lexical, num percurso diacrónico que acaba por resultar no seu funcionamento como elementos meramente funcionais ou gramaticais.

⁴⁹ Sobre a gramaticalização dos verbos auxiliares e verbos leves, ver, também, entre outros, Cennamo (2007).

Como a autora mostra noutros trabalhos, este processo não ocorreu apenas com *ter* e *haver*. Como se referiu anteriormente, a propósito da perífrase *ir* Vger como marcador do valor progressivo em PE, a integração de *ir* nesta construção tem por base um processo de gramaticalização.

Na proposta de Lehmann (2008), como foi referido anteriormente, é também a gramaticalização de *ficar* que possibilita a ocorrência desse verbo em estruturas verbais complexas. Segundo o autor, a auxiliarização de *ficar* decorre de um processo gradual de gramaticalização, processo esse que se manifesta na variação sincrónica, revelando-se na polissemia do verbo, e na variação diacrónica, manifestando-se no seu emprego como verbo lexical com o sentido pleno original e, ao mesmo tempo, como verbo auxiliar.

Esta generalização de Lehmann é posta em causa por Correia (2010), que afirma que, quando se analisam diferentes ocorrências de *ficar* e se procede ao levantamento e descrição dos diferentes valores que essas ocorrências definem, «não parece ser possível aceitar a existência de uma generalização unificadora sobre uma auxiliarização de *ficar* em PE» (Correia 2010: 154).

A posição de Correia (2010), permite sublinhar duas das questões que foram destacadas no início. Uma prende-se com o facto de se assumir o processo de gramaticalização dos verbos que integram, em posição de auxiliarização, construções verbais complexas; outra relaciona-se com a problematização das propostas que assumem a gramaticalização como critério suficiente para a estabilização do conceito de verbo auxiliar.

A propósito do estatuto de *ficar*, por exemplo, Correia (2010: 155) salienta que os argumentos de Lehmann (2008) podem ser considerados necessários, uma vez que contribuem para uma estabilidade categorial deste verbo, mas não são suficientes. Na sua perspetiva, tais argumentos permitem assumir «que *ficar* é (ou constitui) um caso paradigmático de gramaticalização em Português» (Correia 2010: 156), mas seria necessário um trabalho de âmbito mais alargado que permitisse avaliar a abrangência desta hipótese para, por exemplo, discutir a estabilização do conceito de auxiliar ou de semiauxiliar. Considera a autora que é mais pertinente proceder a uma descrição das

diferentes configurações disponíveis na língua que permita uma reflexão sobre os diferentes valores que aquele verbo manifesta.

Esta posição é assumida pela autora, também, num trabalho sobre os verbos *ser* e *estar*, em que defende que os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos⁵⁰ e que «suportam a opção de auxiliarização destes verbos em razões que se prendem inerentemente com processos de gramaticalização de verbos existenciais vs verbos de posse» (Correia 2011: 14) têm necessariamente de passar, de futuro, pela análise das propriedades nocionais associadas a esses verbos e pela descrição do funcionamento dos verbos auxiliares, no sentido de «definir e estabilizar os valores manifestados pelas diferentes ocorrências de verbos como *ser* e *estar*, em configurações diferentes, numa mesma língua (ou em línguas diferentes)» (Correia 2011: 18).

Neste sentido, apesar de recorrer ao conceito de gramaticalização para explicar que, por exemplo, nas perífrases em que o auxiliar está fortemente gramaticalizado se torna mais difícil encontrar intercalação de outros elementos, Torrego (1999) não apoia a tese de que um verbo é auxiliar quando perdeu, em parte ou na totalidade, o seu significado original, ou seja, quando gramaticalizou completamente ou parcialmente. Para este autor, o conceito de auxiliar «se desprende sempre del hecho perifrástico y no al revés, por lo que és una noción sintáctica y no semântica» (Torrego 1999: 3346).

Segundo Torrego (1999: 3345) não é correto pretender fundar a auxiliaridade perifrástica na maior ou menor perda semântica do verbo, por diversas razões, nomeadamente pelo facto de haver perífrases verbais em que o verbo auxiliar mantém o seu significado original. Veja-se, como exemplo, *começar a trabalhar* / *começar o trabalho* ou o verbo *costumar* que tem sempre associado a si a ideia de ‘frequência’.

Por outro lado, não é fácil estabelecer, sincronicamente, quando se inicia o processo de dessemantização de um verbo e há verbos que integram construções complexas que marcam diversos valores gramaticais, como *dever* (dúvida; obrigação;

⁵⁰ Além dos estudos sobre gramaticalização já referidos, é de mencionar, também, o trabalho de Ratzlaff & Ratzlaff (2007) que propõem uma análise multilingue dos processos de auxiliarização com verbos com os valores de *to be* e *to have*. Nesse trabalho, os autores apresentam uma perspetiva baseada não só na análise de línguas geneticamente relacionadas, mas também de línguas diferenciadas do latim: «Auxiliation with *to be* and *to have* is a phenomenon present throughout the verbal systems of language groups which are not considered genetically related.» (Ratzlaff & Ratzlaff 2007: 153).

probabilidade) ou *poder* (capacidade; permissão; possibilidade), não sendo pertinente colocar a questão de qual dos significados ou valores está mais ou menos próximo ou distanciado do significado originário do verbo.

Além disso, o processo de dessemantização ocorre, tanto em estruturas perifrásticas, como noutras, como os exemplos seguintes permitem verificar:

(34) O João anda a dizer que se sente doente.

(35) O João anda triste nos últimos tempos.

Na mesma linha, Markič (2011) e Drzazgowska (2011), por exemplo, defendem que a gramaticalização a que estiveram sujeitos certos verbos não pode ser o critério em que se baseia a explicação da auxiliaridade nas estruturas perifrásticas, uma vez que, por exemplo, sobretudo na perífrase verbal com valor incoativo *começar a* Vinf, o verbo auxiliar não é dessemantizado. Neste sentido, e de forma a justificar esta posição, Drzazgowska (2011: 108) afirma o seguinte:

«Se supuséssemos que o auxiliar é o verbo vazio, isto é, que só tem significado gramatical e é desprovido do significado lexical, seria preciso eliminar da análise das perífrases verbais a construção *começar a + infinitivo*. (...) Se supuséssemos que o auxiliar nem sempre perde, ou nem sempre perde do mesmo modo, o seu valor lexical, o estudo sobre as construções perifrásticas abrangeria, entre outras, a análise da perífrase *começar a + infinitivo*.»

De forma mais explícita e partindo das propostas teóricas sobre perífrases verbais do espanhol, Markič (2011) refere que, embora os valores semânticos recaiam essencialmente sobre o verbo principal, numa perífrase verbal o verbo auxiliar também pode marcar valores léxico-semânticos, pois a dessemantização, sendo essencial no processo de gramaticalização, não é homogénea nem obrigatória no caso destes verbos: «[a] menudo el auxiliar mantiene su significado original parcial o, en

algunos casos, como *empezar/comenzar a + infinitivo*, pleno. En el caso de los verbos de movimento en función de auxiliares las perífrasis verbales mantienen frecuentemente un valor semântico de dinamicidad» (Markič 2011: 129).

Este facto é evidenciado, por exemplo, por Sdiri (2016: 4) que distingue dois tipos de gramaticalização: uma gramaticalização total e uma gramaticalização parcial. Segundo o autor, na gramaticalização total, um item perde todo o seu sentido inicial e transforma-se num morfema gramatical, enquanto na gramaticalização parcial a forma sujeita a transformação mantém parte do seu sentido, mas perde a sua autonomia sintática, pelo que a gramaticalização é incompleta no plano semântico.

Por sua vez, no que diz respeito à gramaticalização, em Raposo *et al.* (2013) encontra-se alguma ambiguidade na forma como a auxiliaridade é considerada, uma vez que, por um lado, é salientada a importância dos processos de gramaticalização dos verbos que integram as estruturas verbais complexas e, por outro, defende-se que alguns verbos auxiliares não estão sujeitos a estes processos, não se tendo em conta as situações em que os mesmos asseguram a marcação de valores diferenciados:

«Os verbos auxiliares aspetuais como *acabar (de)*, *começar (a)* e *continuar (a)* constituem um caso particularmente interessante, já que o seu significado enquanto verbos plenos se esgota na sua componente aspetual. Por outras palavras, os verbos plenos significam o mesmo que os verbos auxiliares. Assim, *começar* marca o início de uma situação, *continuar*, a sua parte intermédia em progresso e *acabar* a sua parte terminal (...). Não há, portanto, qualquer perda de significado na transição entre os usos, pelo simples motivo de que a componente descritiva destes verbos se esgota na sua componente aspetual.» (Raposo 2013: 1229)

Efetivamente, esta afirmação é, de alguma forma, contraditória, se se tiver em conta, por exemplo, que a perífrase *acabar de* Vinf pode marcar dois valores diferentes, o que é, inclusivamente, explicitado pelo autor:

«Este verbo apresenta também a particularidade de poder, em determinados casos, receber uma leitura temporal, que se sobrepõe à leitura aspetual, e na qual localiza o evento descrito pelo predicado num momento imediatamente anterior à enunciação, uma leitura que é muitas vezes reforçada pelo uso de expressões adverbiais de localização temporal como *mesmo agora* ou *há um instante* (...) ou pela possibilidade de usar o presente do indicativo. (...) Em particular, quando o predicado é de natureza pontual (...), o verbo auxiliar *acabar (de)* tem necessariamente essa leitura temporal, mesmo sem o apoio de adjuntos adverbiais» (Raposo 2013: 1270).

Com base no exposto, pode afirmar-se que a discussão em torno da gramaticalização das construções verbais complexas permite ressaltar questões distintas, que se prendem, ora com a classificação de verbos auxiliares, ora com o uso desses verbos enquanto marcadores de valores de diferentes categorias gramaticais.

Assumir a hipótese da gramaticalização não depreende, então, defender que este processo permita classificar os verbos que integram estruturas verbais complexas e delimitar o conjunto de verbos classificados como auxiliares.

A discussão em torno da classificação dos verbos auxiliares e das propostas de delimitação desses verbos, assentes em critérios sintáticos, que se apresenta no ponto 5., leva-me a defender que não deve ser a gramaticalização a fundamentar a classificação dos verbos auxiliares.

No mesmo sentido e na linha de, entre outros, Torrego (1999) e Markič (2011), considero que, ainda que se assuma a hipótese da gramaticalização dos verbos que integram construções verbais complexas, ou seja, independentemente do facto de se verificar que esse processo se encontra patente no emprego desses verbos, a gramaticalização não permite, também, a estabilização do conceito de perífrase verbal.

Para que seja possível que a hipótese da gramaticalização permita essa estabilização, deverão ser desenvolvidos estudos num âmbito mais alargado,

nomeadamente, estudos comparativos entre as diferentes construções verbais complexas⁵¹.

4.2. As perífrases verbais: gramaticalização de formas e/ou gramaticalização de construções

Do que foi referido acima, verifica-se que, para vários autores, a produtividade de determinadas construções verbais complexas tem na sua origem processos de gramaticalização, ou seja, muitos apresentam argumentos que sustentam a importância das mudanças diacrónicas sofridas por certos verbos que, sujeitos a escalas de gramaticalização, quando integrados em estruturas verbais complexas, asseguram a marcação de diferentes valores gramaticais.

Assumindo-se esta hipótese, no caso particular das perífrases verbais, uma outra questão pode ainda, então, ser debatida, como se referiu no início, e que se prende com saber se os processos de gramaticalização se operaram isoladamente, sobre cada uma das formas que integram estas construções, ou se foram as construções, no seu todo, que foram sujeitas a escalas de gramaticalização⁵².

Tomando como exemplo a perífrase *deixar de Vinf*, podemos encontrar em Silva (1999)⁵³ alguns dados que nos permitem desenvolver esta discussão, na medida em que o autor mostra como os dois valores marcados por esta construção, em PE contemporâneo, se encontram documentados, desde cedo, no português.

Como se mostrará de forma mais detalhada na Parte III, ponto 3.3., em PE contemporâneo, a perífrase *deixar de Vinf* pode marcar valores distintos, o que se pode verificar através dos exemplos seguintes:

⁵¹ Neste trabalho não será desenvolvida esta questão, por considerar que ultrapassa o âmbito do mesmo e porque penso ser mais pertinente partir da descrição das diferentes configurações disponíveis na língua que permita uma reflexão sobre os diferentes valores que as formas que integram as perífrases verbais manifestam.

⁵² Sobre esta problemática, ver, entre outros, Brocardo (2010; 2011).

⁵³ Retomaremos a descrição do desenvolvimento semântico de *deixar*, proposta por este autor, no ponto 2. da Parte II desta tese.

(36) As pessoas que deixaram de incluir manteiga no seu regime alimentar e passaram a usar margarina para reduzir os riscos de um ataque cardíaco deveriam ter mudado antes para o azeite .

[CETEMPúblico – Ext 457712-clt-soc-93a-2]

(37) O que não se discute nem apura, uma vez mais, é o futuro daquela área de Lisboa, a importância do investimento público e o que se deixou de fazer para construir aquela feira de Estado.

[CETEMPúblico – Ext 96726-opi-97a-2]

No exemplo (36) a perífrase marca o valor aspetual perfetivo, uma vez que desencadeia a passagem do interior ao exterior temporal de uma situação, enquanto que, em (37), a perífrase não marca a interrupção de um processo, *deixar de* não desencadeia a passagem do interior ao exterior temporal de um processo, mas, pelo contrário, a não entrada no interior de um processo pré-construído como validável.

Segundo Silva (1999: 474), a descrição, numa perspetiva diacrónica, da perífrase *leixar de* Vinf⁵⁴, permite verificar que esta construção surge documentada desde os primeiros textos escritos em galego-português.

A partir da descrição dos sentidos do étimo *laxare* (latim clássico) Silva (1999: 349) mostra que o desenvolvimento de quase todas as significações do verbo atual «foi seguido de duas reorganizações semasiológicas (duas reorganizações de protótipos: uma nos primeiros períodos do português e outra do português antigo ao português moderno».

De acordo com o autor, de *leixar* (português antigo) a *deixar* (português moderno) não há mudanças semânticas relevantes: «[a]s estruturas parecem ser praticamente as mesmas, formadas sempre pelas mesmas sub-categorias (*deixar I* ‘suspender a interacção’ com um objeto *estático* e *deixar II* ‘não se opor’ a um objeto *dinâmico*)» (Silva 1999: 523). Ainda assim, segundo o autor, «se no português antigo os dois valores prototípicos eram ambos *activos* (‘abandonar’ e ‘permitir’), a partir do

⁵⁴ O autor defende que *leixar* e *deixar* são duas formas do mesmo verbo, que remontam direta ou indiretamente a *laxare* (cf. Silva 1999: 354).

português clássico continua, de um lado (em *deixar I*), o mesmo protótipo *activo* ('abandonar'), mas, do outro (em *deixar II*), o protótipo passa a ser *passivo* ('não impedir')...» (Silva 1999: 525).

Partindo da descrição dos sentidos do étimo *laxare* (latim clássico), Silva (1999: 354) defende que *leixar* e *deixar* são duas formas do mesmo verbo, que remontam direta ou indiretamente a *laxare* e que um dos valores semânticos fundamentais de *leixar* tem uma dimensão espacial, ou seja, prende-se com «[o] afastamento do sujeito (esquemáticamente conceptualizado como uma “suspensão da interacção espacial”)» (Silva 1999: 441).

No entanto, como refere o autor, muitas vezes sobrepõe-se a este sentido espacial o valor locativo e/ou relacional de 'abandonar' (cf. Silva 1999: 442). Assim, ainda que os valores estritamente espaciais de *leixar* sejam elementares, são, contudo, menos frequentes que os restantes valores relacionais e funcionais⁵⁵ (cf. Silva 1999: 444).

O autor mostra, então, que o verbo *deixar*, em PE, tem por base *leixar*, o que permite explicar a gramaticalização deste verbo e a sua dessemantização, evidente em alguns contextos, como os que se apresentam nos exemplos abaixo:

(38) A Ana deixou a estação e seguiu pela rua principal.

(39) A Ana deixou o Pedro na estação.

(40) A Ana deixou o Pedro ir sair comigo.

(41) A Ana deixou o Pedro.

Os exemplos (38) a (41) mostram que a forma *deixar*, inscrita em configurações diferentes e com diferentes cotextos, gera significados e valores gramaticais muito diferentes⁵⁶. Em (38), *deixar a estação* significa sair da estação; em (41), *deixar o Pedro*

⁵⁵ O valor de 'abandonar' encontra-se, quer no emprego locativo de *leixar* (abandonar um lugar), quer no «seu valor mais característico, isto é, relacional e funcional (abandonar uma relação, uma função, uma atividade, um estado, etc.)» (Silva 1999: 445).

⁵⁶ Para um aprofundamento das questões relativas aos valores de *deixar*, remeto para Silva (1999).

significa acabar uma relação íntima (namoro/casamento); em (39), a mesma configuração *deixar o Pedro* inserida num contexto diferente (*na estação*) tem como significado levar o Pedro à estação, onde ele fica; em (40) *deixar o Pedro* tem valor modal de permissão.

Assim, por um lado, *leixar* tem o valor de ‘abandonar’, quer no seu emprego locativo (abandonar um lugar), quer no seu valor relacional e funcional (abandonar uma relação, uma função, uma atividade, um estado, etc.). Por outro lado, em *leixar* está também presente o sentido temporal próximo de ‘adiar’⁵⁷.

Quando *leixar* ocorre na perífrase *leixar de Vinf*, a construção expressa a ideia de ‘abandonar’ e representa justamente a gramaticalização desta ideia. Segundo o autor, a negação desta perífrase «diz justamente que essa suspensão, essa cessação ou esse abandono não tem lugar, isto é, vale como ‘não suspender, não cessar, não abandonar’ ou, positivamente, ‘continuar’» (Silva 1999: 476).

Silva (1999: 289-290) defende que a dimensão temporal (e temporo-aspetual) da suspensão da interação é gramaticalizada e que a sua máxima expressão se encontra na perífrase *deixar de Vinf*, marcador dos dois valores acima referidos, a propósito dos exemplos (36) e (37). Num caso, trata-se da gramaticalização da dimensão ‘ativa’ de *deixar*, pois tem o sentido de «suspender a interação existente»; no outro caso, encontra-se a gramaticalização da dimensão ‘passiva’ de *deixar*, uma vez que tem o sentido de «suspender a intenção de interagir».

Sintetizando, para o autor (1999: 547), os dois valores de *deixar de Vinf* são: (i) não continuar, abandonar, cessar, uma ação habitual, frequentativa ou em curso ou um estado ou qualidade e (ii) não realizar, ou abster-se de realizar, uma ação em projeto⁵⁸.

⁵⁷ Ver o exemplo: «(*leixou o conselho* [parecer, deliberação] *para outro dia*.)» (Silva 1999: 453).

⁵⁸ Segundo o autor, «o seu sentido (i) é geralmente associado à marcação do valor “pontual cessativo” (Mateus *et al.* 1983: 131,134), ou do valor de “terminação” - aspeto “*desinente* (de *desinere*, equivalente a *deixar de*)” (Almeida 1980: 88-108; Castilho 1967: 50; Rojo 1974: 125; Hernández 1980: 99) ou do aspeto “*terminativo*” (Torrego 1988: 1118-1120) ou do aspeto de “fase final” (Dietrich 1983: 218). O sentido (ii) da perífrase “raramente é contemplado e menos ainda classificado: dos estudos que compulsámos, apenas Almeida (1980: 95), que o classifica como “perífrase da negação da acção principal”» (Silva 1999: 548).

Silva (1999) problematiza, ainda, o estatuto de *deixar de* enquanto auxiliar aspetual ou perífrase verbal aspetual. Considera que, se a noção de aspeto é o desenvolvimento interno de um processo, ou o modo pelo qual o desenrolar interno de um processo é apreendido⁵⁹, se deve questionar se se pode interpretar *deixar de* como um marcador aspetual, ou seja, se se pode considerar que abandonar, não continuar, cessar e não realizar, ou abster-se de realizar um processo correspondem a estádios do seu desenvolvimento interno (cf. Silva 1999: 548-549).

Segundo o autor, o sentido (i) de *deixar de Vinf* corresponde, em primeiro lugar, à negação do aspecto permansivo (com o sentido de não continuar) e, em segundo lugar, à negação do aspeto terminativo (com o sentido de não concluir) (cf. Silva 1999: 549). Por sua vez, o sentido (ii) desta perífrase corresponde à negação do aspecto incoativo (com o sentido de não passar a realizar o processo) e, por vezes, por implicação, corresponde à negação do aspecto inceptivo (com o sentido de não começar). Com o sentido (ii), *deixar de Vinf* tem um sentido próximo de *ficar por Vinf*, *continuar por Vinf* e *estar por Vinf*, já que as três construções expressam o estado de um processo, que se deveria ter realizado, como não realizado ou não concluído.

O autor não nega a possibilidade de considerar-se a função de marcador aspetual de *deixar de Vinf*, mas considera que se trata de uma «aspectualidade conceptual e linguisticamente *marcada* (...), porque não exprime estádios (ou outras dimensões) normais da conceptualização do desenvolvimento interno do processo, e é marcada ainda pela negação» (Silva 1999: 549).

Assim, para o autor, independentemente de ser ou não considerada como um marcador aspetual, deve salientar-se que esta perífrase desempenha importantes funções gramaticais, visto que, ainda que não marque um estágio do desenvolvimento interno de uma situação, os valores marcados prendem-se com esse desenvolvimento, pois marcam a não-continuação, a cessação, o abandono, ou «a *opção da não-acção* (optar por não fazer, por não realizar uma acção) (...). Em suma, *deixar de* + INF

⁵⁹Note-se que a perspetiva adotada pode ser diferente. Como refere Borillo (2005: 67-68), pode perspetivar-se uma situação sob o ângulo do seu desenvolvimento interno ou 'Aspeto interno'. Mas pode adotar-se uma perspetiva mais lata dos diferentes estádios da realização de um processo e incluir também o estágio anterior ao seu início e o estágio posterior ao seu termo, o que corresponde ao 'Aspeto externo'. Pode ainda considerar-se um terceiro tipo de Aspeto, que exprime a repetição, ou iteratividade, a que o autor chama 'Aspeto quantitativo'.

exprime bem as duas *opções negativas*: ‘optar por não fazer’ e ‘optar por não continuar a fazer (estar/ser)’» (Silva 1999: 549).

Como se pode verificar, as mudanças diacrónicas sofridas por certos verbos e por certas construções verbais parecem estar na origem das funções gramaticais que asseguram⁶⁰.

A análise e descrição do funcionamento das perífrases, que se apresenta nas partes II e III, parece fornecer argumentos que permitem fundamentar que algumas das propriedades⁶¹ que caracterizam as formas que foram produtivas e geraram perífrases (verbos e preposições), não só permitiram a sua coocorrência nestas construções, como desencadearam o seu funcionamento ‘mais gramaticalizado’.

Assim, assumindo-se a hipótese da gramaticalização, poder-se-á entender que as formas que integram as perífrases terão entrado em processos de gramaticalização em conjunto, ou seja, que foram as construções, no seu todo, e não as formas, separadamente, que sofreram gramaticalização.

Esta hipótese poderá justificar o facto de se encontrarem propostas de análise das perífrases verbais em que, apesar de a focalização ser o verbo auxiliar, ele não aparecer dissociado da preposição⁶². Oliveira ([2003] 2006⁷: 145), por exemplo, refere que «[u]ma parte considerável das chamadas formas perifrásticas são construídas com verbos de operação aspectual, tais como *estar a*, *começar a*, *continuar a*, *acabar de*, *andar a* + *Infinitivo*» e Raposo (2013: 1224) explicita mesmo que «a maioria dos verbos auxiliares rege uma das preposições *de* ou *a*. Estas preposições são parte integrante da função auxiliar do verbo. Por esse motivo, referimo-nos a esses verbos através de uma designação que inclui a preposição e, por convenção, colocamo-la entre parênteses: p. e., *estar (a)*, *haver (de)*, etc. Neste caso, os parênteses não significam, pois, opcionalidade do material que encerram».

A hipótese acima avançada, depreende, por outro lado, assumir uma abordagem em que as categorias lexicais e gramaticais se entrecruzam.

⁶⁰ Entre outros, veja-se o trabalho de Travaglia (2004) sobre a "(poli)gramaticalização" do verbo *acabar*.

⁶¹ Quer os verbos em posição de auxiliarização, quer as preposições têm, como se mostra na Parte II e III, propriedades topológicas que, em interação, permitem associar as perífrases à construção e estruturação do domínio nocional associado ao predicador (Vinf).

⁶² Ver, entre outros, Cunha (1998); Longo & Campos (2002); Oliveira ([2003] 2006⁷); Raposo (2013).

Como salienta Norde (2009), no seguimento de Brinton & Traugott (2005: 11), um problema a ter em conta nos estudos sobre gramaticalização prende-se, efetivamente, com a distinção entre categorias lexicais e gramaticais, uma vez que as diferentes aceções que estes conceitos envolvem podem ter implicações nas propostas de análise deste fenómeno:

«‘lexical’ can mean (i) belonging to the inventory, or (ii) having a specific, concrete meaning (Brinton and Traugott 2005: 11, quoting Lehmann 2002: 14); and ‘grammatical’ can refer to (i) conforming to the rules of grammar, or (ii) having an abstract, structural, or functional meaning (Brinton and Traugott 2005: 11)» (Norde 2009: 15-16).

Como refere a autora, no sentido tipológico funcional não se estabelecem fronteiras entre categorias lexicais e categorias gramaticais:

«[i]n the functional-typological approach taken by Brinton and Traugott, there is no strict boundary between lexical and grammatical categories. They correctly observe (...) that a continuum model fits better with historical change, which is generally gradual in the sense that it occurs in a series of (very) small steps» (Norde 2009: 16).

Na mesma linha de análise dos processos de gramaticalização, Himmelmann (2004: 32-33) defende que este processo se caracteriza por três tipos de expansão:

«a. “Host-class expansion”: a grammaticalizing form will increase its range of collocations with members of the relevant part of speech (noun, adjective, verb, or adverb). This is increase in type-frequency, i.e. productivity.

b. “Syntactic expansion”: this involves extension to larger contexts, e.g., from core argument positions (such as subject and object) to adpositions (such as directional and temporal phrases).

c. “Semantic-pragmatic expansion”: a grammaticalizing form will develop new polysemies in pragmatic or semantic contexts.

According to Himmelmann, in grammaticalization all three contexts expand (but not necessarily together); by contrast, in lexicalization the first does not, while syntactic or semantic-pragmatic contexts may stay the same, expand, or narrow.» (Traugott 2008: 222)

Como se pode verificar, o desenvolvimento de estudos nesta área conduziu a que os processos de gramaticalização sejam atualmente estudados de forma mais abrangente.

Diversos autores⁶³ defendem que não é um item particular que sofre gramaticalização, mas que são as construções que integram itens lexicais particulares que se tornam gramaticalizadas: «it is never just the grammaticizing element that undergoes grammaticization», mas é «the grammaticizing element in its syntagmatic context which is grammaticized. That is, the unit to which grammaticization properly applies are constructions, not isolated lexical items» (Himmelmann 2004: 31).

De acordo com este princípio, Heine (2003: 575), por exemplo, defende que, «since linguistic items require specific contexts and constructions to undergo grammaticalization, grammaticalization theory is also concerned with the pragmatic and morphosyntactic environment in which this process occurs».

Neste sentido, em lugar de analisar apenas a trajetória de itens lexicais isolados, o estudo da gramaticalização de construções procura identificar padrões de uso, mais ou menos gramaticalizados, analisando os contextos específicos do uso dessas construções e os valores gramaticais desencadeados em diferentes contextos.

⁶³Entre outros, Lehmann (2002); Heine (2003); Hopper & Traugott ([1993] 2003); Traugott (2003; 2008); Bybee (2003); Himmelmann (2004); Norde (2009).

Ainda que não seja possível, no âmbito deste trabalho, desenvolver esta questão, pois será necessário alargar os estudos sobre gramaticalização e incluir na análise, não apenas as construções, mas as configurações em que as mesmas se inscrevem, visou-se, essencialmente, discutir esta questão e avançar a hipótese de que as perífrases, enquanto estruturas complexas e no seu todo, estiveram sujeitas a processos de gramaticalização.

4.3. Posições divergentes quanto à hipótese da gramaticalização

Apesar do que foi assumido anteriormente, neste ponto, afigura-se necessário mostrar que alguns autores (e.o., Oriez (2001) e Bourdin (2005)) discutem se o princípio da gramaticalização pode ser coerentemente adotado no seio de determinados modelos teóricos e qual o seu campo de aplicabilidade.

Na realidade, do que ficou dito, parece haver argumentos que justifiquem e dados que comprovem que a passagem de certos verbos plenos ou lexicais a verbos auxiliares se deveu a mudanças diacrónicas em que o emprego desses verbos como auxiliares é o resultado de escalas de gramaticalização em que estiveram envolvidos ao longo da história da língua portuguesa.

Ainda assim, será importante definir se o que se entende por gramaticalização se prende com a significação que determinada forma ou conjunto de formas tem em cada enunciado em que ocorre, ou se se tem em conta as propriedades semânticas das formas e construções que permitem, nas configurações em que ocorrem, desencadear a construção de valores gramaticais diversos.

Diferentemente do que foi referido anteriormente sobre os processos de gramaticalização das formas e das construções, numa perspetiva de análise diferente e na linha da hipótese avançada por Oriez (2001), certos autores problematizam se o conceito de gramaticalização é pertinente, ou se este processo não poderá ser entendido como resultado do funcionamento das formas e construções nos diferentes co-textos em que se inserem.

Se tivermos em conta, por exemplo, a descrição dos verbos franceses *aller* e *venir* proposta porque Sdiri (2016), verificamos que o autor defende que estes verbos, integrados em construções verbais complexas, sofreram processos de gramaticalização. Segundo o autor, estes verbos, que pertencem a uma classe de verbos de movimento, exprimindo uma deslocação de um lugar X para um lugar Y, quando integrados em perífrases verbais, não exprimem deslocação espacial.

Nesta perspetiva, o elemento gramaticalizado deixa de ter a sua significação inicial, uma vez que, segundo o autor, «il est vidé ou affaibli sémantiquement. Il n’a plus son statut du lexème lexical, il passe à celui du morphème grammatical, il ne s’agit plus de l’emploi ‘source’ appartenant à une catégorie majeure (V), mais d’un emploi ‘cible’ véhiculé par une catégorie mineure (Aux)» (Sdiri 2016: 1).

Nestas situações, estes verbos não marcam uma deslocação espacial, mas outros matizes de movimento, visto que desencadeiam valores temporais, marcando uma deslocação temporal abstrata:

«[L]orsqu’ils sont employés dans les périphrases verbales et dans les locutions verbales, les deux verbes aller et venir peuvent subir un affaiblissement, un changement ou un élargissement sémantique, résultant de l’enrichissement de la notion du mouvement. En passant par la grammaticalisation, les verbes de mouvement n’expriment plus un mouvement concret dans l’espace, mais un mouvement abstrait dans le temps» (Sdiri 2016: 10).

Pelo contrário, com uma proposta diferente e partindo, também, da análise do verbo francês *venir*, Bourdin (2005), põe em causa o fenómeno da gramaticalização, pois considera que explicar os fenómenos que ocorrem nas construções verbais complexas com base em processos de gramaticalização, identificando semantismo e referencialidade, conduz a uma visão binária da língua, composta de itens plenos («mots pleins»), perspetivados como os únicos detentores legítimos de significação, e itens instrumentais («mots outils»), confinados a ser definidos por um «vácuo semântico»:

«La linguistique contemporaine, singulièrement dans sa mouvance énonciativiste, s'inscrit en faux contre une telle théorie de la langue et de la signification: énoncer ne consiste pas à dire un sens qui serait "déjà là", "dans" les unités du lexique, et dans nulle autre qu'elles; énoncer consiste bien au contraire à produire, ou plus exactement à *construire* "du" sens. De cette construction participent solidairement les unités relevant du lexique et celles qui lui sont extérieurs dès lors que la fonction de ces dernières est d'instancier les catégories - grammaticales - que sont, entre autres, l' aspect, la modalité, le temps ou la diathèse.» (Bourdin 2005: 261)

Neste sentido, o autor não baseia a sua descrição das perífrases do francês *venir de* Vinf e *venir à* Vinf nas mudanças de significação do verbo *venir*, mas na significação construída pela coocorrência do mesmo com as restantes formas das duas construções.

Assim, deve entender-se que, quando o autor fala de «sémantisme primitif de venir» (Bourdin 2005: 269), não se refere a um sentido lexical primitivo do verbo *venir*, mas a propriedades semânticas que o caracterizam e que permitem desencadear, em interação com as formas coocorrentes, a construção da significação.

Como defende o autor, «autre chose est en jeu, qui est un agencement d'opérations sous-jacentes. (...) ces opérations sont en conformité avec le sémantisme de l'infinitif, comme avec celui du relateur et avec celui de *venir*, et surtout avec le sémantisme de la concaténation résultante» (Bourdin 2005: 276).

De acordo com Bourdin (2005), o verbo *venir* caracteriza-se, então, por marcar uma trajetória e por propriedades deíticas. A sua componente espacial é ativada, por exemplo, quando este verbo é o único elemento de um enunciado [«Venez!»]. Esta propriedade permite, nesta situação, marcar apenas uma deslocação no espaço. A componente deítica manifesta-se também, pois o ponto de chegada associado à trajetória definida por *venir* identifica-se com o espaço da enunciação. O autor defende que, «sous-jacente à la valeur référentielle de *venir* dans sa "concrétude"

spatiale, est à l'œuvre une opération, abstraite et schématique, d'identification, c'est-à-dire de mise en coïncidence d'un repéré avec un repère» (Bourdin 2005: 269-270).

Com esta análise, sem que o refira explicitamente, o autor aponta para a definição da Forma Esquemática⁶⁴ do verbo *venir*, ao propor que a operação abstrata e esquemática de identificação «est par hypothèse constante et stable, en ce sens qu'elle résiste aux mutations sémantiques qu'entraîne l'adjonction à *venir* des marqueurs composites < *de + inf.* > et < *à + inf.* >» (Bourdin 2005: 270).

Na mesma linha, Oriez (2001: 238) defende que «ce sont les relations entre la forme schématique d'un élément et son co-texte qui font varier cet élément d'un fonctionnement en apparence plus sémantisé à un fonctionnement plus grammaticalisé».

Neste sentido, e apesar de considerar que serão necessários estudos mais alargados que possam confirmar ou infirmar esta hipótese, a autora avança a proposta de que a gramaticalização seja apenas um aspeto da interação da Forma Esquemática de um item com o seu co-texto: «[e]n d'autres termes, appréhender le problème de la grammaticalisation par l'étude des formes schématiques revient à remettre en cause l'existence même du phénomène de grammaticalisation en général» (Oriez 2001: 244).

Esta discussão e as tomadas de posição destes autores face à questão da gramaticalização tem por base, efetivamente, como já foi referido, opções teóricas e metodológicas diferentes.

O facto de a gramaticalização incidir sobre processos cuja importância não é unanimemente aceite como critério de descrição das construções perifrásticas e, também, as questões que foram apontadas anteriormente, nomeadamente, a necessidade de perceber se, em determinadas situações, se está perante gramaticalização de formas ou de construções, têm proporcionado alguma variabilidade na classificação dos verbos auxiliares (e/ou semiauxiliares) e na designação e delimitação de estruturas verbais complexas.

⁶⁴ O conceito de Forma Esquemática será explicitado oportunamente. Ver Parte I - ponto 6.2..

5. Algumas questões sobre auxiliaridade

As propostas de análise das perífrases verbais conduzem-nos, muitas vezes, como referi anteriormente, à discussão das questões associadas à auxiliaridade. Há uma grande complexidade na classificação dos verbos que integram estruturas verbais complexas.

A problemática da auxiliaridade parece mesmo, em certos estudos, sobrepor-se à própria descrição das perífrases verbais. Assim, para que se possa definir a estabilização destes conceitos e de forma a justificar a opção pela aceção de perífrase verbal que assumimos no início, é necessário compreender qual o estatuto e a função dos verbos que integram essas construções.

Nas propostas de descrição de construções verbais complexas, vários são os verbos que aparecem analisados, nas gramáticas e na literatura da especialidade, de forma não homogénea. Se a designação de verbo auxiliar é comumente usada, a classificação desse tipo de verbos está longe de ser uma questão pacífica, tratada de forma uniforme, encontrando-se uma grande disparidade na maneira como esta questão é tratada.

Assim, se há autores em que não se encontram dados que permitam delimitar e classificar estes verbos, usando o conceito de verbo auxiliar de forma lata, outros propõem uma série de testes para a sua classificação.

Para Azeredo (2008), por exemplo, a distinção entre verbo principal e auxiliar baseia-se apenas na ordem dos constituintes nas diferentes construções verbais complexas: «chama-se principal o verbo que fica mais à direita no núcleo verbal e auxiliares os verbos que precedem o verbo principal com a função de exprimir os conteúdos gramaticais» (Azeredo 2008: 203).

Mas, na maioria das gramáticas analisadas, um verbo é considerado auxiliar, quando integra uma estrutura complexa ou analítica em que coocorre com outro verbo. A questão que se coloca, então, é a de saber se em qualquer estrutura que inclua mais do que um verbo um deles é ou não auxiliar.

Ao considerar, aqui, alguns estudos sobre a auxiliaridade em português, visa-se apresentar e problematizar algumas propostas de classificação dos verbos que coocorrem com o predador, uma vez que algumas destas questões são pertinentes para a descrição das perífrases verbais.

Reinhardstoettner (1878), por exemplo, começa por mencionar, no conjunto dos verbos auxiliares, *habere* e *tenere*, fazendo referência, em relação a *tenere*, à perda da sua significação de posse, quando empregue como auxiliar⁶⁵. Acrescenta que a língua mais antiga admitia ainda o verbo *ser* como auxiliar, sem *ser* na estrutura passiva, em particular com verbos de movimento e intransitivos e apresenta exemplos retirados das Trovas de D. Diniz, como «A hora da minha morte é *chegada* (Hard. Rom. II, 29); minha mãe foi falecida (ib. 40). – Ao cabo de sete annos *era* a triste *falecida* (ib. 41) – (...)» (Reinhardstoettner 1878: 357). Na passiva, segundo o autor, é usado *ser* ou *estar*.

Mostra-se, ainda, nesta obra, a diferença de valores semânticos entre *ser* e *estar*, quando associados a nomes e adjetivos, e indica-se que, quando associados a participios, estes são interpretados como adjetivos regidos pelo género e número dos seus sujeitos. Com *ter* e *haver* não é possível uma concordância do participio com os sujeitos, à semelhança do que acontece com todas as línguas românicas. Contudo, as relações do participio com o objeto são de natureza diferente, variando de língua para língua. Em algumas línguas românicas a concordância está dependente da posição do objeto, como é o caso do francês («j'ai lu les lettres, les lettres je les ai lues»⁶⁶). Em português, segundo o autor, associado a *ter*, não há concordância com objetos anteriores ou posteriores ao participio: «Os doutores que tenho lido (Din. Hyss. IV, 184). – Estes livros louvar *tenho ouvido* (ib. IV, 189). – Tendes *apprendido* trabalhos (Cam. Lus. X, 142)» (Reinhardstoettner 1878: 359).

De acordo com Reinhardstoettner (1878: 359), com os auxiliares *ter* e *haver*, a concordância do participio com o objeto era muito usual em fases mais antigas do português e dá como exemplos, entre outros: «Cá muytos annos avemos *passados* (Braga, Ant. p. 20). – Ter *merecida* a morte (Canc. Ger. III, 621). – Que lhe tem

⁶⁵ «[T]enere, ohne die ausgeprägt Bedeutung des Besitzens» (Reinhardstoettner 1878: 358).

⁶⁶ Reinhardstoettner (1878: 359).

quebradas as flexas (Mal. Conq. II, 116). – *Escondidas* tinha as armas (ib. III, 95)». Explica que em fases mais recentes há também exemplos com as mesmas estruturas, mas o particípio é empregue como adjetivo predicativo, e *ter* parece aproximar-se mais do seu próprio significado (*possuir*).

Ainda no que respeita aos auxiliares, este autor faz referência ao emprego de *estar* com a forma forte dos verbos que têm particípios duplos e refere também a possibilidade de ocorrência com *ficar*, *permanecer*, *deixar*, entre outros, e mais raramente *ser*: «*[a]bsortos* como em ecstase ficaram (Mal. II, 108). (...) – Está *escripto* nos céus (Lind. I, 2). (...) – Este homem que está *preso* (Hard. Rom. II, 188). – Que o seu roubador deixara *entregue* ao proprio destino (Herc. Mong. VIII). (...) Até das companheiras é *malquista* (ib. VI, 29). – Te é isso *defeso* (Herc. Mong. V)» (Reinhardtstoettner 1878: 360).

Por sua vez, Huber ([1933] 1986: 235) classifica como verbo auxiliar o verbo *habere*, quando entra na formação do futuro e também do condicional, formas verbais em que a configuração do infinitivo e a posição do verbo auxiliar são as mesmas. Explicita também a formação do perfeito composto⁶⁷ e da passiva, em que «as formas do verbo auxiliar *seer* + particípio passado exprimem não só um estado, mas também um processo: *foi amada* (CD. 1999); *seria castigado* (CA. 2593)» (Huber [1933] 1986: 254). No entanto, quando explica a formação das «perífrases do imperfeito», ao mencionar a formação de construções com verbos como «*andar*, *estar*, *ir*, *seer*, *ficar*», não usa o termo ‘auxiliar’ para designar estes verbos.

A problemática da auxiliaridade é central no trabalho de Pontes (1971), salientando a autora, também, que um dos problemas que se coloca a quem pretende estudar os verbos auxiliares do português é, logo à partida, a falta de uniformidade da linguagem e de critérios usados para a definição desta classe de verbos.

No que diz respeito aos auxiliares dos tempos compostos, Pontes (1971: 17-18) refere que «apenas no tocante ao verbo *Ter* (e *Haver*) existe concordância entre os gramáticos, mas quanto a *Ser* e *Estar*, não. Verifica-se também maior concordância em considerar o verbo *Ser* do que *Estar* como formador de TC».

⁶⁷ «O perfeito composto forma-se com o presente dos verbos auxiliares *aver*, *teer* ou *seer* + particípio passado» (Huber [1933] 1986: 248).

Relativamente à distinção entre verbo auxiliar e verbo principal, defende a autora que «embora os gramáticos nem sempre explicitem os critérios usados para chegarem às conclusões a que chegam» (Pontes 1971: 31), são dois os principais critérios para a definição de verbo auxiliar, no conjunto das gramáticas analisadas: o critério da evolução semântica ou critério diacrónico, que inclui o critério da gramaticalização, e o critério sintático.

Quanto ao critério diacrónico, e de acordo com Pontes (1971: 31), os primeiros gramáticos defendem que «algumas formas sintéticas latinas foram substituídas, nas línguas modernas, por formas analíticas. A estas foi dado o nome de formas compostas do verbo. A partir destas, analisaram-se as outras. Como naquelas formas havia o auxiliar evoluído de sentido, esta passou a ser a definição de auxiliar». A mesma autora considera que o critério da gramaticalização é, no fundo, um critério diacrónico e lembra que, segundo Câmara Jr. (1975), que o introduziu, «esta é a origem de todos os vocábulos gramaticais.» (Pontes 1971: 32). No entanto, como mostra a autora (cf. Pontes 1971: 35ss), mesmo quando os gramáticos se apoiam no critério da gramaticalização e defendem que o verbo auxiliar perde o seu sentido primitivo, quando classificam verbos como *começar*, *continuar*, *acabar*, integrados em construções verbais complexas, fazem-no com base na sua significação.

Quanto ao critério sintático, segundo a autora, há que ter em conta se uma sequência verbal funciona como um só verbo ou se o verbo principal funciona como uma oração distinta. «Se o auxiliar e o principal têm entre eles um tal vínculo de subordinação que os faz funcionar como uma unidade, temos um sintagma» (Pontes 1971: 32), mas se, pelo contrário, o verbo principal pode ser desdobrado numa outra oração, não temos perífrases verbais.

Da análise das diferentes gramáticas do português, Pontes (1971) conclui que se podem distinguir três grupos de verbos, classificados pelos gramáticos como auxiliares.

Do primeiro grupo fazem parte os verbos *ter*, *haver*, *ser*, *estar*. Os dois primeiros entram na formação dos tempos compostos e quanto à sua classificação como auxiliares a posição dos gramáticos é consensual. Já a classificação do verbo *ser* suscita discordância e alguns gramáticos não o consideram auxiliar da formação

passiva, mas apenas em locuções como «somos chegados» (Pontes 1971: 37). Também nem todos consideram *estar* como auxiliar por não entrar na formação dos tempos compostos.

Inserem-se no segundo grupo os verbos *ir*, *vir*, *andar* que «são quase sempre tratados como auxiliares de segunda categoria por não entrarem na formação dos tempos compostos» e designados como "auxiliares acidentais" ou "semi-auxiliares"» (Pontes 1971: 37).

O terceiro grupo provoca maior divergência de opiniões, o que se deve à diversidade de critérios adotados para a sua classificação, e inclui os verbos aspetuais⁶⁸, causativos e modais.

A autora conclui que o critério sintático é o que se revela mais rigoroso e explica que a classificação de um verbo, por um mesmo autor, pode variar, conforme o critério por si usado, e dá o exemplo de Said Ali que inclui os verbos do último grupo nos auxiliares e quando os examina segundo critérios sintáticos os classifica como transitivos (cf. Pontes 1971: 38).

Com base nestas conclusões, Pontes (1971) faz uma análise dos auxiliares em português, baseando-se numa adaptação das regras propostas por Chomsky (1956; 1965)⁶⁹ para o inglês, e distingue três grupos de verbos auxiliares. Um grupo é constituído pelos verbos que têm orações como objeto, ou seja, os causativos, os chamados 'sensitivos' e uma parte dos modais; outro grupo é constituído pelos verbos que devem ser analisados como tendo uma oração por sujeito e um terceiro grupo integra os verbos que apresentam as duas possibilidades, como os aspetuais.

A classificação dos verbos auxiliares surge na gramática de Cuesta & Luz (1971) de forma mais delimitada. As autoras consideram auxiliares os verbos *ter*, *haver* e *ser*. Segundo as autoras, *ter* é «o auxiliar mais empregue para a formação dos tempos compostos», *haver* «utiliza-se nos tempos de obrigação e raras vezes para a formação dos tempos compostos» e *ser* é «o auxiliar utilizado para a voz passiva» (Cuesta & Luz 1971: 414-416).

⁶⁸ Verbos "acurativos", na aceção da autora.

⁶⁹ *Apud* Pontes (1971).

Por sua vez, Cunha & Cintra ([1984] 1986³) identificam *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como os auxiliares de uso mais frequente. Na explicitação do emprego destes verbos, encontra-se, de imediato, a referência à sua utilização «com o particípio passado do verbo principal, para formar os tempos compostos da voz activa» (*ter* e *haver*), «da voz passiva de acção» (*ser*) e «da voz passiva de estado» (*estar*) e também para a formação das «locuções verbais» em que os mesmos verbos se empregam com o infinitivo do verbo principal antecedido de preposições (*de*, *a*, *para*, *por*) (cf. Cunha & Cintra [1984] 1986³: 393ss).

Poderia pensar-se que a questão da auxiliaridade teria aqui uma proposta simplificada, defendendo os autores que estes quatro verbos (*ter*, *haver*, *ser* e *estar*) constituem o grupo dos auxiliares em português, independentemente do tipo de construções que integram, e que de diferentes estruturas resultariam, necessariamente, valores diferentes.

No entanto, no mesmo capítulo, a questão parece complicar-se, quando Cunha & Cintra ([1984] 1986³: 395) afirmam que além dos quatro verbos estudados, outros há que podem funcionar como auxiliares. «Estão neste caso os verbos *Ir*, *Vir*, *Andar*, *Ficar*, *Acabar* e mais alguns que se ligam ao INFINITIVO do verbo principal para expressar matizes de tempo ou para marcar certos aspectos do desenvolvimento da acção».

Quando se confronta esta última afirmação com a explicação dos valores dos verbos que antes foram referidos, parece não haver uma razão plausível para distinguir os verbos que os autores classificam como auxiliares dos que os autores dizem poder funcionar como auxiliares, e muito menos poderemos perceber quais os verbos a incluir neste grupo.

Também em Bechara ([1961] 1999³⁷) e Azeredo (2008), a referência aos verbos auxiliares aparece sem que se possa perceber como delimitar esta classe de verbos. Ambos identificam *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como auxiliares, associados à formação dos tempos compostos e da voz passiva. Mas também se referem a estes e outros verbos, que consideram auxiliares, quando empregues em construções em que coocorrem com o infinitivo do verbo principal antecedido de preposições (*de*, *a*, *para*, *por*).

Ao contrário, a classificação dos verbos auxiliares pode basear-se numa série de testes que, numa perspetiva sintática, permitem delimitar essa classe de verbos, ainda que nem sempre esses testes respondam a todas as questões que se colocam com a descrição dos diferentes tipos de construções em que se inscrevem.

Castilho (2002), por exemplo, que defende que o problema do estatuto categorial das perífrases se prende com a questão da auxiliaridade, apresenta alguns testes e exemplos para a identificação dos verbos auxiliares: sujeito da expressão; escopo da negação; alterações semânticas de V1 (processos de gramaticalização; alterações do sentido lexical do primeiro verbo); lugar da perífrase no quadro conjugacional (cf. Castilho 2002: 91ss).

No entanto, e apesar de considerar que esta é uma matéria que merece mais investigação, o autor conclui que os resultados dos testes não esclarecem o problema da auxiliaridade, afirmando que «[a]lguns testes permitem a identificação de um auxiliar, enquanto outros, a que a mesma perífrase é submetida, apontam para a identificação de um auxiliante». Por este motivo, o autor defende que «será mais razoável admitir que esses resultados revelam a existência de diferentes graus de gramaticalização dos verbos plenos em sua alteração para verbos auxiliares» (Castilho 2002: 94).

Por sua vez, Longo & Campos (2002), apontam a impossibilidade de desdobramento da oração, a existência de sujeito único e a destematização, como critérios que devem ser privilegiados para a caracterização dos verbos auxiliares. No seu trabalho, os verbos auxiliares são considerados formas relacionais. Segundo as autoras, a auxiliaridade pode ser definida como uma relação de complementação entre duas formas verbais, sendo o auxiliar uma «forma relacional que toma por complemento um verbo-base», enquanto as perífrases ou locuções verbais, podem ser definidas «como um complexo unitário que reúne um verbo e uma forma de infinitivo, gerúndio ou particípio numa só predicação» (Longo & Campos 2002: 447).

No que diz respeito aos testes para a delimitação e classificação dos verbos auxiliares, é de salientar a proposta de Gonçalves & Costa (2002). Estas autoras defendem que apenas se devem classificar como auxiliares os verbos que evidenciam

os mesmos comportamentos sintático-semânticos e propõem uma delimitação desses verbos com base num conjunto de propriedades que os caracterizam.

Neste sentido, defendem que os verbos auxiliares do português apresentam as seguintes propriedades (cf. Gonçalves & Costa 2002: 45-46):

- não selecionam complementos frásicos, mas verbais;
- não selecionam a expressão que ocupa a posição sintática de Sujeito, não lhe atribuindo papel semântico, nem lhe impondo restrições de seleção semântica;
- não condicionam a classe aspetual de verbos que com eles se combinam.

As autoras explicitam que, pelo facto de estes verbos selecionarem complementos verbais, e não frásicos, não coocorrem com o clítico demonstrativo, já que, sendo este de categoria nominal, é incompatível com as propriedades de subcategorização dos verbos em causa, que existe apenas uma posição sintática de Sujeito e que existe apenas um domínio de legitimação do operador de negação frásica e dos clíticos.

Como afirmei anteriormente, Gonçalves & Costa (2002) apenas consideram como auxiliares os verbos que exibem todas as propriedades acima referidas. Assim, vão considerar auxiliares *ter* e *haver* seguidos de particípio passado. As autoras afirmam que *ter* e *haver* apresentam as mesmas propriedades sintáticas, mas só se centram em *ter*, porque, embora os dois verbos tenham a mesma distribuição, «a utilização do verbo *haver* é, em português contemporâneo, muito limitada, restringindo-se essencialmente a textos escritos de índole literária» (Gonçalves & Costa 2002: 49).

No que diz respeito a estes dois verbos e numa perspetiva de análise diferente⁷⁰, baseada em critérios semânticos que apoiam a sua proposta, Cardoso & Pereira (2003) fazem uma análise das construções com *ter* e *haver* + particípio passado no contexto das línguas românicas e demonstram que, em textos do século XIII, «*ter* ocorre preferencialmente em construções resultativas, exprimindo um valor aspetual imperfectivo, enquanto *haver* ocorre em construções de tempo composto, exprimindo um valor aspetual perfectivo» (Cardoso & Pereira 2003: 159). Há um contraste aspetual entre os verbos *ter* e *haver*, contraste aspetual de que resulta o valor

⁷⁰ Na mesma perspetiva, ver a proposta de Brocardo (2006).

imperfeito das construções com o auxiliar *ter* e o valor perfeito das construções com o auxiliar *haver*.

Quanto ao verbo *ser* da construção passiva, Gonçalves & Costa (2002: 61) classificam-no como semiauxiliar, dado que exibe apenas algumas propriedades de verbo auxiliar, não partilhando com os auxiliares duas propriedades. Ao contrário de *ter*, em contextos que integram o semiauxiliar *ser* pode substituir-se o domínio não finito pela forma clítica do pronome demonstrativo, como se verifica em (42) e *ser* impõe restrições de seleção da classe de verbos que com ele podem coocorrer, como se observa em (43), (44) e (45):

(42) A Marta ainda não foi *cumprimentada pelo Presidente* mas sê-lo-á em breve.

[Gonçalves & Costa 2002: 59]

(43) Os exercícios de Matemática foram rapidamente resolvidos pelos alunos.
(*resolver* = transitivo direto)

[Gonçalves & Costa 2002: 59]

(44) *Foi tossido muito pelos meninos. (*tossir* = intransitivo)

[Gonçalves & Costa 2002: 59]

(45) *As vítimas foram acudidas pelos bombeiros. (*acudir* = transitivo indireto)

[Gonçalves & Costa 2002: 59]

Com base no mesmo critério, estas autoras classificam ainda como semiauxiliares os verbos que designam por ‘verbos temporais’ (*ir*, *vir*, *haver [de]*), por ‘verbos modais’ (*poder* e *dever* e ainda *ter [de]*) e por ‘verbos aspetuais’ seguidos de *a*, *de*, *para* e *por* (cf. Gonçalves & Costa 2002: 63-82).

Assim, para as autoras, são semiauxiliares os verbos que ocorrem em perífrases verbais como *haver de Vinf*, *ir Vinf*, *vir Vinf*, *dever Vinf*, *poder Vinf*, *ter de Vinf*, *haver de Vinf*, *começar a Vinf*, *estar a Vinf*, *acabar de Vinf*, *tornar a Vinf*, pois não partilham certas propriedades dos verbos auxiliares.

Os semiauxiliares temporais, modais e aspetuais manifestam comportamentos diferentes no que diz respeito à classe aspetual a que pertence o predador que com eles coocorre⁷¹; os modais e os aspetuais admitem a ocorrência do operador de negação frásica no domínio infinitivo; os temporais *ir* e *vir* dificilmente admitem a negação encaixada, isto é, no domínio infinitivo, e, enquanto com o auxiliar *ter* os clíticos só podem ocorrer em adjacência a este verbo, com os semiauxiliares temporais, modais e aspetuais podem aparecer em adjacência ao verbo semiauxiliar ou ao verbo no infinitivo.

Em resumo, poder-se-á então afirmar que os verbos classificados pelas autoras como semiauxiliares têm um comportamento duplo: têm propriedades comuns aos auxiliares e propriedades comuns aos verbos principais.

Além desta proposta baseada em critérios sintáticos, Gonçalves & Costa (2002) fazem também uma breve caracterização semântica dos verbos que classificam como semiauxiliares temporais, modais e aspetuais. Em relação à análise que apresentam, algumas observações podem ser feitas. As autoras não explicitam qual é o quadro teórico que sustenta a sua análise a nível semântico e também a análise proposta não consegue articular os critérios sintáticos que propõem para a classificação destes verbos com critérios do âmbito da semântica. Por outro lado, podemos perguntar-nos se uma análise mais aprofundada dos enunciados apresentados conduziria às mesmas conclusões e ainda se os juízos de gramaticalidade não poderão ser contrariados com recurso a outras perspetivas de análise⁷².

Considero que a opção, assumida pelas autoras, por um tratamento menos aprofundado a nível semântico concorre para que muitos dos aspetos por elas referidos possam ser questionados, na medida em que se encontram facilmente contraexemplos que permitem rebater as afirmações que fazem sobre o funcionamento destes verbos. Não se justificando aqui uma análise exaustiva das suas

⁷¹ Como se vê, por exemplo, em: *O filho da Ana deixou de nascer.

⁷² Veja-se, a título exemplificativo, o que se passa com o exemplo seguinte, que as autoras apresentam como agramatical: «*O João vai fazer ele o jantar.» (Gonçalves & Costa 2002:67). Esta sequência poderá, com uma dada curva melódica, ser considerada gramatical e interpretado como a expressão da perplexidade do enunciador por ser o próprio João a fazer o jantar: *O João vai fazer ele próprio o jantar.*

propostas, levanto seguidamente algumas questões, a título de exemplo, que justificam a tomada de posição anterior.

Na primeira referência que fazem aos semiauxiliares temporais, dizem as autoras que, em português, os semiauxiliares temporais exprimem, na generalidade, um futuro próximo, em sequências como as que se transcrevem seguidamente:

(46) O João há de visitar Paris.

[Gonçalves & Costa 2002: 63]

(47) O João vai jantar a casa da Maria.

[Gonçalves & Costa 2002: 63]

(48) O João vem jantar a nossa casa.

[Gonçalves & Costa 2002: 63]

Por um lado, a manipulação destes enunciados pode pôr em evidência que *ir* Vinf não é marcador de um futuro próximo, como se pode ver pelo exemplo:

(47') O João vai jantar a casa da Maria no próximo mês.

Por outro lado, numa nota de rodapé sobre os enunciados acima apresentados, as autoras referem que «[o] verbo *Haver (de)* pode também ter um valor modal, implicando obrigatoriedade» (Gonçalves & Costa 2002: 63). No entanto, os enunciados que apresentam têm, efectivamente, valor modal e este 'semiauxiliar' não é marcador do valor modal de obrigação, uma vez que marca um valor epistémico e não deôntico.

Contrariamente à forma como apresentam esta questão, *haver de* Vinf só raramente é empregue com um valor exclusivamente temporal e, como refere Campos (1998: 249) «terá de ser o contexto a filtrá-lo». Nestes enunciados há a construção de um valor temporal de posterioridade ($T_2 > T_0$), mas há que considerar necessariamente

a componente modal: aos enunciados associa-se um valor de certeza, pois há a construção de uma asserção⁷³.

A perífrase *haver de Vinf* expressa um valor modal de certeza, quando a relação predicativa tem valor temporal de posterioridade em relação ao tempo da enunciação. Ao contrário, como refiro em trabalho anterior, «esta perífrase verbal pode ocorrer apenas com valor modal de suputação⁷⁴, quando não é construído um valor temporal de posterioridade» (Alzamora 2002: 103), mas nas situações em que T_2 é anterior a T_0 , como em (49), ou simultâneo de T_0 , como em (50), e nos enunciados em que se verifica a construção de um valor de alto grau, em que *haver de Vinf* surge somente com valor modal, como em (51):

(49) Tu hás de ter arrumado isso em qualquer lado.

[Alzamora 2002: 104]

(50) Hás de perguntar-te como é que eu já sei a notícia.

[Alzamora 2002: 104]

(51) - Já sabes que o João casou?

- Não hei de eu saber outra coisa. Fui convidado para o casamento!

[Alzamora 2002: 104]

Relativamente ao trabalho de Gonçalves & Costa (2002), saliente-se ainda que, por se tratar de uma abordagem pouco aprofundada a nível semântico, se encontram algumas contradições na forma como alguns enunciados são analisados. Dizem as

⁷³ A análise das gramáticas históricas do português, mostra que alguns dados que serão objeto de uma descrição formal neste trabalho, estavam já de alguma forma subjacentes a certas considerações feitas por alguns autores. Por exemplo, esta primazia dos empregos de *haver de Vinf* com valores modais estava já implícita nas seguintes considerações de Huber [1933] 1986: 230): «No romance desapareceu por completo o futuro, não certamente por razões formais, visto que, pelo menos, o futuro em -bo não coincidia com qualquer outra forma, mas sim porque a maneira de pensar popular transpõe para o presente uma acção que se iniciará só após esse momento, ou concebe-a mais claramente como algo que é desejado ou então como algo que tem de ser feito, e por isso diz *volo, debeo, habeo cantare*».

⁷⁴ «O valor de suputação é um juízo que resulta de uma inferência do enunciador-locutor, a partir do seu conhecimento indirecto do estado de coisas referido pela relação predicativa modalizada» (Campos 1998: 139).

autoras que «os verbos em causa divergem entre si no que diz respeito à classe aspectual a que pertence o predicado verbal do domínio infinitivo» (Gonçalves & Costa 2002: 70). No entanto, quando apresentam o exemplo que a seguir se transcreve, não assinalam a agramaticalidade da coocorrência de *estar a* com o Evento Atômico *cair*⁷⁵:

(52) O João {vai / pode / está a} cair.

[Gonçalves & Costa 2002: 69]

Estar a Vinf marca a construção de uma classe de instantes de duração e, desses instantes, nenhum é o primeiro ou o último. Esta forma representa geralmente o valor aspetual imperfetivo combinando-se, normalmente, com situações que têm fronteiras implícitas (cf. Alzamora 2002: 108). É por este motivo que não se combina com situações estativas em que as fronteiras são inexistentes e que, regra geral, não coocorre com Eventos Atômicos, «pois a eles está associada uma classe de instantes que é representada por um intervalo fechado, pontual, sem dimensão, em que as fronteiras de abertura e fechamento coincidem, sendo inerente à sua definição a passagem de um limiar semântico, a passagem de um estado a outro estado, que é o ‘estado resultante’ do Evento, enquanto, ao contrário, com a forma progressiva não é construída nenhuma fronteira no intervalo não pontual de validação» (Alzamora 2002: 109).

Pelo que atrás se explicou, julgo que os critérios sintáticos apresentados pelas autoras para a classificação dos verbos auxiliares do português são importantes para a distinção entre tempos compostos e demais construções verbais complexas, mas também que a sua opção no que toca a caracterização semântica dos ‘semiauxiliares’ temporais, aspetuais e modais não concorre para uma clarificação das questões em análise.

⁷⁵ A questão das incompatibilidades de *estar a* Vinf com as diversas classes aspetuais dos predicados verbais será desenvolvida na Parte III, ponto 2.2.. Sobre esta questão ver, entre outros, Bennett & Partee (1978); Moens & Steedman (1988); Franckel (1989); Campos (1998).

Ainda sobre a classificação dos verbos auxiliares, encontra-se no trabalho de Duarte ([2003] 2006⁷), uma análise das estruturas ou configurações em que tais verbos ocorrem que se aproxima do trabalho desenvolvido por Gonçalves (1999).

Baseando-se essencialmente em critérios sintáticos, a proposta de Duarte ([2003] 2006⁷) sustenta a distinção entre tempos compostos e perífrases verbais. Defende a autora a classificação de verbo auxiliar para os tempos compostos e de semiauxiliar para a formação das perífrases verbais.

A autora começa por definir o que são verbos principais, dizendo que «constituem o núcleo semântico de uma oração. São núcleos lexicais plenos, caracterizados por determinadas propriedades de selecção semântica (número de argumentos e respectivo papel temático) e sintáctica (categoria de cada argumento e relação gramatical que assume na oração)» (Duarte [2003] 2006⁷: 296).

Quanto aos verbos auxiliares, apesar de fazer apelo a certas questões relacionadas com os processos de gramaticalização, como a noção de esvaziamento lexical, a autora classifica-os com base em critérios sintáticos. Defende Duarte ([2003] 2006⁷) que os auxiliares não possuem significado lexical, do que advém que não têm propriedades de selecção semântica: os verbos auxiliares não têm grelha temática e subcategorizam um complemento de natureza verbal, isto é, os SN sujeito são seleccionados pelo verbo auxiliado e podem ter diferentes papéis temáticos e o complemento de um verbo auxiliar é de natureza verbal e não frásica, daí que apresentem as seguintes propriedades: «o complemento de um verbo auxiliar não pode comutar com uma completiva finita»; «em frases com verbos auxiliares só pode ocorrer um advérbio de cada tipo» e «em frases com verbos auxiliares, os pronomes clíticos ocorrem adjacentes ao verbo auxiliar» (Duarte [2003] 2006⁷: 304-305).

Segundo a autora «[r]espondem a todos os critérios de auxiliaridade acima enunciados os verbos *ter* e *haver* seguidos de particípio passado (verbos auxiliares dos tempos compostos), os verbos *andar*, *estar*, *ficar*, *ir* e *vir* seguidos de gerúndio (verbos

auxiliares aspectuais) e o verbo *ser* seguido de particípio passado (verbo auxiliar da passiva)» (Duarte [2003] 2006⁷: 304-305)⁷⁶.

Por outro lado, há mais verbos que desempenham funções de auxiliarização, mas não respondem afirmativamente a todos os critérios de auxiliaridade, pelo que Duarte ([2003] 2006⁷) defende que devem ser classificados como verbos semiauxiliares⁷⁷.

De acordo com a sua análise, os verbos «semiauxiliares mais próximos dos auxiliares “puros” são o verbo temporal *ir* seguido de infinitivo e os verbos aspectuais que, na variante padrão do português europeu, se constroem com a preposição *a* e uma forma infinitiva do verbo auxiliado (o chamado infinitivo gerundivo)» (Duarte [2003] 2006⁷: 315), porque não respeitam o critério da cliticização, isto é, não atraem obrigatoriamente o pronome clítico, mas respeitam os outros três critérios de auxiliaridade enunciados. Os verbos aspetuais construídos com < V *de* Vinf > respondem afirmativamente aos três primeiros critérios de auxiliaridade, mas exigem que o pronome clítico ocorra adjacente ao verbo auxiliado. Os semiauxiliares aspetuais que ocorrem nas estruturas *chegar a* Vinf, *começar a* Vinf, *continuar a* Vinf e *tornar a* Vinf aceitam a negação frásica precedendo o auxiliado. Os semiauxiliares que ocorrem nas estruturas *estar por* Vinf e *ficar por* Vinf respondem afirmativamente aos três primeiros critérios de auxiliaridade, mas exigem que o pronome clítico ocorra adjacente ao verbo auxiliado (cf. Duarte [2003] 2006⁷: 315).

Quanto aos verbos modais *dever* e *poder*, que apenas respondem afirmativamente aos dois primeiros critérios de auxiliaridade enunciados, aceitando mais do que uma instância de negação frásica ((53), (54), (55)) e podendo não atrair o pronome clítico ((56), (56')) Duarte ([2003] 2006⁷: 316) considera que o seu comportamento «sugere que, contrariamente aos restantes semiauxiliares, estes verbos seleccionam uma projecção frásica (embora defectiva)»:

⁷⁶ A autora lembra que, ao contrário do que acontece com os chamados “auxiliares puros” o verbo *ser* aceita a substituição do seu complemento pela forma demonstrativa invariável - *o*, remetendo para o trabalho de Gonçalves & Colaço (1991). (Cf. Duarte [2003] 2006⁷: 305)

⁷⁷ A autora refere que o mesmo se passa com os verbos que habitualmente são classificados como verbos leves, que entram na formação de um predicado complexo e em que estamos perante processos de esvaziamento lexical.

(53) Os miúdos podem não ter medo desta personagem.

[Duarte [2003] 2006⁷: 316]

(54) Os miúdos não podem ter medo desta personagem.

[Duarte [2003] 2006⁷: 316]

(55) Os miúdos não podem não ter medo desta personagem.

[Duarte [2003] 2006⁷: 316]

(56) Os miúdos não me puderam avisar.

[Duarte [2003] 2006⁷: 316]

(56') Os miúdos não puderam avisar-me.

[Duarte [2003] 2006⁷: 316]

Por sua vez, e também na linha de Gonçalves (1999), Raposo (2013) considera que os verbos auxiliares formam um pequeno conjunto de verbos que satisfazem um determinado número de critérios sintáticos e semânticos particulares, podendo destacar-se o facto de apenas veicularem valores temporais, aspetuais e modais e não terem estrutura argumental própria. Partindo de uma lista de verbos que considera auxiliares⁷⁸, o autor define as propriedades semânticas e sintáticas que caracterizam estes verbos, propondo as que se apresentam abaixo (cf. Raposo 2013: 1231):

(A) Os verbos auxiliares não selecionam argumentos.

(B) Os verbos auxiliares podem ocorrer com verbos impessoais em orações simples.

(C) Os verbos auxiliares não selecionam orações subordinadas finitas introduzidas pelo complementador *que*.

⁷⁸ Tais como *ter, ser, ir, haver (de), estar (a), andar (a), chegar (a), começar (a), continuar (a), ficar (a), passar (a), tornar (a), voltar (a), acabar (de), deixar (de), ir + gerúndio, vir + gerúndio, poder, dever, ter (de/que), haver (de)*. Esta lista de verbos foi formada tendo como referência as listas apresentadas por outros autores, nomeadamente Cunha & Cintra ([1984] 1986³) e Bechara ([1961] 1999³⁷) (cf. Raposo 2013: 1225).

(D) Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado.

(E) Quando o complemento do verbo pleno de uma perífrase verbal é um pronome clítico, este pode ligar-se ao verbo auxiliar. (subida dos pronomes clíticos).

(F) Uma frase ativa transitiva contendo uma perífrase verbal tem o mesmo significado básico da sua contraparte passiva.

(G) As frases com perífrases verbais admitem a construção passiva pronominal, concordando o verbo auxiliar com o complemento direto da frase ativa correspondente.

(H) A negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal.

O autor dá conta, também, de alguns verbos que se constituem como exceções a estas propriedades e conclui que «[a]s propriedades (A), (B) e (H) são aquelas que diferenciam mais marcadamente os verbos considerados». Assim, classifica como auxiliares «os verbos que satisfazem (A), (B) e (H) (conjuntamente) - bem como as restantes propriedades -, e como semiauxiliares os verbos que não satisfazem pelo menos uma dessas três propriedades» (Raposo 2013: 1254-1255)⁷⁹.

Diferentemente das propostas apresentadas anteriormente, nomeadamente, Gonçalves & Costa (2002) e Duarte ([2003] 2006⁷), Raposo (2013) inclui os verbos classificados por aquelas autoras como semiauxiliares em dois grupos distintos, a saber:

- «[v]erbos auxiliares: *ter* + pp (o auxiliar perfeito); *ser* + pp (o auxiliar passivo); *estar* (a) (o auxiliar progressivo); *ficar* (a); *ir* + infinitivo; verbos auxiliares

⁷⁹ Raposo (2013: 1255ss) distingue, além dos verbos auxiliares e semiauxiliares, os verbos "quase auxiliares" - *querer* e *parecer* -, por possuírem algumas das propriedades definidas e, consequentemente, terem, por vezes, um comportamento sintático que os aproxima dos verbos auxiliares.

aspetuais que regem a preposição *de* ou que selecionam o gerúndio: *acabar (de)*, *deixar (de)*, *ir* + gerúndio, *vir* + gerúndio»;

- «[v]erbos semiauxiliares: verbos aspetuais que regem a preposição *a*: *andar (a)*, *chegar (a)*, *começar (a)*, *continuar (a)*, *passar (a)*, *tornar (a)*, *voltar (a)*; verbos modais: *dever*, *haver (de)*, *poder*, *ter (de/que)*» (Raposo 2013: 1255).

Em todas estas propostas, assume-se, globalmente, que os verbos auxiliares e semiauxiliares são verbos que se combinam com um verbo pleno, contribuindo com informação nos domínios semânticos do Tempo, do Aspeto e da Modalidade (TAM).

No entanto, é importante ter em conta que estes domínios não são exclusivos deste tipo de verbos, uma vez que se encontram marcados, também, na flexão verbal.

Uma perspetiva diferente sobre a questão da auxiliaridade, mas que põe em destaque a análise das construções verbais complexas e não a classificação dos verbos que as integram, está presente em algumas propostas, nas quais a designação de verbo auxiliar é usada num sentido lato, sem o recurso a critérios de qualquer ordem para os delimitar e classificar.

Neste sentido, retoma-se a proposta de Torrego (1999). O autor usa a designação de verbo auxiliar num sentido abrangente, incluindo os tempos compostos e as perífrases verbais. No entanto, ao contrário do que encontramos em muitos estudos sobre verbos auxiliares, este autor parte do conceito de perífrase verbal para chegar à noção de verbo auxiliar, falando, neste caso, de 'auxiliares perifrásticos'. Torrego (1999) defende que deve ser a partir do conceito de perífrase verbal que se chega ao de verbo auxiliar e não o inverso.

Assim, em vez de testes de natureza sintática que suportem a classificação dos verbos auxiliares, o autor propõe uma série de testes (como, por exemplo, o procedimento formal da comutação) que permitem delimitar e caracterizar as perífrases verbais, estabelecendo, dessa forma, a distinção entre estas construções e as locuções verbais. De acordo com o autor, nas perífrases verbais o verbo no infinitivo só tem carga verbal, não podendo haver substituição por elementos nominais, enquanto

nas locuções verbais o verbo no infinitivo possui, não só carga verbal, mas também nominal.

Se uma construção de infinitivo, de gerúndio ou de particípio responde a todos os critérios apontados para a identificação do que é uma perífrase verbal, então o verbo que precede a forma verbal impessoal é, para o autor, um verbo auxiliar perifrástico. Por outras palavras, se é possível classificar uma construção como perífrase, então o verbo auxiliar é aquele que integra essa construção como verbo conjugado, com os morfemas que comportam informação modal, temporal, aspetual e de pessoa e número, e que não seleciona sujeitos e complementos, pois a sua função é apenas a de ser um mero instrumento morfossintático.

Uma das razões que fundamentam a sua posição é a existência de auxiliares com distintas possibilidades combinatórias. Este autor mostra que alguns verbos auxiliares perifrásticos, seguidos de infinitivo, não apresentam sempre as mesmas propriedades, o que se pode verificar com os verbos *dever* e *poder*.

O verbo *poder*, com valor deôntico, apresenta características que *poder*, com valor epistémico, não tem. Entre outras características, enquanto marcador do valor deôntico de permissão, permite a eliminação da sequência de infinitivo, sempre que a perífrase verbal se encontre numa frase coordenada, como se pode verificar nos exemplos seguintes (cf. Torrego 1999: 3333):

(57) O teu irmão pode sair esta tarde, mas tu não podes.

(58) * O teu irmão pode estar doente, mas tu não podes.

Também *dever*, com o valor deôntico de obrigação, ou *dever*, com valor epistémico de possibilidade ou dúvida, tem particularidades combinatórias distintas. Por exemplo, este verbo pode combinar-se com infinitivos compostos, mas apenas como marcador da modalidade epistémica⁸⁰:

⁸⁰ Note-se que este valor é válido, sobretudo, quando o verbo auxiliar está no presente do Indicativo. Os valores podem ser alterados com outro tempo verbal, como se pode verificar, por exemplo, com o pretérito imperfeito, que permite desencadear a marcação dos valores deôntico ou epistémico: *A Inês*

(59) Deve ter chovido esta noite.

(60) A Inês deve ter comido alguma coisa estragada.

Tal como acontece com *poder*, *dever* com valor deôntico permite eliminar o infinitivo, quando já foi mencionado antes no contexto, ou numa frase coordenada, o que nem sempre acontece com *dever* epistémico (cf. Torrego 1999: 3334):

(61) _ Devo apresentar-me ao diretor?

_ Deves.

(62) _ Devo ir ao cinema logo à noite. E tu?

_ * Devo.

(63) O teu irmão deve inscrever-se nesse curso, mas tu não deves.

(64) * O teu irmão deve estar doente, mas tu não deves.

Por outro lado, *dever*, com valor deôntico de obrigação, pode coordenar-se com o verbo *poder* com o sentido de capacidade, o que não é possível com *dever* com valor de probabilidade (cf. Torrego 1999: 3334):

(65) Podemos e devemos trabalhar juntos.

Ainda sobre os verbos *dever* e *poder*, se tivermos em conta uma descrição não estritamente sintática dos mesmos, é importante referir o trabalho desenvolvido por Campos ([1995] 1997; 1998). Esta autora refere-se à classificação destes verbos,

devia ter comido alguma coisa antes de ir para a escola. / Devia ter chovido durante a noite. Note-se a ambiguidade presente neste segundo exemplo: *Está tudo molhado. Devia ter chovido durante a noite.* (valor epistémico: *possivelmente choveu*) / *Está um tempo tão quente. Devia ter chovido durante a noite para que agora houvesse menos calor.* (valor não epistémico).

salientando o «polémico estatuto de auxiliaridade por vezes atribuído aos verbos modais *dever* e *poder*» (Campos 1998: 70) e afirmando que «[n]o estudo dos verbos modais, um dos temas mais controversos é o que diz respeito ao seu estatuto de auxiliaridade» (Campos [1995] 1997: 173).

Campos (1998) apresenta, por isso, uma análise breve do estatuto de *dever* e *poder*, no que respeita o seu papel de auxiliarização. Sem que seja objetivo do seu trabalho classificar os verbos que integram estruturas verbais complexas, defende, como critério possível para a definição de auxiliaridade⁸¹, numa perspetiva integrada de sintaxe e semântica, que um verbo passa a auxiliar, quando deixa de ter uma estrutura argumental própria, isto é, quando deixa de impor restrições de seleção (cf. Campos 1998: 71).

Ao fazer a análise de *dever* e *poder* como elementos de uma classe que partilham as propriedades que definem intensionalmente essa classe, Campos (1998) distingue neles duas categorias ou dois valores distintos: valores radicais (deônticos) e valores epistémicos (cf. Campos 1998: 68-69).

A autora defende que, se se considerar, na linha de Hofmann ([1966] 1976: 93), que os modais com valores epistémicos não impõem quaisquer restrições sobre o sujeito e podem ocorrer livremente com o perfeito e com a forma progressiva, enquanto os modais com valores deônticos impõem restrições sintáticas, então, tendo em conta a definição de auxiliaridade apresentada acima, *dever* e *poder* só poderão ser considerados como auxiliares, quando são marcadores de valores epistémicos, uma vez que só nesse caso estes verbos perdem a sua estrutura argumental própria e não impõem restrições de seleção (cf. Campos 1998: 63).

Contudo, em Campos ([1995] 1997)⁸², a autora parte para a descrição do modal *dever* questionando exatamente a proposta de Hofmann ([1966] 1976) para a classificação dos modais em inglês, com base apenas em critérios sintáticos. Estes levam à distinção, como disse, entre os modais epistémicos e os deônticos (ou radicais), pois, com base nesses critérios, os primeiros não impõem restrições de

⁸¹ Na linha de, entre outros, Lobato (1975: 52) e Pinkster (1987: 195).

⁸² No seu trabalho, a autora apresenta uma breve descrição do modal *dever*, defendendo que algumas podem, em grande parte, ser alargadas ao estudo de *poder*.

coocorrência, enquanto os segundos apresentam restrições a nível da seleção do sujeito sintático, que deve ser caracterizado pelo traço [+ animado], e a nível do valor aspetual do predicado verbal (não pode ocorrer, nem no Infinitivo perfeito, nem na forma progressiva). A autora demonstra, através da manipulação controlada de um número reduzido de enunciados, que os critérios sintáticos não satisfazem a caracterização do modal *dever* com valor deôntico, uma vez que facilmente encontra contraexemplos que os contrariam.

A autora apresenta enunciados em que a interpretação deôntica é compatível, quer com o Infinitivo perfeito, quer com a forma progressiva:

(66) O João deve (já) ter feito os deveres, quando eu chegar.

[Campos [1995] 1997: 174]

(67) O João deve estar a fazer os deveres, quando eu chegar.

[Campos [1995] 1997: 174]

Esta compatibilidade é explicada, segundo Campos ([1995] 1997), pela presença, nos enunciados, de adverbiais temporais referencialmente distintos do tempo de enunciação origem (T_0) (*quando eu chegar*). Considera então que, se é possível um enunciado ter uma interpretação deôntica, mesmo que não se confirmem as restrições propostas, e se é a existência de uma nova localização temporal que permite a interpretação deôntica, «deverá ser ela a dar-nos a chave para uma aproximação do valor subjacente a todas as ocorrências deônticas de *dever*. E essa chave reside na distância construída entre as coordenadas temporais definidas na enunciação» (Campos [1995] 1997: 175).

Em relação à possibilidade de interpretação deôntica de um enunciado com *dever*, em que não se verificam restrições de seleção do sujeito sintático, a autora demonstra ser condição necessária a existência de um alvo deôntico, que, direta ou indiretamente, se identifica com o coenunciador, podendo coincidir ou não com o sujeito do enunciado. No exemplo abaixo, apresentado por Campos ([1995] 1997:

175), a interpretação deôntica é possível mesmo sem um sujeito sintático caracterizado pelo traço [+ animado]:

(68) A minha cadeira deve ir para o jardim.

[Campos [1995] 1997: 174]

De acordo com Campos ([1995] 1997), o valor deôntico pressupõe a existência de uma origem deôntica (enunciador) que age sobre um alvo deôntico (coenunciador), impondo-lhe uma obrigação. Nos casos em que o sujeito sintático se caracteriza com o traço [+ animado] e coincide com o alvo deôntico, a relação de agentividade marcada pelo modal *dever* é de natureza enunciativa e é validada na e pela enunciação. Mas nos casos em que o sujeito sintático não é agente, como no exemplo (68), estabelece-se uma relação de agentividade entre origem e alvo deôntico que é «construída não como validada, mas como validável num plano fictício disjunto em relação ao plano enunciativo. O alvo ou agido na primeira relação é agente na segunda relação: por exemplo, compete-lhe fazer com que a cadeira passe a estar no jardim» (Campos [1995] 1997: 177).

Então, a compatibilidade do valor deôntico com marcadores que, segundo os critérios sintáticos, se apresentariam como restrições resulta, quer na questão do sujeito sintático, quer na questão do valor aspetual do predicado verbal, da construção de um plano aorístico⁸³, em rutura com o plano enunciativo pois, «[a]o construir em T₀ um juízo deôntico sobre uma relação prediativa <r>, o sujeito da enunciação constrói <r> como validável numa situação de enunciação fictícia, isto é, validável num tempo fictício, por um sujeito enunciador fictício» (Campos [1995] 1997: 175).

⁸³ Note-se que, habitualmente, se usa a aceção de valor aorístico, quando a relação prediativa é validada por uma coordenada temporal que não é localizada em relação à situação de enunciação-origem, mas em relação a um outro localizador que é origem de um novo sistema referencial. Dizer que uma forma ou construção tem valor aorístico é dizer que introduz uma rutura no sistema referencial. Relembre-se que o operador de localização $\underline{\omega}$ pode ter diversos valores, entre os quais o valor de rutura, que é explicado por Bouscaren & Chuquet (1987: 131) da seguinte forma: «valeur de rupture (ω : omega); X n'est alors ni identifié à Y, ni différent de Y. Cette valeur implique que le repérage ne se fait pas par rapport à Y. Cela dit, si X ω Y implique le non-repérage ($\underline{\omega}$) de X par rapport à Y dans un domaine déterminé, il peut y avoir repérage par rapport à un autre repère, d'une autre nature.». Sobre o valor aorístico ver, e.o., Culioli ([1978] 1980); Bouscaren & Chuquet (1987) e Desclés 1980).

Esta descrição dos modais *dever* e *poder* apoia a posição da autora sobre o problema da auxiliaridade. Defende Campos ([1995] 1997: 173) que, mais do que concluir se estes verbos são ou não auxiliares tendo por base critérios sintáticos, o importante é encontrar «critérios que permitam caracterizar e distinguir formalmente os seus diferentes valores na diversidade dos contextos linguísticos».

Com base na análise das variáveis combinatórias dos vários verbos de que nos temos vindo a ocupar, Torrego (1999) defende que, em vez de se falar em verbos auxiliares, se deveria falar dos usos auxiliares de certos verbos. O autor faz notar que, em espanhol, apenas existe um verbo que é sempre auxiliar, porque, «además de responder a todos los procedimientos formales señalados, se combina siempre y unicamente con infinitivos. Se trata del verbo *soler*. Todos los demás verbos auxiliares presentan usos fuera de la perífrasis, incluido el verbo *haber*» (Torrego 1999: 3344)⁸⁴.

Por outro lado, deve ter-se em atenção, por exemplo, que o verbo *haver*, em português, tal como em espanhol, além de ser auxiliar dos tempos compostos (*haver* Vpp) e das perífrases verbais (*haver de* Vinf) é um verbo pleno nos casos em que ocorre como unipessoal com complemento direto [*Há um incêndio na serra.*]. Por isso, Torrego (1999: 3344) refere que «el concepto de ‘auxiliaridad’, assim como el de perífrasis verbal presentan en ocasiones un claro carácter contextual».

Tendo em conta o atrás referido, podemos concluir que os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* formam o grupo inequívoco dos verbos auxiliares em português, um grupo cujas características podem ser estabilizadas com base num determinado número de critérios sintáticos⁸⁵.

No entanto, dizer-se que um verbo pertence à classe dos auxiliares por responder afirmativamente a todos os critérios sintáticos estabelecidos pode ser prático, mas coloca-se a questão de saber até que ponto é eficaz, pois esse conjunto de critérios sintáticos, que limita aquele número de auxiliares, não se revela pertinente quando se pretende descrever os restantes verbos considerados pelos diferentes autores, ou quando se pretende fazer uma abordagem com base no cruzamento

⁸⁴ Em português, trata-se do verbo *costumar*.

⁸⁵ Remeto para as propostas já apresentadas nesta dissertação, nomeadamente, das de Gonçalves & Costa (2002) e Duarte ([2003] 2006⁷).

desses critérios com critérios semânticos, como se pôde verificar, nomeadamente, com os dados apresentados por Campos (1997; 1998).

Por outro lado, também não é muito linear a classificação de semiauxiliares para os verbos que não se ajustam à matriz estabelecida. Se o critério para classificação dos auxiliares é determinado com rigor, então, um verbo é, ou não é auxiliar. Classificar um verbo como semiauxiliar é, parece-me, querer encaixá-lo em dois grupos diferentes que se autoexcluem⁸⁶.

Neste sentido, é interessante registar a proposta de Abeillé & Godard (2001), que, ainda que privilegiando, na sua análise, os aspetos sintáticos, distinguem verbos auxiliares de verbos ‘reestruturantes’ (modais, aspetuais):

«Nous voulons montrer que, pour les auxiliaires et les verbes dits «restructurants» (modaux, aspectuels), si l’on prend en compte les structures syntaxiques, on a affaire à au moins deux types distincts, qu’on retrouve dans des langues non apparentées» (Abeillé & Godard 2001: 167).

Estas autoras baseiam a distinção dos dois tipos de verbos em certas propriedades comuns de monooracionalidade, nomeadamente a colocação dos pronomes clíticos complemento. Defendem que a subida dos clíticos (complementos) é obrigatória com os auxiliares, mas «[e]lle est optionnelle pour les verbes "restructurants" (modaux, aspectuels), sauf en roumain où elle est obligatoire» (Abeillé & Godard 2001: 168).

A proposta de Abeillé & Godard (2001) separa claramente os tempos compostos das perífrases verbais e a designação de verbos ‘reestruturantes’, usada pelas autoras, perspetiva, não apenas a classificação do primeiro verbo destas construções, mas as propriedades e valores da própria construção e as configurações em que esse verbo se insere. Está subjacente ao termo ‘reestruturante’ a ideia da alteração de valores. Esta reestruturação poderá ser entendida no sentido da alteração

⁸⁶ Como se assinalou anteriormente, estas questões podem estar na base de alguma instabilidade terminológica.

do valor aspetual que se opera no predicator, como defende Oliveira ([2003]2006⁷), entre outros, ou no sentido da marcação de valores diferenciados nos enunciados em que estas construções se inscrevem.

A análise e descrição das formas e construções, numa perspetiva transcategorial, recorrendo a manipulações controladas dos diversos constituintes dos enunciados, põe em evidência a necessidade de recorrer a critérios que não sejam exclusivamente sintáticos. Pelo contrário, a descrição sustentada por uma perspetiva integradora de diversos princípios teóricos afigurar-se mais pertinente.

As considerações de Campos (1998; [1995] 1997) confirmam que um enunciado é fruto de uma cadeia de operações e que os elementos que estão na base da construção desses enunciados são interdependentes, sendo a significação resultado da sua articulação.

Assim, defende-se que, na questão da auxiliaridade, não é importante classificar os verbos, mas sim descrever e distinguir os valores por eles marcados em diversos contextos linguísticos.

6. Construções verbais complexas: diferenças relevantes

A revisão da bibliografia sobre as perífrases verbais permitiu ressaltar a grande instabilidade dos próprios conceitos associados a construções verbais complexas: locuções verbais, perífrases verbais, tempos compostos. A discussão em torno das questões da gramaticalização e da auxiliaridade, bem como a análise das perífrases verbais proposta por alguns autores (Squartini (1998), Torrego (1999), Liere (2011), Brocardo & Correia (2012), entre outros), permitem, neste momento, definir fronteiras e delimitar as diferentes construções que aparecem, muitas vezes, sob uma mesma designação.

6.1. Distinção entre locuções verbais e perífrases verbais

Como referi anteriormente, na tradição gramatical, aparecem a par, frequentemente, as designações de perífrase verbal e de locução verbal, várias vezes tratadas como sinónimas.

Pontes (1971), por exemplo, faz um levantamento do que se entende por estas denominações na tradição gramatical e verifica que a designação de locução verbal é usada por diferentes autores com um sentido que varia desde uma aceção mais abrangente até uma aceção mais restrita:

«Alguns autores designam como Locução Verbal qualquer seqüência verbal com uma certa coesão interna, de tal modo que funcione como um verbo simples; outros separam certas seqüências verbais que denominam *Tempos Compostos* (TC) e consideram as restantes como locuções. Tanto na aceção mais ampla como na mais restrita, LV costuma ser sinónimo de *Conjugações Perifrásticas* (CP)» (Pontes 1971: 15).

No entanto, como já foi referido, em alguns estudos encontramos, não só uma definição mais precisa do que é uma perífrase verbal, como também uma distinção entre locução verbal, perífrase verbal e tempos compostos.

De acordo com Pontes (1971), o primeiro gramático que distingue tempos compostos de locução verbal é Chaves de Melo que defende que os tempos compostos fazem parte da conjugação do verbo, como os tempos simples, enquanto as locuções verbais «nascem das necessidades de expressão mais complexa, em que se busca traduzir o “aspecto verbal”» (Chaves de Melo 1968: 166-167)⁸⁷.

Said Ali ([1931] 1964³: 161) e Pontes (1971: 20) contestam esta explicação, considerando que a marcação de aspeto não pode servir para distinguir tempos

⁸⁷ Cit in Pontes (1971: 18).

compostos de perífrases, porque, como mais de um gramático assinalou, *ter Vpp* também marca, em português, o aspeto verbal. Estes dois autores assumem, então, a mesma posição, defendendo que não encontram nenhuma razão para distinguir os tempos compostos das perífrases verbais, passando a usar apenas a designação geral de locução verbal como sinónimo de construção verbal complexa.

Na sequência da leitura da obra de Pontes (1971), a posição da autora relativa às designações das estruturas verbais complexas torna-se incompreensível, uma vez que todo o seu trabalho tem como fundamento definir as características dos verbos que poderão ser classificados como auxiliares e que a autora concluiu que há uma clara diferença entre os verbos que ocorrem na posição de auxiliar nos tempos compostos e outros verbos que ocupam a mesma posição, mas nos complexos verbais que podem ser designados por perífrases verbais.

Ainda assim, partindo das propostas de análise das construções verbais complexas em várias gramáticas do português, a autora conclui que, de um modo geral, a definição de locução verbal como a junção das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo, a que se chama principal, é partilhada pela maioria dos gramáticos.

Esta perspetiva não é, contudo, pacífica. Torrego (1999), por exemplo, distingue claramente perífrase verbal de locução verbal. Para este autor, numa perífrase a união de dois ou mais verbos constitui apenas um núcleo do predicado, porque nenhum dos verbos desempenha uma função complementar em relação ao outro e a única segmentação possível numa perífrase é entre auxiliar e auxiliado, como a que se tem num tempo composto. Assim, a perífrase, ainda que comporte dois verbos, é entendida como um predicado verbal, não sendo, por isso, segmentável em constituintes que estabeleçam entre si funções sintáticas de coordenação ou subordinação.

No entanto, o facto de os dois verbos da perífrase constituírem um núcleo único do predicado, não significa que entre eles não se possam intercalar outros elementos e o que se verifica é que, na maioria das perífrases, o grau de conexão entre ‘auxiliar’ e ‘auxiliado’ não é tão forte como o que existe nos tempos compostos. Por essa razão, segundo o autor, nas perífrases em que o ‘auxiliar’ está fortemente

gramaticalizado, torna-se mais difícil encontrar intercalação de outros elementos (cf. Torrego 1999: 3325-3326).

O autor defende que, para se considerar uma construção verbal como perífrase, é fundamental verificar a natureza sintática da forma impessoal. Se esta forma tiver exclusivamente 'carga verbal' formará, com o outro verbo, uma perífrase. «Si a dicha carga verbal se le añade carga 'nominal' (en los infinitivos), 'adjetival' en los participios y gerúndios, y 'adverbial' en los gerúndios, no debemos hablar de perífrasis verbal, pues esas formas no personales se subordinan al verbo anterior como lo hacen los sustantivos y pronombres en el caso del infinitivo, y los adjetivos y advérbios en el caso de participios y gerúndios» (Torrego 1999: 3326).

Assim, para estabelecer a distinção entre perífrases e locuções verbais, Torrego (1999) propõe uma série de testes, como se apresenta seguidamente⁸⁸, que permitem verificar esta propriedade das perífrases verbais do espanhol, ou seja, se a forma impessoal destas construções tem exclusivamente carga verbal. Seguidamente mostra-se como alguns desses testes são pertinentes para a análise dos dados do português.

Um dos testes propostos por Torrego (1999: 3326), a que já se fez referência anteriormente, consiste em aplicar o procedimento formal da comutação. Segundo o autor, se o infinitivo admite a sua substituição por uma categoria nominal (nome; pronome; oração completiva), não podemos falar de perífrase verbal. Com base neste teste da comutação, pode explicitar-se a diferença entre as sequências que se apresentam abaixo:

(69) Juan {tiene que / puede / debe (de) / suele / há de...} presentar el carné.

[Torrego 1999: 3326]

(69') * Juan {lo tiene / lo puede / lo debe / lo suele / lo há}.

[Torrego 1999: 3326]

⁸⁸ Dado o objetivo desta tese, apenas se recorre a alguns dos testes propostos por Torrego (1999), por se considerarem pertinentes para a discussão que aqui se apresenta.

(69'') *Juan {tiene que / puede / debe (de) / suele / há de...} que se presente el carné.

[Torrego 1999: 3326]

(70) Juan {desea / necessita / teme / prefiere...} presentar el carné.

[Torrego 1999: 3326]

(70') Juan {lo desea / lo necessita / lo teme / lo prefiere}.

[Torrego 1999: 3326]

(70'') Juan {desea / necessita / teme / prefiere...} que se presente el carné.

[Torrego 1999: 3326]

Aplicado à análise do português, verifica-se que o teste da comutação é igualmente pertinente para a distinção de diferentes tipos de construções verbais complexas:

(71) O João {está a / começou a / acabou de} fazer o trabalho com a Rita.

(71') * O João {está-o / começou-o / acabou-o}.

(72) O João deseja fazer o trabalho com a Rita.

(72') O João deseja-o / deseja isso.

Nos exemplos em que ocorrem perífrases verbais (em (69) e (71)), o verbo no infinitivo só tem carga verbal, não podendo haver, por isso, substituição por elementos nominais. Nos exemplos (70) e (72) há locuções verbais, porque o verbo no infinitivo possui, não só carga verbal, mas também nominal, pois faz parte de uma subordinada substantiva.

Outro teste apresentado por Torrego (1999: 3327) que permite verificar se o infinitivo tem carga nominal é a construção de interrogativas com *que*. Segundo o autor, as perífrases verbais não possibilitam estas construções, enquanto com locuções verbais as mesmas são perfeitamente gramaticais, como se pode verificar,

quer em espanhol, quer em português, pela manipulação dos exemplos acima apresentados:

(69''') * Qué {tiene / puede / debe / suele / há} Juan?

[Torrego 1999: 3327]

(70''') Qué {desea / necessita / teme / prefiere} Juan?

[Torrego 1999: 3327]

(71'') * Que {está a / começou a / acabou de} o João?

(72'') Que deseja o João?

Ainda no domínio da validação do conceito de perífrase verbal, pode dar-se atenção à capacidade seletiva do infinitivo. Assim, pode observar-se que, em sequências em que ocorrem perífrases verbais, só o infinitivo pode selecionar argumentos (sujeito sintático e complementos). O primeiro verbo da construção (auxiliar) não seleciona os argumentos e atua como um mero instrumento gramatical do infinitivo, como se pode verificar nos exemplos apresentados por Torrego [1999: 3328] e em português:

(73) El director nos mandó entregar el dinero.

[Torrego 1999: 3328]

(73') El director mandó que entregáramos el dinero.

[Torrego 1999: 3328]

(74) O diretor mandou-nos entregar o dinheiro.

(74') O diretor mandou que entregássemos o dinheiro.

(75) O diretor acabou de nos entregar o dinheiro.

(75') * O diretor acabou que nos entregasse o dinheiro.

Nos exemplos apresentados em (73) e (74) não temos perífrases verbais, ao contrário do que acontece em (75), não só porque há possibilidade de comutação nominal ((73'), (74')), como também porque é o primeiro verbo (*mandó / mandou*) que seleciona o sujeito (*el director / o diretor*), que é distinto do sujeito nulo subentendido associado ao infinitivo (*nosotros / nós*), e é também o primeiro verbo que seleciona o complemento direto (*entregar el dinero / entregar o dinheiro*) e o complemento indireto (*nos*).

Assim, segundo Torrego [1999], as propriedades formais essenciais das perífrases são a carga exclusivamente verbal do infinitivo e a seleção argumental. Mas, além destas, o autor indica ainda outras propriedades que, juntamente com estas, ajudam a configurar a construção perifrástica.

Segundo o autor, uma das particularidades das perífrases verbais é nunca ser possível apassivar o primeiro verbo da construção, uma vez que só o infinitivo pode ser sujeito a transposição para frases passivas. Os exemplos que se apresentam seguidamente mostram que esta particularidade do espanhol se verifica igualmente em português:

(76) Juan {tiene que / puede / debe ...} leer la carta.

[Torrego 1999: 3330]

(76') La carta {tiene que / puede / debe...} ser leída por Juan.

[Torrego 1999: 3330]

(76'') * Leer la carta es {tenido / podido / debido} por Juan.

[Torrego 1999: 3330]

(77) O João {está a / começou a / acabou de} ler a carta.

(77') A carta {está a / começou a / acabou de} ser lida pelo João.

(77'') * Ler a carta {está a / começou a / acabou de} ser pelo João.

Aliás, e segundo esta constatação, este é o motivo que justifica que, com as construções perifrásticas, a passiva reflexa afete todo o núcleo perifrástico (auxiliar + auxiliado), pelo que, se o sujeito sintático é plural, o verbo auxiliar deve aparecer também no plural, como se pode comprovar pelos exemplos das duas línguas:

(78) Se {tienen que / se pueden / se deben (de) / se van a / se han de / se empiezan a / se dejaron de ...} celebrar las elecciones.

[Torrego 1999: 3330]

(79) Se desea {se piensa / se prefiere / se procura / se necesita...} celebrar pronto las elecciones.

[Torrego 1999: 3330]

(79') * Se {desean / se piensan / se prefieren / se procuran / se necesitan...} celebrar las elecciones.

[Torrego 1999: 3330]

(80) Acabaram de se realizar as eleições.

(80') As eleições acabaram de ser realizadas.

(81) Pensa-se realizar as eleições no próximo mês.

(81') * Pensam-se realizar as eleições no próximo mês.

(81'') * As eleições pensam ser realizadas no próximo mês.

Nos exemplos apresentados em (78) e (80), o sujeito das perífrases é *las elecciones* / *as eleições*. O mesmo não acontece em (79) e (81), em que não há perífrases verbais. Assim, (79'), (81') e (81'') são agramaticais, uma vez que o argumento *las elecciones* / *as eleições* não é o sujeito de *desea celebrar* / *pensa celebrar*, mas o complemento direto do verbo no infinitivo.

(82) Juan {desea / prefiere / quiere / intenta / procura...} leer mi libro.

[Torrego 1999: 3331]

(82') Lo que Juan {desea / prefiere / / quiere / intenta / procura...} es leer mi libro.

[Torrego 1999: 3331]

(83) Juan {tiene que / va a / dejó de / acaba de / puede / debe (de) / há de / empieza a ...} leer mi libro.

[Torrego 1999: 3331]

(83') * Lo que Juan {tiene (que) / puede / debe (de) / acaba de / / há de / empieza a ...} es leer mi libro.

[Torrego 1999: 3331]

(84) O João deseja ler o livro.

(84') O que o João deseja é ler o livro.

(85) O João acaba de ler o livro.

(85') * O que o João acaba de é ler o livro.

De forma sucinta, pode resumir-se a proposta de Torrego (1999) a partir do princípio de que uma perífrase verbal deve ser vista como uma unidade sintática. Note-se que, a esta unidade sintática está associada, inerentemente, uma unidade semântica, porque estas construções apresentam um verbo com significado pleno e outro com um significado «modificador» ou «matizador» (cf. Torrego 1999: 3346).

No entanto, esta não pode ser considerada como propriedade distintiva para a delimitação do conceito de perífrase verbal, visto existirem construções que apresentam unidade semântica, mas não são consideradas perífrases. Por exemplo, todas as construções em que ocorrem verbos modais (ou modalizadores), como *necessitar*, *desejar*, *querer*, entre outros. Por outro lado, nas perífrases, a marcação de valores temporais, aspetuais e modais resulta de todo o conjunto perifrástico, isto é, da construção no seu todo e não apenas do verbo auxiliar, nem apenas do predicator.

Os testes apresentados acima permitem estabelecer as propriedades sintáticas das perífrases, distinguindo-as, segundo o autor, das locuções verbais, que se caracterizam por ser constituídas por várias palavras «cuyo centro sempre es um

verbo, y que actúan como una sola ‘unidad sintáctica’, insegmentable (un solo núcleo del predicado), y por ser una sola ‘unidad léxica’ fija» (Torrego 1999: 3342).

6.2. Distinção entre locuções verbais e expressões com verbos leves

De acordo com a aceção de locução verbal que assume e que foi referida acima, Torrego (1999) inclui, sob esta designação, expressões com verbos leves (ou verbos suporte), uma vez que nessas expressões as sequências que seguem o verbo não desempenham, só por si, nenhuma função sintática e, unidas ao verbo, formam com ele uma só unidade sintática, que funciona como núcleo predicativo, e, por outro lado, porque estas sequências constituem unidades léxicas fixas, pois não é possível a substituição lexical das suas formas e o significado de toda a sequência corresponde ao de um verbo simples. São expressões como *ter em conta* (=considerar); *dar de si* (=ceder), *dar um sorriso* (=sorrir); *dar um grito* (=gritar); *fazer um aceno* (=acenar); *tomar conhecimento* (= conhecer); *dar saltos* (= saltar); *fazer queixa* (= queixar-se); *pôr em risco* (= arriscar); *ter em consideração* (= considerar), por exemplo.

De acordo com os argumentos que apresento seguidamente, defendo que estas estruturas ou sequências, pelas suas características sintáticas e semânticas, não devem ser consideradas locuções verbais.

Aliás, é de referir que, mesmo para Torrego (1999), mais do que estas expressões, é importante distinguir as perífrases verbais das locuções verbais constituídas por dois verbos, em que o segundo se encontra no infinitivo, como por exemplo: *dar que pensar* (preocupar); *dar a conhecer* (comunicar); *dar a entender* (insinuar); *dar de comer* (alimentar); *dar de mamar* (amamentar); *fazer saber* (comunicar); *fazer chegar* (enviar); *querer dizer* (significar), etc.

Estas locuções verbais são diferentes das perífrases, pois equivalem, normalmente, tal como as expressões fixas com verbos leves, a um verbo simples. Por serem uma unidade léxica, não admitem a substituição léxica do infinitivo e o primeiro verbo não é um instrumento gramatical do segundo verbo, mas sim um verbo pleno.

Por outro lado, pode observar-se, também, que as locuções verbais não admitem posposição de clíticos no infinitivo, pois os complementos são selecionados pelo primeiro verbo (cf. Torrego 1999: 3342). Estas propriedades são evidenciadas pela manipulação dos exemplos que se apresentam seguidamente:

(86) Dei de comer aos meus filhos.

(86') Dei-lhes de comer.

(86'') * Dei de comer-lhes.

Retomando a posição defendida acima sobre as expressões fixas com verbos leves⁸⁹, (*tomar conhecimento, dar saltos, ter em consideração*, por exemplo), diferentemente de Torrego (1999), assume-se que estas sequências não devem ser consideradas locuções verbais. Assim, considera-se que se devem distinguir as locuções verbais de sequências formadas por < V + SP > ou < V + SN >.

A distinção entre estes dois tipos de construções encontra-se suportada, muitas vezes, por critérios relacionados com a auxiliaridade, como os testes para a classificação dos verbos auxiliares (e semiauxiliares) e a gramaticalização.

Os critérios sintáticos que concorrem para a delimitação dos verbos auxiliares em português e a classificação de outros como semiauxiliares, permitem também, segundo Duarte ([2003] 2006⁷), descrever determinadas ocorrências de verbos, habitualmente classificados como verbos principais, mas que, não apresentando as propriedades dessa classe, devem ser, por isso, classificados como verbos leves.

Para esta autora, os verbos leves e os verbos semiauxiliares partilham a propriedade de entrarem, obrigatoriamente, na formação de um predicado complexo.

Também Gonçalves *et al.* (2010) defendem o estatuto predicativo dos verbos leves, uma vez que «os mesmos apresentam propriedades predicativas, o que os aproxima dos verbos plenos homónimos» (ibidem: 454). Segundo estes autores, os

⁸⁹ Para a análise dos verbos leves, ver, entre outros, Duarte ([2003] 2006⁷), Duarte, Gonçalves & Miguel (2006) e Gonçalves *et al.* (2010).

verbos leves não se qualificam apenas como meros elementos funcionais, fornecendo apenas informação morfológica de Tempo, Aspeto e Modo, nem como verbos auxiliares, desprovidos de propriedades de selecção. De acordo com os autores, a sua proposta encontra fundamento, nos seguintes aspetos: «[o]s verbos leves podem preservar a estrutura argumental do verbo pleno correspondente»; «[c]ontrariamente aos auxiliares, os verbos leves também são responsáveis pela seleção semântica do argumento externo» (ibidem: 451-452). Assim sendo, a expressão que integra um verbo leve e o nome que com que ele se combina forma um predicado complexo.

Por outro lado, Duarte ([2003] 2006⁷) defende que, quer no caso dos verbos leves, quer no caso dos verbos semiauxiliares, estamos perante processos de esvaziamento lexical.

A partir dos exemplos que transcrevo abaixo, Duarte ([2003] 2006⁷) afirma que, nestes exemplos, «os verbos *dar*, *fazer* e *ter* sofreram um processo de esvaziamento lexical a que alguns autores chamam gramaticalização, que permite que o centro semântico da frase se desloque para a expressão nominal em *itálico*»:

(87) O João deu *uma contribuição decisiva* para o debate.

[Duarte [2003] 2006⁷: 311]

(88) A Maria fez *imensas queixas* aos amigos.

[Duarte [2003] 2006⁷: 311]

(89) Eles têm *bastante influência* na comissão.

[Duarte [2003] 2006⁷: 311]

No entanto, a mesma autora chama a atenção para o facto de o processo de esvaziamento lexical dos verbos leves não ser total, «sendo preservada a grelha argumental que o verbo tem como verbo pleno, como o mostra o facto de, quando o verbo leve é trivalente, tanto a expressão nominal como a expressão preposicional serem independentemente cliticizáveis» (Duarte [2003] 2006⁷: 311).

Na mesma linha, também Brocardo (2006), ao fazer a descrição do funcionamento dos verbos *(h)aver* e *ter* em português medieval, a partir de dados recolhidos em textos dos séculos XIV e XV, analisa as ocorrências em que esses verbos intervêm na formação de predicados complexos e apresentam uma caracterização semântica que justifica a sua classificação como verbos leves, admitindo que «essa possibilidade de funcionamento decorre de um esvaziamento lexical, tornando, portanto, inadequada a sua caracterização nesses contextos como verbos exprimindo “posse”» (Brocardo 2006: 99).

Brocardo (2006: 113) defende que, ao contrário do que acontece na mudança verificada em *aver* e *ter* como auxiliares, em estruturas de tempo composto, em que os verbos sofreram um esvaziamento lexical, «num percurso diacrónico que resultará no seu funcionamento como elementos meramente funcionais ou gramaticais, um processo que por vezes tem sido tratado com recurso ao conceito de gramaticalização», os verbos leves mostram estabilidade ao longo de vários períodos de tempo e «o esvaziamento que sofrem, não é, como no caso dos auxiliares, consequência de um processo diacrónico cujo resultado determine ou possa vir a determinar a sua reanálise como morfemas gramaticais»⁹⁰.

Partindo, ainda embora, da distinção entre verbos lexicais e verbos leves e descrevendo enunciados com ocorrências de *dar* e *fazer*, Correia & Campos (2004) apresentam uma proposta de análise diferente, defendendo que não é pertinente tal distinção, pois a hipótese de uma Forma Esquemática⁹¹ parece ser mais estabilizadora, na medida em que, com o mesmo aparelho descritivo, é possível discutir uma maior diversidade de casos.

A Forma Esquemática é definida por Culioli ([1987] 1990: 115-116) nos seguintes termos:

⁹⁰ Ver, também, sobre esta questão, Brocardo *et al.* (2008).

⁹¹ Sobre Forma Esquemática, ver, entre outros, Culioli (1990), Paillard (2000), De Vogüé (2004), Correia & Campos (2004) e Correia & Coutinho (2006). O conceito teórico de Forma Esquemática, por ser central na TFE, será discutido, de forma mais desenvolvida, na Parte II, ponto 4.4. desta dissertação.

«L'analyse d'un marqueur (entendu non pas au sens d'étiquette, mais de marqueur d'opération ou éventuellement de polyopération) doit aboutir à une représentation formelle ayant des caractéristiques stables et contrôlables. A partir de cette représentation formelle, que j'appelle forme schématique, se constituent des formes supplémentaires qui sont, en fait, des déformations de la forme de base. La question est de comprendre l'organisation de ces dispositifs déformables».

Neste sentido, a Forma Esquemática de um item lexical pode ser definida, por um lado, como um esquema organizacional de relação imposto pelo item lexical à configuração em que se inscreve, ou seja, aos outros itens lexicais suscetíveis de entrar em relação com ele, no quadro de uma relação predicativa, e, por outro lado, como uma forma ou entidade em si mesma deformável, uma vez que entra em relação com outros itens lexicais que, por sua vez, têm também a sua própria Forma Esquemática.

Assim, define-se um princípio de invariância para cada forma e as modalidades de variação, ou seja, a Forma Esquemática corresponde à interceção de uma variação interna (imposta pelo item lexical às configurações em que se inscreve) e uma variação externa (imposta pelas configurações em que se inscreve o item lexical). Esta Forma Esquemática representa, então, uma estrutura invariante, simultaneamente, suscetível de deformações originadas nas relações entre o verbo e os seus argumentos e entre os argumentos entre si.

Por este motivo, se a Forma Esquemática faz intervir o que um dado item lexical tem de singular, não pode, no entanto, ser reduzida a um valor central a partir do qual seriam derivados valores periféricos, ou seja, a Forma Esquemática não representa nenhum valor particular e deve ser definida em termos abstratos.

É com base nestes princípios que Correia & Campos (2004) fazem a descrição e análise de construções com os verbos *dar* e *fazer* + SN e *dar* e *fazer* + SP, com o objetivo de, através do estudo da deformabilidade dos valores determinada pela variação dos diferentes contextos de ocorrência, definir a identidade semântica de cada um destes verbos, ou seja, a sua Forma Esquemática.

Também Correia & Coutinho (2006) mostram que as expressões fixas de uma dada língua, devem, por um lado, ser analisadas de acordo com as regularidades que podem ser estabelecidas na sua caracterização semântica, podendo estabelecer-se a estabilidade de funcionamento dessas expressões enquanto representações nocionais, e, por outro lado, ser perspectivadas na sua relação com a diversidade de ocorrências dos verbos que as integram em diferentes contextos:

«L'apparente instabilité polysémique de ces verbes – classifiés dans les grammaires soit comme verbes lexicaux, soit comme verbes-supports – peut être résolue si on adopte comme point de départ la définition de formes schématiques qui permettront d'établir une stabilité dans le sens de toutes les occurrences de ce type de verbes» (Correia & Coutinho 2006: 249).

De forma a estabelecer a estabilidade e deformabilidade destas expressões fixas, tendo em vista a sua caracterização semântica, a proposta de Correia & Campos (2004), baseada na topologia Discreto, Denso, Compacto⁹² (DDC), articula os diversos parâmetros que determinam a construção dos valores referenciais, mostrando que a determinação qualitativa e quantitativa determina os diferentes valores a que uma dada configuração está sujeita.

Um enunciado tem funcionamento discreto, quando representa uma situação delimitada/quantificada intrinsecamente, podendo ser singularizada ou pluralizada; tem um funcionamento denso, quando representa uma situação homogênea, cujo término é construído extrinsecamente, e tem um funcionamento compacto, quando não é construída qualquer ocorrência quantitativa da situação (cf. Culioli 1999).

Para exemplificar a proposta de Correia & Campos (2004), recorro a alguns exemplos apresentados pelas autoras, em que ocorre o verbo *dar*:

⁹² Neste ponto do trabalho apenas se faz uma referência sumária a estes princípios, uma vez que é mais pertinente aprofundar esta questão na abordagem específica sobre as perífrases verbais. Ver Parte II, ponto 4.3..

(90) O João deu um/uns/o/os livro(s) à Maria.

[Correia & Campos 2004: 2]

(91) O João deu saltos (=saltou) durante duas horas.

[Correia & Campos 2004: 2]

(92) O João deu (muita/pouca) sorte à Maria.

[Correia & Campos 2004: 2]

(93) O João deu à Maria a sorte que ela merecia.

[Correia & Campos 2004: 2]

(93') O João deu à Maria a sorte que ele lhe podia dar.

[Correia & Campos 2004: 2]

(94) O João deu cá uma sorte à Maria!

[Correia & Campos 2004: 2]

(94') O João deu à Maria uma sorte danada!

[Correia & Campos 2004: 2]

Nesta perspetiva, são considerados verbos lexicais os que ocorrem em enunciados com funcionamento discreto, como em (90); são considerados verbos suporte os que ocorrem em enunciados com funcionamento denso e que integram predicados complexos (ou unidades semânticas complexas), em que o N é de natureza eventiva, como acontece em (91) e são também verbos suporte os que integram expressões fixas, que apresentam funcionamento compacto, que é o que se pode ver em (92).

No exemplo (92), a expressão fixa *dar sorte* tem um funcionamento compacto. Não é construída nenhuma ocorrência quantitativa da situação representada por <o João dar sorte>. «Há construção de uma ocorrência do indivíduo *o João*, sujeito sintático sobre o qual é predicada a propriedade *dar sorte*, sem que esta propriedade seja quantificada intrínseca ou extrinsecamente. Trata-se de uma ocorrência qualitativa da propriedade, da qual se pode predicar o grau ou a intensidade, mas não

a existência» (Correia & Campos 2004: 2). Neste enunciado não é possível construir qualquer ocorrência discreta do N *sorte*. Em geral, não é possível a sua singularização (**dar uma sorte*) e é impossível a pluralização (**dar duas/várias/muitas sortes*).

Apenas é possível a singularização, quando adequadamente contextualizada, isto é, ou quando há construção de uma ocorrência que é localizada e qualificada por uma nova predicação, como acontece em (93)⁹³, ou quando ocorre uma predicação de alto grau, como acontece em (94). Nestas situações há uma aparente discretização, mas deve notar-se, contudo, nos dois casos, a impossibilidade de pluralização do objeto direto que ocorreria no caso de um verdadeiro funcionamento discreto.

No entanto, embora considerem que a topologia Discreto, Denso e Compacto permite uma caracterização do funcionamento das expressões com *dar SN (e fazer SN)*, Correia & Campos (2004) assumem que esta descrição não é um critério decisivo para a distinção entre verbos lexicais e verbos leves, pelo que propõem que a descrição destas estruturas seja sustentada, como referi anteriormente, pela sua representação metalinguística abstrata ou Forma Esquemática.

Assim, para o verbo *dar*, apresentam a Forma Esquemática *X dar Y (a Z)*, que definem nos seguintes termos: «um termo Y sofre uma deslocação orientada, cujo último ponto é definido pelo termo Z. Este termo é, portanto, o localizador de Y, constrói-lhe a existência enquanto objecto que descreve a trajectória em direcção a Z e terminando em Z» (Correia & Campos 2004: 6).

Esta estrutura representa a construção com *dar* em (90) [*O João deu um/uns/o/os livro(s) à Maria.*], mas serve também a descrição do enunciado (92) [*O João deu (muita/pouca) sorte à Maria.*]. Neste caso, o termo Y (*a sorte*) sofre uma deslocação em direcção ao ponto Z (*a Maria*), no qual se integra. Y tem Z como localizador e, ao mesmo tempo, especifica Z. Nesta relação de localização, os termos Y e Z são, simultaneamente, termo localizador e termo localizado.

⁹³ Em (23), «[a] aparente discretização subjacente ao determinante definido permite que sobre essa falsa ocorrência discreta seja predicada uma nova propriedade – expressa na relativa restritiva – que a diferencia em relação a outras ocorrências da mesma noção. Mas constata-se, ainda neste caso, que a nova propriedade não caracteriza o SN *a sorte* enquanto ocorrência resultante de uma operação de fragmentação. A propriedade diferencial caracteriza, sim, os suportes sintácticos que, enquanto actantes, estruturam o enunciado: o Objecto Indirecto (*que ela merecia*) ou o Sujeito (*que ele lhe podia dar*)» (Correia & Campos 2004: 3).

Como se verifica, a descrição destes exemplos possibilita uma generalização em termos aspetuais, uma vez que a significação do enunciado corresponde à construção de uma mudança em termos espaciais (90) ou em termos nocionais (92). Em (90), é Y que muda espacialmente, em (92) é Z que sofre uma mudança nocional, passando do Exterior para o Interior do domínio nocional da noção */dar sorte/*.

A proposta de análise acima apresentada permite desde já verificar que a classificação destes verbos, enquanto verbos lexicais ou verbos leves, é pouco satisfatória em termos da descrição linguística, encontrando-se, com o recurso à topologia DDC e, sobretudo, estabelecendo-se a Forma Esquemática destes verbos, uma explicação mais abrangente dos dados analisados.

Por outro lado, possibilita reforçar a ideia de que estas expressões fixas, contrariamente à posição defendida por Torrego (1999), não devem ser consideradas locuções verbais, uma vez que estas sequências são sintaticamente e semanticamente diferentes, quer a nível das formas que as compõem, quer a nível do funcionamento das próprias construções.

6.3. Distinção entre perífrases verbais e tempos compostos

Na linha da discussão que tem vindo a ser desenvolvida ao longo desta parte da tese, visa-se, agora, mostrar que é possível propor um tratamento diferenciado das perífrases verbais e dos tempos compostos.

Como referimos inicialmente, a maior parte das propostas de descrição das perífrases verbais, nas gramáticas do português, não permite delimitar e diferenciar os dois tipos de estruturas, constatando-se uma grande discrepância na sua classificação e caracterização⁹⁴.

Em algumas gramáticas históricas (por exemplo, Leite de Vasconcelos [1911] 1966⁴; Nunes [1919] 1989⁹ e Williams [1938] 1961⁶) não se encontram dados

⁹⁴ É importante referir que não se pretende, com o recurso as estas obras, um estudo exaustivo das suas propostas. Considerou-se, no entanto, que, para a descrição das perífrases verbais, estas obras contribuíram de forma importante para a identificação de problemas que se colocam na delimitação de diferentes estruturas verbais complexas.

significativos para a análise das perífrases, uma vez que os autores, ou não abordam a questão, ou apenas usam a designação de perífrase (ou forma perifrástica) associada à explicação da formação do futuro e condicional⁹⁵, que tiveram origem no futuro sintético do Latim, referindo estes autores que, antes das formas aglutinadas, futuro e condicional se formavam com a perífrase *Vinf + habeo* no presente e no imperfeito, respetivamente.

Nunes ([1919] 1989) usa a designação de ‘formas perifrásticas’ aquando da explicação da formação do futuro e condicional, tendo-se operado, no caso do futuro, a substituição da forma sintética pela analítica. De acordo com o autor «o latim popular substituíra o futuro latino e criara um tempo novo, o condicional, socorrendo-se para isso de uma forma perifrástica, constituída pelo infinitivo, junto ao presente e imperfeito do verbo *habeo*, conforme se tratava do primeiro ou do segundo tempo» (Nunes [1919] 1989: 319). O autor explica que «em ambos os casos o português, como as demais línguas que se socorreram de *habeo*, escolheu de preferência as formas contractas, que soldou ao infinitivo por forma tão íntima que os dois vocábulos vieram a formar um só» (Nunes [1919] 1989: 319). Para além destas formas aglutinadas faz o autor referência às «formas “*hei amar, havia amar*”, ainda existentes, mas a que se intercalou a preposição *de* entre os dois elementos» (Nunes [1919] 1989: 319-320).

Também Williams ([1938] 1961⁶: 211-212) refere que «o futuro do indicativo do latim clássico foi substituído em latim vulgar por um futuro perifrástico, consistente do presente do indicativo de *habere* e de infinitivo» e que a ordem dos elementos nessa perífrase não era fixa, mas depressa passou a ser mais comum a utilização de duas formas fixas, uma formada com a preposição *de* mais infinitivo, após as formas do presente do indicativo do verbo *haver* (e.g., *hei de ir*) e outra formada pela «adição como sufixos, ao infinitivo, das formas do presente do indicativo do verbo *haver* (menos o elemento *hav-* da primeira e segunda pessoas do plural)». Segundo o autor a formação do condicional é igual à do futuro, «salvo que o imperfeito do indicativo (menos o elemento *hav-*), em lugar do presente do indicativo, é que era usado».

⁹⁵Em Williams ([1938] 1961⁶) encontra-se a designação de perífrase para a construção *haver de Vinf*, mas o autor não descreve esta construção.

A formação do futuro e do condicional é também analisada, por exemplo, por Câmara Jr. (1975), mas este autor não usa a designação de perífrase, optando antes pelo termo locução: «[a] combinação do infinitivo imperfeito com o presente do verbo *habere* (port. *Haver*), em grande parte da România, se estabeleceu como uma locução volitiva, focalizando, do presente, a vontade que uma ocorrência se desse. Concomitantemente se estabelecia uma locução paralela, do ponto de vista do passado. (...) Do ponto de vista formal, houve afinal a aglutinação dos dois vocábulos, com uma redução fonética violenta das formas de *habere*» (Câmara Jr. 1975: 130).

Noutras gramáticas (por exemplo, Reinhardstoettner 1878, Michaëlis de Vasconcelos [1946] s.d. e Huber [1933] 1986), os autores apresentam uma descrição um pouco mais alargada das estruturas que analisam, explicitando algumas diferenças entre elas, bem como recorrem a um número mais significativo de exemplos. Das explicações e dos exemplos apresentados, conclui-se que, na sua maioria, o termo perífrase é usado para designar as formas compostas dos verbos.

Nos textos de Reinhardstoettner (1878) e Michaëlis de Vasconcelos ([1946] s.d.), perífrase é sinónimo de forma composta ou forma analítica, mas estes autores apenas dão como exemplo os tempos compostos dos verbos. Na gramática de Huber ([1933] 1986), é também dos tempos compostos que o autor se ocupa, se bem que, sem que apresente exemplos ou desenvolva o assunto, mencione como auxiliares os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *andar* e *ir*.

Reinhardstoettner (1878: 356ss), após explicar o emprego dos tempos simples, refere-se aos «Periphrastischen Zeiten» e dá, de imediato, o exemplo do pretérito perfeito composto, explicando a diferença de valor temporal-aspetual entre este e o pretérito perfeito simples, e afirmando que o pretérito perfeito composto exprime uma relação entre o passado e o presente, enquanto o pretérito perfeito simples marca um tempo completamente concluído no passado⁹⁶.

O autor deixa bem clara a ideia de que, ao utilizar a designação de tempos perifrásticos, se refere aos tempos compostos dos verbos, ao afirmar que os tempos

⁹⁶ «Das zusammengesetzte Perfekt drückt die Fortdauer der Beziehungen der Vergangenheit auf die Gegenwart aus, während das einfache Perfekt die völlig abgeschlossene Vergangenheit darstellt» (Reinhardstoettner 1878: 356).

perifrásticos são construídos com os verbos auxiliares e necessitam, também, para a sua formação, dos participípios do passado⁹⁷.

Michaëlis de Vasconcelos ([1946] s.d.) usa o termo perífrase como sinónimo de forma analítica, o que fica claro, quando menciona as «principais formas perifrásticas de que o vulgo se servia conversando», bem como pelos exemplos a que recorre⁹⁸. A autora firma que «[a] fim de ser claro, o *sermo vulgaris* expressava analiticamente e por perífrases o que o latim clássico exprimia por *sínteses gramaticais*, lacônicamente, concisamente» (Vasconcelos [1946] s.d.: 243) e conclui que «[n]uma palavra, e para repetir o ponto essencial: o *sermo vulgaris* já se servia dos mesmos processos analíticos e das mesmas perífrases que diferenciam as línguas românicas do latim clássico, que gostava de expressar as idéias sinteticamente por meio de uma única palavra» (Vasconcelos [1946] s.d.: 248).

Encontra-se também a designação de perífrase em Huber ([1933] 1986)⁹⁹, quer se trate dos tempos compostos do verbo, quer se trate de outras construções verbais. Pode ler-se, por exemplo, que «*andar, ir, seer* ou *ficar* + gerúndio usam-se muitas vezes para formar a linguagem perifrástica do verbo simples» (Huber [1933] 1986: 211), ou que «[e]m vez do futuro latino surgiu em português a perífrase com o infinitivo do verbo respectivo + presente do indicativo de *habere*» (Huber [1933] 1986: 230). O mesmo autor refere-se também a ‘perífrases do imperfeito’, afirmando que «[o] imperfeito é também muitas vezes expresso por uma perífrase: a) constituída pelas formas de imperfeito de *andar, estar, ir, seer, ficar* + gerúndio (...); b) constituída pelas formas de imperfeito de *seer (ir)* + infinitivo (...)» (Huber [1933] 1986: 239). Ainda, segundo este gramático, «[m]uitas vezes o definido é expresso por uma perífrase formada pelo definido de *seer* ou *ir* (...) + infinitivo (...)» (Huber [1933] 1986: 248). Além destas, faz também referência às ‘perífrases do mais-que-perfeito’,

⁹⁷ «Die periphrastischen Tempora werden durch Hilfsverba gebildet.»; «[d]ie periphrastischen Tempora bedürfen zu ihrer Bildung auch der Participia der Vergangenheit.» (Reinhardstoettner 1878: 357-359).

⁹⁸ «Em lugar do passivo sintético *amatur*, usava de *amatus est*; por *amabantur*, empregava *erant amati*. Em vez de *cantabo*, dizia *cantare habeo* (ou abreviadamente *cantar aio*, de que saiu o nosso *cantarei*): e respectivamente *cantare, habebam*, com funções que se aproximam do condicional neo-latino. Em vez do pretérito simples *scripsit* encontra-se *habet scriptum*: isto é, o composto *há escrito, il a écrit*» (Vasconcelos [1946] s.d.: 246-247).

⁹⁹ Como se sabe, a gramática histórica do português de Huber diferencia-se das demais, tendo em conta que o único período estudado é o período do português antigo, como aliás, vem indicado no título.

defendendo que «[o] mais-que-perfeito simples é ocasionalmente substituído: a) pelo imperfeito de *aver* (*avia*) ou *teer* (*tiinha*) + particípio passado (...); b) pelo mais-que-perfeito de *ser* (*fora*) + infinitivo (...); c) pelo imperfeito de *seer* + infinitivo (muito esporadicamente) (...)» (Huber [1933] 1986: 252-253).

Nas gramáticas de Said Ali ([1931] 1964³) e Câmara Jr. (1975), os autores usam a designação de perífrase, quando fazem referência a composições de duas formas verbais, com ou sem intercalação de preposições. A abordagem apresentada por estes autores é mais detalhada, com maior número de exemplos, e Said Ali (*op. cit.*) propõe uma análise comum a todas as formas analíticas, defendendo que não se devem distinguir tempos compostos e conjugação perifrástica, pois ambas as formas analíticas «nasceram de processos análogos» (Said Ali [1931] 1964³: 161), no que é apoiado por Câmara Jr. (*op. cit.*).

Said Ali (*op. cit.*) considera que nos dois tipos de estruturas - nos tempos compostos e nas perífrases - há composição de duas formas verbais, o verbo nocional e o verbo relacional (auxiliar)¹⁰⁰, sendo que a aceção própria do verbo relacional sofre apagamento ao constituir-se como suporte ou expressão subsidiária do verbo nocional. Assim, para este autor, «da combinação de um verbo relacional (auxiliar) em suas diversas formas com o infinitivo, gerúndio ou particípio do pretérito de um verbo nocional (verbo principal), resulta a conjugação composta» (Said Ali [1931] 1964³:161).

Na mesma linha, para Câmara Jr. (1975) as ‘conjugações perifrásticas’ devem ser entendidas «como processo de composição morfológica na base de uma locução, isto é, dois vocábulos fonológicos e morfológicos que se associam numa unidade lexical superior» (Câmara Jr. 1975: 167).¹⁰¹ Na descrição que apresenta das ‘perífrases de formas verbais’, este autor defende que estas perífrases são «composições de duas formas verbais para expressarem categorias ou nuances categóricas que não estão

¹⁰⁰ Said Ali ([1931] 1964³) distingue “verbo nocional” (verbo principal) de “verbo relacional” (verbo auxiliar). O autor chama «verbos de função nocional» ou «verbos nocionais» «àqueles que não sofrem a influência do anexo predicativo, e vêm usados com o mesmo sentido e o mesmo ofício de predicado como se tal anexo não existisse» e «verbos de função relacional» ou «verbos relacionais» «àqueles cuja aceção própria se apaga ou modifica por virem combinados com outro termo» (Said Ali [1931] 1964³: 158).

¹⁰¹ É esta aceção do termo perífrase que leva o autor a falar em “perífrase verbo-pronominal” na parte 2 do referido capítulo, questão que não abordo neste trabalho por se afastar do objeto de estudo que me propus trabalhar.

previstas no quadro das flexões» (Câmara Jr. 1975: 163) e que há uma unidade semântica na composição destas estruturas¹⁰². Para o autor, «o processo geral das línguas indo-européias, na conjugação perifrástica, é combinar uma forma nominal do verbo com qualquer forma flexional de outro verbo seleccionado para “auxiliar” no padrão perifrástico dado. A significação lexical do conjunto está na forma nominal, como da forma simples flexional está no radical. Na forma flexional auxiliar está a significação gramatical, que é dupla: a) de um lado, as categorias número-pessoal e modo-temporal, que se expressam na flexão do verbo auxiliar; b) de outro lado, a nuance categórica, primitiva da construção, e que resulta da associação da significação lexical do auxiliar com o tipo de forma nominal que o acompanha (em português: participio perfeito, gerúndio, infinitivo)» (Câmara Jr. 1975: 163-164).

Este autor manifesta, como disse acima, a sua concordância com a posição assumida por Said Ali ([1931] 1964³)¹⁰³ quanto à classificação destas diferentes construções, propondo que, ao contrário do que acontece na tradição gramatical portuguesa, não se separem os tempos compostos das restantes construções perifrásticas. Assim, ao defender o mesmo tipo de descrição para estes dois modelos de “composição”, Câmara Jr. (1975) sustenta que «é preciso respeitar a existência de dois sistemas distintos, embora correlatos, ou, pelo menos, de “dois ramos de um sistema significativo” (Glinz, 1953, 374), que são a flexão do radical e a perífrase e correspondem a intenções categóricas distintas» (Câmara Jr. 1975: 165).

Esta aparente inconsistência no uso destes conceitos não se encontra, apenas, nas gramáticas históricas. Tal como estes autores, também Cuesta & Luz (1971) tratam de forma indiferenciada os tempos compostos e as perífrases verbais. As autoras chamam perífrases ou formas analíticas à voz passiva¹⁰⁴ e aos tempos compostos, com emprego dos auxiliares *ter* e *haver*, que substituíram, no português, os tempos simples

¹⁰² Sem se alongar neste ponto, o autor faz uma chamada de atenção para o facto de não haver conjugação perifrástica em todas as circunstâncias em que se encontram dois verbos associados, dando como exemplo o emprego do verbo *ter* com um «participio perfeito em concordância nominal com o substantivo a que se associa como constituinte imediato: *Tenho guardados os papéis*» ou frases como «*vi-o sair*, onde a análise é, de um lado, *vi-o* (verbo e objecto constituinte) e, de outro lado, *sair*» (Câmara Jr. 1975: 164).

¹⁰³ O autor diz que, «[e]m referência à incorporação de «tempos compostos» com o auxiliar *ter* na conjugação flexional “simples”, Said Ali ([1931] 1964³: 180) insurgiu-se com razão contra um critério que rompe a estruturação morfológica das expressões verbais» (Câmara Jr. 1975: 165).

¹⁰⁴ Cf. Cuesta & Luz (1971: 406-407; 421; 424).

do latim, nomeadamente as formas contraídas do futuro e do condicional. Num subcapítulo dedicado especificamente à conjugação perifrástica, alargam o conceito às estruturas formadas com outros verbos que dizem funcionar como auxiliares. Os verbos auxiliares mencionados pelas autoras, além de *ter*, *haver* e *ser*, são: *dever*, *estar*, *andar*, *ir*, *vir* e ainda *acabar*, *cessar*, *começar*, *continuar*, *chegar*, *deixar*, *ficar*, *principiar*, *prosseguir*, *seguir*, *tornar*, *voltar*.

Por sua vez, Cunha & Cintra ([1984] 1986³) fazem referência às perífrases, mas usando a designação de ‘locuções verbais’, e a sua descrição baseia-se fundamentalmente no emprego dos verbos auxiliares, referindo que esses verbos se empregam com o infinitivo do verbo principal antecedido de preposições (*de*, *a*, *para*, *por*) e apresentando uma breve explicação dos valores expressos por essas construções.

A designação de ‘locução verbal’ é usada, também, por Bechara ([1961] 1999³⁷), para se referir à «combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama *principal*: *hei de estudar*, *estou estudando*, *tenho estudado*. Muitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal dando origem aos chamados *aspectos do verbo*. Entre o auxiliar e o verbo principal no infinitivo pode aparecer ou não uma preposição (*de*, *em*, *por*, *a*, *para*)» (Bechara [1961] 1999³⁷: 230). Como se verifica, este autor não faz a distinção entre tempos compostos e perífrases verbais e considera, ainda, que na ‘locução verbal’ pode aparecer ou não uma preposição entre o verbo auxiliar e o verbo principal, mas aponta para uma questão de arbitrariedade no seu uso, ao referir que «da arbitrariedade do uso é que depende o empregar-se em alguns casos a preposição e em outros omiti-la» (Bechara [1961] 1999³⁷: 230), dando apenas, como exemplo, *começar a/de fazer*.

Por seu lado, Castilho (2002) coloca mesmo a questão de se saber se as perífrases poderiam ser interpretadas como tempos compostos, «partindo do pressuposto apresentado por Dietrich (1973), segundo o qual quanto mais gramaticalizada uma perífrase, tanto mais ela “encontrará seu lugar no quadro flexional do verbo, emparelhando-se com a forma simples”. Observe-se que aqui o termo “gramaticalização” está sendo usado no sentido de “coesão sintática” de V1 +

V2, e não no de “alterações gramaticais de V1”» (Castilho 2002: 93-94). Sobre esta questão o autor avalia os argumentos dos gramáticos que comparam certas perífrases à forma simples correspondente dos verbos (por exemplo, «*Isto vem a significar* é quase o mesmo que *Isto significa*; *fui falar* é semelhante a *falei*» (Castilho 2002: 94)) e a opinião dos que apontam diferenças entre as perífrases e as formas simples, chegando à conclusão de que os resultados dos testes propostos não esclarecem este problema.

Assim, Castilho (2002) adota o termo perífrase para denominar qualquer sequência de V1+V2, na medida em que o seu objetivo não é distinguir os diferentes tipos de construções verbais, mas identificar a marcação do valor aspetual nessas sequências. Como aborda a questão das perífrases verbais na perspetiva da análise do aspeto verbal, o autor centra-se na descrição de construções que concorrem para a marcação desse valor gramatical. Do seu ponto de vista, a dificuldade de classificação das construções perifrásticas está diretamente relacionada com a complexidade da questão da auxiliaridade.

Também Azeredo (2008) não distingue perífrases de tempos compostos. Segundo o autor, o «núcleo verbal (NV) consiste na combinação de uma unidade léxica e um conjunto de conteúdos gramaticais. A unidade léxica é representada por um verbo chamado ‘principal’, e os conteúdos gramaticais são expressos por meio de variações morfossintáticas do verbo principal (VP) ou mediante outro(s) verbo(s) auxiliar(es). Os conteúdos gramaticais abrangem as noções de tempo/modo, número/pessoa e outras duas ordens de variações: a ‘estrutura interna’ do processo (aspeto e desdobramento da ação) e a ‘atitude enunciativa’ (modalidade)» (Azeredo 2008: 202).

Por sua vez, também em Raposo *et al* (2013) se usa a designação de perífrase verbal para todas as estruturas verbais complexas. Apesar de, no capítulo sobre o Tempo Verbal, se explicitar que os tempos compostos «são construídos com o verbo auxiliar *ter* num tempo finito e o particípio passado do verbo pleno» (Oliveira 2013:

527)¹⁰⁵ e de Raposo (2013: 1255) referir que «[o] auxiliar perfeito e o auxiliar passivo têm um estatuto particular nas gramáticas tradicionais, por serem considerados como fazendo parte da conjugação verbal», Oliveira (2013: 527-528) considera que «os "tempos compostos" constituem, na realidade, um tipo de perífrase verbal, sendo assim denominados e distinguidos das demais perífrases por, em contextos adequados, estabelecem diretamente relações temporais com "tempos simples", podendo haver alternância entre eles».

Em síntese, o que se pode observar é que, tradicionalmente, nas gramáticas não se apresentavam critérios explícitos de auxiliaridade, considerando-se normalmente auxiliar qualquer verbo capaz de se combinar com outro verbo numa forma não finita (infinitivo, gerúndio ou particípio), o que impossibilitava a distinção entre diferentes construções verbais complexas.

No entanto, como se viu anteriormente, em trabalhos mais recentes, ainda que, em alguns casos (entre outros, Oliveira (2013) e Raposo (2013)), o termo 'perífrase verbal' continue a ser comum às várias construções, verifica-se que já se definem critérios, quer para a classificação dos verbos auxiliares¹⁰⁶, quer para a delimitação de diferentes construções verbais complexas. Esses critérios permitem, com maior rigor, distinguir os tempos compostos, construídos com o verbo auxiliar *ter* (ou *haver*) e o predador no particípio passado, das perífrase verbais, construídas com o predador no Infinitivo (com ou sem intercalação de preposição) ou no Gerúndio.

A discussão de todos estes argumentos possibilita delimitar as diferentes vertentes que permitem definir as construções perifrásticas.

¹⁰⁵ Oliveira (2013: 528) refere ainda que, além do verbo auxiliar *ter*, «[n]um registo um pouco arcaizante em português europeu, mas mais comum no português do Brasil, o verbo *haver* também pode ser utilizado como verbo auxiliar na construção dos tempos compostos».

¹⁰⁶ Independentemente dos testes sintáticos, observa-se, ainda, que a definição de verbo auxiliar continua a estar associada aos processos de gramaticalização sofridos por alguns verbos. Raposo (2013), por exemplo, refere que «[é] praticamente consensual na literatura sobre este tópico que a recategorização dos verbos plenos em auxiliares resulta de um processo de gramaticalização, através do qual os verbos plenos perdem o seu sentido descritivo, mantendo embora uma parte do seu significado numa (ou mais) das áreas semânticas TMA» (Raposo 2013: 1228).

PARTE II

As perífrases verbais como marcadores de categorias gramaticais

Introdução

«L'analyse d'un marqueur (entendu non pas au sens d'étiquette, mais de marqueur d'opération ou éventuellement de polyopération) doit aboutir à une représentation formelle ayant des caractéristiques stables et contrôlables.»

[Culioli [1987]1990: 115-116]

Como se mostrou no capítulo anterior, nos estudos sobre perífrases verbais, por assentarem em princípios teóricos e metodológicos diferenciados, estas construções são descritas de forma não homogênea.

No entanto, apesar de se poder observar alguma divergência na análise destas construções, parece ser evidente que, em português, as perífrases de infinitivo, como, por exemplo, *começar a Vinf*, *estar a Vinf*, *acabar de Vinf*, se encontram geralmente associadas, com maior ou menor incidência, à construção do valor aspetual dos enunciados.

Mesmo correndo riscos de algum erro de extrapolação, pode dizer-se que as propostas que assentam em análises das perífrases predominantemente semânticas, se centram nos valores aspetuais que as perífrases exprimem, enquanto as descrições baseadas nas propriedades sintáticas destas construções se centram essencialmente no conceito de auxiliaridade.

Por outro lado, é frequente, em algumas propostas¹⁰⁷, que as perífrases sejam analisadas como marcadores aspetuais ou marcadores de diferentes categorias gramaticais (Tempo, Aspeto e Modalidade), enquanto noutras se defende que estas construções são operadores aspetuais¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Ver, entre outros, Franckel (1989), Campos (1997), Longo & Campos (2002), Alzamora (2002), Travaglia (2003), Mortier (2005), Bourdin (2005).

¹⁰⁸ Destaco, entre outros, Cunha (1998); Oliveira ([2003] 2006⁷); Borillo (2005); Swart (2012).

É de referir, ainda, que, quando nos centramos nesta discussão sobre marcadores e operadores, encontramos, também, alguma instabilidade terminológica, ou por vezes até descritiva.

A maioria dos autores que consideram as perífrases verbais operadores aspetuais designa, com este termo, as construções verbais que integram o verbo auxiliar e a preposição que com ele coocorre, defendendo que estas construções - < Vaux prep > - desencadeiam a conversão de um determinado tipo de situação num outro, ou seja, operam alterações na predicação básica.

Mas também se pode encontrar o termo 'operador' com outra aceção. Rousseau (2005), por exemplo, considera que as perífrases verbais integram "opérateurs de prédication", em que o conceito de operador surge associado, não a estas construções formadas com < Vaux prep >, mas apenas ao verbo flexionado. Em vez de empregar a terminologia corrente de 'verbos auxiliares', o autor considera mais adequada a expressão 'operadores de predicação', ressaltando que «le terme «opérateur», tel qu'il est issu de la sémantique logique, désigne des entités sémantiques (comme la négation \sim , le quantificateur universel \forall , le quantificateur existentiel \exists , l'opérateur η , l'opérateur ι , etc. ou comme nous l'avons déjà utilisé pour désigner les opérations sémantiques abstraites...» (Rousseau 2005: 16).

Ao observar-se a heterogeneidade assinalada, quer a nível das propostas de descrição das perífrases, quer a nível teórico e, até, terminológico, afigura-se fundamental o recurso a mecanismos conceptuais estáveis.

Tendo como objetivos, então, contribuir para a estabilização do conceito de perífrase verbal, para a análise do seu funcionamento, para a definição de regularidades e invariâncias, mas também para a explicação de fenómenos particulares que decorrem da variabilidade e deformabilidade dessas construções, e para identificar os diferentes valores que as mesmas exibem em PE, julgo ser pertinente que, nesta parte da dissertação, se dê conta de diferentes perspetivas teóricas e metodológicas em que se alicerçam as propostas de análise de vários autores.

No meu entendimento, estas propostas e a problematização de algumas opções metodológicas permitir-me-ão demonstrar que a natureza semântica heterogênea das perífrases decorre da natureza deformável das diferentes formas em interação e, por sua vez, das configurações nas quais atuam.

Deste modo, espera-se que esta parte da tese permita dar corpo à hipótese defendida, no capítulo anterior, de que as perífrases não são operadores, mas marcadores de operações abstratas, que se caracterizam por propriedades topológicas, permitindo associar uma ocorrência a determinada zona de um domínio nocional e marcar diferentes valores gramaticais.

1. O Aspeto e as propostas de análise das perífrases

Se nos centrarmos no estudo das perífrases como marcadores privilegiados da categoria Aspeto, o que se pode verificar é que as propostas de análise e descrição destas construções se inscrevem em perspetivas distintas¹⁰⁹.

Como se sabe, o conceito de Aspeto lexical ou *Aktionsart*¹¹⁰ levou à conceção de tipologias aspetuais dos predicadores verbais, opção bem evidenciada, quer no trabalho de Vendler (1967), quer no texto de Moens & Steedman (1988).

¹⁰⁹ A complexidade da problemática do Aspeto resulta, como se sabe, do facto de se propor, por vezes, uma generalização do conceito típico das línguas eslavas para a descrição de outras línguas, com características diferentes, o que tem desencadeado uma certa instabilidade terminológica e até conceptual. Nas línguas eslavas o sistema verbal caracteriza-se pela categoria do aspeto verbal, como categoria morfológica: «[e]xprime-se com uma oposição binária de valor aspetual perfetivo e valor aspetual imperfetivo (*dovršni: nedovršni glagoli*) e abrange todas as formas do verbo, i.e., todas as formas verbais manifestam-se com o significado ou valor perfetivo ou imperfetivo. Assim, pode dizer-se que o aspeto verbal (...) é uma categoria gramatical nas línguas eslavas (...)» (Markič 2013: 64). Desta forma, regra geral, os verbos do esloveno são, em princípio, uniaspetuais, uma vez que ou são perfetivos ou imperfetivos. «No entanto, alguns são biaspetuais, perfetivos e imperfetivos. Isto significa que não têm par aspetual (o seu significado depende do contexto)» (Markič 2013: 65).

¹¹⁰ O Aspeto lexical é muitas vezes designado, como é sabido, pela palavra alemã *Aktionsart* (modo de processo; modo de ação), que remete para um conjunto de elementos que, em interação, constroem o valor aspetual. Um desses elementos é o próprio lexema verbal ao qual é intrínseca uma propriedade ou característica aspetual que, segundo alguns autores, é confirmada ou alterada, quando coocorre com outros elementos do enunciado. Este termo é muitas vezes usado na literatura, como faz notar Cunha (2013: 587), «para designar as diferentes classes aspetuais das situações, opondo-se por vezes ao termo “aspeto”, que designa tipicamente os mecanismos de cariz morfológico que permitem perspetivar de maneiras diferentes uma mesma classe aspetual».

Na classificação de Vendler (1967), estão implicadas as noção de telicidade, duratividade e estatividade: *accomplishments* (Eventos prolongados) - predicados télicos, durativos e não-estativos; *achievements* (Eventos instantâneos) - predicados télicos, não-durativos e não-estativos; *activities* (Atividades) - predicados atélicos, durativos e não-estativos, e *states* (Estados) - predicados atélicos, durativos e estativos. Se considerarmos apenas ao traço aspetual do limiar semântico, podemos integrar estes quatro tipos de predicados apenas em dois grupos: os Eventos são predicados télicos, as Atividades e os Estados são predicados atélicos.

Por seu lado, na classificação proposta por Moens & Steedman (1988) – *states* (Estados); *events atomic* (*culmination* ou *point* (Culminação ou Ponto)); *events extended* (*process* ou *culminated process* (Processos ou Processos Culminados)) – é importante ter em conta, também, o traço aspetual [+/- consequência]: «[i]n present terms, the event-types can be distinguished on just two dimensions, one concerned with the contrast between punctuality and temporal extension, the other with the association with a consequent state» (Moens & Steedman 1988: 17)¹¹¹.

Globalmente, estas tipologias estabelecem distinções aspetuais lexicalmente marcadas. O mesmo é considerar que os predicadores têm um sentido aspetual inerente:

«Lexical aspect is a semantic category that concerns properties of eventualities (in the sense of Bach, 1981) expressed by verbs. In the most general terms, the properties in question have to do with the presence of some end, limit or boundary in the lexical structure of certain classes of verbs and its lack in others.» (Filip 2012: 721).

¹¹¹ Estados como *estar*, *parecer*, *amar*, são caracterizados pelo traço [- consequência], enquanto que Estados como *perceber* (*a matéria*), *saber* (*inglês*), são caracterizados pelo traço [+ consequência]. Relativamente aos Eventos Atômicos, as Culminações como *ganhar a corrida*; *atingir o topo*; *encontrar as chaves*, são eventos pontuais e instantâneos, com transição para um estado resultante, logo, caracterizados pelo traço [+ consequência], enquanto os Pontos como *nascer*, *espirrar*; *soluçar*, são Eventos não necessariamente instantâneos, mas que são vistos como indivisíveis e são caracterizados pelo traço [- consequência]. Os Processos como *correr*, *ler*, *nadar*, são caracterizados pelo traço [- consequência], enquanto os Processos Culminados como *construir a casa*, *comer o bolo*, *ler o livro*, são caracterizados pelo traço [+ consequência].

Nesta perspetiva e sabendo-se que por *Aspeto lexical* se entende um conjunto de propriedades que surgem expressas de forma inerente pelos predicadores, que permitem distinguir classes aspetuais de predicadores, diferentes autores (entre outros, como referido acima, Moens & Steedman 1988), partindo da proposta de Vendler (1967), apontam alguns dos problemas que ela suscita e introduzem novos elementos e novas perspetivas de análise, demonstrando, através dos próprios exemplos apresentados por Vendler¹¹², que os valores aspetuais não se devem apenas à existência de valores inerentes à forma verbal, o que, por sua vez, levou a problematizar a própria definição de *Aspeto lexical*¹¹³.

Deste modo, segundo esta análise, a problemática do *Aspeto* passa a ter em conta a interação das diferentes formas que coocorrem para a construção dos valores categoriais das sequências linguísticas em que ocorrem e, neste sentido, o *Aspeto lexical* passa a ser entendido de forma diferente, consistindo «no perfil temporal interno básico de uma situação, isto é, na sua classe aspetual básica, sendo obtido com base na interação entre informações veiculadas pelo verbo, pelos seus complementos (sobretudo o complemento direto e alguns sintagmas preposicionais) e, em casos excecionais, também por certas características semânticas do sujeito» (Cunha 2013: 587).

De facto, aponta-se, aqui, a relevância de fatores que interferem com as propriedades inerentes dos predicadores, o que põe em evidência a importância do *Aspeto gramatical*. Considera-se, então, que a expressão do *Aspeto gramatical* se realiza pela coocorrência de todas as formas linguísticas que interagem em diversas configurações, fazendo convergir na construção do valor aspetual de um enunciado todos os fatores que resultam de todas as formas em interação, como defende, entre outros, Filip (2012: 724-725):

«Lexical aspect is often used in direct opposition to grammatical aspect (...), especially when the emphasis is on the fact that grammatical aspect is marked

¹¹² Como é sabido, por exemplo, *to run* surge integrado na classe das atividades – *running* – e na classe dos eventos prolongados – *running a mile* –, devido à presença, ou não, do argumento interno.

¹¹³ Sobre as limitações das propostas de Vendler, veja-se, entre outros, Bouscaren, Deschamps & Mazodier (1993).

by a grammatical marker on a verb in a given sentence. (...) Apart from grammatical markers on verbs, grammatical aspect can be also formally expressed by syntactic constructions, which may contain a free form in the verb's 'auxiliary' complex, as in the English *be* + *V-ing* progressive construction».

Neste sentido, é importante salientar a interdependência entre Aspeto lexical e Aspeto gramatical, dando conta das interações que se estabelecem entre os dois, ao fazer convergir todos os fatores que concorrem para a marcação dos valores categoriais dos enunciados.

Como já foi referido anteriormente, algumas das propostas de análise das perífrases verbais estudadas têm maior incidência sobre o Aspeto gramatical, outras focalizam a análise no Aspeto lexical ou partem dele para a descrição das alterações produzidas por diversos fatores sobre as classes aspetuais básicas dos predicadores, como é o caso, por exemplo, das propostas de Moens (1987) e Moens & Steedman (1988). No seguimento destes autores, muitas vezes, considera-se o Aspeto gramatical como um Aspeto derivado do Aspeto lexical:

«A classe aspetual básica de uma frase, obtida através da informação lexical, pode (...) sofrer alterações de vária ordem graças à intervenção de elementos como os tempos gramaticais, os verbos de operação aspetual ou os adjuntos adverbiais temporais, dando origem a perfis aspetuais derivados. (...) Aos efeitos da atuação deste género de fatores sobre a classe aspetual básica de uma situação chama-se **aspeto gramatical** ou **aspeto derivado**» (Cunha 2013: 587).

Segundo esta perspetiva, os fenómenos aspetuais são analisados tendo por base a existência de itens lexicais primitivos, definidos por determinadas propriedades semânticas, itens esses que são sujeitos a operações que dão origem a termos construídos.

No entanto, este tipo de análise levanta problemas, uma vez que, ao assentar na definição de classes aspetuais básicas, parte de elementos que são, em determinadas circunstâncias, termos construídos, através de operações de determinação, não sendo explicitado o que é definido pelas propriedades primitivas e o que é construído enunciativamente.

Pode considerar-se consensual que o valor aspetual de uma situação só pode ser estabelecido pela integração de todos os constituintes que participam na sua definição. Contudo, há divergência na forma como é perspectivada essa integração. Como veremos, de forma mais desenvolvida, no ponto 2.1., o carácter composicional do Aspeto é entendido de forma diferente de acordo com os princípios teóricos subjacentes à análise linguística, como refere Campos ([1996] 1997: 184):

«A análise de alguns aspetos da composicionalidade na categoria aspeto apresenta o que por vezes se afigura como uma indefinição teórica. Quer a determinação nominal dos argumentos, quer a determinação marcada pela adjunção de quantificadores temporais ou não-temporais podem dar origem a fenómenos de recategorização. Esta, para uns, situa-se no plano da classe aspetual, determinando uma mudança de classe; para outros, situa-se já no plano do próprio enunciado, cujo valor aspetual passa de perfeito a imperfeito ou vice-versa».

Na linha de Campos (1997), Pereira (2009: 101-116) salienta que a distinção entre o Aspeto lexical (*Aktionsart*) e o Aspeto gramatical levanta alguns problemas, nomeadamente, definir como se podem distinguir os dois domínios. Por outro lado, uma perspectiva de análise dos fenómenos aspetuais sem que estes dois domínios sejam diferenciados coloca o problema da definição de restrições para a forma como os mesmos se combinam. Segundo a autora, «[a] principal objecção que se pode colocar às tipologias centradas na categorização de distinções lexicais prende-se, uma vez mais, com a dificuldade em sistematizar as relações de interdependência que se

estabelecem entre o tempo gramatical, o predador verbal e outros elementos que definem o valor aspectual de uma dada situação» (Pereira 2009: 115).

Por este motivo, Pereira (2009) põe em evidência que as diferentes formas de perspetivar o Aspeto se sobrepõem e não devem ser dissociadas. No quadro da TFE (Culioli 1990), assume-se que os valores gramaticais resultam de uma cadeia de operações predicativas e enunciativas que convergem na construção dos enunciados, sendo que na construção dos valores aspetuais convergem três planos: «o plano da noção, no qual se definem e estruturam propriedades semânticas primitivas; o plano sintáctico-semântico, em que se constrói e orienta a relação predicativa; o plano das operações enunciativas, em que se constroem determinações nominais e verbais, dando origem ao enunciado» (Campos [1996] 1997: 186).

Estamos, por conseguinte, perante questões diversas que decorrem, por um lado, da distinção entre Aspeto lexical e Aspeto gramatical e, por outro, das perspetivas metodológicas em que assentam as propostas de vários autores. Verifica-se que, por vezes, a divergência na abordagem parece resultar da instabilidade que caracteriza o uso dos conceitos e instrumentos teórico-descritivos.

Julga-se que o conceito de Aspeto¹¹⁴ em que se funda a análise dos observáveis orienta a abordagem que se faz e as posições que se assumem nas diferentes propostas de análise e descrição dos fenómenos linguísticos. Por exemplo, Swart (2012: 776), entre outros, defende que a análise dos fenómenos aspetuais deve ter por base numa linguística comparada:

«The domain of verbal aspect is complex, because various factors come into play: lexical features of the verb, the semantics of predicate-argument structure, aspectual operators like the Progressive and perfective/imperfective aspect, and aspect-sensitive expressions such as measurement adverbials, negation and frequency adverbs. A layered structure in which tense scopes over grammatical aspect, which in turn scopes over aspectual class, allows us to study the interactions between these expressions in a cross-linguistic

¹¹⁴ Para o aprofundamento destas questões, dado o objetivo deste texto, remeto para a literatura de referência, nomeadamente, Binnick (1991; 2012), entre outros.

perspective. (...) Clearly, a full-fledged theory of aspect requires a cross-linguistic perspective».

A partir desta generalização pode entender-se que um caminho possível para a explicação da categoria Aspeto pode ser a análise comparativa dos fenómenos aspetuais em duas ou mais línguas em que a marcação do Aspeto de processa de forma completamente diferente, permitindo, dessa forma, evidenciar as particularidades de cada uma dessas línguas, bem como compreender as operações que estão na base da construção dos valores referenciais.

Por esta razão, se tivermos em conta o português, em que o Aspeto, de uma forma geral, não é marcado através de formas morfológicas específicas¹¹⁵, e o esloveno, por exemplo, observa-se, de forma trivial, que a expressão desta categoria é diferente nas duas línguas, «não coincidindo sempre o aspeto perfeitivo/imperfeitivo esloveno com o emprego das formas verbais do português indicadoras de valores aspetuais perfeitivos e imperfeitivos» (Markič 2013: 63). Por outro lado, em português, os tempos gramaticais são portadores de informação temporal e aspetual, não se podendo, muitas vezes, dissociar a temporalidade e a aspetualidade, o que não acontece em esloveno¹¹⁶.

Acima de tudo, a questão que nos importa destacar nesta dissertação, comparando as duas línguas, prende-se com a forma como as perífrases verbais interferem na construção dos valores aspetuais.

Uma língua eslava como o esloveno, de acordo com Markič (2013), exhibe apenas perífrases em construções que denotam o início e o fim de um processo, como as perífrases do português *começar a Vinf; deixar de Vinf; parar de Vinf; acabar de*

¹¹⁵ É importante referir que a marcação do Aspeto, em PE, pode ser feita, em determinadas situações, através de morfemas de flexão verbal – marcas de Imprefeito do indicativo – ou por sufixos verbais como, por exemplo, '-itar'.

¹¹⁶ Como salienta Markič (2013: 63), estas diferenças fazem-se notar, por exemplo, nos problemas de tradução entre as duas línguas, uma vez que «[a] tradução dos verbos perfeitivos e imperfeitivos com todas as suas especificidades não é automática», como se pode ver pelos exemplos apresentados pela autora, que a seguir se transcrevem:

- *Dolgo je delal* (imp.), *potem je zaspal* (perf.)
Trabalhou (perf.) longamente, depois adormeceu (perf.)
- *Včeraj je sne žilo* (imp.) v Ljubljani.
Ontem nevou (perf.) em Ljubljana.

Vinf, que se traduzem por construções semelhantes nas duas línguas (cf. (1)-(1') a (4)-(4')). Fora estas, o esloveno não tem, segundo a autora, estruturas complexas como as outras perífrases verbais das línguas românicas. Nessas situações, a categoria *Aspetto* realiza-se, como referido anteriormente, com verbos perfeitivos ou imperfetivos, ou com o recurso a outros elementos linguísticos. Os verbos eslovenos que denotam a fase inicial (*začeti*, *pričeti*) ou a fase final (*nehati*, *prenehati*) só podem ser usados com verbos principais imperfetivos, como se pode verificar pelos exemplos seguintes, retirados de Markič (2013: 69):

- (1) O José começou a ler o jornal (às 11 horas).
 Det Npr Vaux Prep Vinf Det Ncom Prep Quant Ncom
 C₀ PERÍFRASE C₁ LOC TEMPORAL/ASPETUAL

(1') *Jože je začel brati časopis (ob enajstih).*

Jože je _____ začel brati časopis (ob enajstih)
 Npr Vaux (Pres. Ind v. *biti*) PP v. *začeti* Vinf Ncom Prep Quant
 C₀ PERÍFRASE C₁ LOC TEMP/ASP

- (2) O José deixou de ler o jornal.
 Det Npr Vaux Prep Vinf Det Ncom
 C₀ PERÍFRASE C₁

(2') *Jože je (pre)nehal brati časopis.*

Jože je _____ (pre)nehal brati časopis.
 Npr Vaux (Pres. Ind v. *biti*) PP v. (pre)nehati Vinf Ncom
 C₀ PERÍFRASE C₁

(3) O José parou de trabalhar (às quatro da tarde).

Det Npr Vaux Prep Vinf Prep Quant Prep Det Ncom

C₀ PERÍFRASE LOC TEMPORAL/ASPETUAL

(3') Jože je (pre)nehal delati (ob štirih popoldan).

Jože je _____ (pre)nehal delati (ob štirih popoldan)

Npr Vaux (Pres.Ind v. biti) PP v. (pre)nehati Vinf Prep Quant Ncom

C₀ PERÍFRASE LOC TEMP/ASP

(4) O José acabou de almoçar (às três horas).

Det Npr Vaux Prep Vinf Prep Quant Ncom

C₀ PERÍFRASE LOC TEMPORAL/ASPETUAL

(4') Jože je nehal kositi ob treh.

Jože je _____ nehal kositi ob treh.

Npr Vaux (Pres.Ind v. biti) PP v. nehati Vinf Prep Quant

C₀ PERÍFRASE LOC TEMP/ASP

Os valores marcados pelas outras perífrases do português traduzem-se, nessa língua, com formas verbais imperfetivas e adverbiais de tempo, o que se pode ver, a título de exemplo, pela forma como são marcados, em esloveno, dois valores diferentes construídos em português com a perífrase *estar a* Vinf:

(5) O José está a ler o jornal (neste momento).

Det Npr Vaux Prep Vinf Det Ncom Prep Det Ncom

C₀ PERÍFRASE C₁ LOC TEMPORAL/ASPETUAL

(5') *Jože bere časopis (zdaj, v tem trenutku).* [Markič 2013: 68]

Jože bere časopis (zdaj, v tem trenutku).

Npr Vinf Ncom Prep, Prep Det Ncom

C₀ VERBO C₁ LOC TEMP/ASP

(6) O comboio está a chegar.

Det Ncom Vaux Prep Vinf

C₀ PERÍFRASE

(6') *Vlak bo vsak hip tukaj.* [Markič 2013: 69]

Vlak bo vsak hip tukaj.

N V (Fut. Ind v. *biti*) Det Ncom advérbio

C₀ VERBO LOC TEMP/ASP LOC espacial

No exemplo (5), a relação predicativa é perspectivada como estando em curso no tempo que lhe serve de localizador. Na tradução eslovena, esta característica é dada pela forma imperfetiva do verbo principal e um adverbial de tempo, como se ilustra em (5'). Em português, a mesma perífrase, em coocorrência com um Evento Atómico como *chegar*, marca o valor temporal de posterioridade e de iminência, como em (6). Na tradução eslovena (6'), o verbo ocorre no tempo gramatical futuro (*bo*) seguido de um adverbial de tempo *vsak hip*.

Estes exemplos põem em evidência que, independentemente de uma análise comparativa, para se determinar o valor aspetual de um enunciado é necessário, em cada língua, considerar todos os elementos que concorrem para a construção desse valor.

Por esse motivo, alguns autores, nomeadamente Pottier (1980), não defendem a necessidade de uma análise comparada dos fenómenos linguísticos em diferentes línguas, mas assumem, metodologicamente, que é indispensável a construção de um aparelho conceptual que permita dar conta dos fenómenos aspetuais, ainda que sob manifestações diversas nas diferentes línguas:

«[P]our chaque langue on peut établir un “système aspectuel” (ou “tempo-aspectuel”, ou “modo-tempo aspectuel”). Si l’on compare les résultats obtenus dans des domaines tels que le slave, le sémitique, le grec ancien, les créoles, le français etc., on constate qu’il est impossible de les confronter directement. Il est donc absolument nécessaire de *construire* un outil conceptuel capable de servir de référence commune. Un va-et-vient constant entre les observations particulières et le schéma théorique permet de réaliser celui-ci en lui conférant une certaine validité.» (Pottier 1980: 239).

Numa perspetiva que se pode, em certo sentido, aproximar, Desclés (1980: 197) salienta que uma categoria linguística de uma língua não tem «un correspondant associé de façon biunivoque ou même fonctionnelle dans une autre langue. Il s’agit par conséquent d’en tirer toutes les conséquences qui s’imposent et de rechercher les éventuels invariants conceptuels constituants des diverses catégories linguistiques».

A reflexão que se apresenta seguidamente, partindo de diferentes conceitos de Aspeto, permitirá mostrar de que forma o Aspeto interfere com as perífrases verbais e evidenciar a interdependência necessária entre o Aspeto lexical (*Aktionsart*) e o Aspeto gramatical.

Uma análise das perífrases verbais que tivesse por base, apenas, as classes aspetuais dos predicadores, não permitiria senão, de forma redutora e imprecisa, identificar compatibilidades e restrições de uso, como as que se exemplificam a seguir, em dois conjuntos, um com a perífrase *começar a* Vinf e outro com *acabar de* Vinf:

(7) O Pedro começou a comer a sopa.

- (8) O Pedro começou a ser delicado comigo.
- (9) * O Pedro começou a ser alto.
- (10) * O Pedro começou a sair.
- (11) O Pedro acabou [= terminou] de comer (a sopa).
- (12) * O Pedro acabou [= terminou] de ser delicado comigo.
- (13) * O Pedro acabou [= terminou] de ser alto.
- (14) * O Pedro acabou [= terminou] de sair.

Como se mostrará de forma detalhada na Parte III¹¹⁷ desta dissertação, algumas das incompatibilidades assinaladas nos exemplos anteriores podem ser anuladas¹¹⁸, ou, noutros casos, podem ser geradas restrições de uso, ou, ainda, pode ser desencadeada a marcação de outros valores referenciais, em virtude das interações que se estabelecem em contextos mais alargados, nomeadamente, através da coocorrência com adverbiais durativos, que podem ser referidos formalmente por *durante* QN de T, ou adverbiais de realização¹¹⁹, formalmente referidos por *em* QN de T, e/ou através da determinação dos argumentos, entre outros fatores, como se pode constatar através da manipulação dos mesmos exemplos:

- (7') O Pedro começou a comer a sopa num instante (quando lhe disse que lhe dava um gelado a seguir).
- (7'') * O Pedro começou a comer a sopa durante cinco minutos.
- (9') O Pedro começou a ser alto, quando entrou na adolescência.
- (10') O Pedro andava tão triste que não saía de casa. Agora já começou a sair.

¹¹⁷ Não se avança, neste momento, para a explicação destes exemplos, uma vez que os mesmos (ou idênticos) serão analisados e descritos na Parte III desta tese. São introduzidos aqui a título meramente exemplificativo, de forma a apoiar e ilustrar a presente discussão. Ainda assim, alguns exemplos idênticos são ainda objeto de análise, mais adiante, no ponto 2. desta Parte II.

¹¹⁸ Se confrontarmos (10) [* O Pedro começou a sair.] com (10') [O Pedro começou (este ano) a sair aos sábados à noite.], podemos afirmar que a sequência é perfeitamente gramatical. Por este motivo, na Parte III, vai propor-se uma análise que, de alguma forma, é capaz de integrar estas duas leituras.

¹¹⁹ Estes adverbiais ocorrem, também, na literatura de referência, com a designação de adverbiais de completamento.

(10'') O Pedro começou a sair do trabalho todos os dias às cinco horas.

(11') * O Pedro acabou [= terminou] de comer uma sopa / Ø sopa / Ø sopas.

(12') O Pedro acabou de ser delicado comigo. [com valor temporal = agora mesmo / ≠ terminou]

(14') O Pedro acabou de sair. [com valor temporal = agora mesmo / ≠ terminou]

Através da análise dos dados, pode, então, confirmar-se a necessidade de se ter em conta todos os fatores que permitem construir o valor aspetual (e/ou outros valores referenciais) de um enunciado.

Assim, e na linha de Sasse (1991, 2002), Desclés & Guentchéva (2012: 126) mostram que o que é relevante não tem a ver com a classificação das classes aspetuais, mas com a interrelação de formas com as configurações em que ocorrem, sendo necessário, por isso, explorar todas as interações que se processam e que estão na base da construção da significação:

«the relations between grammatical aspect on the one hand, which we will call Aspect₁ (perfective, imperfective, progressive, etc.), and *Aktionsart*, on the other, referred to as Aspect₂ (stative, dynamic, punctual, etc.). To these must be added a third category, referred to as Aspect₃, which concerns verbal phases (*begin, end*, etc.; see Comrie, 1976, p.6) and discourse markers».

Assim, na descrição e análise das línguas, há que ter em conta que os valores referenciais são construídos (e não dados *a priori*) e que há interdependência na construção dos valores referenciais de diferentes categorias gramaticais. Por esse motivo, Desclés (1980: 207) defende que «un énoncé ne renvoie généralement pas (au sens de: a une valeur référentielle dans l'espace énonciatif) à un point géométrique, ni à une ligne, mais la valeur référentielle d'un énoncé est un événement construit et représentable dans un espace géométrique multidimensionnel». Daí, ser importante, como refere Campos ([1993] 1997: 159), «souligner l'intérêt des approches

transcatégorielles par lesquelles, dans l'analyse des faits de langue, on propose la convergence de représentations formelles des valeurs de différentes catégories grammaticales».

Não se trata, por isso, de considerar apenas o sistema gramatical que opõe determinados tempos verbais (Aspeto verbal)¹²⁰, nem de ter somente em conta as tipologias de classes aspetuais dos predicadores, mas um conceito mais lato que engloba a constituição da própria situação descrita, ou seja, que assenta na ideia de que o valor aspetual de um enunciado só pode ser determinado pela integração de todos os constituintes que participam na sua construção.

Além da complexidade que envolve a categoria Aspeto, o português manifesta ainda outra particularidade, como já foi referido, pois os valores aspetuais parecem, por vezes, indissociáveis dos valores temporais dos enunciados, uma vez que os tempos gramaticais são simultaneamente marcadores temporais e aspetuais.

O paradigma verbal do português compreende tempos compostos, constituídos por < Vaux + Vpp >, como acontece em todas as línguas românicas. Contudo, os valores construídos com estes tempos constituem uma característica diferenciadora da língua portuguesa. Por exemplo, ao contrário do que acontece noutras línguas românicas, o valor temporal de anterioridade em relação ao momento da enunciação (valor de passado) é marcado, em português, pelo pretérito perfeito simples¹²¹, sendo o pretérito perfeito composto um marcador aspetual, podendo marcar o valor de iteratividade, manifestando uma sucessividade de acontecimentos que incluem, em princípio, regra geral, na sua definição, o momento da enunciação¹²², como em (15) ou o valor de continuidade, quando em coocorrência com Estados, como no exemplo (16):

(15) O Frederico tem feito os trabalhos de casa.

¹²⁰ Sobre esta questão, ver, entre outros, Swart (2012).

¹²¹ O pretérito perfeito simples pode também marcar anterioridade em relação a um outro tempo de referência, como no exemplo: *Quando tu voltares do Porto, já eu fiz obras cá em casa*. Neste exemplo, tendo o tempo localizador valor de posterioridade em relação ao tempo da enunciação (T₀), a relação predicativa expressa pelo pretérito perfeito simples tem também valor de posterioridade em relação a T₀.

¹²² Ver, a este respeito, entre outros, Campos ([1984a] 1997; [1987] 1997) e Correia (2016).

(16) O Frederico tem estado doente.

No entanto, não podemos deixar de sublinhar que se trata de categorias diferentes, embora interdependentes, devendo estabelecer-se a distinção entre Tempo e Aspeto, que é definida, entre outros, por Comrie (1976: 1-2): «[t]ense relates the time of the situation referred to some other time, usually to the moment of speaking»; «aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation» (ibidem: 3).

Relativamente ao facto de a categoria Tempo ser indissociável de uma referência temporal deítica, Lyons (1977: 677-678) salienta que «[t]raditional discussions of the gramatical category of tense do not give sufficient emphasis to the fact that it is a deictic category; and they tend to be misleading in other respects also», e que «[t]raditional doctrine is also misleading in that it tends to promote the view that tense is necessarily an inflexional category of the verb. (...) Semantically, however, tense is a category of the sentence (...)».

Assim, enquanto o Tempo é uma categoria deítica e o valor temporal resulta da localização de uma dada relação predicativa em relação ao momento da enunciação ou outro tempo localizador (que, por sua vez, é localizado em relação a T_0), o Aspeto prende-se com a estrutura interna de uma situação. O valor aspetual ressalta de um tempo de efetivação que é inerente ao próprio predicado e que reflete a duração e a conclusão de um processo, isto é, a forma como a situação é estruturada linguisticamente¹²³.

Neste sentido, como refere Oliveira ([2003] 2006⁷: 129), «o Tempo é concebido como uma ordenação linear de unidades temporais atómicas (instantes) ou densas (intervalos) que se podem suceder ou sobrepor, já o Aspecto permite olhar para a sua estrutura interna perspectivando as situações a partir do seu interior, sendo portanto subatómico».

¹²³ Sobre estas questões ver, entre outros, Lyons (1977: 636-718) e Comrie (1985: 1-35).

Sintetizando, a complexidade desta categoria gramatical tem implicações nos estudos sobre aspetualidade, daí derivando, como já foi referido, a grande divergência que se pode observar na descrição dos fenómenos aspetuais das línguas.

Por outro lado, perspetivas teóricas e metodológicas diferentes sobre o Aspeto concorrem, também, para a diversidade de perspetivas no que respeita o estatuto das perífrases verbais, uma vez que estas construções são analisadas, em diferentes propostas, quer como operadores, quer como marcadores.

2. As perífrases verbais enquanto marcadores de operações predicativas e enunciativas

De acordo com as propostas defendidas por Culioli (1990 ; 1999a), entre outros, um marcador é a representação linguística de operações que se processam ao nível abstrato da atividade da linguagem. O linguista constrói, segundo esta hipótese, um sistema de representação complexa que pressupõe ter em conta três níveis de representação: o nível I, nível das noções e operações; o nível II, nível linguístico, e o nível III, nível metalinguístico, enquadrando-se aqui o trabalho do linguista.

Neste sentido, segundo Culioli ([1986] 1990: 129), «[l]e travail métalinguistique consistera à reconstruire les opérations et les chaînes d'opérations dont telle forme empirique est le marqueur» (Culioli [1986] 1990: 129).

Segundo este princípio orientador, a descrição e a proposta de análise das perífrases verbais, que aqui se assume, pretende dar conta das noções e operações que se processam no nível I e que são responsáveis pelas diferentes deformabilidades das sequências linguísticas em que ocorrem estas construções.

Tendo em conta, então, uma conceção em que é importante a compreensão integral dos fenómenos e não a análise isolada dos seus constituintes, a hipótese de representação de natureza metalinguística (holística, generalizante) proposta por Culioli ([1993] 1999a), preenche, sob o ponto de vista teórico, cada um destes níveis de análise. O que está aqui presente é, então, a assunção de uma perspetiva não representacionista da Linguagem enquanto atividade cognitiva.

Assim, o nível I é o nível da atividade da linguagem. Compreende as noções predicativas (ou lexicais), as noções gramaticais (tempo, aspeto, modalidade, número, género, pessoa) e ainda as relações entre noções predicativas. Pertencem também a este nível as operações de determinação (quantificação-qualificação¹²⁴) que incidem sobre as noções predicativas ou sobre as relações entre noções e as afetam de valores referenciais.

Por sua vez, o nível II resulta do encadeamento de operações do nível I. É o nível dos enunciados. Como afirmam Franckel & Paillard (1998: 52) o enunciado deve ser entendido como «un agencement de formes à partir desquelles les mécanismes énonciatifs qui le constituent comme tel peuvent être analysés, dans le cadre d'un système de représentation formalisable, comme un enchaînement d'opérations dont il est la trace.» As representações do nível II podem ser definidas como agenciamento de marcadores (cf. Culioli 1999a: 162). Os marcadores tornam perceptíveis as operações que permitem passar do nível I ao nível II.

Finalmente, o nível III, da atividade de análise das línguas naturais, é constituído pela representação metalinguística das representações do nível II que, por sua vez, são a representação das operações que se processam no nível I.

O linguista tem, então, como objeto de análise os elementos do nível II e como objetivo a descrição das operações enunciativas que estão na base da passagem do nível I ao nível II, ou seja, que são subjacentes à construção do enunciado:

«une catégorie est le produit d'une mise en correspondance de représentations de niveau I, d'un côté, et de marqueurs de niveau II, de l'autre (ces marqueurs sont disposés en réseaux, propres à une langue donnée: on aura donc un jeu spécifique de marqueurs, auquel on associe un réseau de valeurs)» (Culioli 1999a: 164).

Assumindo-se, então, que as noções e operações abstratas constituem representações diretamente inacessíveis, a análise das diversas formas e construções

¹²⁴ Ver Parte II - ponto 4.2..

linguísticas presentes em línguas diferentes implica, conseqüentemente, definir um marcador como a marca perceptível ou evidência de uma cadeia de operações mentais que permitem passar do nível I ao nível II, nível em que se instanciam as marcas dessas operações sob a forma de enunciados (cf. Culioli [1993] 1999a: 162).

Desta forma, estes diferentes marcadores marcam operações e não se definem por valores estáveis. Por esse motivo, e como se demonstra seguidamente, através da análise da perífrase *acabar de* Vinf proposta por Campos ([1985] 1997), perspetivar as perífrases verbais como marcadores permite perceber de que forma uma mesma construção pode marcar operações diferenciadas.

Como refere Franckel (1989: 12), «[o]n ne peut attribuer à telle ou telle marque particulière ce qui est en fait une propriété de l'énoncé tout entier considéré dans ses conditions d'énonciation particulières. On ne peut de même attribuer à une opération les propriétés du domaine sur lequel elle porte, ni celles des autres opérations avec lesquelles elle se compose».

Na sequência desta proposta e assumindo que as perífrases são marcadores de diferentes operações que se processam no nível I, Campos ([1985] 1997), por exemplo, quando descreve a perífrase *acabar de* Vinf, considerada como um caso de ambiguidade lexical em Português¹²⁵, defende que essa ambiguidade resulta da existência de dois objetos metalinguísticos de natureza diferente, uma vez que a ela podem ser associados dois valores fundamentais distintos¹²⁶.

A autora atribui o índice 1 (*acabar de*₁) às ocorrências em que *acabar de* significa 'terminar', 'pôr termo a', como em (17) e (18) e o índice 2 (*acabar de*₂) às ocorrências em que *acabar de* é o localizador temporal-aspetual do acontecimento linguístico, como em (19) e (20):

(17) A Ana acabou de₁ ler o romance no dia 1 de Abril.

[Campos [1985] 1997: 95]

¹²⁵ Natcheva (1998: 13) analisa também esta perífrase, referindo que se trata de um «caso de homonímia perifrástica». A noção de homonímia, quando associada a esta perífrase, surge também em Barroso (1994: 74). No entanto, como mostra a análise de Campos ([1985] 1997), não estamos face a uma forma que marca valores diferentes, mas a marcadores de operações diferentes.

¹²⁶ Esta questão encontra-se desenvolvida na Parte III, ponto 3.2.

(18) A Ana já acabou de₁ ler o romance.

[Campos [1985] 1997: 95]

(19) O patriota acaba/acabou₂ de ser fuzilado.

[Campos [1985] 1997: 95]

(20) O Gil acabava/tinha acabado de₂ entrar, quando o telefone tocou.

[Campos [1985] 1997: 95]

Relativamente a *acabar de*₁, Campos ([1985] 1997) apresenta argumentos que lhe permitem defender que este marcador resulta da lexicalização¹²⁷ de uma noção predicativa, dependendo o seu emprego da natureza aspetual dos predicadores com que coocorre.

Sublinhe-se que, sob um ponto de vista diferente, alguns autores defendem que as perífrases são operadores aspetuais. Esta classificação, assumida por Cunha (1998) e Oliveira ([2003] 2006⁷), entre outros, funda-se no princípio de que estas construções operam uma conversão de um determinado tipo de situação num outro, através de uma operação de transição ou de transformação.

Cunha (1998: 6), por exemplo, considera os operadores aspetuais como «elementos linguísticos cuja principal função é a de alterar a “perspectivação” ou a “focalização” das situações, manifestando, portanto, consequências muito relevantes ao nível da classificação aspectual das expressões com que se combinam».

Neste sentido, o autor defende que, se a descrição das perífrases se fundar apenas numa semântica de intervalos, algumas questões que se colocam ficam sem resposta, uma vez que as diferentes interações que se estabelecem entre “operadores aspetuais” e classes aspetuais dos predicadores com os quais se combinam não se encontram justificadas, o que constitui argumento para propor uma análise essencialmente baseada no conceito de operação aspetual, explicitada por Cunha (1998: 7) da seguinte maneira:

¹²⁷ Na TFE, assume-se que a lexicalização resulta da instanciação lexical de uma noção e/ou de uma relação predicativa. Ver ponto 4.1., mais adiante.

«“conversão” de um determinado “input” num dado “output”. Esta “conversão” pode ser adequadamente descrita através de transições ou “transformações” no interior da Rede Aspectual, tal como Moens (1987) a concebe: as categorias aspectuais básicas são comutadas, na Rede, por forma a obtermos o “input” desejado; este, por seu lado, sofre nova transição, por efeito do operador aspectual, com vista à obtenção de um “output” final».

Nesta perspetiva, a análise das perífrases exige que se determine a classe aspetual do *input* e do *output*, mas considerando que o *input* é determinado por condições manifestadas, em geral, nas restrições tipológicas de cada “operador aspetual”, que permitem a transição aspetual.

Considerar que estas construções são operadores é defender, então, que são fatores desencadeadores da mudança aspetual dos predicadores com os quais coocorrem, isto é, que apresentam a capacidade de alterar os valores aspectuais básicos dos predicadores¹²⁸.

Como explica Oliveira ([2003] 2006⁷: 145-146), «[d]izer que estas construções são operadores significa que se assume uma perspetiva dinâmica em que ocorre uma conversão de um determinado tipo de situação num outro, através de uma operação de transição (ou de transformação)». Segundo esta autora, ao operarem sobre predicadores de diferentes classes aspectuais, as perífrases desencadeiam uma leitura final determinada pelas suas propriedades aspectuais¹²⁹, sendo que, na sua perspetiva, as alterações aspectuais mais importantes são as seguintes:

- *estar a* opera sobre Estados faseáveis e Eventos, gerando o Estado progressivo
- exemplos (21) e (22);

¹²⁸ Cunha (1998) e Oliveira ([2003] 2006⁷) recorrem à tipologia proposta por Moens (1987) e estabelecem, ainda, partindo das propostas avançadas por Carlson (1977) e Kratzer (1995), a distinção entre Predicados de indivíduo e Predicados de fase (ou estágio) e, também, Estados faseáveis e Estados não faseáveis.

¹²⁹ Ver quadro síntese das alterações mais importantes efetuadas pelos “operadores aspectuais” em Oliveira ([2003] 2006⁷: 151).

- *andar a* opera sobre Estados faseáveis e Eventos, gerando o Estado habitual ou frequentativo - exemplos (23) e (24);

- *começar a* atua sobre Estados faseáveis e Eventos e a leitura final é a de um Estado pontual - exemplos (25) e (26);

- *continuar a* atua sobre Estados e Eventos, gerando um Estado não faseável ou um Processo - exemplos (27) e (28);

- *deixar de* opera sobre Estados e Eventos e a leitura final é de Estado não faseável ou Evento pontual e Estado cessativo - exemplos (29) e (30);

- *parar de* opera sobre Processos e Processos culminados tendo como leitura final um Evento pontual, ou, em alguns casos, de Estado cessativo - exemplos (31) e (32);

- *acabar de* opera sobre Processos e Processos culminados e a leitura final é a de Culminação, ou, em certas situações, de Processo culminado - exemplos (33) e (34).

(21) O Pedro está a viver em Paris.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 146]

(22) A Maria está a ler o jornal.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 146]

(23) O João anda a ser simpático.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 150]

(24) O Paulo anda a viajar.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 150]

(25) A Maria começou a viver no Porto (em 1990).

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 148]

(26) A Maria começou a ler o jornal (às 10 horas).

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 148]

(27) A Rita continua a ser alta.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 148)]

(28) O Pedro continua a trabalhar.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 148)]

(29) A Maria deixou de ser portuguesa.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 149)]

(30) A Maria deixou de ler o livro.

[Oliveira ([2003] 2006⁷: 149)]

(31) A Maria parou de trabalhar (às 3 da tarde).

[Oliveira [2003] 2006⁷: 150]

(32) A criança parou de comer a sopa (às duas horas).

[Oliveira [2003] 2006⁷: 150]

(33) O Paulo acabou de almoçar às 3 horas.

[Oliveira [2003] 2006⁷: 150]

(34) O Manuel acabou de comer a sopa às 2 horas.

[Oliveira [2003] 2006⁷: 150]

Como se pode verificar, a análise da interação que se estabelece entre as propriedades semânticas do verbo auxiliar e a classe aspetual dos predicadores que integram as perífrases permite dar conta de algumas restrições de coocorrência.

No entanto, quando se analisam os dados à luz destes pressupostos, verifica-se que alguns fenómenos desencadeados pelo uso destas construções não encontram uma descrição suficiente nessa proposta, parecendo ser necessária uma análise que dê conta de certas particularidades e permita descrevê-las e explicá-las.

Considerar que as perífrases são marcadores aspetuais ou operadores aspetuais é estar perante perspectivas teóricas e metodológicas diferentes. No que respeita a explicitação do funcionamento das construções em análise, o que se afigura importante, nas duas perspectivas, é perceber em que medida as propostas fornecem

respostas para questões essenciais que se colocam na descrição dos dados, tendo em vista identificar que formas podem coocorrer nestas construções, que propriedades têm os verbos e as preposições que as integram, o que motiva os diferentes comportamentos de uma mesma perífrase.

Assumir que estas formas e construções são marcadores (proposta de Campos ([1985] 1997) e de Franckel (1989), por exemplo) permite alargar o campo de análise das perífrases, implicando na descrição todas as formas coocorrentes e justificando, dessa forma, a interpenetração de valores construídos por estas construções.

No entanto, algumas hipóteses defendidas por Campos ([1985] 1997) podem ainda ser desenvolvidas¹³⁰, de forma a explicitar as restrições que se verificam nos exemplos que se apresentam a seguir¹³¹:

(35) A Rita acabou de₁ comer a[s] maçã[s] que lhe deste.

(36) * A Rita acabou de₁ comer Ø maçã.

(37) * A Rita acabou de₁ comer uma maçã / Ø maçãs.

Estes exemplos ajudam a explicitar de que forma as compatibilidades ou restrições de emprego das perífrases têm por base, não apenas a natureza aspetual dos predicadores com os quais coocorrem, os tempos verbais em que ocorre o verbo flexionado, a preposição que as integra, mas resultam, também, da determinação dos argumentos que instanciam C₀ e C₁, ou seja, das estruturas de complementação (o que caracteriza, propriamente dito, a distribuição de um item lexical) nas quais as perífrases se podem integrar. Estas estruturas de complementação são cadeias que integram todos os elementos que funcionam como complementos de um determinado

¹³⁰ Remeto para a análise mais aprofundada destes e de outros exemplos, que se apresenta na Parte III desta tese.

¹³¹ Note-se que os juízos de gramaticalidade se relacionam com a leitura de *acabar de* marcada pelo índice 1. Os enunciados (20) e (21) são perfeitamente possíveis com *acabar de*₂.

item lexical, pela ordem em que são instanciados na sequencialidade da sua produção¹³².

Como as estruturas de complementação das perífrases são sujeitas a variadas modalidades de construção, é preciso, então, ter em conta diversas operações e considerar, necessariamente, na definição das propriedades destas construções, questões de Determinação.

Com base nos pressupostos teóricos em que se funda esta análise¹³³, considera-se que um enunciado é o produto de um encadeamento de operações de localização e, nessa cadeia de operações, os parâmetros enunciativos sujeito e tempo-espaço da enunciação são termos localizados e localizadores.

O espaço enunciativo é definido pela situação de enunciação-origem – Sit₀ e é construído em cada ato de enunciação. Cada enunciador constrói na e pela enunciação o seu próprio referencial espaço-temporal, isto é, um sistema referencial. Assim, o sistema referencial é condição básica de toda a enunciação. Não é exterior à enunciação, mas, ao contrário, faz parte dela.

Uma relação predicativa¹³⁴ é, assim, localizada em relação a um sistema complexo compreendendo um localizador situacional origem (Sit₀), um localizador da situação de locução (Sit₁), um localizador do acontecimento linguístico (Sit₂).

A localização situacional é representada por $\langle r \rangle \subseteq \text{Sit}$, que é, por sua vez, uma simplificação de $\langle r \rangle \subseteq \langle \text{Sit}_2 (S_2 ; T_2) \subseteq \text{Sit}_1 (S_1 ; T_1) \subseteq \text{Sit}_0 (S_0 ; T_0) \rangle$. O operador de localização \subseteq pode ter valor de identificação ($x = y$), de diferenciação ($x \neq y$) e de rutura ($x \bowtie y$). Em certas circunstâncias, pode considerar-se, ainda, o 'valor estrela' ($x * y$): valor compósito, misto dos três valores (identificação, diferenciação e rutura).

¹³² Ver nota 14, na Introdução da Tese.

¹³³ Uma vez que, para a análise dos exemplos, recorrerei a determinados conceitos fundacionais na TFE, revela-se necessária, neste momento, uma breve referência aos parâmetros enunciativos metalinguísticos fundamentais. A apresentação sumária destes conceitos tem como fim apoiar a discussão que se expõe seguidamente e também a análise dos dados que ocupa a Parte III. Não se justificando aqui, no entanto, uma abordagem aprofundada sobre esta questão, remete-se para as obras de referência (entre outros, Desclés (1980); Culioli (1982, 1990, 1999a); Bouscaren & Chuquet (1987); Campos (1997, 1998); Deschamps (1997); Correia (1993, 2002); Pereira (2009); Costa (2014)).

¹³⁴ Uma relação predicativa não é um enunciado, mas, em consequência da sua localização no sistema referencial, dela deriva o enunciado.

Nesta perspectiva, as formas linguísticas, por serem marcadoras de operações cognitivas diferenciadas, definem uma interação dinâmica com formas linguísticas coocorrentes. Metodologicamente, será necessário, por isso, não apenas analisar a interação entre estas construções e as diferentes propriedades dos seus argumentos, como se verificou acima (exemplos (35), (36) e (37)), mas também a interação entre as formas que as constituem, tendo em conta, neste sentido, além das propriedades dos verbos, os valores marcados pelas preposições que integram estas construções.

Como referido no capítulo anterior, nas propostas de análise de vários autores (e.o., Cunha (1998); Longo & Campos (2002); Oliveira ([2003] 2006⁷); Raposo (2013)), os verbos flexionados das perífrases (‘verbos auxiliares/semiauxiliares’ ou ‘verbos de operação aspetual’) nunca aparecem dissociados de uma das preposições que pode integrar estas construções¹³⁵.

No entanto, em determinadas situações, com o mesmo verbo flexionado, a mesma preposição permite gerar, em coocorrência com diferentes predicadores, ou melhor, com predicadores de natureza aspetual diferente, valores categoriais distintos (cf. (38) e (39)). Por outro lado, com o mesmo verbo flexionado e o mesmo predicador, a coocorrência com preposições diferentes desencadeia, necessariamente, determinações diferentes (cf. (38) e (40)), pelo que se considera necessário explicitar, também, de que modo a Forma Esquemática¹³⁶ de uma dada preposição intervém nos valores construídos com as perífrases:

(38) Há uma hora que a Maria está a ler o jornal.

(39) Este mês a Maria está no turno da noite. Está a entrar às 22h e a sair às 6h.

(40) Há uma hora que a Maria está para ler o jornal (e ainda não conseguiu sentar-se a fazê-lo).

¹³⁵ Ver parte I - ponto 5..

¹³⁶ Este conceito teórico foi já introduzido na Parte I, ponto 6.1., e encontra-se explicitado de forma mais desenvolvida na Parte II, ponto 4.4. Sobre a Forma Esquemática das preposições ver Parte II, ponto 5.3..

No enunciado (38) a relação predicativa é construída com o valor temporal-aspetual de processo em curso (valor temporal de simultaneidade em relação a T_0 ; valor aspetual durativo-imperfetivo), enquanto, no enunciado (39), a coocorrência com predicadores da classe aspetual dos Eventos Atômicos (*entrar; sair*) em interação com o adverbial *este mês* desencadeia a marcação do valor de iteratividade.

Comparando (38) com o exemplo (40) verifica-se que o mesmo predador e o mesmo verbo flexionado, no mesmo tempo verbal, a coocorrência com a preposição *para* concorre para a marcação do valor temporal de posterioridade em relação ao tempo localizador (T_0), desencadeando a prevalência do valor modal, uma vez que *estar para* marca uma intencionalidade.

Costa (2014: 139) defende que as preposições *a* e *para*, em PE, «se comportam como preposições do tipo divisão, permitindo associar uma ocorrência a determinada zona do domínio – I(nterior), E(xterior) e F(ronteira)»¹³⁷.

Segundo este autor, as operações associadas às preposições *a* e *para* delimitam uma fronteira espacial à direita. Estas preposições funcionam como marcadores da propriedade [+ fronteira temporal]. No caso da preposição *a*, o que está em evidência é a passagem de F e a localização de X em Y, ou seja, a preposição *a* marca a operação de passagem de F e a localização de X em I do domínio associado a Y. A preposição *para* marca uma operação de mira, associando à situação um último ponto potencial, o qual funciona como centro atrator do domínio associado a Y. Y é representado como um objeto intencional, ou seja, como uma propriedade modal (teleonomia). Y funciona como um atrator de X.

A análise destes exemplos, que se encontra desenvolvida na Parte III, permite constatar que, quando aplicada à descrição dos dados, a proposta de que estas construções são operadores suscita alguns problemas.

¹³⁷ «Os autores consideram a existência de dois tipos de preposição: (i) as preposições de tipo divisão (em francês, *division* ou *zonage*), pelas quais o termo Y é associado a um domínio estruturado em zonas (I, E e F). Através da relação $X R(=P) Y$, o termo X é associado a uma das zonas do domínio; (ii) as preposições de tipo discernimento (em francês, *discernement*), pelas quais Y atribui propriedades não definitórias a X, ou seja, Y categoriza X.» (Costa 2014: 139)

Se uma perífrase é um operador com a capacidade de alterar os valores aspetuais básicos dos predicadores, no sentido lógico-matemático, será de esperar que esse operador desencadeie sempre a mesma operação, o mesmo tipo de funcionamento, ou seja, que atue sempre da mesma maneira, que a operação se processe sempre da mesma forma.

No entanto, se cruzarmos esta proposta, por exemplo, com a análise e descrição de *acabar de* Vinf a que podem ser associados, como vimos, dois valores fundamentais distintos (cf. Campos [1985] 1997), verificamos que, em português, a existência de dois objetos metalinguísticos diferentes, que comprovam que as operações que os constroem não são as mesmas, nos permite problematizar a ideia de que estas construções são constituídas por ‘verbos de operação aspetual’ (cf. Cunha (1998) e Oliveira ([2003] 2006⁷), e.o.).

Esta posição fundamenta-se no princípio defendido por, entre outros, Franckel (1989: 11):

«[à] la différence des systèmes de représentation arithmético-algébrique qui partagent avec le langage la propriété de représenter des opérations, la valeur sémantique des opérandes varie en fonction des opérations dont ils constituent le support, et cela en même temps qu’à travers eux se spécifient les opérations en question. Cela revient à souligner les étroites relations qui solidarisent lexique et syntaxe».

Por outro lado, relativamente à perífrase *estar a* Vinf, por exemplo, de acordo com a proposta de que a mesma é um operador aspetual, considera-se que, no exemplo (38) [*Há uma hora que a Maria está a ler o jornal.*], a marcação do valor aspetual se sobrepõe à marcação do valor temporal, uma vez que, nesta situação, «o Processo culminado perdeu a Culminação» (Oliveira [2003] 2006⁷: 146-147) e uma das características mais relevantes desta construção é ser perspectivada como estando a decorrer.

Contudo, ainda que se defenda que, neste enunciado, há tendencialmente prevalência do valor aspetual, não pode deixar de considerar-se que a perífrase marca a construção do valor temporal de simultaneidade em relação ao tempo que lhe serve de referência. Neste caso, marcado pelo tempo gramatical presente, o tempo localizador é o tempo da enunciação (T_0). A coordenada temporal T_2 associada a *está a ler o jornal* é localizada em relação à coordenada temporal T_0 . Em termos temporais, T_2 é simultâneo de T_0 .

Com a alteração do tempo gramatical e a construção de um novo sistema referencial, mantém-se o valor temporal-aspetual em relação ao tempo de referência, mas gera-se um valor temporal diferente em relação ao tempo da enunciação:

(41) Quando cheguei à esplanada, a Maria estava a ler o jornal.

No enunciado (41) a coordenada temporal T_2 associada a *estava a ler o jornal* é localizada em relação a *quando cheguei à esplanada*, que marca a coordenada temporal T_3 . Em termos temporais, T_2 é simultâneo de T_3 e, por sua vez, neste enunciado, T_3 é localizado por T_0 : $T_3 < T_0$ (T_3 é anterior a T_0). Nesta situação há construção de um valor aorístico (cf., entre outros, Culioli [1978] 1980; Bouscaren & Chuquet 1987), pois a relação predicativa é validada por uma coordenada temporal que não é localizada em relação à situação de enunciação-origem, mas em relação a um outro localizador que é origem de um novo sistema referencial. O valor de T_2 não resulta da sua localização em relação a T_0 , mas da sua localização em relação a outro parâmetro (T_3).

Com estes exemplos, pretendo demonstrar que, independentemente do valor aspetual que é inerente às perífrases, estas concorrem também para a construção de outros valores categoriais. Como refere Burgos (2013: 77) «a pesar de que las perífrasis se puedan asociar inicialmente con unos valores nocionales concretos, eso no impide que se puedan desarrollar ulteriormente en otras direcciones, dando lugar a interpretaciones distintas (como la temporal o la modal)».

Esta ideia pode ser evidenciada a partir de outros exemplos, que se apresentam seguidamente. A comparação do enunciado (38) [*Há uma hora que a Maria está a ler o jornal.*] com outros exemplos que integram a mesma perífrase e predicadores diferentes, como se mostra em (42), (43) e (44), revela que outros valores temporais-aspetuais e até modais são desencadeados¹³⁸:

(42) Cuidado! Olha que o teu brinco está a cair.

(43) O comboio está a chegar.

(44) * Há uma hora que o comboio está a chegar.

Como vimos, em (38) há construção do valor temporal de simultaneidade entre o tempo da relação predicativa (T_2) e o tempo localizador, que é o momento da enunciação (T_0), e é marcado o valor aspetual durativo-imperfetivo, o que possibilita a coocorrência com o adverbial aspetual com valor durativo *há uma hora*.

Relativamente ao exemplo (42), pode dizer-se que não atesta a proposta de que a construção *estar a*, ao operar sobre Estados faseáveis e Eventos, gera o Estado progressivo, uma vez que a coocorrência de *estar a* com o Evento Atómico *cair*, e tendo em conta o cotexto (a frase antecedente [*Cuidado!*]), gera a prevalência do valor modal de advertência.

No enunciado (43), Vinf é instanciado pelo Evento Atómico *chegar*. A coocorrência de *estar a*, na forma gramatical presente, com este predicador, marca o valor temporal de posterioridade em relação ao tempo localizador (T_0). Neste enunciado não há marcação do valor aspetual durativo-imperfetivo, o que gera a restrição do adverbial aspetual *há uma hora*, como se verifica em (44).

A análise destes exemplos põe em evidência, então, como se disse anteriormente, que as formas e construções são marcadores de operações, não tendo o linguista acesso direto às operações, mas aos objetos construídos por uma cadeia de operações. Esses objetos não são constituídos *a priori*, mas construídos e

¹³⁸ Estes enunciados são aqui apresentados a título exemplificativo. A análise e descrição mais detalhada destes exemplos será apresentada na Parte III.

reconstruídos em cada enunciação. Assim, é necessário estabelecer as respetivas regras de construção, uma vez que há múltiplas maneiras de construir um objeto, como refere De Vogüé (1991):

«[p]arce qu'il y a une infinité (non aléatoire) de façons de construire un objet, une unité n'est jamais identique à elle-même. On a un exemple simple dans les exemples de (pseudo-)tautologie: *Un chat est un chat*, où les deux *chat* ne s'interprètent pas de la même manière, ne sont pas le même objet, parce que les opérations qui les construisent ne sont pas les mêmes» (De Vogüé 1991: 41).

A hipótese de que a construção de um valor resulta do agenciamento das formas, pode ser encontrada, também, em Silva (1999)¹³⁹. Veja-se que, ainda que assente numa perspetiva teórica diferente, partindo do modelo da semântica cognitiva, o autor, nesta obra, dá relevo ao facto de que, entre *leixar* (português antigo) e *deixar* (português moderno) não há alterações semânticas importantes, marcando sempre os mesmos valores, que o autor define, como vimos na Parte I, em duas sub-categorias: *deixar I* - 'suspender a interacção' com um objeto *estático* - e *deixar II* - 'não se opor' a um objeto *dinâmico* (cf. Silva 1999: 523).

No caso da perífrase *deixar de Vinf*, Silva (1999: 289) defende que a suspensão da interacção pode assumir uma dimensão temporal e aspetual, havendo, neste caso, gramaticalização de *deixar I*.

O autor descreve *leixar de Vinf*¹⁴⁰, que expressa «a cessação, a suspensão, a paragem, o abandono de uma actividade habitual (...) de um acto em curso (...) ou de um estado ou qualidade» (Silva 1999: 476) e este uso, ligado à ideia de 'abandonar', «representa justamente a gramaticalização desta ideia» (Silva 1999: 476)¹⁴¹.

¹³⁹ Sobre a discussão da proposta deste autor, ver capítulo anterior (Parte I, ponto 4.2.).

¹⁴⁰ Segundo Silva (1999: 474), esta construção surge documentada desde os primeiros textos escritos em galego-português.

¹⁴¹ A negação desta perífrase (*não deixar de*) «diz justamente que essa suspensão, essa cessação ou esse abandono não tem lugar, isto é, vale como 'não suspender, não cessar, não abandonar' ou, positivamente, 'continuar'» (Silva 1999: 476).

Por outro lado, *leixar de Vinf* exprime, também, «a suspensão da intenção de realizar a acção expressa no infinitivo (...) tem pois o valor de ‘abster-se de realizar, desistir (da intenção) de realizar, renunciar a (à intenção de) realizar’ ou simplesmente ‘não realizar’» (Silva 1999: 477), ou seja, *deixar de Vinf* pode ter o sentido de «‘não realizar, abster-se de realizar’ um acto pré-conceptualizado que provavelmente, mas não necessariamente, se realizará no futuro» (Silva 1999: 481).

Assim, segundo o autor, o verbo *leixar* define, de acordo com o modelo da semântica cognitiva, um conjunto de informações – prototípicas – que estão presentes em todas as formas de *deixar* e em todas as configurações em que *deixar* ocorre.

A relevância dada ao conceito de prototipicidade é uma das linhas diferenciadoras entre a proposta de Culioli e a definida pela semântica cognitiva, como se explicita adiante, havendo, no entanto, alguns pontos de contacto, pelo que o trabalho deste autor é importante para a abordagem que aqui se faz, em particular, para a descrição da perífrase *deixar de Vinf*.

Segundo Silva (1999: 290), *deixar de Vinf* apresenta os dois valores semânticos seguintes:

- «‘(suspender, não continuar) cessar uma actividade habitual ou não, um acto em curso, um estado ou qualidade’ (...). Gramaticalização da dimensão ‘activa’ de *deixar* I: ‘não mais (= suspender a interacção existente). É assim que *deixar de* ‘não mais’ se relaciona directamente com *deixar* (...) - o protótipo (específico) de *deixar* I -, podendo por isso ser entendido como um abandono (e, na forma negativa, como ‘permanência’) de uma actividade habitual, de um acto em curso, de um estado ou qualidade»;
- «valor de ‘(abster-se de) não realizar um acto em projecto’, (...), cuja negação (em vez de exprimir permanência (...)) exprime a realização do acto (em projecto). Gramaticalização, agora, da dimensão ‘passiva’ de *deixar* I: ‘não’ (= suspender a intenção de interagir)».

No seguimento de Silva (1999), podemos afirmar, então, que se encontra, no desenvolvimento semântico de *deixar*, além da diversidade de outros valores que o autor analisa e descreve, os dois valores marcados pela perífrase *deixar de* Vinf nos exemplos (45) e (46):

(45) A Ana deixou de ir ao cinema todas as semanas.

(46) A Ana deixou de ir ao cinema, para ficar a fazer-me companhia.

O valor aspetual atribuído a *deixar de*, em (45), é de rutura e significa não continuar a fazer algo que se fazia com regularidade, enquanto que em (46), *deixar de*, no contexto em que se inscreve, gera um valor modal, uma vez que significa não fazer algo que era suposto fazer, que se tinha intenção de fazer.

Tendo em conta estes valores construídos pela perífrase, na perspetiva da TFE, defende-se que é possível estabelecer a Forma Esquemática de *deixar de* Vinf. De acordo com, entre outros, Culioli ([1987] 1990), a análise de um marcador, entendido, não como etiqueta, mas como marcador de operações, deve convergir numa representação formal, a que se chama Forma Esquemática, compreendendo as suas características estáveis e controláveis: «A partir de cette représentation formelle, que j'appelle forme schématique, se constituent des formes supplémentaires qui sont, en fait, des déformations de la forme de base. La question est de comprendre l'organisation de ces dispositifs déformables.» (Culioli [1987] 1990: 115-116).

Neste sentido, considera-se que é possível estabelecer a Forma Esquemática de *deixar de* Vinf, definindo o que é estável na construção – a ideia de abandono – e o que permite a deformabilidade em interação com as formas coocorrentes – abandono de uma situação construída como validada (valor aspetual) ou abandono de uma situação construída como validável (valor modal)¹⁴².

Assume-se, por isso, que há variação na interrelação entre uma forma, a configuração em que se inscreve e o contexto, e que essa variação é constitutiva da

¹⁴² Nos pontos 3. a 3.4. da Parte III, encontra-se a explicação mais aprofundada dos valores construídos por esta perífrase.

própria identidade dessa forma, não sendo possível, neste sentido, fundar a sua identidade sobre um valor semântico estável e autónomo, um valor prototípico que possa ser definido fora desse contexto.

Defende-se, também, que a interação entre formas, construções e configurações é também ela variável, ou seja, essa interação estabelece-se de maneira dinâmica, pois uma forma age sobre o seu contexto, da mesma forma que o contexto age sobre a forma, conferindo-lhe um valor.

Define-se, desta forma, o princípio da estabilidade e deformabilidade das formas e construções linguísticas, que permite fundamentar e explicar os mecanismos em jogo na construção da significação e compreender as operações subjacentes à marcação dos valores referenciais nos enunciados em que ocorrem as perífrases verbais.

São estes princípios que fundamentam que Franckel & Paillard (1998: 61) defendam que não é possível conceber uma forma como um operador: «un opérateur met certes en jeu l'entourage, sa valeur en est dépendante, mais cette interaction est stable et à sens unique (l'opérateur n'interprète pas le co-texte, ne lui donne pas une valeur).»

Consequentemente, o conceito de objeto construído e o pressuposto teórico de que uma Forma Esquemática representa o polo de regulação das interações de uma unidade com o contexto, sendo que não se reduz essa unidade a uma operação invariante, mas, pelo contrário, a variação é constitutiva da sua identidade (cf. Franckel & Paillard (1998), e.o.), levam-me a discutir a proposta de que as perífrases são operadores.

De acordo com os princípios teóricos que assumo nesta análise, defendo que as perífrases, como qualquer outra construção, são marcadores de operações e a mesma construção pode marcar operações diferentes. Nesta ótica, os marcadores são, como refere Franckel (1989: 15), «la trace d'opérations différentes, même si, localement,

elles aboutissent, par composition avec d'autres, à des résultats quasiment identiques sous la forme d'énoncés apparemment synonymiques»¹⁴³.

A análise revela, ainda, que as diferentes formas em coocorrência nas perífrases verbais podem ser entendidas como marcadores de diversos valores, relevando-se sobretudo os valores aspetuais. Por vezes, em algumas gramáticas e na literatura de referência, as perífrases surgem classificadas em três grupos: perífrases temporais, perífrases aspetuais e perífrases modais. No entanto, a descrição e análise destas construções permite-me avançar a hipótese de que esta tripartição das perífrases não é a mais adequada, uma vez que as especificidades do contexto, nomeadamente, fatores de determinação dos argumentos, desencadeiam, com a mesma perífrase, a marcação de valores temporais, aspetuais e modais¹⁴⁴, podendo considerar-se, assim, que as perífrases são marcadores transcategoriais.

2.1. A perspetiva da composicionalidade

Tendo em conta as considerações acima apresentadas, é importante explicitar que a análise das perífrases enquanto operadores aspetuais resulta da assunção do princípio da composicionalidade do Aspeto, que assenta na interface sintaxe-semântica.

O carácter composicional do Aspeto parece ser, para muitos autores, um princípio fundamental, pois é evidente a necessidade de ter em conta a convergência de diferentes fatores no tratamento dos fenómenos aspetuais (cf., entre outros, Verkuyl (1972)).

No entanto, como mostra Pereira (2009: 116-117), «a forma como o princípio de composicionalidade é entendido e operacionalizado diverge consideravelmente,

¹⁴³ É interessante, a este propósito, problematizar os conceitos de polissemia e homonímia dos marcadores. Veja-se, entre outros, Franckel, Paillard & Saunier (1997); Franckel (1998); Paillard (2000); Correia & Campos (2004).

¹⁴⁴ Outras perífrases, além das que são objeto deste trabalho, são também marcadores de diferentes valores gramaticais. Por exemplo, a perífrase *Ir Vinf*, geralmente classificada como perífrase temporal, pode ser analisada como marcador, não apenas do valor temporal de posterioridade, mas de valores aspetuais e modais (cf. Alzamora 2002).

uma vez que é sujeito a diferentes interpretações, decorrentes da sua apropriação no seio de uma determinada perspectiva teórica».

Partindo das propostas apresentadas anteriormente, o princípio da composicionalidade pode ser entendido como um sistema de representação que perspetiva os valores semânticos de expressões complexas determinados pelos valores semânticos das partes que as compõem e/ou pela forma como essas partes se combinam.

Verkuyl (1972), por exemplo, mostra que o sistema de regras de subcategorização não funciona adequadamente, quando aplicado a frases que contêm adverbiais durativos, propondo que os valores aspetuais são determinados pela natureza aspetual dos constituintes da frase. Ao analisar as restrições de seleção dos predicadores em coocorrência com adverbiais aspetuais, mostra a inadequação de categorias baseadas num sistema de regras morfológicas¹⁴⁵ e defende que as categorias durativo e não-durativo não podem ser consideradas primitivos semânticos associados aos lexemas verbais, mas traços sintáticos resultantes da composicionalidade entre os verbos e outros constituintes da frase:

«the categories DURATIVE and NONDURATIVE should not be considered semantic primitives assigned to Verbs but that they should rather be assigned to a higher node than V. In other words, I shall try to show that the terms ‘Durative Aspect’ and ‘Nondurative Aspect’ apply to configurations of underlying categories among which necessarily a subcategory of V. The mechanism underlying the composition of the Aspects can most clearly be demonstrated by assuming (...) that they should be assigned to the VP. This assumption states that it is only constituents belonging to the VP which attribute to the composition of the Aspects.» (Verkuyl 1972: 38).

¹⁴⁵ Sobre a perspetiva composicional, veja-se, por exemplo, a análise de alguns verbos eventivos e estativos do Caboverdiano proposta por Pratas (2009: 15-24). Esta autora defende que Tempo e Aspeto, em Caboverdiano, são uma estratégia composicional, que «[a] semântica composicional depende de termos, antes de mais, uma boa sintaxe como ponto de partida» (ibidem: 21) e que «a sintaxe deve ser descrita autonomamente; ao mesmo tempo que determina a gramaticalidade, deve garantir os fundamentos para a composicionalidade semântica» (ibidem).

Do conceito de composicionalidade destaca-se a importância dos argumentos para a construção dos valores gramaticais. Nesta perspetiva de análise do Aspeto integram-se fatores que não eram tidos em conta, como, por exemplo, a determinação dos argumentos interno e externo e a coocorrência com adverbiais aspetuais: «the analysis of aspectuality should be focussed on the ways in which aspectual information is really encoded in the elements and in the ways they relate to one another syntactically» (Verkuyl 2005: 38).

Contudo, é importante discutir se o princípio de composicionalidade pode ser coerentemente adotado no modelo teórico em que se inscreve a descrição que se assume. Se se tiver em conta os pressupostos epistemológicos e os conceitos fundacionais da TFE (Culioli 1990) conclui-se que esses conceitos são incompatíveis com o princípio de composicionalidade¹⁴⁶.

Por outro lado, antes de operar com um dado conceito, não é fundamental apenas defini-lo, mas também delimitar o seu campo de aplicabilidade. Neste sentido, na linha de Correia & Coutinho (2009: 49-58), é importante perceber a que se faz referência, quando se fala de composicionalidade, em particular, se se visam categorias, formas ou valores¹⁴⁷.

Para que se possa discutir se a composicionalidade é um conceito relevante para a análise semântica de diferentes sequências linguísticas, é necessário verificar de que forma, em termos teóricos ou metodológicos, se podem interrelacionar configurações que possibilitem descrever e explicar o que é estável e o que é deformável numa dada língua.

Como defendem Correria & Coutinho (2006: 251), «ou bien le sens est le résultat de la structuration des occurrences, et dans ce cas-là il nous faut définir pour

¹⁴⁶ Sobre os limites de aplicabilidade do conceito de composicionalidade, ver, entre outros, Franckel (2002), Correia & Coutinho (2009).

¹⁴⁷ Caetano (2009), por exemplo, discute o conceito de composicionalidade em morfologia, mostrando que, «na maior parte dos estudos de morfologia derivacional, a conexão entre produtividade e composicionalidade é quase sempre apontada, na medida em que se considera que os produtos resultantes de um processo produtivo são composicionais» (Caetano 2009: 8). Segundo a autora, «na aceção mais comum em morfologia, um derivado composicional, além de ser (formalmente) passível de segmentação, é aquele cujo significado resulta da soma dos significados das partes» (ibidem).

chaque énoncé la valeur des mots qui s'organisent dans des séquences différentes, ou bien on peut essayer de stabiliser les différences rencontrées en saisissant le fil qui permet de comprendre le fonctionnement de ces énoncés».

Neste sentido, os conceitos de estabilidade e de deformabilidade das formas linguísticas são produtivos e relevantes no quadro da TFE, uma vez que, epistemologicamente, o trabalho deve centrar-se na diversidade das línguas, procurando determinar os invariantes da linguagem, e metodologicamente, deve encarar-se a complexidade das manifestações linguísticas como um todo e dar conta de um conjunto de operações abstratas, evidentes nos textos através de marcadores específicos disponíveis em cada língua (cf. Correia 2006).

Concebe-se que todo e qualquer acontecimento linguístico é localizado em relação a um sistema referencial, sendo apenas possível analisar e classificar linguisticamente um termo se este estiver em relação com outros e que todas as sequências linguísticas bem formadas, sob o ponto de vista gramatical, devem ser analisadas tendo em conta o seu valor semântico como um todo. A noção tem o estatuto de entidade predicável. São as ocorrências que ganham diferentes propriedades ao serem localizadas em relação a um sistema de coordenadas referenciais (cf., e.o., Culioli (1991)). Neste sentido, esta perspetiva contraria o princípio da composicionalidade.

Os valores semânticos dos enunciados são interdependentes do conceito de categoria gramatical, sendo que se considera que uma categoria gramatical é um sistema de correspondências não biunívocas entre os valores e os marcadores de uma qualquer noção gramatical. O valor referencial de um enunciado resulta de operações cognitivas apreendidas através de marcadores ou conjuntos de marcadores linguísticos dessas operações. Os marcadores linguísticos que integram uma sequência dependem da determinação nocional (as operações incidem sobre noções) e/ou da determinação enunciativa (as operações incidem sobre enunciados).

De acordo com Correia & Coutinho (2009), verifica-se que, dependendo da incidência da análise, podem ser definidas quatro hipóteses, que as autoras designam por A, B, C e D e que, sucintamente, caracterizam da seguinte forma:

«A - uma sequência linguística insere-se numa forma pré-determinada (proposição ou relação predicativa), independentemente das formas lexicais que a compõem; B - cada item lexical é definido em função de uma lexis, interferindo esta na definição dos seus valores; C - os diferentes itens são marcadores de noções gramaticais; D - os diferentes itens tanto podem referir (tendo, por isso, sentido + valor referencial) como podem predicar propriedades (e, neste caso, são definidos como tendo sentido, mas não valor referencial). A relação entre o que é estável e o que é deformável ganha relevância: A é o lugar da estabilidade por excelência; B, C e D, por seu lado, permitem as deformabilidades inerentes aos diferentes acontecimentos linguísticos. De uma forma abreviada, poder-se-á considerar que em A actuam determinações de ordem nocional; B, C e D (conjuntamente) são o lugar privilegiado de ocorrência de determinações de ordem enunciativa» (Correia & Coutinho 2009: 51-52).

Como defendem estas autoras, este *puzzle* só se completa, se forem respeitadas as regras que regulam e individualizam cada sistema linguístico.

Centrada numa topologia das ocorrências linguísticas, a análise proposta acima permitirá dar conta da interdependência entre a estabilidade e a deformabilidade dos valores aspetuais. As formas interagem num espaço topológico e os valores resultam, não de um processo composicional, mas de processos complexos de determinações que incidem sobre as ocorrências nominais e verbais.

Por esta razão, todas as questões que têm vindo a ser debatidas, podem ser repensadas, como refere Pereira (2009: 158-159), «em termos de determinação, nominal e verbal, se assumirmos que a construção de ocorrências de entidades nominais e a construção de ocorrências de processos é interdependente, na medida em que decorre de uma problemática geral da quantificação».

Ao dar conta, de forma unificada, da construção, em interdependência, da referência nominal e verbal, assume-se que há operações comuns que incidem sobre

os dois domínios - operações de quantificação e qualificação na construção das ocorrências das noções - e que os fenómenos aspetuais podem ser explicados de acordo com as distinções topológicas discreto-denso-compacto (DDC)¹⁴⁸.

De qualquer forma, há que sublinhar, na linha de Pereira (2009: 161), que a análise topológica «não esgota as questões relacionadas com a categoria aspecto, e como tal não exclui, mas, pelo contrário, promove o recurso a outras formas de descrição, e subsequente formalização, dos valores aspectuais de um enunciado».

Por esse motivo, «[o] recurso a dois modos de representação metalingística - tricotomia DDC; representação em intervalos de instantes -, não supõe uma separação de níveis de construção da referência que seriam independentes, dado que a identificação de diferentes planos de construção do enunciado é meramente metodológica» (Pereira 2009: 161).

Uma ocorrência é uma forma de delimitação de uma noção, havendo duas formas de determinar uma noção, de acordo com dois critérios possíveis: um critério qualitativo e um critério de instanciação. Distinguir uma ocorrência, de acordo com um critério qualitativo, é poder compará-la com um valor tipo, um modelo, um padrão, ou seja, é possível distinguir-se uma ocorrência de outra por comparação com um valor tipo. A instanciação de uma noção é a ancoragem espaço-temporal, ou localização de uma ocorrência, que permite distingui-la de uma outra ocorrência com uma ancoragem espaço-temporal distinta.

Parece, então, possível sustentar que o que caracteriza as propriedades aspetuais de um enunciado não é a composição de formas, isto é, os diferentes valores não resultam apenas (ou sobretudo) da composicionalidade, mas a interação que os diferentes elementos desencadeiam quando se constrói uma dada situação. Os valores de uma dada sequência podem ser deformados de acordo com a formatação nominal ou verbal, de acordo com um espaço topológico em que as noções se manifestam através dos diferentes marcadores em interrelação.

¹⁴⁸ Para um aprofundamento das questões relativas à topologia DDC, a nível teórico e da descrição dos dados, ver, entre outros, Franckel, Paillard & De Vogüé ([1987] 1988); Paillard (1988); De Vogüé (1989); Franckel (1989); Culioli (1991); Correia (1993; 2002); Campos ([1996] 1997); Paillard (2000); Franckel (2002); Correia & Campos (2004); Pereira (2009).

Assume-se, por conseguinte, que o Aspeto, o Tempo, a Modalidade e a Determinação (nominal) interagem de forma muito próxima e que, havendo esta interação, pode dar-se relevância a um ou outro valor, isto é, podem focalizar-se os diferentes valores que são construídos, tendo em conta que os valores categoriais manifestados nos enunciados são construídos em cada enunciação.

Esta perspetiva constitui, por si só, uma objeção à distinção entre *Aktionsart* e Aspeto gramatical. Como já foi referido no início, o princípio da separação entre estes dois domínios conduziu à definição de tipologias aspetuais que constituem, na realidade, uma classificação aspetual de distinções lexicais¹⁴⁹, que não permite dar conta das relações de interdependência que se estabelecem, em cada enunciação, entre os tempos gramaticais, as propriedades dos predicadores, os adverbiais que com eles coocorrem, a determinação dos argumentos, entre outros elementos que definem o valor aspetual de uma dada situação. Além disso, na ótica da separação dos dois domínios, ou se põe o problema da definição de restrições para a forma como os mesmos se combinam, ou se encara o Aspeto como uma categoria composicional (cf. Pereira 2009: 101-116).

Na perspetiva que aqui se assume, considera-se que a descrição dos fenómenos das línguas, nomeadamente a descrição das perífrases, fornece argumentos que fundamentam que não haja uma oposição rígida e inflexível entre esses domínios. Por outras palavras, verifica-se que estas duas perspetivas de análise não devem ser autónomas e consideradas separadamente, ou perspetivadas como complementares, por se entender que os dois domínios se interpenetram. O mesmo ponto de vista é manifestado por Gvozdanović (2012: 781):

«Situations may be conceptualized either as total, indivisible wholes, or by envisaging their internal constituency. The total view of situations takes into account the situations' boundaries, which are not conceptualized in the internal

¹⁴⁹ A este propósito, uma questão que se pode colocar é se as representações são primitivas ou construídas (cf. Campos (1999)) e, tendo em conta as diferentes formas de perspetivar os fenómenos aspetuais, se na caracterização semântica de um predicador será possível definir propriedades aspetuais primitivas e se os valores aspetuais dos enunciados dependem essencialmente dessas propriedades primitivas.

view of situations. These differences are ascribed to aspect, a multifaceted lexical and grammatical phenomenon with correlates at the level of discourse. (...) It is mainly due to the complexity of these phenomena that no consensus on the kernel issues has been reached yet. (...) It shows that the observed typological diversities can be accounted for in a straightforward way if the lexical and grammatical levels are kept apart consistently and the layered structure of temporal phenomena is analyzed systematically».

O que foi referido anteriormente permite perceber que, quando se discute o estatuto das perífrases tendo em conta diferentes perspetivas do Aspeto, considerar estas construções marcadores ou operadores é uma questão mais significativa do que uma simples e aparente divergência de terminologia.

Entende-se, assim, que, ao propor que as diferentes formas que integram as perífrases atuam conjuntamente e, em interação, marcam diversas operações e constroem diferentes valores, se defende a extensão da análise dos valores aspetuais dos enunciados a configurações mais latas (cf. Campos 1998), integrando, não apenas a interação entre diferentes predicadores e as restantes formas das construções perifrásticas, mas também a interação entre a determinação verbal e a determinação nominal.

Outros autores consideram, também, que a classificação tipológica aspetual básica dos predicadores deve ser considerada de forma dinâmica, pois vários fatores podem influir na determinação do valor aspetual. Cunha (2013: 588) salienta que, «não podemos conceber o perfil aspetual de uma situação como a simples soma das contribuições particulares de cada um destes elementos; pelo contrário, devemos encará-lo como o produto dinâmico das suas interações recíprocas.»

Tendo em conta a convergência de diferentes fatores na marcação dos valores aspetuais, este autor defende que «o aspeto é obtido composicionalmente, ou seja, a partir de uma complexa teia de dependências mútuas e bidirecionais entre os variados componentes que nele tomam parte. Cada componente portador de informação

aspetual colabora decisivamente, em estreita cooperação com todos os outros, para o estabelecimento da configuração aspetual final das situações» (Cunha 2013: 588).

No mesmo sentido, Oliveira ([2003] 2006⁷: 137) defende que a aspetualidade é, essencialmente, composicional, uma vez que, além da natureza semântica dos predicadores, «as informações aspectuais distinguem-se pelos afixos que contêm também informação temporal, pelas construções com auxiliares e semi-auxiliares (*tem lido, começou a ler, está a ler*), e também através da combinação de vários elementos na frase associados aos anteriores, como sejam certos adverbiais e a natureza sintático-semântica dos sintagmas nominais, em particular dos que constituem complementos subcategorizados» (Oliveira ([2003] 2006⁷: 133).

No entanto, em Oliveira ([2003] 2006⁷) e Cunha (2013) manifesta-se uma diferença de perspetiva relativamente aos pressupostos teóricos defendidos por Campos (1998).

A classificação das perífrases como operadores decorre, efetivamente, de uma análise que tem incidência no princípio da composicionalidade, uma vez que se defende que o aspeto é ativado pela composição de diversos fatores que concorrem para a definição de uma tipologia dos processos, o que, em determinados modelos de análise, define o aspeto gramatical.

Numa proposta de análise diferente pretende-se mostrar que a associação de uma forma ou conjunto de formas à construção do valor aspetual não é estável e que os valores construídos resultam de interdependências que se processam ao nível das operações predicativas e enunciativas.

3. Telicidade enunciativa na definição de valores aspectuais

No seguimento da discussão anterior, defende-se que é necessário ter em conta abordagens diferenciadas e, essencialmente, ponderar duas vertentes de análise dos fenómenos aspectuais: o aspeto é estritamente composicional e concorre para a definição de uma tipologia dos processos, ou é perspetivado como o resultado da influência recíproca de diversos marcadores que intervêm na estruturação de um

domínio nocional que, por sua vez, em resultado de operações predicativas e enunciativas, está subjacente à construção de uma situação.

De acordo com a primeira vertente, os fenómenos aspetuais têm por base, globalmente, a oposição entre situações que integram, na sua construção, uma fronteira direita que as delimita. O conceito aspetual de telicidade¹⁵⁰ gera uma oposição entre predicados télicos e predicados atélicos.

Como é comumente sabido, os predicados télicos ou transitórios integram na definição do próprio processo um limiar semântico (*telos*), a passagem do limiar semântico e a construção de um estado resultante (por exemplo, *nascer, morrer, chegar, cair*), enquanto os predicados atélicos, ou não transitórios, não implicam um limite, definem um processo em aberto, que se prolonga sem perspetivar um fim (por exemplo, *estar, ler, correr, nadar*). Por outro lado, os predicados télicos representam situações heterogéneas, que são incompatíveis com adverbiais durativos¹⁵¹ e são representados por um intervalo (com ou sem dimensão).

Por seu lado, os predicados atélicos são compatíveis com adverbiais durativos e gozam da propriedade de subintervalo, ou seja, representam situações homogéneas no intervalo de tempo ao qual estão associados: «[s]ubinterval verb phrases have the property that if they are the main verb phrase of a sentence which is true at some interval of time I, then the sentence is true at every subinterval of I including every moment of time in I.» (Bennett & Partee 1978: 14). O subintervalo pode ser uma das propriedades que caracterizam a atelicidade¹⁵², sendo que, se um estado ou atividade se processa num certo intervalo de tempo, também é verdade que se processa em qualquer subintervalo desse intervalo¹⁵³.

Dizer que, ao nível da noção (P)¹⁵⁴, é inerente ao próprio lexema verbal uma característica aspetual ([+ télico] / [- télico]) é considerar a existência, ou não, de um

¹⁵⁰ Sobre os conceitos de *telos* nocional e *telos* enunciativo, veja-se, entre outros, Bouscaren, Deschamps & Mazodier (1993) e, para uma revisão crítica destes conceitos, Pereira (2009: 227-244).

¹⁵¹ Sobre a função dos adverbiais temporais-aspetuais na construção do valor aspetual dos enunciados ver, entre outros, Gross (1980: 69-81) e Campos & Xavier (1991: 302-338).

¹⁵² Ver, a este propósito, entre outros, Dowty (1977) e Desclés & Guentchéva (2012).

¹⁵³ Por exemplo, a validação de '*O Pedro leu das duas às quatro.*' implica a validação de '*O Pedro leu das duas às três.*' ou '*O Pedro leu das duas e meia às três e meia.*', etc.

¹⁵⁴ Esta análise tem por base princípios fundacionais da TFE, como noção (Culioli 1990: 47-65), domínio nocional (p,p') (Culioli 1990: 67-81), estatuto híbrido da noção, operações enunciativas e predicativas

telos nocional, ou seja, é considerar que, na sua definição semântica, as situações incluem, ou não, o seu termo, isto é, a fronteira direita de fechamento do intervalo que lhe está associado. Trata-se de uma telicidade nocional ou intrínseca¹⁵⁵.

Como se referiu anteriormente¹⁵⁶, a noção de telicidade, bem como as noções de duratividade e estatividade estão presentes, por exemplo, nas classificações dos predicados verbais de Vendler (1967) e Moens & Steedman (1988), considerando, já, estes dois autores, na sua proposta, questões de coocorrência: «[t]he phenomenon of change in the aspectual type of a proposition under the influence of modifiers like tenses, temporal adverbials, and aspectual auxiliaries is of central importance to the present account» (Moens & Steedman 1988: 17).

A rede aspetual definida por estes autores prevê um conjunto de recategorizações ou comutações que incidem sobre o tipo aspetual de base, sob influência do contexto. A sua proposta é mais abrangente que a de Vendler (1967), pois permite descrever, de forma mais satisfatória, certos fenómenos aspetuais que os autores consideram como transições entre classes aspetuais ou processos de recategorização, uma vez que a noção de rede aspetual integra a influência de diversos elementos linguísticos na determinação do estatuto aspetual final das predicções, ou seja, prevê e explica, por exemplo, a influência de alguns sintagmas preposicionais no estatuto aspetual final das predicções, como se pode ver pelos exemplos a seguir transcritos:

(47) Harry climbed.

[Moens & Steedman (1988: 16)]

(operações de determinação [qualificação/quantificação] e operações de localização), etc., conceitos que são aqui apresentados sumariamente e sobre os quais, para uma abordagem aprofundada, remeto para Culioli (1990; 1999a; 1999b; 1995; 1997), Franckel & Paillard (1998), Campos (1998), Correia (2006), entre outros.

¹⁵⁵ De acordo com a proposta de Garey (1957), os testes baseados na (in)compatibilidade de coocorrência com adverbiais durativos (*durante* QN de T = *durante x tempo*) e de realização (*em* QN de T = *em x tempo*) permitem a definição de duas classes aspetuais, isto é, permitem estabelecer a oposição entre predicados télicos, que podem coocorrer com *em* QN de T, e predicados atélicos, que coocorrem com *durante* QN de T.

¹⁵⁶ Ver o ponto 1., neste capítulo.

(48) Harry climbed to the top.

[Moens & Steedman (1988: 17)]

Em (47) encontramos um Processo, sendo a predicação apenas composta pelo próprio processo, caracterizado pelo traço [- consequência], enquanto em (48) encontramos um Processo Culminado, caracterizado pelo traço [+ consequência]. A coocorrência com o sintagma preposicional *to the top* corresponde à introdução de um ponto de culminação com um estado consequente associado.

Assim, a noção de telicidade remete para a existência de fronteiras (fronteiras separáveis ou fronteiras confundidas) na delimitação das situações. Mas as fronteiras podem ser, teoricamente, intrínsecas ao predicador, ou construídas enunciativamente. Ou seja, a fronteira de fechamento de uma situação pode ser interna à predicação, como em (49), ou resultar de determinações externas à relação predicativa, permitindo, em princípio, a construção de um *telos* enunciativo. No entanto, como se verifica em (50), o valor construído com a perífrase *acabar de* Vinf parece bloquear esta hipótese:

(49) O João acabou de correr os cem metros.

(50) ?? O João acabou de correr até à estação.

Quando o limiar semântico é interno à predicação (como em (49)), o valor aspetual da situação é definido por determinações internas à relação predicativa <r>, uma vez que é o argumento C₁ que permite delimitar um acontecimento, marcando a fronteira de fechamento e a saturação do processo.

Ter-se em conta a telicidade enunciativa significa entrar-se num domínio cujos conceitos não são apenas os de duratividade, telicidade ou estatividade, mas a perfeitividade por oposição à imperfetividade, sendo que, nesta perspetiva, pode-se definir o Aspeto como a maneira através da qual uma situação é perspectivada em relação a estar, ou não, concluída.

Assim, e considerando, não apenas a classe aspetual de um predicator, mas todas as formas que com ele coocorrem, fazendo convergir na construção do valor aspetual de um enunciado todas as formas em interação, alguns autores (entre outros, Oliveira ([2003] 2006⁷) e Cunha (1994, 1998, 2004a, 2004b)), no seguimento de Moens & Steedman (1988), entendem que a coerção imposta pelos diversos marcadores sobre a predicação básica desencadeia processos de recategorização. Como refere Pereira (2009: 119), «[a] definição de uma Rede Aspectual, concebida como um vasto conjunto de transições ou de comutações, prevê a coacção do tipo aspectual pela influência do contexto ou do que Moens & Steedman chamam "modificadores"».

De forma a confirmar esta hipótese, os exemplos que se apresentam seguidamente permitem mostrar de que maneira as perífrases interferem com predicadores de diferentes classes aspetuais, desencadeando, em certas circunstâncias, de acordo com esta perspetiva, processos de recategorização.

A perífrase *começar a* Vinf, por exemplo, parece ser, tendencialmente, incompatível com Estados. Mas, como defende Cunha (1994a: 9), esta construção pode coocorrer «com quase todas as classes aspetuais, excepto os estados não convertíveis em processos e, eventualmente, também algumas culminações»:

(51) A mãe do Luís começou a gostar de Linguística. (estado faseável)

[Cunha 1994a: 9]

De acordo com o autor, esta conversão resulta de esta perífrase, por marcar «o "início" de uma eventualidade, (...) supor apenas a existência de uma (eventual) fase anterior ao decurso da situação propriamente dita. Neste sentido, (...) para que *começar a* seja possível, é necessária a presença de um estado preliminar» (Cunha 1994a: 9).

A partir da comparação entre o exemplo (51) e outros que mostram a incompatibilidade da perífrase com Estados não faseáveis (como * *O João começou a ser alto.*), o autor explica a agramaticalidade desta coocorrência, mostrando que «o

"input" para este operador não será todo e qualquer estado preliminar, mas apenas um estado preliminar de um evento» (Cunha 1994a: 9). Para que haja, então, compatibilidade desta perífrase com verbos estativos, parece ser necessária a coocorrência destas construções com predicadores cujo "input" seja «um estado preliminar de um evento» (Cunha 1994a: 9).

No que respeita a compatibilidade de *começar a* Vinf com Processos, pode verificar-se que, sendo estes predicados atélicos, durativos, são compatíveis com o adverbial aspetual *durante* QN de T, como se verifica no exemplo (52), e, com o sentido de «"início" de uma eventualidade» (Cunha 1994a: 9), incompatíveis com o adverbial *em* QN de T. No entanto, como se mostra com o exemplo (53), é possível essa coocorrência:

(52) A Rita começou a ler *Os Lusíadas* durante o verão.

(53) A Rita começou a ler em três meses.

Esta coocorrência determina, neste caso, uma mudança de Estado (*não saber ler / já saber ler*), ou seja, marca a aprendizagem do processo de *aprender a ler*.

Por outro lado, as situações télicas podem ser durativas ou não durativas. No caso das situações télicas durativas, quer se trate de Processos (*correr; andar; nadar; tocar piano*), ou Processos Culminados (*construir a casa; comer o bolo*), a coocorrência com os adverbiais de realização marca o tempo decorrido desde o início até a conclusão do Processo, ou seja, os adverbiais *em* QN de T, aplicados a uma situação télica, medem o tempo que decorreu para que essa situação atingisse o seu fim ou *telos*, como se pode ver pelo confronto do par de exemplos (54) e (55):

(54) O Diogo acabou de construir a casa. [terminou a construção]

(55) O Diogo acabou de construir a casa em dois anos. [levou dois anos a terminar a construção]

Esta é, segundo Pereira (2009: 120), uma vantagem da proposta de Moens & Steedman (1988), por «não se limitar a propor uma categorização no domínio da Aktionsart, mas prever, a partir de uma tipologia aspectual de predicções, as possibilidades de transição de uma classe para outra, uma vez que o cálculo aspetual incide em última instância sobre a frase, apoiando-se num modelo de classificação aspectual dinâmica».

Ainda assim, e como se mostra com maior pormenor e rigor na Parte III desta tese, e já foi, de alguma forma, evidenciado no início, este aparelho teórico revela-se insuficiente para a explicação dos fenómenos desencadeados pelo uso das perífrases verbais.

Recorrendo a alguns exemplos em que ocorre a perífrase *estar a* Vinf, pretende-se ilustrar, mais uma vez, como esta construção, ao interagir com diferentes predicadores e em função de outros elementos em coocorrência, pode desencadear valores diferenciados e, também, submeter-se a restrições em função desses elementos, nomeadamente em virtude da determinação dos argumentos:

(56) O João está a correr. [neste momento]

[Pereira 2009: 122]

(57) O João está a chegar. [* neste momento]¹⁵⁷

[Pereira 2009: 122]

(58) O João está a correr a maratona.

[Pereira 2009: 122]

(59) * O João está a correr 5 quilómetros.

[Pereira 2009: 122]

No exemplo (56), a relação predicativa é perspectivada como estando em curso no tempo que lhe serve de localizador (neste caso, T_0). A mesma perífrase, em

¹⁵⁷ Note-se que, tendencialmente, esta coocorrência é tida como agramatical. Pode, no entanto, em determinadas circunstâncias, ser aceite um exemplo como: *O João está a chegar neste momento. Já o estou a ver.*

coocorrência com um Evento Atômico, como em (57), marca o valor temporal de posterioridade e de iminência. Como explica Pereira (2009), tendo em conta o princípio da recategorização, na linha da proposta de Moens & Steedman (1988), «como é acrescentado um processo preparatório à Culminação e extraído o ponto de culminação, o processo preparatório é interpretado como estando em curso» (Pereira 2009: 122).

No entanto, no caso dos exemplos (58) e (59), não é possível encontrar, com recurso ao mesmo princípio, explicação para a compatibilidade de (58) e para a incompatibilidade de (59). Como explica Pereira (2009: 122), no exemplo (59) «o SN 5 *quilómetros* constituiria uma situação télica, dotando o processo de um ponto de culminação, cuja extracção tornaria possível a ocorrência de *estar a*», como acontece em (58). Contudo, não é o que se verifica e esta incompatibilidade só pode ser explicada pela diferença da quantificação dos argumentos.

Torna-se evidente, então, que, em cada predicação, a interação do predador com determinações internas e externas é fundamental na construção das ocorrências e dos valores categoriais.

Nesta perspetiva, o conceito télico/não-télico não deve ser considerado como meramente lexical. A telicidade deve ser perspectivada tendo em conta não apenas as propriedades do predador, mas todos os fatores internos a uma relação predicativa, nomeadamente o valor de determinação dos argumentos, bem como determinações externas¹⁵⁸.

Com efeito, e como é referido por Bouscaren, Deschamps & Mazodier (1993: 17), os conceitos de telicidade nocional e de telicidade enunciativa não se excluem, mas complementam-se:

«Cette position ne signifie pas que nous refusons au lexème une valeur fondamentale construite qui permette de rendre compte de tous ses emplois ou au moins d'une grande partie d'entre eux. Comme l'ont montré Franckel et

¹⁵⁸ Ver a discussão das diferentes perspetivas sobre a telicidade em Pereira (2009: 123ss; 227ss), entre outros.

Lebaud on peut essayer de retrouver des invariants derrière chaque item lexical (...). Ces invariants sont eux-mêmes des construits et doivent être récupérables dans tous les énoncés où le même lexème apparaît, mais celui-ci ne recouvre pas forcément une notion unique».

Ao considerar-se que a fronteira de fechamento de uma situação pode não ser nocional, mas uma construção a que estão subjacentes operações predicativas e enunciativas, define-se, então, o nível de telicidade enunciativa¹⁵⁹, como se pode verificar pelos seguintes exemplos:

(60) O Pedro leu durante uma hora.

(61) O Pedro lê muito.

(62) O Pedro leu o livro.

Nos enunciados (60) e (61) não há nenhum argumento interno determinado de forma a permitir uma delimitação intrínseca da situação, verificando-se, nestes exemplos, que *ler* é atético. Em (62) o argumento interno tem valor de determinação. Nesta sequência o argumento *o livro* quantifica e delimita intrinsecamente o processo *ler*, marcando uma descontinuidade que representa o atingir e ultrapassar do *telos*. Assim, neste enunciado, a quantificação do argumento C_1 e o tempo gramatical

¹⁵⁹ Não sendo pertinente desenvolver aqui este tópico, é importante assinalar, contudo, que no que diz respeito à definição de um *telos* nocional e de um *telos* enunciativo, há perspectivas diferentes na forma como é considerado o estatuto do argumento C_1 na definição da telicidade. Para Bouscaren, Deschamps & Mazodier (1993), por exemplo, a telicidade nocional supõe a existência de um termo nocional ligado às propriedades primitivas da noção, enquanto a telicidade enunciativa pressupõe que o último ponto de fechamento de um processo é construído por operações enunciativas, pela coocorrência dos predicadores com complementos quantificados, localizadores temporais e adverbiais. Como mostra Pereira (2009: 232ss), diferentemente, na proposta de Campos ([1996] 1997; 2002), a construção do *telos* nocional decorre de operações predicativas e enunciativas, em particular, a operação de determinação de C_1 , ou seja, Campos faz corresponder a telicidade nocional a diferentes formas de construção dos enunciados, sendo o papel de C_1 determinante na forma como é definida a telicidade nocional. Segundo Pereira (2009: 235), estamos perante uma «mudança de paradigma, deslocando-se a análise do propósito de criar uma tipologia de verbos para a definição de diferentes formas de delimitação de ocorrências».

(pretérito perfeito) são dois fatores que concorrem, conjuntamente, para a construção do valor aspetual perfetivo e a situação é [+ télica] (cf. Campos 1999: 15).

Se se confrontar, agora, o exemplo (62) com os exemplos (63) e (64), ou com (65) e (66), verifica-se que outros fatores, nomeadamente operações enunciativas marcadas por outros tempos verbais e/ou adverbiais temporais-aspetuais ou perífrases verbais, por exemplo, podem concorrer para marcar outros valores aspetuais:

(63) O Diogo leu o livro em duas semanas.

(64) O Diogo leu o livro durante duas semanas.

(65) O Diogo lê o livro sempre que chega a casa cedo.

(66) O Diogo estava a ler o livro, quando o vi.

No exemplo (63), é marcado o valor aspetual perfetivo, enquanto no exemplo (64) a coocorrência com o adverbial durativo desencadeia a marcação do valor aspetual imperfetivo. Nos exemplos (65) e (66), é construído o valor aspetual imperfetivo. Em (65), o presente do indicativo e a frase subordinada temporal concorrem para a marcação do valor aspetual de iteratividade. Em (66), a imperfetividade resulta da construção do valor temporal de simultaneidade entre o tempo localizador T_3 (*quando o vi*) e T_2 (*estava a ler o livro*). A situação é construída como estando em curso em relação ao tempo localizador T_3 .

Como foi referido anteriormente, com base na análise de exemplos como os que se apresentaram acima, alguns autores, no seguimento de Moens & Steedman (1988) consideram que há mudança de classe dos predicadores, por ação da alteração de uma das suas propriedades definitórias, designando esse processo por recategorização.

Todavia, no que respeita a questão da recategorização, há que notar, por fim, que se verifica que há uma certa oscilação no emprego deste termo, o que se deve às diferentes perspetivas de análise assumidas.

Este conceito é usado, sobretudo, quando a análise dos dados se funda nas propostas de classificação dos predicadores considerando a sua natureza aspetual intrínseca, tendo em conta o conceito de telicidade. A perspectiva da recategorização advém do facto de, regra geral, se defender que a categoria Aspeto tem uma natureza composicional.

No quadro da TFE, alguns autores (entre outros, Paillard (1988) e De Vogüé (1989)) usam o mesmo termo 'recategorização', para designar, não alterações de categorias pré-estabelecidas, mas fenómenos que se apreendem como uma base de cálculo, a partir da qual se calculam os valores marcados em cada enunciado: «[r]endre compte des catégories lexicales signifie en définitive surtout rendre compte des phénomènes de “recatégorisation” que l’on peut observer. Et cela suppose que la catégorisation soit conçue comme un calcul.» (De Vogüé 1989: 3)

4. A construção de valores referenciais na perspectiva da TFE

Como se mostrou, independentemente da perspectiva de análise, é genericamente aceite a necessidade de se ter em conta a convergência de diferentes fatores no tratamento dos fenómenos aspetuais.

De forma a fundamentar a proposta de Paillard (1988) e De Vogüé (1989), julga-se importante mostrar que as formas de uma dada língua devem ser estudadas em interação com outras formas e que as construções devem ser analisadas em interação com outras formas que com elas coocorrem, isto é, deve ter-se em conta as formas e construções em interações bem como as configurações em que se inscrevem.

Defende-se que, fora de qualquer etiquetagem *a priori*, se deve considerar que a construção dos valores aspetuais de um dado enunciado se processa a três níveis: ao nível da noção, em que se definem e estruturam propriedades semânticas primitivas; ao nível sintático-semântico, em que se processa a construção da relação prediativa; e ao nível das operações enunciativas, no qual se constroem determinações nominais e verbais (cf. Campos 1998: 186).

Neste sentido, a análise baseada na topologia Discreto, Denso e Compacto¹⁶⁰ (DDC) e a hipótese de se poder definir uma Forma Esquemática parecem ser mais estabilizadoras para a descrição das construções perifrásticas, na medida em que, com o mesmo aparelho descritivo, é possível discutir uma maior diversidade de casos, como se verá mais à frente.

Os conceitos seguidamente introduzidos suportam a proposta de análise e descrição das perífrases que se assume nesta dissertação.

4.1. Noção e domínio nocional: lexicalização e instanciação

No quadro da TFE, uma noção é definida como um conjunto complexo de propriedades físico-culturais que tem como característica ser pré-lexical e pré-enunciativa. São, por isso, indiscerníveis e só podem ser definidas qualitativamente. As noções são apreendidas através das ocorrências linguísticas que as instanciam e estabilizam.

Na construção do enunciado, parte-se de uma relação primitiva entre três noções lexicais. Há uma relação ordenada entre duas noções (uma noção origem; outra, alvo), que é especificada por uma terceira noção. Esta relação primitiva é representável pela seguinte expressão:

$$(i) \quad < a \xrightarrow{r} b >$$

Assume-se que o funcionamento da linguagem se processa do seguinte modo: estabelece-se uma relação primitiva entre as noções 'a' e 'b', que são noções lexicais ou predicativas. Essa relação é especificada por outra noção 'r' que é também uma noção lexical. A relação primitiva é ordenada, o que significa que 'a' é o termo origem

¹⁶⁰ Ver, adiante, pontos 4.3. e 4.4..

e 'b' o termo alvo, sendo a seta o sentido da ordenação de 'a' para 'b'. 'a' e 'b' são variáveis de argumentos e 'r' uma variável da operação de predicação.

A relação predicativa elementar (ou lexis (λ)) é, então, uma relação binária e resulta da instanciação dos três lugares do esquema de lexis por termos construídos a partir de noções. São os elementos de uma relação primitiva que vão instanciar os lugares do esquema de lexis. A partir da relação primitiva e do esquema de lexis constrói-se o predicado e os argumentos, distinguindo-se o primeiro argumento de ordem zero e o segundo argumento de ordem um (cf. Culioli 1982: 9ss).

Incidem seguidamente sobre cada um dos termos da relação primitiva (e sobre a relação no global) operações que lexicalizam as noções e as categorizam em termos nominais e predicativos, que são termos construídos. São estes termos que vão instanciar os lugares do esquema de lexis.

Uma lexis é saturada, se todos os lugares de argumento do esquema de lexis tiverem sido instanciados. Mas uma lexis pode ser duplamente não saturada ($< () r () >$), ou parcialmente não saturada ($< () r b >$ ou $< a r () >$), conforme os dois lugares de argumento ou apenas um deles não tenha sido instanciado. Podemos representar a instanciação da seguinte forma:

$$(ii) \quad \begin{array}{c} < a \in < () r b > \\ \lfloor \quad = \quad \rfloor \end{array}$$

A fase de instanciação é submetida a um filtro de seleção, ou seja, na instanciação do esquema de lexis atua um filtro que seleciona os argumentos de acordo com a estrutura argumental dos predicadores em causa, i.e., a relação entre os três termos que constituem a lexis está sujeita a restrições, quer sintáticas, quer semânticas.

Uma relação predicativa, ou lexis, não é um enunciado. O enunciado resulta da localização da lexis no sistema referencial, ou seja, a lexis tem de ser localizada num espaço enunciativo munido de um sistema de coordenadas enunciativas. Tal

localização pode ser representada pela operação $\langle \lambda \in \text{Sit} \rangle$, sendo Sit o sistema de coordenadas enunciativas que serve de localizador à lexis. Assim, a estrutura linguística que, na origem, é abstrata, é afetada de valores referenciais (tempo, aspeto, modalidade, determinação) que lhe atribuem significação, legitimam a interpretação, passando então a ser um enunciado.

O enunciado é, então, construído por ocorrências das noções lexicais munidas de determinação. A determinação resulta da construção de valores das noções gramaticais, isto é, incidem sobre as noções lexicais que ocupam os lugares de argumento no esquema de lexis operações de qualificação e quantificação, como explicitado por Correia (1993: 101):

«Considera-se a determinação como um conjunto de operações abstractas que incidem sobre as noções gramaticais ou predicativas, construindo o domínio nocional, isto é, construindo uma classe de ocorrências que as torna quantificáveis, e um espaço topológico, que permite verificar o que pertence ao domínio, o que lhe é estranho, e o que se mantém na fronteira desse domínio. A construção deste espaço topológico determina a noção qualitativamente.»

De acordo com este modelo, uma das operações que incide sobre a noção é a construção de um domínio nocional, ou domínio das ocorrências de uma noção¹⁶¹. Definir um domínio nocional é perspetivar uma classe de ocorrências de uma noção, tornando-a quantificável e, do ponto de vista qualitativo, construir um espaço topológico que permite distinguir o que pertence ao domínio, ou seja, o seu Interior (p), o que tem, por excelência, as propriedades da noção, ou seja, o centro atrator, o que não tem verdadeiramente as propriedades da noção, isto é, a fronteira e, por fim, o que é diferente ou o Exterior (p'). O espaço topológico derivado da noção, ou domínio nocional, é representado por (p, p'). Designa-se por p uma ocorrência de P identificada com o valor centrado; designa-se por p' uma ocorrência de P identificada

¹⁶¹ Sobre a estruturação do domínio nocional ver, entre outros, Culioli (1990:29, 1990:50-61, 1990: 102, 1991:7-11; 1997:16ss); Bouscaren & Chuquet (1987: 145-147); Campos (1998: 39-51); Correia (2006).

com 'não-p' ou ' \neq de p' (cf. Culioli 1990: 102), sendo p' construído, em cada enunciação, como complementar linguístico de p.

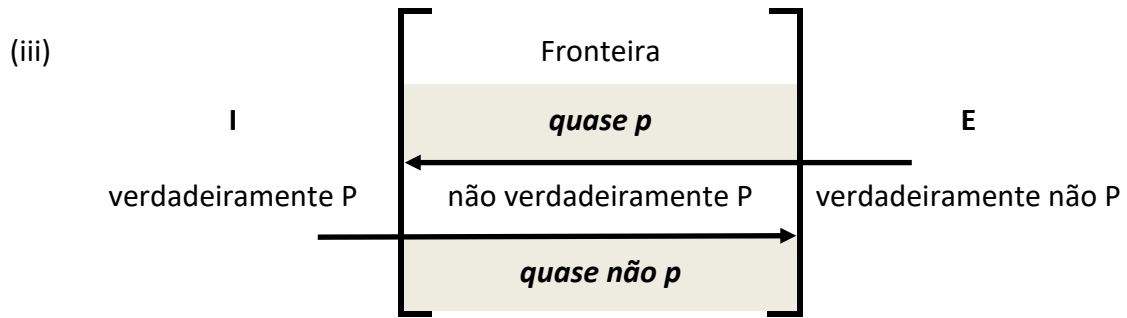
Sintetizando, o domínio nocional tem, segundo Culioli ([1982] 1999b: 54-55), as seguintes propriedades:

(a) qualquer domínio é munido de uma classe de ocorrências que torna a noção quantificável: / () ser X/ (por exemplo, / () ser livro /);

(b) de um ponto de vista qualitativo, qualquer domínio é composto por um Interior, com um centro organizador ou centro atrator, uma fronteira e um Exterior.

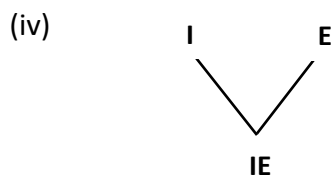
O Interior compreende as ocorrências que são, ao mesmo tempo, individualizáveis e identificáveis umas com as outras, uma vez que todas possuem uma mesma propriedade. O centro organizador ou atrator resulta de operações de auto-identificação ou ocorrências-tipo (por exemplo, *um livro é um livro; um livro é sempre um livro; um verdadeiro livro*). O Exterior define o vazio, a ausência, o impossível ou a alteridade (marcado, por exemplo, por enunciados como: *isto é outra coisa; isso não é um livro (é uma revista); não tem nada a ver*). A fronteira compreende valores que não pertencem, nem ao Interior, nem ao Exterior. No entanto, conforme a ação dos enunciadores, a fronteira poderá ser associada, quer ao Interior, quer ao Exterior. A fronteira permite entrar na classe dos valores não nulos e permite também sair dela. O que está em causa é a construção do complementar linguístico.

O esquema que se apresenta seguidamente, adaptado de, entre outros, Culioli (1997) e Moreira (2005), mostra estas zonas topológicas do domínio nocional, bem como os dois sentidos da orientação que pode estar subjacente à sua construção ($E \rightarrow I$ / $I \rightarrow E$):



O domínio de validação da noção compreende, assim, a zona do validado, constituída pelas ocorrências positivas da noção (zona I) e a zona do não validado, constituída pelas ocorrências negativas da noção (zona E). As zonas I e E são complementares e contêm todas as ocorrências possíveis de uma noção.

As ocorrências de uma noção, ou são situadas pelo enunciador numa das duas zonas, ou são construídas como validáveis, situando-se aquém de I ou E, numa zona IE (Interior/Exterior). Segundo Culioli (1999b: 358), a zona do validável é uma zona «décrochée par rapport aux zones validé/non validé, qui est en dehors de ces deux zones, mais compatible avec elles (elle fournit le validable, c'est-à-dire les possibles)», podendo ser representada por uma bifurcação que dá acesso a I ou a E (cf. Culioli 1990d: 98-99):



A construção de um domínio nocional constitui-se como domínio de validação de uma dada relação predicativa e é através de operações de determinação que é construída, em cada enunciação, a configuração específica do domínio.

4.2. Operação de quantificação - qualificação

Como foi referido acima, é através da enunciação que uma noção vai ser lexicalizada e categorizada. Na fase de lexicalização, processa-se a escolha entre os lexemas da classe associada à noção; na fase de instanciação, as noções lexicalizadas instanciam cada um dos três lugares do esquema de lexis.

Assim, a noção não corresponde diretamente a um item lexical, mas à primeira etapa de uma representação metalinguística, que Culioli (1991) representa por Qlt¹⁶². A noção ganha materialidade em cada ocorrência, através de uma operação que Culioli designa, a nível metalinguístico, de Qnt.

Segundo Culioli (1991: 8), a um nível infralinguístico, a noção apresenta-se como inseável, isto é, «comme non fragmentée, prise en bloc (caractéristique du travail en intension)» e como não saturada «renvoyant ainsi à un schéma prédicatif en attente d’une instantiation qui entraînera nécessairement la construction d’une occurrence-de-P». Ou seja, as noções são não-seáveis, porque não são suscetíveis de um corte ou delimitação nocional. Apenas se manifestam através de uma ancoragem espaço-temporal. Esta ancoragem só é possível pela mediação de uma relação predicativa que a associa a um suporte externo. É este suporte que funda a ancoragem espaço-temporal da noção.

A instanciação de uma noção processa-se com a construção de ocorrências: Qnt corresponde à construção de uma ocorrência (e, por extensão, de uma classe de ocorrências abstratas). «[U]ne occurrence est un événement énonciatif qui délimite une portion d’espace/temps spécifiée par la propriété P. Inversement, la propriété P est insérée dans un texte grâce à un jeu de déterminations qui lui donne un statut d’occurrence» (Culioli 1991: 8-9).

Assim, as propriedades de cada item lexical são definidas em cada enunciação a partir de operações fundamentais de qualificação e quantificação [Qlt,Qnt] que permitem passar da noção às ocorrências da noção. Numa primeira etapa, uma noção

¹⁶² Assume-se, ao longo deste trabalho, a notação proposta por Culioli para Quantificação (Qnt) e para Qualificação (Qlt).

abstrata é qualificada [Qlt], não sendo possível diferenciar ocorrências particulares. Numa segunda etapa, a noção é quantificável, sem que se processe ainda uma quantificação estrita [Qlt,Qnt]. Numa terceira etapa, é possível construir ocorrências quantitativamente distintas [Qnt].

Em termos gerais, entende-se a determinação como uma operação complexa em que à Qualificação [Qlt] se associa uma operação de Quantificação [Qnt], construindo-se um operador complexo [Qlt,Qnt]. Este operador determina qualitativa e quantitativamente as diferentes noções, a partir de configurações presentes num domínio nocional.

Com base nestes princípios, Bouscaren, Deschamps & Mazodier (1993: 17) estabelecem uma correspondência entre as operações de quantificação/qualificação e as tipologias de processos baseadas nos conceitos de fronteira e telicidade, postulando que os processos sem fronteiras «n'ont subi qu'une première opération de qualification qui fait qu'il n'y a pas d'occurrences quantitativement distinguables» e que, no caso dos processos cujas fronteiras de abertura e fechamento são separadas, a quantificação se torna possível, podendo ser construídas ocorrências singularizadas. Nestes casos, segundo os autores, a escolha de Qlt ou Qnt corresponde à presença ou ausência da fronteira direita de fechamento do processo. No caso dos processos em que as fronteiras de abertura e de fechamento se sobrepõem, é Qnt que é ativada e que permite construir ocorrências particularizadas. Assim, Qnt corresponde a um modo de apreensão de Qlt através da classe de ocorrências de P. Estes princípios permitem fundar a análise dos fenómenos aspetuais, não nas propriedades intrínsecas dos predicadores, mas nos seus funcionamentos¹⁶³.

No conjunto de operações que se encadeiam na construção de um enunciado, a noção é o primeiro termo localizado. No entanto, pode constituir também, a um nível diferente, o termo localizador numa relação de localização. Neste caso, pode constituir-se como centro organizador, quando há construção de ocorrências discretas e indiscerníveis numa relação estrita com a noção, correspondendo ao tipo, ou pode constituir-se como centro atrator, correspondendo ao grau de excelência, ou alto

¹⁶³ Para a caracterização semântica das perífrases verbais fundada nas propriedades Discreto-Denso-Compacto (DDC), ver ponto 3.6., Parte III.

grau¹⁶⁴, na construção de uma continuidade de valores qualitativos das ocorrências (cf., entre outros, Culioli 1991: 7-11 e Campos 1999: 12-13). O tipo corresponde a uma ocorrência representativa, enquanto o atrator remete para uma representação abstrata e absoluta, que conduz a uma singularização.

Neste sentido, de acordo com Campos (1999: 17), entre outros, «a um nível pré-enunciativo, pode atribuir-se a uma unidade lexical uma primeira classificação, de acordo com propriedades que definem a noção que lhe é subjacente. Pela enunciação, por acção de operações predicativas e enunciativas, dá-se a passagem da noção, estritamente qualitativa, à ocorrência linguística, da ordem do qualitativo-quantitativo.»

Assim, são construídas, quer a nível predicativo (no interior da relação predicativa), quer a nível enunciativo (na construção dos valores referenciais), determinações gramaticais que selecionam algumas das propriedades que definem a noção, favorecendo o apagamento de outras. Dessas determinações resultam diferentes categorizações semânticas das ocorrências linguísticas de uma mesma noção inicial.

Ao dizer-se que, a um nível pré-enunciativo, se pode considerar que há propriedades que definem a noção e que essas propriedades permitem atribuir a uma unidade lexical uma primeira classificação, deve salientar-se, como refere Franckel (2002), que «la valeur brute de l'unité est toujours une valeur abstraite, une épure, pas une désignation, un potentiel et non un contenu». O valor das unidades constrói-se na enunciação e pela enunciação: «[I]e sens des unités se construit dans et par l'énoncé, en même temps qu'elles déterminent le sens de ces énoncés. Il n'y a pas de sens propre et de sens dérivé par métaphore» (Franckel 2002: 9-10).

Neste sentido, a análise funda-se, segundo Franckel (2002) no princípio construtivista, considerando-se que o sentido das unidades do léxico não é dado *a priori* ou pré-estabelecido, mas constrói-se nos enunciados: «l'identité d'une unité se définit non par quelque sens de base, mais par *le rôle spécifique qu'elle joue* dans les interactions constitutives du sens des énoncés dans lesquels elle est mise en jeu. Ce rôle

¹⁶⁴ «L'attracteur ne correspond pas à un maximum ou un supremum, ce n'est pas un dernier point: il y a toujours un point au delà de celui que l'on construit.» (Culioli 1991: 10)

est appréhendable non pas comme un sens propre de l'unité, mais à travers la variation du résultat de ces interactions.» (Franckel 2002: 9)

Nestes princípios da TFE assenta a diferença fundamental em relação a uma abordagem que funda a descrição dos valores aspetuais do enunciado no princípio da composicionalidade: «[l]'idée centrale dont nous partirons est que le modèle compositionnel de constitution de la valeur d'un énoncé est largement insuffisant pour rendre compte des interactions entre unités d'une part, des variations auxquelles ces unités sont soumises d'autre part.» (Franckel 2002: 8).

4.3. Topologia Discreto, Denso e Compacto na caracterização de ocorrências

As particularidades da enunciação só podem ser descritas com base numa caracterização semântica dos mecanismos em jogo em cada enunciado, caracterização essa que articula os diversos parâmetros que determinam a construção dos valores referenciais.

Segundo Culioli (1983), entre outros, há três modos de construção de uma noção. A tripartição Discreto, Denso e Compacto (DDC), aplicada ao domínio nominal, permite descrever, não apenas as subclasses do Nome, como se faz com a distinção massivo/contável, mas os funcionamentos de um mesmo nome¹⁶⁵.

Como defende Correia (1993: 105-107), um nome discreto é formatado intrinsecamente, permitindo uma enumeração que lhe é própria, sem ter de recorrer a qualquer discretizador. Os nomes densos «estão sujeitos a uma formatação extrínseca (temporal e espacialmente pertinente)». Os nomes compactos «não se deixam formatar intrínseca ou extrinsecamente, definindo-se, topologicamente, como uma zona fechada, em que tudo o que lhe é exterior é a sua negação».

O recurso à topologia DDC visa demonstrar que a determinação qualitativa e quantitativa determina os diferentes valores a que uma dada configuração está sujeita. Esta análise, alargada ao domínio verbal, propõe uma classificação que incide sobre o

¹⁶⁵ Para o português, sobre topologia DDC e determinação nominal, veja-se, em particular, Correia (2002).

funcionamento das unidades em interação e não sobre as unidades isoladamente e é determinada pelos valores referenciais das ocorrências. Com a análise proposta pretende-se acentuar a importância da determinação dos argumentos da relação predicativa na definição de uma tipologia de predicadores. Mais do que uma tipologia de verbos, poder-se-ia falar de uma tipologia de sintagmas verbais ou de uma tipologia de relações predicativas.

De acordo com, entre outros, Franckel, Paillard & de Vogüé ([1987] 1988); de Vogüé (1989) e Paillard (2000), a topologia DDC, aplicada ao domínio verbal, permite dar conta da deformabilidade de uma expressão predicativa, a partir da sua Forma Esquemática. Por outras palavras, a deformabilidade dos predicados, do ponto de vista da sua construção de um modo qualitativo e quantitativo, pode determinar os diferentes valores a que uma dada configuração está sujeita.

A extensão desta topologia ao domínio verbal permite ter em conta, de um modo operativo, diferenças tradicionalmente descritas em termos de tipos de processos (entre outros, Vendler e Moens & Steedman), evidenciando que um mesmo predicador é compatível com três modos de construção diferentes, como podemos ver pelos seguintes exemplos:

(67) Comi uma maçã.

(68) Todos os dias como maçã.

(69) Comi maçãs.

Em (67), o predicador <comer> manifesta um funcionamento discreto. Segundo Culioli (1991: 11), neste tipo de ocorrência Qnt é preponderante e o tipo é privilegiado em relação ao atrator : «Il s'agit d'un mode de construction d'une occurrence tel que la délimitation d'une portion d'espace-temps soit privilégiée. La stabilité de l'occurrence se fonde sur la relation au type. Exhiber un représentant d'une propriété relève d'un fonctionnement de type discret (...)»

No exemplo (68), o mesmo predicador manifesta um funcionamento compacto. Neste caso, «le type ne joue pas de rôle prépondérant, c'est la construction d'un gradient qui est fondamentale. On a affaire à de l'homogène. La stabilité provient de l'attracteur. La seule singularisation possible est d'ordre qualitatif (...)» (Culioli 1991: 11).

Já em (69), o predicador manifesta um funcionamento denso. O denso corresponde a um misto instável e intermédio, em que não há preponderância nem de Qnt, nem de Qlt, não havendo, por isso, forma tipo que estabilize a ocorrência. Neste caso, como defende Culioli (1991: 12), Qnt «correspond à des formes de prélèvement. L'opération de prélèvement s'effectue par une quantité non définissable indépendamment de cette opération (...)».

Neste sentido, e de acordo com Correia & Campos (2004), entre outros, um enunciado tem um funcionamento discreto, quando representa uma situação delimitada/quantificada intrinsecamente, podendo ser singularizada ou pluralizada; tem um funcionamento denso, quando representa uma situação homogênea, cuja delimitação é construída extrinsecamente, e tem um funcionamento compacto, quando não é construída qualquer ocorrência quantitativa da situação, permitindo sobre ela predicar o grau, mas não a existência.

Ao analisar três exemplos construídos a partir de exemplos de Paillard (2000: 106), verifica-se que os mesmos concorrem para a descrição de três funcionamentos diferentes do predicador *reparar*, o que se explicita através das glosas apresentadas entre parêntesis:

(70) O Paulo reparou o carro. (o carro está reparado)

(71) O Paulo reparou carros. (foram reparados carros)

(72) O Paulo repara carros. (o Paulo é quem repara carros / o Paulo é mecânico)

No exemplo (70) é construída uma situação cuja descontinuidade corresponde ao atingir do seu termo, marcado intrinsecamente. C₁ especifica o processo (o Paulo

reparou um carro e não uma máquina de lavar roupa, por exemplo), quantifica-o (o Paulo reparou um carro e não dois ou três, por exemplo) e delimita-o (se o Paulo reparou o carro, então o carro está reparado). Neste sentido, o enunciado corresponde à construção de uma ocorrência com as propriedades do discreto, uma vez que a quantificação é intrínseca.

Em (71), a homogeneidade da situação corresponde à construção de uma ocorrência com as propriedades do funcionamento denso, uma vez que a descontinuidade é determinada temporalmente e, portanto, é determinada extrinsecamente, através de uma formatação/delimitação temporal.

A natureza qualitativa da situação construída no exemplo (72) corresponde a um funcionamento compacto. Há construção de uma ocorrência de *o Paulo* (C_0) sobre o qual é predicada a propriedade *reparar carros*, sem que esta propriedade seja quantificada intrínseca ou extrinsecamente.

Esta caracterização parece ser mais estabilizadora, permitindo descrever uma maior diversidade de casos. Assim, mostra-se, seguidamente, como a topologia DDC é importante para a formatação das ocorrências das perífrases verbais, permitindo explicar as compatibilidades e determinadas restrições no emprego destas construções, como se pode verificar pelos exemplos seguintes:

(73) O Paulo acabou de_1 reparar o carro.

(74) * O Paulo acabou de_1 reparar carros.

(74') O Paulo acabou de_2 reparar carros.

(75) * O Paulo acabou de_1 ser quem repara carros.

(75') * O Paulo acabou de_2 ser quem repara carros.

Em (73) a natureza discreta da predicação é compatível com as propriedades da perífrase *acabar de_1* , que marca intrinsecamente uma delimitação. Em (74), a natureza densa da situação é gerada por uma determinação temporal extrínseca. A homogeneidade da situação, marcada pelo argumento interno plural (*reparar carros*),

torna incompatível a coocorrência com a perífrase *acabar de*₁. No entanto, a formatação/delimitação temporal, que gera uma descontinuidade extrínseca, é marcada pela perífrase *acabar de*₂, em (74'), que é o localizador temporal do acontecimento linguístico. Nos exemplos (75) e (75'), a natureza qualitativa da situação corresponde à construção de uma ocorrência com as propriedades do funcionamento compacto. Não havendo formatação intrínseca ou extrínseca, não é possível a coocorrência com um marcador que gera uma delimitação da situação, quer essa delimitação seja de ordem aspetual ou temporal.

Ao assumir-se que a distinção topológica DDC corresponde a três modos distintos de instanciação de uma noção e que um mesmo predador é compatível com modos de construção diferentes, mostra-se, como defende Pereira (2009: 119), que «(i) a contribuição de uma dada expressão para o valor aspetual de um enunciado não é estável; (ii) a relação entre os diferentes factores em presença não se deixa explicar pelo recurso a um mecanismo de recategorização, exigindo um cálculo dinâmico de interdependências».

Assim, a relação que se define entre determinação nominal e determinação verbal, permite formatar os enunciados de acordo com as suas propriedades topológicas, não resultando os valores referenciais da composição das formas, mas da determinação do predador, da determinação de C_0 e, quando ocorre, de C_1 e da interrelação com adverbiais (*durante* QN de T/*em* QN de T).

Em relação à determinação verbal, o que se propõe não é, então, uma nova classificação dos predadores, de alguma forma correspondente às tipologias verbais como as de Vendler (1967) e de Moens & Steedman (1988), entre outros, mas a descrição dos funcionamentos dos predadores, em função da sua variação, que se manifesta, por seu lado, através de tipos de cotextos diferentes. Ainda que se possam estabelecer paralelos entre essas tipologias verbais e a tricotomia discreto, denso, compacto, deve sublinhar-se que esta topologia distingue, não os predadores, mas os seus modos de funcionamento, como explicitado por De Vogüé (2004: 158-159):

«Le “compact” est strictement qualitatif et réfractaire à toute problématique de l’actualisation: il correspond donc au cas des états de Vendler, et se caractérisera par le fait qu’il correspond à des énoncés dans lesquels la glose explicitative en *être en train de* est exclue. Le “dense” est strictement quantitatif au sens où il correspond au contraire à une actualisation, dont nul être ne vient donner le format prédéfini: il s’agit donc de ce que Vendler appelle une activité, et elle se caractérise par son absence de finalité interne, ce qui correspond au fait que l’énoncé acceptera difficilement un circonstanciel de temps évaluant le temps pour finaliser le procès (**en trois minutes* est donc exclu). Le “discret” articule quantité et qualité, et correspond aux accomplissements à la Vendler, la mise en coïncidence entre quantité et qualité figurant la finalité du processus mis en œuvre: il sera alors possible d’utiliser un circonstanciel de temps pour évaluer non pas la durée du procès mais le retard nécessaire pour finaliser ce procès (*en trois minutes* devient possible).»

De acordo com esta autora, o que importa perceber é, então, de que forma, a partir do esquema de lexis, se pode dar conta do facto de um predicador poder integrar a construção de um conceito, de um processo, de um evento, ou de um estado transitório.

Se o predicador está associado a uma referência quantitativa, trata-se de predicar a existência de um estado de coisas. A relação com o sujeito é extremamente ténue, sendo este apenas o suporte desse estado de coisas, que pode desde logo não o caracterizar senão muito parcialmente. Se o predicador está associado a uma referência qualitativa, trata-se de atribuir uma propriedade ao referente do sujeito. Se o predicador está associado a uma referência qualitativa e quantitativa, trata-se de predicar a existência de um evento. (cf. De Vogüé 2004: 161)

Assim, estas diferenças, essencialmente aspetuais, devem ser perspectivadas em relação à oposição entre os três modos de referência distinguidos: referência quantitativa, qualitativa, ou articulação entre quantidade e qualidade.

4.4. Forma Esquemática: invariância e deformabilidade

Tendo em conta as questões abordadas anteriormente, a análise das perífrases verbais deve centrar-se na relação entre a estabilidade e a deformabilidade das diferentes formas linguísticas que ocorrem em contextos diversos, o que pressupõe, de acordo com, entre outros, Correia & Coutinho (2006: 250) «defender e discutir que para chegar a uma estabilidade da ocorrência de uma forma se deve aceitar a existência metateórica de uma Forma Esquemática».

Neste sentido, o que se afigura importante, para que se possam descrever os vários valores marcados pelas formas e construções é a definição de um polo de invariância¹⁶⁶, que não se funda na determinação de um valor de referência definido como primeiro ou prototípico, ao qual os outros valores estão associados, mas na definição da Forma Esquemática de uma dada forma ou construção : [l]a notion même de forme schématique signifie que l'identité du mot est indissociable de sa relation au cotexte : en tant que schéma elle informe le cotexte, en tant que forme elle reçoit sa substance des éléments du cotexte qu'elle convoque. De ce point de vue, une forme schématique est assimilable à un scénario abstrait.» (Paillard 2000: 101).

Neste sentido e como refere De Vogüé (2004: 142), a Forma Esquemática tem por base um sistema circular: «[o]n a par consequente affaire à un schéma dans lequel les deux pôles mis en place sont totalement noués l'un à l'autre, dans une interrelation qui est circulaire: x se définit par y qui se définit par x.»

A Forma Esquemática é, pois, um dispositivo abstrato que tem o papel de regulação que ela permite articular em diversos planos. Assim, nesta perspetiva, a Forma Esquemática de um item lexical é definida de maneira complexa, uma vez que pode ser perspectivada como um esquema organizacional que estabelece a relação imposta por um item lexical aos outros itens lexicais suscetíveis de entrar em relação com ele, isto é, ao seu cotexto e, por outro lado, como uma entidade deformável, na medida em que entra em relação com outros itens lexicais que têm, por sua vez, a sua própria Forma Esquemática.

¹⁶⁶ Ver, entre outros, Culioli ([1986] 1990; [1987] 1990); Franckel & Paillard (1998), Paillard (2000).

O ponto de partida é, então, determinar os diferentes itens que um determinado item lexical pode convocar e mostrar como é que esse item configura os restantes. Estabelece-se, assim, a Forma Esquemática desse item, que é suposto representar o que constitui a sua identidade singular. A Forma Esquemática é, globalmente, indiferente à sintaxe. Ela é funcionalmente relacional, definindo-se como uma esquematização do que pode constituir o cotexto desse item (cf. De Vogüé 2004: 136). Para se definir a Forma Esquemática de um item lexical é preciso ter em conta, então, dois princípios fundamentais: o princípio da invariância e o princípio da deformabilidade.

Portanto, sobrepõem-se dois planos, o da estabilidade e o da deformabilidade, sendo que a deformabilidade depreende o plano de variação interna das unidades lexicais, ou configuração (a Forma Esquemática pressupõe a invariância e um espaço de variação munido de propriedades topológicas) e o plano de variação externa ou instanciação (que decorre da relação com as outras entidades que o contexto convoca) (cf. Paillard 2000: 106). Como defende Culioli ([1986] 1990: 129-130), estabilidade não deve ser confundida com imutabilidade:

«on a affaire à des phénomènes qui sont à la fois stables et plastiques. [...] La déformation est une transformation qui modifie une configuration, de sorte que certaines propriétés restent invariantes sous transformation, tandis que d'autres vont varier. [...] Pour qu'il y ait déformabilité, il faut que l'on ait affaire à une forme schématique (telle qu'il puisse y avoir à la fois modification et invariance), que l'on ait des facteurs de déformation et que l'on ait une marge de jeu, un espace d'ajustement muni de propriétés topologiques».

Ao analisar os itens lexicais do francês *filer* e *fil*, De Vogüé (2004) mostra que, quando se considera o plano das construções sintáticas de um item, verifica-se que elas são variadas. Por esse motivo, é difícil identificar um item pelo seu tipo de distribuição, pois é frequente que um mesmo item entre em diversas distribuições sintáticas. Face a essa diversidade de distribuições de um item, considera esta autora

que é inaceitável propor como solução a hipótese da homonímia, pois, entre os diversos valores construídos, observa-se alguma proximidade semântica, o que leva a admitir que deve haver num item algo que é independente das construções particulares em que ele se inscreve (cf. De Vogüé 2004: 139).

Assim, deve separar-se o que funda a identidade singular de um item e o reportório das suas construções sintáticas. Mas, ao mesmo tempo, esse reportório participa da caracterização desse item. Pode mesmo considerar-se que cada item lexical impõe restrições sobre o tipo de construções que ele admite, sendo essas restrições parte integrante do que constitui a sua identidade. Neste sentido, como refere De Vogüé (2004: 140), «Il faut dès lors admettre que ces constructions sont à la fois internes et externes au lexème: eles sont ce qui dans la caractérisation de ce lexème l'apparente à d'autres lexèmes; eles sont ce par quoi le lexème se trouve inscrit dans diverses classes de lexèmes, par delà ce qui fait sa singularité».

Por consequência, deve fazer-se uma representação de um item, na qual intervenham as construções possíveis em que ele se pode inscrever. Essas construções não definem a identidade do item, mas participam na sua caracterização. Devem, então, distinguir-se, no mínimo, dois níveis na identificação de um item: um nível que o identifica na sua singularidade e um nível que o inclui em diferentes subcategorias e fornece a lista das diferentes estruturas de complementação que ele admite.

Relativamente aos predicadores, por exemplo, Paillard (2000: 104-105) mostra que, sendo abstrata, a Forma Esquemática associada a um predicador não corresponde a nenhum valor em particular, mas deve permitir descrever o conjunto de valores e ocorrências desse predicador que ela caracteriza. A Forma Esquemática deve ser compatível com diferentes modos de construção, em termos qualitativos e quantitativos, que se traduzem em funcionamentos discretos, densos ou compactos. Estes três modos de construção podem ser definidos com base na distinção entre configuração (ativada pela Forma Esquemática) e instanciação (ativada pela relação da Forma Esquemática com o cotexto que ela convoca).

Assim, a diferença dos funcionamentos Discreto, Denso e Compacto remete para uma combinatória entre configuração [Qlt] ou [Qnt] e instanciação [Qlt] ou [Qnt]. Segundo Paillard (2001: 107), o funcionamento discreto corresponde à configuração

[Qnt] e instanciação [Qnt]; o funcionamento denso corresponde à configuração [Qlt] e instanciação [Qnt] e o funcionamento compacto corresponde à configuração [Qlt] e instanciação [Qlt]. Com o funcionamento compacto, o cenário¹⁶⁷ não formata as entidades e as entidades não são senão o suporte do cenário. Enquanto entidades com as suas propriedades semânticas próprias, mantêm uma relação de exterioridade em relação ao cenário. Assim, falar de ‘suporte’ significa que não há, propriamente dita, instanciação do cenário pelas entidades. Com o funcionamento discreto o cenário formata as entidades e as entidades, com as suas propriedades individuais, estão em conformidade com essa formatação. Com o funcionamento denso o cenário não formata as entidades; mas é instanciado pelas propriedades individuais das entidades.

As variações são a fonte de verdadeiras deformações da configuração de base, que afetam as condições de emprego dos itens implicados (cf. De Vogüé 2004: 155). Assim, tendo em conta estes princípios, a análise e descrição das perífrases deve estabelecer o seu polo de invariância, tentando definir, a partir da respetiva Forma Esquemática, os seus planos de variação, ou, por outras palavras, tentando dar conta da deformabilidade das formas e construções a partir da sua Forma Esquemática. Esta deformabilidade é definida com base numa dupla distinção: distinção entre a configuração ativada pela Forma Esquemática e a sua instanciação na relação com as entidades que ela convoca. No caso dos predicadores, essas entidades são, em primeira instância, os seus argumentos, que têm, assim, um duplo estatuto: por um lado, têm as propriedades que lhes são conferidas pela sua inscrição na configuração; por outro, reenviam para um conjunto de propriedades singulares que fundam a sua identidade. Neste sentido, estabelece-se a distinção entre o estatuto Qlt e Qnt da configuração, por um lado, e da instanciação, por outro.

¹⁶⁷ Paillard (2001) propõe, para a análise dos verbos polissémicos franceses *prendre, passer, suivre e tirer*, um cenário verbal abstrato, concebido como «un pôle d’invariance définissant l’identité sémantique du mot. À cet invariant s’appliquent des principes réguliers qui définissent deux plans de variation. Le premier définit trois modes de construction du scénario en fonction du degré d’intégration des termes qu’il convoque. Le second distingue trois modes de contextualisation du scénario, selon qu’il y a ou non fraying de ce scénario par des éléments du cotexte immédiat. Enfin, la syntaxe (les constructions syntaxiques du verbe) constitue un plan de variation autonome par rapport aux autres plans de variation, tout en étant étroitement articulé avec eux.» (Paillard 2001: 99).

5. As perífrases verbais e a estruturação do domínio nocional

Além de outros fatores importantes para a construção dos valores referenciais, como a determinação dos argumentos, como se demonstrou ao longo desta parte da tese, no caso particular das perífrases verbais, três questões se afiguram fundamentais para a caracterização destas construções. Essas questões prendem-se, por um lado, com as propriedades dos verbos auxiliares que possibilitam a formação das perífrases, por outro, com as propriedades dos predicadores e a função do infinitivo e, por último, com o estatuto das preposições que interagem com estes verbos.

5.1. As propriedades dos verbos auxiliares e a estruturação do espaço topológico das ocorrências de uma noção

Com o recurso aos conceitos de domínio nocional, tipo (ocorrência-tipo), centro organizador, gradiente e centro atrator, parece ser possível avançar a hipótese de que os verbos auxiliares das perífrases se definem por propriedades que os relacionam diretamente com a estruturação do espaço topológico das ocorrências de uma noção, ou seja, parece haver argumentos que permitem afirmar que as perífrases podem ajudar a localizar as situações do ponto de vista topológico.

O domínio nocional, como foi referido anteriormente, é o domínio das ocorrências de uma noção e estrutura a classe de ocorrências dessa noção. O domínio apresenta-se como um aberto e está organizado com um centro atrator: «[l]’attracteur fait donc que, quoiqu’on fasse, on a une opération qui ramène à l’intérieur par le fait que toute occurrence va lui être identifiée. Les procédés marquant cette opération vont être très variables mais tous sont liés à l’attraction au centre par identification (...)» (Culioli [1986] 1990: 60).

As ocorrências de uma noção resultam, deste modo, de dois tipos de delimitação que operam, de forma variável, sobre a noção: a delimitação quantitativa (Qnt) e a delimitação qualitativa (Qlt).

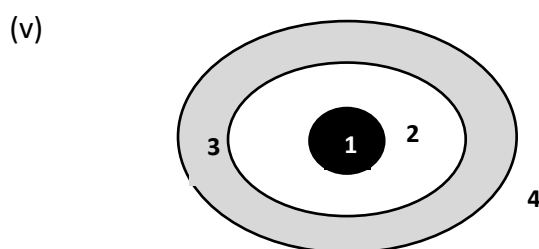
Neste sentido, Culioli (1991) defende que Qnt tem afinidades com o tipo, enquanto Qlt tem afinidades com o atrator e que a construção de ocorrências põe em jogo ponderações variáveis sobre Qlt e Qnt, daí resultando os três modos diferentes de funcionamento (DDC), como podemos ver pelos exemplos (76), (77) e (78):

(76) A Rita começou a comer uma maçã. (discreto)

(77) A Rita começou a comer maçãs. (denso)

(78) A Rita começou a comer maçã. (compacto)

Recorrendo à formulação de diferentes autores (Culioli (1981; [1986] 1990); De Vogüé (1989); Campos (1989); Correia (2002; 2006); Moreira (2005), entre outros), apresenta-se a figura abaixo, como representação esquemática do domínio nocional:



Nesta imagem, 1 representa o centro atrator (CA); 2 representa o interior do domínio (I); 3 representa a fronteira (F) e 4 representa o exterior (E).

Os valores da noção que se estabelecem entre I e E têm uma relação de complementaridade. Assim, para uma dada noção /p/, 1 marca o que é verdadeiramente /p/; 2 é a zona do gradiente de /p/; 3 marca o que já não é /p/ e ainda não é verdadeiramente /não-p/ e 4 marca o que já não é /p/. Há ainda que referir, relativamente à fronteira do domínio nocional, representada por 3, que se

trata de um espaço topológico que pode corresponder a um espaço vazio ou a um espaço com espessura¹⁶⁸.

A operação de localização abstrata estrutura a classe de ocorrências nas diferentes zonas de um domínio nocional ou domínio de validação de uma ocorrência da noção.

O interior do domínio é a zona de identificação e compreende, não apenas CA, mas também um centro organizador (CO), que corresponde ao valor tipo e contém todas as ocorrências que se identificam com as propriedades que definem a noção /p/.

O exterior do domínio contém as ocorrências que, por inexistência (não-p) ou alteridade (\neq de p), não se identificam com as propriedades constitutivas da noção /p/.

As ocorrências que apresentam, simultaneamente, propriedades que definem a noção e alteração das propriedades que definem a noção, o que as define como 'não totalmente /p/', mas que também não são totalmente E (não-p ou \neq de p), inscrevem-se na zona da fronteira.

A construção do domínio nocional pode resultar de duas orientações distintas: de CA para E ($I \rightarrow E$), situando-se as ocorrências num gradiente que se afasta progressivamente de CA, ou de E para I ($E \rightarrow I$). No primeiro caso, a fronteira e o exterior representam o complementar de I; no segundo caso é I o complementar de E mais F.

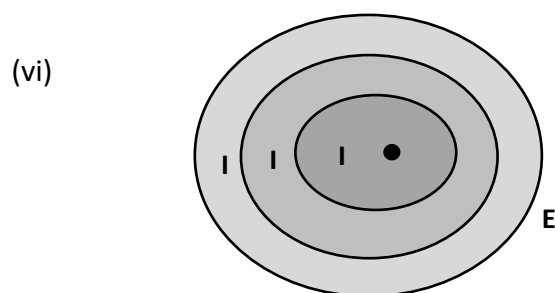
Por outras palavras, considera-se que o interior do domínio compreende um centro e que, numa orientação que parte do centro para o exterior ($I \rightarrow E$), as ocorrências apresentam propriedades que as identificam com as propriedades do centro, ou que as localizam num gradiente em que se vão afastando progressivamente das propriedades que se identificam com o centro. O mesmo se passa quando uma dada construção segue a orientação inversa ($E \rightarrow I$). As ocorrências podem situar-se no exterior do domínio, na zona de fronteira, ou situar-se no interior do domínio, no gradiente, apresentando propriedades que não as identificam com o centro, mas que remetem para o centro.

¹⁶⁸ Ver Culioli ([1986] 1990).

Neste sentido, o gradiente é entendido como o grau de variação dos domínios estruturados, permitindo identificar zonas de diferenciação que se afastam do centro atrator. Qualitativamente, o atrator é o ponto de concentração do domínio da noção, uma vez que, o atrator compreende, por assimilação e identificação, toda e qualquer parte do domínio considerada. Mas, quantitativamente, a classe de ocorrências de uma noção remete para propriedades que podem ser diversas em cada enunciação, o que leva a considerar a noção de gradiente. Como explica Culioli, ([1986] 1990: 61), «[c]e n'est pas une échelle et l'attracteur est nécessaire comme constitutif de l'un des pôles permettant, par les opérations possibles des sujets énonciateurs sur les domaines structurés, d'avoir des zones de différenciation s'éloignant du centre attracteur, donc plus faibles par rapport à ce centre.»

Na mesma linha, e partindo de exemplos como [*Ele não come, devora.*] e [*Ele não come, depenica.*], Correia (2006 : 81) defende que «[a]quilo que é importante sublinhar é que, para haver diferenciação [de ocorrências], é necessário haver, primeiramente, identificação. Assim, a diferenciação pode existir dentro do domínio, construindo, para cada uma das novas ocorrências, zonas concêntricas à volta do centro atrator : 'depenicar', por exemplo, é construído como um determinado grau de /comer/ que se afasta do centro, aproximando-se da saída do domínio, enquanto 'devorar' se situa na zona próxima do centro atrator do domínio nocional de /comer/.»

As ocorrências linguísticas são formatadas, assim, de acordo com as zonas que ocupam dentro de um domínio nocional, topologicamente construído da forma como se apresentou anteriormente e que se representa pelo seguinte diagrama:



Os enunciados que a seguir se apresentam permitem exemplificar como a construção de diferentes ocorrências estrutura diferentes zonas do domínio:

(79) A Paula está a dormir.

(80) A Paula não está a dormir, está só a descansar.

(81) A Paula não está a dormir, está a fingir que dorme.

(82) A Paula não está a dormir, está a dormitar.

(83) A Paula está a adormecer o bebé.

(84) A Paula não está a dormir nem deixa de estar.

No exemplo (79), a ocorrência da noção */dormir/* localiza-se em I. Em (80) e (81) as ocorrências são localizadas em E. Em (82) e (83), são construídas ocorrências cujas propriedades as localizam no gradiente do interior do domínio, sendo que, em (83), as propriedades da noção remetem para CA. Em (84), é construída uma ocorrência que se localiza em F.

Através de operações de determinação é construída, então, em cada enunciação, a configuração específica de um domínio nocional. No caso das perífrases, o domínio descrito tem a ver com o verbo principal, que ocorre no infinitivo.

A análise de enunciados em que ocorrem perífrases verbais põe em evidência que os verbos flexionados destas construções, associados a determinadas preposições, também elas caracterizadas por propriedades topológicas, permitindo associar uma ocorrência a determinada zona do domínio (cf. Costa 2014: 127ss), se relacionam com a delimitação e estruturação das diferentes zonas do espaço topológico das ocorrências da noção, ou seja, concorrem para a estruturação do domínio em zonas.

Por outro lado, a coocorrência destes dois marcadores permite também, por vezes, identificar a orientação que está na base da construção do domínio nocional (do interior para o exterior, do exterior para o interior; do gradiente para o centro atrator).

Recorrendo, agora, a enunciados que integram diferentes perífrases verbais, pretende-se mostrar de que forma estas construções se relacionam com os conceitos anteriormente apresentados. Para simplificar e uma vez que as diferentes perífrases serão objeto de uma análise mais detalhada na terceira parte, a exemplificação restringe-se aqui, apenas, a algumas perífrases, com uma explicação muito sucinta do seu funcionamento, de acordo com esta proposta de análise.

(85) A IGS está a trabalhar em colaboração com o Instituto Português de Sangue, que elaborou o extenso questionário a preencher pelos responsáveis dos serviços de sangue.

[CETEMPúblico – Ext 20810-soc-95a-2]

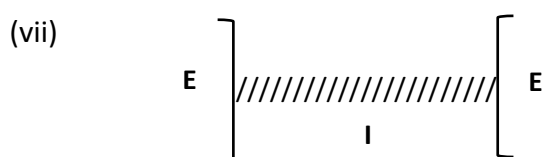
(86) Cozinha comunitária premiada está a funcionar como armazém.

[<http://www.dn.pt/sociedade/interior/cozinha-comunitaria--premiada-esta-a-funcionar-como-armazem-5027416.html>]

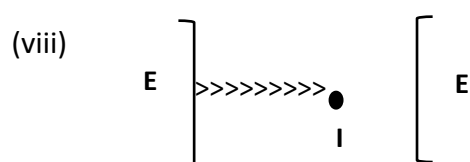
(87) A Finlândia está a aquecer rapidamente, mais rápido do que os cientistas previram e quase ao dobro do que qualquer outro país na Terra. A conclusão é de um novo estudo da University of Eastern Finland e da Finnish Meteorological Society.

[<http://greensavers.sapo.pt/2015/01/12/finlandia-esta-a-aquecer-mais-rapido-que-o-resto-do-mundo/>]

Nos exemplos (85) e (86) a perífrase *estar a Vinf* remete para o centro organizador dos domínios nocionais associados aos predicadores */trabalhar/*, */funcionar/*, situando cada relação predicativa no interior do domínio, conforme se esquematiza no diagrama (vii):



No exemplo (87), a relação predicativa localiza-se também no interior do domínio associado à noção */aquecer/*, mas dadas as propriedades desta noção, a perífrase desencadeia o percurso em direção ao centro atrator. A ocorrência localiza-se num gradiente que se vai aproximando progressivamente das propriedades que se identificam com o centro, numa orientação que visa o centro atrator. Neste caso, *estar a Vinf* reenvia para uma fração espaço-temporal interior ao domínio nocional, que, não coincidindo com o centro atrator, remete para ele, como um alvo a atingir, como se representa no diagrama (viii):



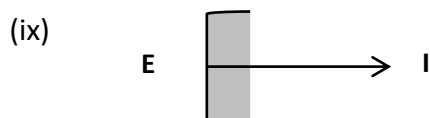
(88) Foi uma surpresa para mim próprio: quando comecei a escrever o argumento, apercebi-me de que aquilo se estava a transformar num filme sobre a escrita.

[CETEMPúblico – Ext 963622-clt-92b-2]

(89) Na última semana, o Tribunal de Vila Real começou a julgar dois casos semelhantes de crimes de ofensas corporais graves.

[CETEMPúblico – ext1149877-soc-95b-3]

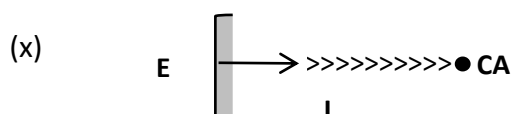
Nos exemplos (88) e (89), a perífrase *começar a Vinf* estrutura e delimita a zona de fronteira de abertura dos domínios nocionais das noções */escrever/*, */julgar/*, localizando as relações predicativas numa zona contígua à zona de passagem para interior do domínio, numa orientação E→I e reenviando também para uma fração espaço-temporal à direita e contígua à fronteira de abertura do domínio de Vinf. Veja-se o diagrama correspondente:



Como se pode verificar pelo exemplo (90), que se apresenta abaixo, representado esquematicamente pelo diagrama (x), esta perífrase pode ainda estruturar o gradiente do domínio associado ao infinitivo, perspectivado em função do centro atrator. Dessa forma, permite localizar a relação predcativa no espaço fronteira de abertura do domínio, mas marcar também a direcionalidade orientada para o centro atrator, ou seja, a perífrase delimita o domínio marcando a fronteira de abertura, estrutura o gradiente que comporta as propriedades do centro organizador, visando atingir o centro atrator.

(90) Um alto funcionário do Ministério do Interior russo disse à Interfax que, à uma da tarde, «a situação começou a ficar muito complicada».

[CETEMPúblico – Ext 151865-pol-96a-1]



Vejam-se, agora, através de dois exemplos com as perífrases *acabar de* Vinf e *parar de* Vinf, de que forma é estruturado o espaço topológico das ocorrências das noções associadas aos predicadores:

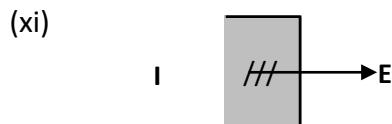
(91) Mas os chefes do Comité de Planificação prometeram que voltariam dia 9 (segunda-feira), para acabar de deitar abaixo as instalações (...).

[CETEMPúblico – Ext 1465002-soc-96b-2]

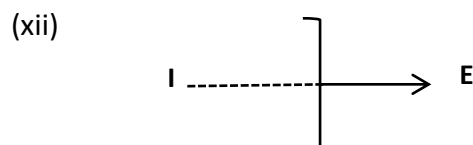
(92) Quando ela parou de rir, também ficou de pé na cama e preparou-se para enfrentá-lo num duelo de espadas imaginárias.

[CETEMPúblico – Ext 155222-clt-98b-5]

No exemplo (91) a perífrase *acabar de* Vinf estrutura e delimita, quer a fronteira de fechamento do domínio, quer uma zona do gradiente junto a essa fronteira, ou seja, *acabar de* Vinf reenvia para a construção-delimitação de uma fração espaço-temporal à esquerda e contígua à fronteira de fechamento do domínio associado ao infinitivo e localiza a relação prediativa nessa zona do gradiente, perspetivando-se a saída do domínio, numa orientação I→E, como se pode ver pela representação que se apresenta em (xi):



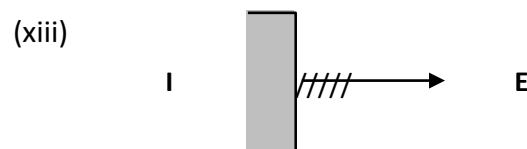
No exemplo (92) a perífrase *parar de* Vinf delimita o domínio da noção */rir/* e estrutura a zona de fronteira de fechamento do domínio como uma fronteira sem dimensão. A perífrase marca a passagem do interior ao exterior do domínio, como representado no diagrama (xii):



Seguidamente, apresenta-se outro exemplo, em que a perífrase *deixar de Vinf* desencadeia a construção do exterior do domínio associado à noção */apostar/*. A perífrase não só delimita o interior do domínio, como marca a passagem do interior ao exterior, numa orientação I→E. Neste caso, a relação predicativa localiza-se já fora da fronteira do domínio, numa zona que representa o complementar de I, conforme se pode verificar pelo diagrama (xiii).

(93) Os principais clubes deixaram de apostar nos treinadores portugueses.

[CETEMPúblico – Ext 525478-des-92b-1]



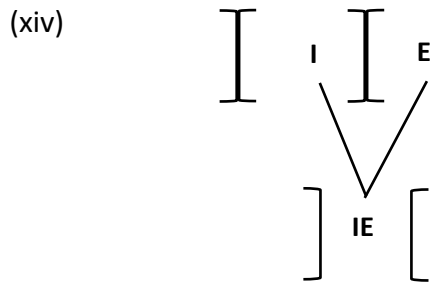
As perífrases verbais concorrem, assim, para estruturar domínio de validação da noção (domínio nocional) e situar as ocorrências de uma dada noção, ou na zona do validado, constituída pelas ocorrências positivas da noção, ou na zona do não validado, constituída pelas ocorrências negativas da noção.

Mas podem as ocorrências da noção ser construídas como validáveis, situando-se aquém de I ou E. Em português, a zona IE pode ser marcada pela construção *estar para Vinf*.

No exemplo (94) a noção */chegar/* é construída como validável, situando-se aquém de I ou E, mas compatível com essas duas zonas, ou seja, podendo dar acesso a I, prevendo-se a sua validação, ou dar acesso a E, como se representa pelo diagrama (xiv).

(94) «Estou convencido que o investimento estrangeiro que está para chegar a Portugal continuará a procurar Setúbal, e não outras regiões» referiu Rui Mil-Homens.

[CETEMPúblico – Ext 11746-nd-98b-2]



Esta análise das perífrases leva-me a defender que, nestas construções, a interação dos verbos e das preposições concorre para a construção de zonas fracionárias do domínio nocional associado ao infinitivo, ou seja, que as perífrases delimitam e estruturam, quer as fronteiras de abertura e fechamento do domínio, quer zonas diferentes do seu gradiente, no interior do domínio, quer zonas do exterior contíguas às fronteiras de abertura e fechamento. Por outro lado, permitem, também, marcar a orientação subjacente à construção do domínio ($I \rightarrow E$ ou $E \rightarrow I$). Se se tiver em conta ainda a perífrase *estar para* Vinf, pode também dizer-se que, com esta perífrase, as ocorrências da noção são situadas pelo enunciador numa zona IE, sendo construídas como validáveis.

Por outro lado, nesta perspetiva de análise, além das propriedades do verbo flexionado, é necessário considerar e analisar, ainda, as propriedades do predicador, os valores desencadeados por diferentes tempos e/ou modos verbais e o estatuto das preposições que integram estas construções.

5.2. O domínio nocional associado ao predicador

Ao assumir, no seguimento de Campos (1998: 217), que o infinitivo é neutro quanto à referência temporal e reenvia para um domínio nocional (p,p'), não havendo validação ou não validação das ocorrências da noção, e ao considerar, como defendem Bouscaren & Chuquet (1987: 150), que com o infinitivo é perspectivado o interior (p) do domínio como validável, mas as ocorrências da noção não se encontram localizadas, nem saturadas, pode dizer-se que, numa perífrase, o infinitivo marcará o domínio nocional em questão, constituindo-se como uma construção abstrata de um acontecimento concebido como uma descontinuidade (cf. Culioli 1990: 210), sendo a localização operada pela construção que integra o verbo flexionado da perífrase e a preposição que com ele coocorre. Afetados de valores gramaticais, estes marcadores permitirão estabilizar o domínio nocional associado ao infinitivo, ou seja, são eles que processam a ancoragem do domínio nocional marcado pelo infinitivo.

Assim, as perífrases verbais ativam a estruturação do domínio nocional, desencadeando a construção e fracionamento - delimitação e estruturação - do domínio e localização de uma dada relação prediativa, ou na zona I (e dentro desta, em diferentes frações do gradiente – coincidente com CA, mais ou menos próximo de CA, coincidente com F ou contíguo a F (direita ou esquerda)), ou na zona E, ou na zona IE.

Neste sentido, os verbos flexionados destas construções, em coocorrência com as preposições, além de localizarem uma dada relação prediativa em I, E ou IE, quando a localizam em I, marcam a construção do gradiente do domínio nocional, perspectivado como um espaço topológico não nulo, que compreende, entre as fronteiras de abertura e fechamento, diferentes frações, mais ou menos próximas dessas fronteiras, ou mais ou menos próximas do centro atrator e coincidentes ou não com ele.

5.3. As propriedades topológicas das preposições e a determinação dos termos das perífrases

Não sendo relevante, no âmbito deste trabalho, aprofundar a análise dos valores das preposições¹⁶⁹, é importante, no entanto, perceber de que forma atuam estas formas nos contextos em estudo, uma vez que estas só podem ser analisadas através dos seus contextos de uso (cf. Cadiot 1997).

A análise das perífrases verbais com a configuração < V prep Vinf > revela que o comportamento das preposições configura funcionamentos diferentes, desencadeados pelo seu estatuto relacional e o seu carácter híbrido.

Ao contrário de começar por um inventário dos usos das preposições baseado na tripartição tradicionalmente assumida, ou seja, na distinção entre o uso espacial, o uso temporal e o uso funcional, no qual as preposições parecem perder a sua identidade semântica, em particular nos casos da regência verbal, a proposta de análise das preposições avançada por alguns autores (entre outros, Franckel & Paillard 1997, 1999, 2007; Paillard 2002; Culioli (2006); Gilbert (2006). Costa 2014; Franckel, Ashino & Paillard 2017), permite integrar, quer as ocorrências normalmente descritas como ‘espaciais’ ou ‘temporais’, quer as ocorrências ‘funcionais’¹⁷⁰.

No seguimento destes autores, perspectiva-se a preposição enquanto termo de uma relação, ou seja, como um relator R que estabelece a relação entre dois termos X e Y, quaisquer que sejam os seus empregos e valores, podendo assumir-se, aqui, a generalização da significação do termo relator apresentada por Costa (2014: 8): «através do relator é construída uma relação entre dois termos, X e Y; sem a

¹⁶⁹ Uma vez que não é esse o meu objeto de estudo e porque me obrigaria a afastar da análise que considero fundamental, remeto para a literatura de referência sobre a preposição, nomeadamente Culioli (1971); Cadiot (1990, 1997); Franckel & Paillard (1997; 1999; 2007); Paillard (2002), entre outros. Para um aprofundamento dos fundamentos teóricos e metodológicos da construção de uma semântica das preposições, em Português, veja-se, ainda, Costa (2004a; 2004b; 2009; 2010; 2014), entre outros.

¹⁷⁰ Tendo em conta a perspectiva teórica assumida, Costa (2014: 157) considera que «a etiquetagem de um item como marcador de valor espacial, temporal ou figurado empobrece a descrição dos marcadores linguísticos. A heterogeneidade dos valores associados às preposições *a*, *até* e *para* pode ser tratada de outra forma, tendo em conta a problemática da construção de ocorrências, através da operação de localização de X em relação a Y».

intervenção do relator, os termos X e Y permaneceriam disjuntos do ponto de vista sintático e semântico»¹⁷¹.

Assim, globalmente, em contraste com uma perspectiva de análise tradicional em que os valores das preposições são definidos pelas propriedades do nome que ocorre à sua direita, propõe-se uma descrição e explicação do funcionamento das preposições suportada pela análise das construções em que ocorrem, ou seja, propõe-se o alargamento de uma análise estritamente localizada nas formas ao estudo das características das construções.

Tendo em conta as categorias linguísticas tempo, aspeto e determinação, com esta proposta de análise visa-se identificar os efeitos produzidos pelas construções em que as preposições se inscrevem, em termos de telicidade, da delimitação temporal, das fronteiras e das trajetórias construídas (cf. Costa 2014).

Nesta perspectiva, assume-se o estatuto relacional das preposições¹⁷² e a posição defendida por Franckel & Paillard (1997, 2007) de que estas formas trabalham a identidade de um dos termos da relação X R Y: «Ce que l'on constate en fait, c'est que les propriétés des termes sont suscitées, activées, stabilisées en fonction de leur mise en relation, et cela de façon non aléatoire, mais au contraire à travers une structuration précise» (Franckel & Paillard 1997: 116).

Por outro lado, defende-se o estatuto híbrido das preposições, postulando-se o seu funcionamento como marcadores de noções lexicais e gramaticais (cf., entre outros, Culioli 2006), o que permite uma análise integrada de propostas desenvolvidas no âmbito de diferentes quadros teóricos. Defende-se, então, a hipótese de que os diferentes tipos de ocorrência possam ser objeto de uma análise unificada e que cada preposição conserva as suas propriedades semânticas próprias em todos os usos.

Neste sentido, propõe-se a representação da identidade semântica das preposições, não perspectivada como um esquema de base, um sentido central ou um

¹⁷¹ Para uma explicação do conceito e do estatuto da preposição como relator, para o português, ver Costa (2014).

¹⁷² Note-se que, como é referido por Franckel & Paillard (1997: 112), «les prépositions ne sont pas de simples opérateurs de mise en relation entre des termes, ce qui ne remet d'ailleurs pas en cause leur fonction fondamentalement relationnelle. Il s'agit, selon cette hypothèse, d'une mise en relation qui travaille de façon particulière l'identité de l'un des termes de la relation.»

valor médio ou comum, mas como uma Forma Esquemática que dá conta do papel específico desempenhado pela preposição nas interações com o contexto. É suposto que esta identidade abstrata dê conta, ao mesmo tempo, do que é estável e do que é variável, a variação sendo desencadeada por um conjunto de princípios de interação com o contexto. Assim, esta representação abstrata ou Forma Esquemática deverá permitir descrever e explicar o jogo que se estabelece entre a variação e a invariância.

Cada preposição é caracterizada, assim, por uma Forma Esquemática que comporta dois elementos: X e Y. A componente Y, que corresponde à regência da preposição, é constituída por um domínio, por sua vez constituído por um fracionamento, isto é, uma estruturação do domínio em zonas: I, zona associada a Y; E, zona associada a X; IE, zona de articulação entre I e E. Entre estas zonas podem ser estabelecidos diferentes tipos de relação. A este tipo de variação interna associa-se um segundo tipo que é a variação em termos de determinação quantitativa, qualitativa, ou simultaneamente quantitativa e qualitativa.

De acordo com Costa (2014), numa relação $X R(\text{prep}) Y$ (em que a relação é ativada pela preposição), as preposições desencadeiam a localização do termo X em relação a uma determinada zona do domínio associado a Y¹⁷³. Ao participarem em relações dinâmicas, as preposições marcam a construção de domínios:

«Os conceitos de topologia e de domínio nocional desempenham, neste contexto, um papel central, permitindo a reconstrução das operações e cadeias de operações de que as formas (...) são marcadores. (...) Seguindo Franckel & Paillard (1997, 2007), a relação marcada pelas preposições de tipo divisão permite um trabalho particular sobre um dos termos da relação $X R(=P) Y$. Deste modo, X é associado ou localizado em relação a um domínio estruturado em zonas (I, E e F).» (Costa 2014: 160)

¹⁷³ Como foi referido anteriormente, tendo por referência a localização de ocorrências em relação ao domínio nocional, em Costa (2014), as preposições *a*, *até* e *para* são analisadas como preposições de tipo divisão, uma vez que associam X a uma determinada zona do domínio associado a Y (termo localizador).

Há que considerar, ainda, na linha de Costa (ibidem), que esta proposta de análise destas preposições permite articular os conceitos de Domínio e de Trajetória: «[a]ssim, admite-se a representação de uma Trajetória, percurso dos pontos constitutivos dessa Trajetória pela Figura e localização desta entidade numa dada zona do domínio».

Na sequência deste autor, defende-se, então, que as propriedades das preposições «são ativadas ou suscitadas através da relação entre os termos da construção» (Costa 2014: 63). Os valores construídos resultam da convergência dos diversos marcadores que incidem sobre uma dada relação predicativa, afetando-a com valores referenciais.

Seguindo ainda este autor, ao ter-se em conta a invariância e a variação das formas, assumindo que os fenómenos linguísticos se caracterizam pela estabilidade e pela deformabilidade, está a postular-se, igualmente, o carácter híbrido da preposição¹⁷⁴, enquanto noção lexical e noção gramatical: «les prepositions sont des unités à statut hybride, grammaticales en tant que marqueurs de relations, mais aussi lexicales, d'où des problèmes de référence sémantique, d'emplois phraséologiques et de contraentes syntaxiques qui s'enchevêtrent.» (Culioli 1971: 37)

Tendo em conta o seu hibridismo nocional, defende-se que os valores marcados nas construções que integram preposições resultam, tanto das propriedades inerentes da preposição, como da interação entre as propriedades ativadas pelo esquema relacional da preposição e as propriedades do predicado verbal, tendo impacto nos valores aspetuais das relações predicativas (cf. Costa 2011; 2014).

A preposição associa o termo X a uma zona do domínio representado pelo termo Y, desencadeando formatações de natureza aspetual diferente. Assim, em X R Y, a preposição (R) opera um trabalho específico sobre a relação, definindo e redefinindo a identidade dos termos no quadro da relação.

Neste sentido, na linha de Paillard (2002), defende-se que estabelecer a Forma Esquemática das preposições permite descrevê-las do ponto de vista da diversidade dos valores, sem privilegiar nenhum em particular:

¹⁷⁴ Paralelamente a Culioli (1971), e como refere Costa (2014), outros autores sustentam esta posição (entre outros, Cadiot (1997:253)).

«L' identité sémantique de la préposition est donnée par une FS qui spécifie le contenu sémantique du rapport entre X et Y. Cette sémantique de la préposition varie en fonction de la pertinence ou non des propriétés respectives de X et de Y pour la constitution de la relation établie entre ces deux termes, et du rapport nécessaire ou possible qu'entretient telle ou telle préposition avec cette relation.» (Paillard 2002: 10)

Relativamente às perífrases verbais deve privilegiar-se, por conseguinte, uma análise das diferentes construções em que uma dada preposição se inscreve (por exemplo, *estar a Vinf*, *começar a Vinf*, *acabar a Vinf*, etc.) e, por sua vez, uma análise de perífrases com os mesmos verbos e preposições diferentes (*estar a Vinf*; *estar para Vinf*; *estar por Vinf*; *começar a Vinf*; *começar por Vinf*, etc.), visando explicitar de que maneira a plasticidade das perífrases é delimitada pela deformabilidade do verbo, quando se relaciona com a preposição, na dependência das configurações em que atuam.

Considera-se, portanto, que a análise de um enunciado em que ocorre uma perífrase verbal deve dar conta, não apenas da relação que se estabelece entre os termos X e Y da própria construção, através do termo relator R, mas também da relação entre a perífrase, no seu todo, e os argumentos com os quais coocorre.

No caso das perífrases verbais, a relação primitiva entre as noções 'a' e 'b' é especificada por uma outra noção 'r', cuja instanciação resulta de uma operação de predicação complexa, afetada pelas propriedades dos termos de uma relação X R Y¹⁷⁵.

Este jogo de interações entre as formas da construção e entre a construção e diferentes configurações poder-se-á representar pelo seguinte diagrama:

(xv) < a r(X Rprep Y) b >

¹⁷⁵ Ver Parte II - ponto 4.1..

Relacionando o diagrama acima com um enunciado como o que se apresenta em (95), podemos obter a representação que se apresenta abaixo:

(95) A Maria está a ler o jornal.

(xvi) $\langle a (A \text{ Maria}) \text{ } r(X (\text{está}) \text{ } R_{\text{prep}} (a) \text{ } Y (\text{ler})) \text{ } b (o \text{ jornal}) \rangle$

Esta análise visa mostrar a interdependência das formas, construções e configurações implicada nas ocorrências das perífrases verbais.

Assim, nestas construções, os termos X e Y correspondem, respetivamente, ao verbo flexionado e ao verbo no infinitivo, sendo a preposição o termo da relação entre X e Y. Neste caso, a preposição interage com as outras formas da construção; as propriedades da preposição ajustam-se às propriedades das outras formas, construindo, em interação, diferentes valores referenciais.

Do mesmo modo, a própria construção perifrástica vai participar de um outro esquema relacional $\langle a () \text{ } r \text{ } b () \rangle$, a relação predicativa elementar, desencadeando a determinação de uma noção $\langle a () \rangle$ e de uma noção $\langle b () \rangle$, ou seja, dos argumentos C_0 e C_1 que instanciam os lugares $\langle a \rangle$ e $\langle b \rangle$ do esquema de lexis e estabilizam a relação $\langle r \rangle$. Estes argumentos são, por sua vez, sujeitos a formatações diferentes. A determinação qualitativa e quantitativa que configura os funcionamentos discreto denso e compacto, desencadeia a construção dos diferentes valores a que uma dada configuração está sujeita.

Desta forma, estabelecem-se relações duplamente complexas, sendo os termos das duas relações afetados de valores referenciais.

PARTE III

As perífrases verbais em PE:

valores das formas e das construções perifrásticas

Introdução

«Les phénomènes linguistiques forment des systèmes dynamiques qui sont réguliers, mais avec une marge de variation due à des facteurs d'une grande diversité: on a affaire à des phénomènes qui sont à la fois stables et plastiques.»

[Culioli [1986] 1990: 129]

Tendo em conta que, como foi referido no capítulo anterior, uma noção tem o estatuto de entidade predicável, sendo as ocorrências que acionam diferentes propriedades ao serem localizadas em relação a um sistema de coordenadas referenciais (cf., entre outros, Culioli 1991), pretende-se, neste capítulo, apresentar uma descrição do funcionamento das diferentes perífrases verbais com a configuração < V prep Vinf >.

É, então, objeto deste capítulo, a descrição dos valores associados às perífrases seguintes: *começar a Vinf*, *pôr-se a Vinf*, *começar por Vinf*, *estar a Vinf*, *estar por Vinf*, *estar para Vinf*, *acabar de Vinf*, *deixar de Vinf* e *parar de Vinf*¹⁷⁶.

Com esta descrição visa-se reforçar o seu estatuto de marcador de operações de natureza cognitiva, subjacentes aos enunciados em que estas construções ocorrem.

Na parte II desta dissertação, a partir da análise de diferentes propostas, defendeu-se que estas construções se caracterizam por propriedades topológicas, permitindo associar uma ocorrência nocional a uma determinada zona de um domínio. Como se viu, são estas propriedades que permitem estabilizar o domínio nocional definido pelas formas de infinitivo que ocorrem nestas construções. Assim, e como se mostrou anteriormente, são essas formas que processam a ancoragem do domínio nocional marcado pelo infinitivo, ativando a estruturação do domínio nocional, isto é,

¹⁷⁶ Na parte I da dissertação, apresentou-se a justificação para a opção pela exclusão, nesta parte III da dissertação, de uma análise pormenorizada das perífrases verbais formadas com verbos de movimento/deslocação.

desencadeando a delimitação e fracionamento do domínio e a localização de uma dada relação predicativa.

Ao considerar-se que as perífrases verbais são construções duplamente complexas, uma vez que as propriedades ativadas pelo esquema relacional das formas da perífrase interagem com as propriedades ativadas pelo esquema relacional que se estabelece entre a construção < V prep Vinf > e os fatores de determinação dos argumentos C_0 e C_1 , evidenciou-se que a sua natureza heterogénea decorre de uma rede de operações complexas que poderá corresponder à seguinte representação:

$$(i) < a \ r \ [X \ R \ Y] \ b >$$

$$(ii) < a \ [= \ C_0] \ r \ [= \ X \ (= \ V) \ R \ (= \ prep) \ Y \ (= \ Vinf)] \ b \ [= \ C_1] >$$

Assim, uma perífrase, enquanto predicação complexa, é afetada pelas propriedades das formas que a integram, ou seja, pelas propriedades da forma que instancia X (= *estar, começar, acabar*, entre outras), da forma que instancia R (= prep) e da forma que instancia Y (= Vinf). Por sua vez, estas construções entram em interação com configurações mais latas, sendo afetadas pelas propriedades dos argumentos que com elas coocorrem (os valores de determinação dos argumentos C_0 e C_1 são relevantes nestas construções) e desencadeando localizações e determinações de natureza categorial diversa.

Neste sentido, a descrição das perífrases verbais, que se pretende exaustiva, como se mostrará a seguir, permite defender, também, que estas construções são marcadores transcategoriais, uma vez que são marcadores de diferentes categorias gramaticais (Tempo, Aspeto, Modalidade).

Assim, a partir da identificação de propriedades que definem a estabilidade das perífrases verbais e através da análise da deformabilidade destas construções, desencadeada pelas configurações em que se inscrevem, visa-se demonstrar como é processada a marcação de diferentes valores referenciais que estas construções evidenciam.

Dado o(s) objetivo(s) acima enunciado(s), julgou-se adequado seguir um percurso centrado na assunção acima defendida: estas construções concorrem para a estruturação do domínio nocional da relação prediativa em que ocorrem, ocupando zonas topologicamente diferenciadas: Fronteira de abertura / estruturação do Interior do domínio / Fronteira de fechamento.

São estas relações topológicas que permitem definir a sequencialidade de análise que se seguiu neste capítulo. Assim, e de forma sequencial, dar-se-á conta das:

- perífrases que definem a entrada num dado domínio (*começar a Vinf*, *começar por Vinf*, *pôr-se a Vinf*);
- perífrases associadas à localização da relação prediativa no Interior do domínio (*estar a Vinf*);
- perífrases que definem o fechamento de uma fronteira (*acabar de Vinf*, *deixar de Vinf*, *parar de Vinf*).

1. As perífrases verbais *começar a Vinf*, *pôr-se a Vinf* e *começar por Vinf*

A descrição que aqui se propõe, suportada por exemplos atestados ou construídos do português europeu, visa explicitar os valores desencadeados pelo emprego de *começar a Vinf* e apoiar-se-á na comparação desta construção com as perífrases verbais *pôr-se a Vinf* e *começar por Vinf*. Analisam-se e explicam-se os valores construídos por estes marcadores em diferentes configurações, bem como as restrições de coocorrência no seu funcionamento.

1.1. *Começar a Vinf*: localização de p e estruturação de I

No seguimento de Franckel (1989)¹⁷⁷, defende-se que uma das características essenciais de *começar a Vinf* é implicar uma primeira construção de uma noção (P), por intermédio de uma antecipação. *Começar a P* põe fim a *ainda não P* e implica que se espera a atualização de P. Vejamos dois exemplos que ilustram claramente esta característica de *começar a Vinf*:

(1) Os resultados começam a aparecer.

[CETEMPúblico – Ext 1465284-pol-92a-4]

(2) A segunda fase do Parque da Cidade do Porto começa a ganhar forma.

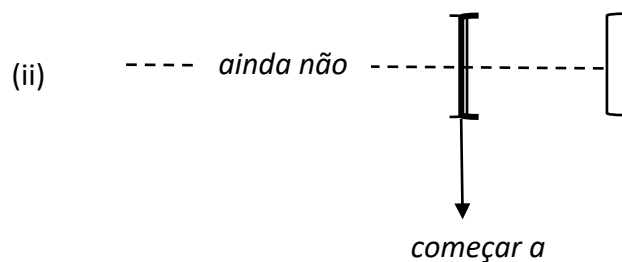
[CETEMPúblico – Ext 471791-soc-96b-1]

Nos enunciados (1) e (2), o emprego da perífrase implica que há uma primeira construção da noção P, *aparecer* e *ganhar forma*, respetivamente. *Começam a aparecer* e *começa a ganhar forma*, põem fim a [os resultados] *ainda não tinham aparecido* e [a segunda fase do Parque da Cidade do Porto] *ainda não tinha ganhado forma (não era visível)*. Em ambos os casos, o emprego desta perífrase implica que se espera a atualização de P [os resultados *apareceram*] e [o Parque da Cidade do Porto *ganhou forma*].

Se nos centrarmos, agora, apenas na construção *começar a*, é importante referir a seguinte característica¹⁷⁸: *começar a* marca o primeiro ponto de uma localização temporal a partir de uma exterioridade temporal, que corresponde a *ainda não*, e é substituída por uma construção positiva do esperado. Esta propriedade pode ser representada pelo diagrama que se apresenta abaixo:

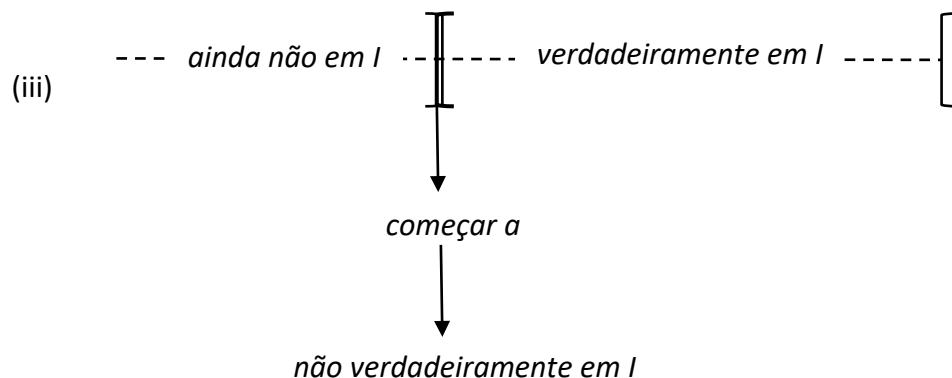
¹⁷⁷ Franckel (1989) apresenta uma descrição formal da perífrase francesa *commencer à Vinf* que, com as adaptações necessárias ao Português, permite uma análise da diversidade de valores marcados por esta construção. *Commencer à Vinf* corresponde, na maioria dos seus empregos, a *começar a Vinf*, no português europeu.

¹⁷⁸ Como vimos no capítulo anterior, a perífrase *começar a Vinf* delimita e estrutura a zona de fronteira de abertura do domínio nocional de uma dada noção.



Começar a P marca o primeiro dos t não localizando nada senão o interior homogeneizado I do domínio nocional associado a P , ou seja, verdadeiramente, *começar a P* não marca a construção do primeiro ponto de localização temporal de P a partir de *ainda não P*, mas a localização do primeiro ponto de I aberto a partir de *ainda não I*. Esse primeiro ponto corresponde a *não verdadeiramente em I*.

Nas situações em que é empregue esta perífrase, *ainda não* tem, no plano temporal, uma forma de positividade nocional, isto é, com o emprego desta perífrase é marcado o primeiro ponto de uma zona homogénea (*verdadeiramente em I*), que é o complementar aberto do intervalo fechado que corresponde a *não verdadeiramente em I*, como se pode representar pelo diagrama abaixo:



Analisemos, então, de acordo com as características enunciadas, os enunciados que se apresentam seguidamente:

(3) Seleção Nacional começou a preparar o jogo com a Holanda.

[CETEMPúblico – Ext 660439-des-91b-1]

(4) Na última semana, o Tribunal de Vila Real começou a julgar dois casos semelhantes de crimes de ofensas corporais graves, motivados por ciúmes e que envolveram o uso do mesmo método: a utilização de ácidos.

[CETEMPúblico – Ext 1149877-soc-95b-3]

(5) Eu corto muito e começo a estar cansado e a desenvolver mecanismos de irritação: é um bocado o cansaço que determina quando é que o romance está acabado.

[CETEMPúblico – Ext 1004986-clt-94a-2]

(6) Um alto funcionário do Ministério do Interior russo disse à Interfax que, à uma da tarde, «a situação começou a ficar muito complicada».

[CETEMPúblico – Ext 151865-pol-96a-1]

(7) Neste momento, a barragem em si já está quase pronta, mas o túnel ainda não começou a ser construído.

[CETEMPúblico – Ext 75373-soc-98b-2]

É claramente perceptível a aplicação do diagrama (iii) à descrição dos enunciados (3) e (4) em que *começar a* coocorre com Processos Culminados¹⁷⁹ e marca o primeiro ponto da localização temporal desses Processos, o primeiro ponto de uma zona homogênea que inclui, na sua definição, o seu *telos* ou limiar semântico.

No caso da coocorrência desta perífrase com Estados, como em (5) e (6), *P* é também construído previamente como validável, mas a perífrase assenta na construção prévia do centro atrator da noção, correspondendo ao «grau de excelência na construção de uma continuidade de valores qualitativos» (Campos 1999: 13) das ocorrências. Assim, um enunciado como (5) tende a significar [*começo a estar*

¹⁷⁹ Esta classificação dos predicados verbais baseia-se, como foi referido na Parte I, em Moens & Steedman (1988), a que recorro no meu trabalho por propor uma análise mais dinâmica dos fenómenos aspetuais, perspectivada em função das interações dos predicadores com outras formas do contexto em que se inscrevem (ver Parte II - ponto 1.).

verdadeiramente cansado], em que *verdadeiramente* é o marcador de uma centragem que revela que P foi construído previamente como validável. Esta ideia é confirmada em (6), em que o advérbio marca explicitamente esse alto grau da noção, construído como validável.

No enunciado (7) pode verificar-se que *começar a Vinf* implica uma primeira construção da relação predicativa < *construir o túnel* >, por intermédio de uma antecipação. Sem a negação, *começar a P* poria fim a *ainda não P* e implicaria que era esperada a atualização de P. A negação opera apenas sobre a construção *começar a*, o que implica que seja esperada a atualização de P, previamente construída como validável.

1.2. *Começar a Vinf* e o valor aspetual incoativo

A perífrase verbal *começar a Vinf* surge habitualmente associada à ideia de fase inicial de um processo e à marcação do valor aspetual incoativo¹⁸⁰, por marcar o início de uma situação ou caracterizar uma situação considerando o seu estado inicial de desenvolvimento (cf., entre outros, Cunha & Cintra ([1984] 1986); Bechara ([1961] 1999³⁷), Duarte (1989), Longo & Campos (2002), Raposo (2013)). Esta explicação revela-se insuficiente para dar conta de todos os fenómenos desencadeados por esta construção.

Uma perspetiva idêntica, mas mais desenvolvida, mostrando já que esta perífrase marca uma fronteira de abertura, mas permite a construção de uma relação predicativa com valor aspetual iterativo, encontra-se em Torrego (1999: 3373). Este autor defende que o valor desta perífrase é exclusivamente aspetual de tipo incoativo, pois «indica el comienzo de una acción que se supone que se prolonga», e avança algumas restrições de coocorrência, nomeadamente com Eventos Atómicos, como **começar a nascer*, **começar a morrer*¹⁸¹. No entanto, segundo o autor, há a

¹⁸⁰ Também chamado, na literatura, ‘inceptivo’ e ‘ingressivo’.

¹⁸¹ «[D]e ahí que los infinitivos correspondan a verbos ‘permanentes’ o ‘imperfectivos’ y no a verbos ‘desinientes’ o ‘perfectivos’. Así, no son gramaticales secuencias como * Juan {empezó / comenzó} a morir / nacer / llegar...», frente a Juan empezó a escribir.» (Torrego 1999: 3373).

possibilidade de, com esta perífrase e este tipo de predicadores, ser construído o valor aspetual de iteratividade: «[s]ólo cuando esos verbos desinientes se convierten por el contexto en verbos reiterativos o durativos, o su modo de acción presenta este carácter, es gramatical la oración correspondiente: (...) a. Juan empezó a llegar tarde ultimamente (un día y outro...). / b. Juan empezó a salir com amigos poco recomendables (un día y outro y outro...).» (Torrego 1999: 3373).

Também em Raposo (2013: 1269-1270), encontramos referência à possibilidade de esta perífrase poder associar-se a situações iterativas, quando o autor refere que «[o] verbo semiauxiliar *começar* (a) marca o início de uma situação durativa (o aspeto ingressivo). Essa situação pode ser simples, ou seja, consistir num só evento (...), ou complexa, representando uma sucessão múltipla de eventos, tipicamente perspectivada como um padrão repetitivo» (Raposo 2013: 1269-1270).¹⁸²

No entanto, a manipulação de um dos exemplos apresentados por este autor permite-nos perceber que é fundamental uma análise mais fina destas construções e das configurações em que se inscrevem para dar conta da diversidade de significados que enunciados com a mesma construção perifrástica encerram e para justificar determinadas restrições de coocorrência:

(8) Começou a chover.

[Raposo 2013: 1270]

(9) Nos últimos anos começou a chover (mais) nos meses de verão.

(9') * Durante os últimos anos começou a chover (mais) nos meses de verão.

¹⁸² Os exemplos apresentados pelo autor são:

- a. A Maria começou a ler Guerra e Paz.
- b. A Joana começou a passear há três minutos.
- c. Começou a chover.
- d. Depois de sair da tropa, o Luís começou a ter pesadelos.

As propriedades da perífrase verbal *começar a Vinf*, referidas no ponto anterior, permitem explicar a diversidade de valores marcados nestes enunciados, em que encontramos a mesma construção perifrástica no mesmo tempo gramatical.

Em (8), a perífrase marca, como refere o autor, «o início de uma situação durativa». *Começar a* marca o primeiro ponto de uma localização temporal a partir de uma exterioridade temporal, fronteira de abertura do Processo que, por ausência de outros marcadores temporais, é localizada pelo pretérito perfeito num tempo anterior e contíguo ao tempo de referência T_0 (o momento da enunciação) e como estando em curso em T_0 .

Ao analisarmos o exemplo (9), verificamos que, com a mesma construção (o mesmo verbo flexionado no mesmo tempo gramatical, a mesma preposição e o mesmo predicador), não se pode falar, propriamente, em início de uma situação durativa «complexa, representando uma sucessão múltipla de eventos» (Raposo 2013: 1269-1270), uma vez que, desta forma, não conseguiria justificar-se a compatibilidade com o adverbial '*em x tempo*' (*em* QN de T) e a incompatibilidade com o adverbial durativo '*durante x tempo*' (*durante* QN de T).

No enunciado (9), com as formas *começar a* é também construído o primeiro ponto de uma localização temporal, ou seja, a localização do primeiro ponto de I aberto a partir de *ainda não* I. A coocorrência com o adverbial '*em x tempo*' desencadeia o valor iterativo. Esse valor resulta da construção de uma classe de situações que corresponde a uma sucessão de Processos. *Começar a chover* pode ser representado por um intervalo fechado à esquerda (a fronteira de abertura de I marcada por *começar a*) e aberto à direita, intervalo esse que inclui um número teoricamente ilimitado de intervalos fechados que se sucedem.

São as propriedades de *começar a* que definem a marcação de uma fronteira de abertura representável por um intervalo pontual, sem dimensão, e que impedem a coocorrência com o adverbial durativo em (9'). Há incompatibilidade entre o intervalo pontual, sem dimensão, marcado pela perífrase, e o intervalo aberto, com dimensão, marcado pelo adverbial.

A análise e descrição que se apresenta seguidamente mostra que esta perífrase, inserida em diferentes configurações, desencadeia a marcação de valores diferenciados.

1.3. *Começar a Vinf* e as (in)compatibilidades com as diferentes classes aspetuais de predicadores

As características da perífrase *começar a Vinf*, acima referidas (cf. ponto 1.1.), permitem explicar a marcação do valor aspetual de iteratividade, quando a construção ocorre com Eventos Atómicos (Culminações ou Pontos), bem como as restrições de coocorrência com Estados não faseáveis.

A possibilidade de construção do valor de iteratividade com esta construção decorre da quantificação do argumento C_1 (cf., e.o., Torrego 1999: 3373), mas também pode ser desencadeada pela quantificação do argumento C_0 (cf., e.o., Wiśniewska 2007: 57).

Peeters (1993), por exemplo, mostra¹⁸³ que, regra geral, se verifica compatibilidade de *começar a* com Processos, como em (10), e incompatibilidade com Eventos Atómicos em coocorrência com C_0 singular, como se verifica em (11), mas que esta construção não apresenta restrições de coocorrência com este tipo de predicadores e um C_0 plural, resultando dessa interação a marcação do valor aspetual de iteratividade, como se verifica em (12):

(10) Em baixo, a orquestra começava a tocar e os convidados chegavam.¹⁸⁴

(11) * Ao fim da tarde, o camponês começava a chegar.

(12) Ao fim da tarde, os camponeses começavam a chegar.

¹⁸³ O autor analisa a perífrase verbal do francês *commencer à Vinf* e descreve o seu funcionamento em enunciados em que há coocorrência dessa construção com Eventos Atómicos e, simultaneamente, com argumentos C_0 singulares ou plurais.

¹⁸⁴ Alguns exemplos são uma tradução livre e/ou com adaptações dos enunciados apresentados por Peeters (1993).

Para a descrição de estruturas do tipo «*X começa a Z*» (em que X é um SN sujeito e Z um verbo no infinitivo), Peeters (1993) propõe, então, uma primeira fórmula (provisória), que esquematiza da seguinte forma:

«au moment t, X commence à Z =

avant t, il n'y a pas de Z

à t, il y a Z

on peut penser à t : il y aura plus de Z après maintenant» (Peeters 1993: 25).

Com base nesta fórmula, pode apresentar-se a glosa (iv) para o exemplo (10) e (v) para o (12):

(iv) a orquestra começava a tocar =

antes de t, a orquestra não tocava

em t, a orquestra tocava

pode pensar-se em t: a orquestra continuará a tocar depois de t.

(v) os camponeses começavam a chegar =

antes de t, nenhum camponês tinha chegado

em t, alguns camponeses tinham chegado

pode pensar-se em t: outros camponeses chegarão depois de t

Verifica-se, na realidade, que esta fórmula pode servir a descrição de enunciados em que esta construção é empregue com Processos e com Eventos

Atômicos em coocorrência com C_0 plural. No entanto, parece não se ajustar a outras configurações.

Começar a é normalmente incompatível com C_0 singular em coocorrência com Eventos Atômicos, como *chegar, sair, entrar, cair*, uma vez que este tipo de argumento impede, geralmente, uma interpretação iterativa. Contudo, alguns enunciados, que possibilitam uma leitura metafórica ou em que são acrescentados adjuntos, são perfeitamente aceitáveis e considerados bem formados:

(13) Finalmente começo a chegar lá. [com sentido de ‘finalmente começo a compreender’]

(14) A noite começa a entrar no quarto.

(15) O João começou a chegar mal barbeado.

Tendo em conta exemplos como os apresentados em (13) a (15), Peeters (1993) conclui que a fórmula apresentada é insuficiente para abranger uma série de situações em que as incompatibilidades são anuladas, nomeadamente em enunciados em que *começar a* ocorre com um argumento C_0 singular e um Evento Atômico, numa frase subordinante acompanhada de uma subordinada adverbial temporal¹⁸⁵, que marca uma interrupção inesperada do Evento Atômico, independentemente do tempo gramatical de *começar*:

(16) * No fim da aula, o professor começava a sair do auditório.

(17) O professor começava a sair do auditório, quando foi interpelado por um aluno.

Por outro lado, o autor mostra ainda que a primeira fórmula também não é adequada para a explicação da compatibilidade ou incompatibilidade desta construção

¹⁸⁵ Segundo Peteers, um adverbial temporal não anula a incompatibilidade.

com Estados. Contrariando a posição de alguns autores que consideram que há sempre incompatibilidade de *começar a* com Estados e partindo de enunciados em que há coocorrência desta construção com esse tipo de predicadores, Peeters (1993) mostra que as conclusões baseadas em exemplos isolados podem não ser corretas:

(18) * O Paulo começava a saber a resposta.

(19) Ao fim de algum tempo, o Paulo começava a saber lidar com a situação.

Segundo o autor, em geral, os verbos de Estado e os Eventos Atômicos parecem comportar-se de maneira análoga. Nos exemplos que se apresentam seguidamente pode verificar-se que, em determinadas circunstâncias, a perífrase pode coocorrer com Estados, dependendo da natureza do Estado. Esta construção é compatível com Estados faseáveis, mas não com Estados não faseáveis. As propriedades de *começar a*, ao definirem a marcação de uma fronteira de abertura, representável por um intervalo pontual, sem dimensão, impedem a coocorrência com predicadores caracterizados pela ausência de fronteiras, possibilitando, então, apenas a coocorrência com Estados faseáveis.

Por outro lado, mesmo quando compatível, não pode ocorrer uma quantificação do argumento C_1 :

(20) O Paulo começou a saber as respostas.

(20') O Paulo começou a saber a maior parte das respostas.

(20'') * O Paulo começou a saber dez respostas.

(21) O Paulo começou a ser simpático comigo.

(22) * O Paulo começou a ser alto.

A diferença entre os enunciados (21) e (22) está na natureza dos Estados que ocorrem na construção *começar a Vinf*. Como foi referido anteriormente (cf. Cunha

(1998) e Oliveira ([2003] 2006⁷)), esta perífrase apenas pode ocorrer sem restrições com Estados faseáveis.

Relativamente ao enunciado (22), Oliveira ([2003] 2006⁷) defende que, não sendo geralmente possível a perífrase coocorrer com um Estado não faseável, ou seja, quando a propriedade que está a ser predicada é uma propriedade permanente, um contexto mais alargado pode possibilitar essa coocorrência:

(22') O Paulo começou a ser alto, quando tinha quinze anos.

A autora considera que, no enunciado (22'), por ação da perífrase, se opera uma recategorização de Estado em Processo, ou seja, que a compatibilidade se deve ao facto de se poder atribuir um significado não estativo à situação, pois esta adquire as características de um Processo.

Tendo em conta as propriedades desta perífrase, contrariamente à posição de Oliveira ([2003] 2006⁷), defendemos que, como *começar a* marca o primeiro ponto de uma localização temporal a partir de uma exterioridade temporal e que esse primeiro ponto *t* localiza apenas o interior homogeneizado *I* do domínio nocional associado a *P*, a subordinada temporal *quando tinha quinze anos* torna compatível esta perífrase com um Estado não faseável, pois marca a fronteira de início do domínio nocional. Dado o conhecimento que temos do mundo, podemos dizer que essa compatibilidade é muito limitada. Apenas é possível quando o argumento *C₀* tem como propriedade o traço [+humano] e quando o Estado é perspectivado como o culminar do processo de maturação física do ser humano, como se pode comprovar pelos exemplos seguintes:

(23) * O João começou a ser baixo, quando tinha quinze anos.

(24) * O prédio começou a ser alto, quando lhe acrescentaram três andares.

A análise do funcionamento da perífrase *começar a Vinf* a partir de exemplos como os que foram apresentados, permite a Peeters (1993) reformular a sua primeira

proposta de análise, pois defende que uma representação esquemática mais completa deve refletir as diferentes possibilidades observadas. Assim, propõe para esta perífrase uma nova fórmula que, segundo ele, permite dar conta das diferentes ocorrências de *começar a Vinf*, bem como de todos os valores marcados por esta construção:

«au moment t, X commence à Z =

avant t, il n'y a pas de Z

à t, il y a Z

on ne peut pas savoir à t : il y aura plus de Z après maintenant

on peut penser à t : il y aura plus de Z après maintenant» (Peeters 1993: 29).

Este autor considera que as duas últimas linhas desta fórmula permitem explicar as combinações de *começar a* com Estados e Eventos Atômicos que se comportam, segundo ele, como já se referiu, de forma similar.

De acordo com Peeters (1993) a quarta linha da fórmula permite explicar os enunciados em que há alteração da situação, ou seja, um retorno à situação anterior ao momento t, como no exemplo que se apresentou com o número (17) [*O professor começava a sair do auditório, quando foi interpelado por um aluno.*].

Esta fórmula tem ainda, segundo o autor, a vantagem de permitir explicar o comportamento desta perífrase verbal com a negação, uma vez que a negação incide sempre sobre a terceira e a quinta linhas da fórmula:

(25) Isto começa a funcionar.

(25') Isto não começa a funcionar.

(25'') Isto começa a não funcionar.

O mesmo autor (cf. *ibidem*: 30) refere ainda que a construção negativa incide sempre sobre o infinitivo, mesmo aparecendo normalmente associada ao verbo *começar* e que a significação de «*X não começa a Z*», em (25'), e «*X começa a não Z*», em (25''), é totalmente diferente. No primeiro caso, em nenhum momento há Z, enquanto no segundo caso, não há mais Z em t, mas havia Z antes de t.

1.4. *Começar a Vinf* e *pôr-se a Vinf*: marcação de valores aspetuais e modais

Franckel (1989) baseia a sua proposta de análise e define as características fundamentais da perífrase francesa *commencer à Vinf* (*começar a Vinf*), partindo da análise comparativa entre esta construção e *se mettre à Vinf* (*pôr-se a Vinf*)¹⁸⁶, mostrando que, longe de serem 'sinónimas', apresentam diferenças de emprego significativas, tendo divergências aspetuais fundamentais. *Começar a Vinf* apresenta propriedades de alguma forma inversas às de *pôr-se a Vinf*.

O Aspeto resulta da articulação entre dois domínios, o domínio temporal e o domínio nocional, que se estruturam independentemente, ou não, sob a forma de rutura ou de conformidade e segundo uma ordem variável. Uma análise comparativa entre *começar a Vinf* e *pôr-se a Vinf* permite ver bem as consequências da articulação entre o temporal e o nocional.

Ao fazer a descrição das duas construções perifrásticas, Franckel (1989) mostra que são marcadores diferentes, o que se pode verificar por algumas restrições de emprego que desencadeiam.

Quer Franckel (1989), quer Peeters (1993), referem que a forma *se mettre à Vinf* é por vezes associada, por alguns autores¹⁸⁷, a uma incoação mais abrupta ou repentina que a forma *commencer à Vinf*. Ao que parece, contrariamente a *começar a Vinf*, *pôr-se a Vinf* concorre para exprimir uma ação verbal rápida ou repentina e há

¹⁸⁶ Também Peeters (1993) faz uma análise comparativa das duas estruturas, bem como apresenta ainda uma descrição da construção *commencer par* (*começar por*), de que darei conta seguidamente.

¹⁸⁷ Cf., entre outros, Torrego (1999: 3374): «El valor aportado por esta perífrasis es el de expresar el principio repentino de una acción en un punto o momento, sin que le interese al hablante la continuidad de la misma, aunque se supone. Por eso, tampoco el infinitivo puede corresponder a verbos desinentes o perfectivos, que presentan la acción como terminada».

uma série de exemplos em que se verifica que, efetivamente, a perífrase *pôr-se a Vinf* se utiliza em coocorrência com advérbias como *bruscamente*, *de repente*, entre outros. A compatibilidade de *pôr-se a Vinf* com este tipo de advérbias prende-se, segundo Franckel (1989), com a construção do primeiro ponto de uma localização temporal a partir de uma exterioridade estrita: «[c]ommencer à résulte du passage d’une forme de structuration notionnelle de P à une autre forme de structuration notionnelle de P, là où se mettre à marque une première construction absolue de P à travers son ancrage temporel.» (Franckel 1989: 147).

As propriedades diferenciadas de *pôr-se a Vinf* e *começar a Vinf* explicam o facto de a perífrase verbal *começar a Vinf* ser muitas vezes interpretada como geradora de um valor incoativo mais “atenuado” que *pôr-se a Vinf*. As diferenças fundamentais entre as duas construções justificam, também, que *pôr-se a Vinf* tenha, regra geral, um emprego mais restrito do que *começar a Vinf*, em enunciados assertivos no presente do indicativo em coocorrência com a primeira ou segunda pessoas gramaticais e, particularmente, com verbos de Estado:

(26) Eu começo a estar cansado.

(27) * Eu ponho-me a estar cansado.

(28) Com a tua ajuda, comecei a compreender esta matéria.

(29) * Com a tua ajuda, pus-me a compreender esta matéria.

(30) Tu comesas a enervar-me.

(31) * Tu pões-te a enervar-me.

A hipótese de que *começar a P* marca a localização do primeiro ponto de I aberto a partir de *ainda não I* (correspondendo a *não verdadeiramente I*), remetendo para o complementar aberto do intervalo fechado, correspondendo a *não verdadeiramente I*, permite explicar o facto de não se encontrar com *começar a Vinf* as restrições observadas com *pôr-se a Vinf*, atualizado no momento da enunciação, na forma assertiva.

Enquanto enunciados como (27) (29) e (31), correspondendo a uma primeira construção absoluta de P, são agramaticais, enunciados como (26), (28) e (30) não levantam problemas de aceitabilidade, pois a construção de P (*estar zangado*) não se opera diretamente através da sua ancoragem no tempo, ou melhor, *começar a P* não marca a simples ancoragem de P no tempo. Esta construção implica um verdadeiro trabalho nocional sobre P. *Eu começo a estar zangado* tende a significar, de facto, *eu começo a estar verdadeiramente zangado*. Isto significa, em particular, que não se trata de uma primeira construção absoluta de *eu estou zangado*, mas que ela se articula com uma construção dissociada de P, correspondendo a um outro grau de estruturação nocional. *Verdadeiramente zangado* é objeto de uma localização enquanto complementar de *(ainda) não verdadeiramente zangado*. E é a partir da localização temporal de I aberto que *começar a P*, que marca o primeiro ponto desta localização, reconstrói retrospectivamente este aberto como complementar do intervalo fechado de I.

Assim, o funcionamento de *começar a P* introduz um grau de complexidade suplementar em relação a *pôr-se a*, uma vez que a articulação *ainda não/já* não é apenas de ordem temporal como no caso de *pôr-se a*.

Pôr-se a Vinf marca o primeiro ponto da localização temporal de P a partir do exterior temporal e nocional de P. Por isso implica uma primeira construção absoluta e marca a construção de P independentemente de qualquer antecipação. Ao contrário, *começar a Vinf* põe fim a *ainda não P* e implica uma primeira construção de P, por meio de uma antecipação.

No caso de *pôr-se a Vinf*, P não tem nenhum estatuto fora da sua ancoragem temporal. Trata-se, de acordo com a aceção de Franckel (1989), de uma construção aorística¹⁸⁸ de P. No caso de *começar a Vinf*, a localização, cujo primeiro ponto é marcado por *começar a*, é a de I aberto. Para cá desse primeiro ponto, a exterioridade temporal de I corresponde ao seu complementar nocional, que é *não verdadeiramente I*.

¹⁸⁸ Ver nota 83 (Parte I).

Com a construção *pôr-se a Vinf*, P só se constrói temporalmente. *Pôr-se a P* marca a passagem de ‘não P’ a um primeiro ponto temporal de P, daí os valores incoativos e aorísticos desta construção. Pelo contrário, em *começar a Vinf*, P é objeto de uma dupla estruturação: *começar a P* marca, não a simples passagem de ‘não P’ a P, mas a passagem de ‘não verdadeiramente I’ ao primeiro ponto de ‘verdadeiramente I’.

Para tornar mais claro o funcionamento de *se mettre à (pôr-se a Vinf)*, Franckel (1989) analisa as condições em que as restrições ao emprego desta perífrase se anulam, particularmente, em coocorrência com Estados. Defende que é mais natural o emprego de *se mettre à*, quando se suprime a ancoragem ao momento da enunciação, por meio de marcadores como *quand (quando)* ou *si (se)*, ou quando os enunciados começam com marcadores como *je sens que (eu sinto que)* ou *voilà que (eis que)*, que marcam uma forma de distanciamento do enunciador face à atualidade do que se produz¹⁸⁹.

Esta análise põe em evidência uma diferença entre o francês e o português. Os enunciados apresentados pelo autor, quando traduzidos para português, parecem ser muito pouco naturais ou mesmo inaceitáveis. Este confronto entre o francês e o português, faz-me avançar a hipótese de que esta perífrase tem uma incidência modal mais forte no português do que no francês:

(32) «Quand tu te mets à être désagréable comme ça, toute discussion devient impossible.»

[Franckel 1989: 142]

(32') ? Quando tu te pões assim a ser desagradável, qualquer discussão se torna impossível.

(33) «Je sens que je me mets à être désagréable, il vaut mieux que je m'arrête.»

[Franckel 1989: 142]

(33') * Sinto que me ponho a ser desagradável, é melhor que eu pare.

¹⁸⁹ Franckel (1989: 143) mostra que algumas das restrições desaparecem, também, quando o verbo ocorre no pretérito: «Je me suis mis à trembler, à dire n'importe quoi.»

(34) ??? Je me mets à trembler, je me mets à dire n'importe quoi.

[Franckel 1989: 143]

(34') * Ponho-me a tremer, ponho-me a dizer o que quer que seja.

(35) Voilà que (Je sens que) je me mets à trembler, je me mets à dire n'importe quoi.

[Franckel 1989: 143]

(35') * Eis que (Sinto que) me ponho a tremer e me ponho a dizer seja o que for.

Quanto ao funcionamento de *se mettre à Vinf*, em francês, Franckel (1989: 143) defende que «P, dans *se metre à P*, ne se construit qu'à travers son ancrage dans le temps. Il échappe à toute construction subjective. *Se mettre à P* marque la survenue de P, indépendamment de toute anticipation».

Assim, para o autor, *se mettre à Vinf* marca uma primeira construção absoluta de P. O sujeito de P é agente ao mesmo tempo que é o suporte da atualização do processo¹⁹⁰. Há, pois, uma rutura em relação a qualquer construção subjetiva e esta não dissociação entre agente e agido tem relação com a forma pronominal.

Esta proposta de análise explica as restrições, apontadas acima, que se verificam no francês. Quando se trata de um processo na primeira pessoa, que se atualiza no momento da enunciação, só pode tratar-se de um processo que “escapa” ao sujeito, no sentido de que se exclui qualquer intencionalidade. O sujeito é o suporte desse processo, mas nunca o iniciador ou o construtor. Daí a justificação do emprego de marcadores como *eu sinto que* ou *eis que*, que marcam precisamente este efeito de exterioridade. Também se marca uma distanciação entre o aparecimento do processo e a consciencialização desse processo. Por isso, as restrições parecem desaparecer com o emprego de marcadores como *quando*, que tem propriedades aorísticas intrínsecas.

¹⁹⁰ Note-se que o clítico *se* é, nesta situação, simultaneamente, localizador e suporte da predicação.

Este funcionamento explica igualmente as afinidades desta perífrase verbal com os advérbios como *bruscamente* ou *de repente*, cujo valor aspetual marcado está a par da construção do primeiro ponto de uma localização temporal a partir de uma exterioridade estrita.

No português, a perífrase *pôr-se a Vinf* parece funcionar de forma diferente do francês, pois não é apenas marcador do valor aspetual, mas também um marcador modal. Se, no francês, segundo Franckel (1989), com *se mettre à Vinf* se exclui qualquer intencionalidade e o sujeito é o suporte de um processo, mas nunca o iniciador ou o construtor, em português *pôr-se a Vinf* implica uma perspectiva teleonómica, mas, neste caso, não é o domínio I do verbo no Infinitivo que é construído previamente com valor de intencionalidade, mas *pôr-se a*. Daí que não sejam bem formados os enunciados em que esta perífrase ocorre com Estados não faseáveis e sejam pouco naturais enunciados em que *pôr-se a* coocorre com Estados faseáveis. Esta análise permite justificar também por que são pouco naturais enunciados em que *pôr-se a* coocorre com adverbiais como *ocasionalmente*, *casualmente*:

(36) Ponho-me, às vezes, a olhar para o espelho e a examinar-me...

[Florbel Espanca, *Diário do Último Ano*, 20/04/1930]

(36') Ponho-me, às vezes, a olhar para o espelho intencionalmente.

(36'') * Ponho-me, às vezes, a olhar para o espelho ocasionalmente/
casualmente/sem dar por isso.

1.4.1. Começar a Vinf e pôr-se a Vinf: a coocorrência com a negação

Com o apoio da análise proposta, pode verificar-se ainda que, contrariamente ao que se produz com *começar a Vinf*, há fortes restrições ao emprego da forma negativa com *pôr-se a Vinf*. Compare-se:

(37) Eu não comecei a comer.

(38) Eu comecei a não comer (e fiquei muito magra).

(39) ? Eu não me pus a comer guloseimas.

(40) * Eu pus-me a não comer guloseimas.

No exemplo (37), *não comecei a comer* corresponde, efetivamente, a *ainda não comecei*. A negação tem incidência sobre *começar a*. Em (38) *comecei a não comer* corresponde a *deixei de comer*. Neste caso, a negação tem incidência sobre o verbo no infinitivo. Já o enunciado (39) só poderá ser interpretável se o entendermos como: *é falso que eu me pus a comer guloseimas*. Com o uso de *pôr-se a Vinf*, a negação tem incidência sobre toda a construção. Por isso não pode, como em (40), aparecer antes do verbo no infinitivo.

Neste sentido, e na linha do que defende Franckel (1989) para o francês, a negação de *pôr-se a* não tem nenhum estatuto como resultado do funcionamento aorístico desta perífrase. A noção P, marcada pelo verbo no infinitivo, só tem estatuto através da positividade que lhe confere *pôr-se a* por atualização sobre a classe dos t.

Pôr-se a Vinf corresponde à construção de um primeiro ponto de P, pois não é precedido por nenhuma construção de P. *Pôr-se a* não antecipa uma série de pontos que localizam P; situa-se aquém de toda e qualquer antecipação.

1.5. *Começar por Vinf* e a construção de ocorrências plurais

Em português, a perífrase verbal *começar por Vinf* é mais uma das construções comumente associadas à marcação do valor incoativo, sem que se apontem, por vezes, as características que distinguem esta perífrase de *começar a Vinf*. Não me alongando na análise da mesma, farei, no entanto, uma referência sumária a esta construção, pois surge frequentemente no português europeu contemporâneo.

(41) Um bom falsificador começa por estudar a fundo a obra do artista que eleger como alvo, para não utilizar técnicas ou formas estranhas ao pintor.

[CETEMPúblico – Ext 692315-clt-91b-3]

(42) O espelho cria uma sensação de vertigem; quem se aproxima começa por ver, no chão, o abismo do céu; depois, o reflexo das plantas; finalmente a sua própria imagem.

[CETEMPúblico – Ext 544590-clt-93b-2]

Quer em (41), quer em (42), *começar por Vinf* marca o início de uma série de situações. No entanto, os dois exemplos são distintos pois, enquanto no exemplo (42), a série de situações é explicitada textualmente e a sua sucessão marcada pelos advérbios temporais *depois* e *finalmente*, em (41), a série de situações é apenas implícita e decorre efetivamente do emprego desta perífrase.

Como explicita Peteers (1993), enquanto *começar a Vinf* remete para o começo de um único acontecimento (no sentido lato do termo: Processo, Evento ou Estado); *começar por Vinf* remete para uma série de acontecimentos, ou seja, para o(s) primeiro(s) de uma série: «X commence par Z» «implique qu’une action est achevée ou qu’un état a cessé d’exister au moment où un autre événement «prend la relève». (Peeters 1993: 31).

O primeiro acontecimento de uma série é seguido, no mínimo, por um outro acontecimento (senão não haveria série). Recorrendo a uma esquematização idêntica à que apresenta para a análise da configuração *começar a Vinf*, o autor esquematiza esta perífrase com a seguinte fórmula:

« au moment t, X commence para Z =

avant t, il n’y a pas de Z

à t, avant toutes autres choses, il y a Z

après Z, il y aura autre chose» (Peeters 1993: 32).

Se *começar a Vinf* implica, como referi anteriormente, a construção de uma situação singular, uma primeira construção de P, por intermédio de uma antecipação, e marca a localização do primeiro ponto de I aberto a partir de *ainda não I*, *começar por* implica uma primeira construção de uma série de diferentes P [$P_1+P_2+P_3...$], por intermédio de uma antecipação, marcando o início de uma série de situações, situações essas que, à exceção da primeira da série, podem não estar marcadas textualmente.

Começar por Vinf tem, em certa medida, propriedades idênticas a *começar a Vinf*. *Começar a Vinf* implica uma primeira construção de P, por intermédio de uma antecipação; *começar por Vinf* implica uma primeira construção de uma série de diferentes P [$P_1+P_2+P_3...$], por intermédio de uma antecipação. *Começar a Vinf* marca a localização do primeiro ponto de I aberto a partir de *ainda não I*; *começar por Vinf* marca a localização do primeiro ponto de I_1 da série [$I_1 + I_2 + I_3 ...$].

Começar por Vinf põe fim a *ainda não* [$P_1 + P_2 + P_3 ...$] e implica que se espera a atualização de [$P_1 + P_2 + P_3 ...$]. Nas ocorrências de *começar por Vinf*, em primeiro lugar ocorre a construção do interior de vários domínios [$P_1 + P_2 + P_3 ...$] e só depois a localização de p, relativo a P1. I (o interior do domínio) de [$I_1 + I_2 + I_3 ...$] corresponde a um valor visado. Neste caso há teleonomia, pois há intencionalidade da parte do enunciador (S), que assume a ordenação dos diferentes P. Neste sentido, *começar por* envolve já, também, questões de modalidade. *Começar por P* marca a construção do primeiro ponto de localização temporal de P_1 a partir de *ainda não* [$P_1 + P_2 + P_3 ...$] e a localização do primeiro ponto de I_1 fechado, um pré-construído¹⁹¹ com um valor visado qualitativamente positivo.

As propriedades da preposição *por* concorrem para a construção das ocorrências plurais marcadas por esta perífrase. Cunha & Cintra ([1984] 1986³: 552-553), por exemplo, defendem que «[a] relação que se estabelece entre palavras

¹⁹¹ Quando, numa situação de enunciação Sit_0 , uma relação predicativa é construída como tendo sido validada numa situação de enunciação distinta de Sit_0 , em Sit_0 , um 'pré-construído'. Recorrendo às palavras de Bouscaren & Chuquet (1987: 156), «on appelle préconstruit une relation prédictive **posée comme validée** par rapport à un repère-origine **externe** à l'énoncé en cours, et donc pas repérée directement par rapport à l'origine énonciative de cet énoncé. On peut aussi parler d'une relation construite **antérieurement** ou présentée comme «déjà construite» sans qu'il y ait d'interprétation strictement chronologique à donner à ces termes: il s'agit bien plutôt d'un **décalage de plans** entre deux séries d'opérations, la seconde intervenant sur la première.»

ligadas por intermédio de PREPOSIÇÃO pode implicar movimento ou não movimento; melhor dizendo: pode exprimir um movimento ou uma situação daí resultante. (...) Tanto o movimento como a situação (...) podem ser considerados em referência ao ESPAÇO, ao TEMPO e à NOÇÃO.»

De acordo com estes autores, a preposição *por* exprime, ou movimento, ou situação, e o seu valor associa-se a movimento, quando marca o percurso de uma extensão entre limites, ou a duração, através do espaço, do tempo ou da noção (cf. Cunha & Cintra ([1984] 1986³: 569-570). Com *começar por Vinf* é marcado, como referido anteriormente, o início de uma sucessão de situações. *Começar* marca a localização do primeiro ponto de l_1 da série [$l_1 + l_2 + l_3 \dots$] e é o valor da preposição que concorre para marcar o movimento (percurso) de validação dos vários domínios construídos como validáveis.

1.5.1. *Começar por Vinf* e a negação

Como vimos anteriormente, nos enunciados (37) [*Eu não comecei a comer.*] e (38) [*Eu comecei a não comer (e fiquei muito magra)*], com *começar a Vinf* não há restrições ao emprego da forma negativa. Em (37) a negação tem incidência sobre *começar a*; em (38) a negação tem incidência sobre o verbo no infinitivo.

Também com a perífrase *começar por* podemos encontrar a negação associada a *começar por* ou associada ao verbo no infinitivo:

(43) Ele começou por dar uma resposta direta à questão que lhe colocaram.

(43') Ele começou por não dar uma resposta direta à questão que lhe colocaram.

(43'') Ele não começou por dar uma resposta direta à questão que lhe colocaram.

No entanto, a negação não opera da mesma forma com *começar a Vinf* e *começar por Vinf*. Enunciados como (43'), ou (43''), implicam, nos dois casos, o início de uma série de situações, o que pressupõe, em ambos os casos, que outros acontecimentos se seguirão. Assim, quer em (43'), quer em (43'') há préconstrução de uma série de situações, como situações validáveis.

1.6. O estatuto das perífrases construídas com *começar*

Considero que a descrição das perífrases *começar a Vinf*, *começar por Vinf* e *pôr-se a Vinf* que se propôs anteriormente, enquanto objeto da manifestação linguística dos valores, de natureza gramatical, de tempo, aspeto e/ou modalidade, e que passou pela análise das possibilidades de coocorrência e/ou das restrições de *começar a* com as diferentes classes aspetuais de predicadores e da quantificação dos argumentos C_0 e C_1 , partindo do contributo das propostas de diferentes autores, pode constituir-se como argumento de que esta construção não desempenha a função de operador.

Ao analisar as propriedades de *commencer* que permitam estabelecer a sua forma esquemática, Camus (2004) defende que, muitas vezes, se assume como dado adquirido que este predicador seleciona um Evento. No entanto, segundo o autor, se apenas houvesse seleção de Eventos, não se conseguiria explicar que, quando inserido na construção perifrástica, *começar* coocorra com quase todos os predicadores, permitindo a construção de valores diferenciados.

No mesmo sentido, também a análise de Franckel (1989) sugere que a existência de um Evento não é uma condição, mas sim um dos efeitos que pode ser desencadeado por *começar*. É *começar* que induz, muitas vezes, a ideia de uma “escalada” até um centro atrator, em enunciados como os que se seguem:

(44) A Inês começava a estar (verdadeiramente) aborrecida com a situação.

(45) O Pedro começava a estar (completamente) cansado de estudar para os exames.

Relativamente a esta perífrase, Cunha (1998: 8), por exemplo, numa primeira abordagem, começa por definir a construção *começar a* como «a passagem de um "não evento" a um evento, ou, dito de outra forma, como o momento que marca o início de uma nova situação» e apresenta, para esta perífrase, a seguinte formulação: «*COMEÇAR A* [p] é verdadeiro num intervalo I sse I é um momento de tempo e existe um intervalo H tal que $H \ll I$ (H é imediatamente anterior a I), p é falso em H e p é verdadeiro num intervalo I' contendo I (tal que I é um subintervalo inicial de I')» (Cunha 1998: 8).

No entanto, o autor considera que esta formulação não dá conta das restrições de emprego da perífrase, uma vez que não justifica o motivo pelo qual *começar a* pode combinar-se com quase todas as classes aspetuais, à exceção dos «estados não convertíveis em processos e, eventualmente, também algumas culminações.» (Cunha 1998: 9), apresentando, entre outros, os exemplos que aqui reproduzo¹⁹²:

(46) * O meu casaco começou a ser verde. (estado)

(47) * O João começou a ser alto. (estado)

(48) ? O João começou a sair de casa. (culminação)

(49) ?? O João começou a morrer. (culminação)

No que respeita as predicções estativas, Cunha (1989) considera a divisão entre Estados faseáveis e Estados não faseáveis, motivada por critérios que permitem distinguir Estados de Eventos. Os Estados não faseáveis respeitam os «critérios de estatividade», enquanto os Estados faseáveis manifestam um comportamento próximo do dos Eventos. O autor assume que «existem estados que, em nenhuma circunstância, poderão ser incorporados na Rede Aspectual e convertidos em

¹⁹² Faço acompanhar os exemplos dos juízos de gramaticalidade apresentados pelo autor.

processos [-"faseáveis"] e outros que, em dados contextos, podem ser integrados na Rede, recebendo uma estrutura fásica típica dos eventos processuais, ou seja, revelam a capacidade de serem comutados em processos, manifestando todas as características inerentes a tal classe aspectual [+"faseáveis"]» (Cunha 1998: 4).

Assim, este autor considera não ser suficiente uma análise desta construção baseada apenas numa semântica de intervalos, para dar conta da complexidade de valores marcados por esta perífrase e, nessa medida, propõe «um tratamento fundamentalmente ancorado no conceito de “operação aspectual”¹⁹³, concebida como “comutação” de categoria aspectual de uma dada situação, por efeito de um operador, no interior da Rede de Moens (1987)» (Cunha 1998: 33).

A mesma análise é proposta por Oliveira ([2003] 2006⁷) que considera também que, como outras formas perifrásticas, esta perífrase verbal é construída com um verbo de operação aspectual, o que significa que considera que esta construção opera «uma conversão de um determinado tipo de situação num outro, através de uma operação de transição (ou de transformação)» (ibidem: 145-146). Assim, também segundo o ponto de vista desta autora, *começar a Vinf* tem a «capacidade de alterar os valores aspectuais básicos dos predicados» e permite a coocorrência com Eventos Prolongados, Processos e Estados faseáveis, «obtendo-se a leitura final de um evento pontual marcado pelo operador» (Oliveira [2003] 2006⁷: 148).

De acordo com esta perspetiva, a autora defende, então, que *começar a* não apresenta restrições de coocorrência com Processos Culminados e Processos (cf. (50), (51) e (52))¹⁹⁴; que com Eventos Atômicos (Culminações e Pontos) «é pouco aceitável em virtude de ser difícil atribuir estrutura interna a uma culminação» (cf. (53)) e que não pode ocorrer com Estados não faseáveis (cf. (54)), como nos exemplos abaixo, retirados de Oliveira ([2003] 2006⁷: 148):

¹⁹³ O autor define os operadores aspectuais como «elementos linguísticos cuja principal função é a de alterar a "perspectivação" ou a "focalização" das situações, manifestando, portanto, consequências muito relevantes ao nível da classificação aspectual das expressões com que se combinam.» (Cunha 1998: 6).

¹⁹⁴ A estes exemplos, retirados de Oliveira ([2003] 2006⁷: 148), estão também associados os juízos de gramaticalidade apresentados pela autora.

(50) A Maria começou a ler o jornal (às 10 horas).

(51) A Maria começou a trabalhar (em Junho).

(52) A Maria começou a viver no Porto (em 1990).

(53) ? A Maria começou a sair (às três horas).

(54) *A Maria começou a ser alta.

Esta abordagem, baseada no conceito de operador aspetual¹⁹⁵, descreve determinadas compatibilidades como processos de comutação entre classes aspectuais de predicadores. Considero a proposta de Franckel (1989) mais adequada, uma vez que permite explicar a compatibilidade desta construção com quase todas as classes de predicadores à exceção dos Estados não faseáveis e sobre os quais já nos detivemos acima.

Por outro lado, na linha de Franckel (1989), a análise que apresento da construção *começar a Vinf* permite dar conta de certas ocorrências e explicar aspetos que não se encontram justificados na proposta por Cunha (1998) e Oliveira ([2003] 2006⁷), como, por exemplo, a alteração dos juízos de gramaticalidade/aceitabilidade relativos aos enunciados (48) [*O João começou a sair de casa.*] e (53) [*A Maria começou a sair (às 3 horas).*] em contextos mais alargados. Segundo Cunha (1998: 8), «apenas os eventos (básicos ou derivados) estão envolvidos neste tipo de construção, o que não surpreende, já que ela supõe o recurso a transições, em termos de “fases”, no interior da Rede Aspectual.» e o problema que se coloca em (48) e (53) está relacionado com o seu carácter pontual. Mas, como já demonstrámos anteriormente e reforçamos aqui pela manipulação destes enunciados, um contexto mais lato permite pôr em causa esta descrição:

(48') O João começou a sair de casa (para o trabalho) às nove horas (todos os dias).

¹⁹⁵ Ver a problematização do estatuto das perífrases verbais como operadores aspectuais na Parte II desta dissertação.

(48'') O João começou a sair de casa. Andava tão deprimido que ninguém o via na rua.

(53') A Maria começou a sair às três horas todos os dias.

(53'') A Maria começou a sair. Antigamente não saía, era muito caseira.

Em primeiro lugar, a ocorrência, ou não, dos adverbiais temporais *às nove horas* e *às três horas*, nos enunciados (48') e (53'), desencadeia leituras diferenciadas, como se pode confirmar pelo confronto entre (48') e (53') com (48'') e (53''). Oliveira ([2003] 2006⁷) defende que o enunciado (53) parece «pouco aceitável», por não ser possível «atribuir estrutura interna à culminação». Porém, o adverbial temporal (53') ou um contexto mais alargado (53'') possibilitam a construção do valor aspetual de iteratividade, considerando-se estes enunciados perfeitamente gramaticais.

Neste sentido, o trabalho de Camus (2004) sobre as propriedades do verbo francês *commencer* permite analisar e compreender os dados do português e explicar estas aparentes contradições nas possibilidades de ocorrência desta perífrase.

Para Camus (2004: 86-87), a formulação que possibilita a explicação do funcionamento de *começar* assenta no «paradoxo da existência parcial», porque, por um lado, 'existência' tem a ver com o tudo ou nada (uma coisa existe ou não existe); por outro lado, 'parcial' induz uma medida, aquela que está subjacente a *começar* por distinguir um primeiro ponto no seio de uma série.

Este paradoxo da existência/manifestação parcial resulta de *começar* desencadear, não apenas uma parte do todo, mas o todo construído como válido: «le verbe *commencer* implique la prise en compte d'une fin, d'une totalité ou d'une plénitude indispensable à la définition, par défaut, de ce qui commence.» (Camus 2004 : 89)

Estes princípios podem, segundo o autor, concorrer para a definição de uma forma esquemática de *começar* (cf. Camus 2004 : 90-91), o que, por sua vez, possibilita explicar alguns mecanismos do funcionamento da construção perifrástica *começar a Vinf*.

De acordo com Camus (2004), o que começa (ou o que começou) encontra-se caracterizado de maneira paradoxal: é uma situação cujo fim *X* (*X* enquanto todo, completo, acabado, perfeito, etc.) se encontra programado através da manifestação *xi* no tempo e/ou no espaço.

A manifestação *xi* mobiliza uma localização espacial (*começa aqui*) ou temporal (*começa agora*). Todo o enunciado que comporta *começar* implica necessariamente um *quantum*. Quando não está explicitado esse *quantum* identifica-se com o momento da enunciação: *começar* exclui toda e qualquer interpretação estática ou de predicação de propriedade. Esta ancoragem deítica de *xi* não é, *a priori*, responsável pela estabilidade qualitativa que define um todo: em *xi*, *X* apresenta-se sob a forma de incompletude, de um início (algo a continuar). *X* não se esgota em *xi*, o que distingue *começar* de *acabar*. *Começar* é a previsão de uma continuação e mesmo de um completamento em perspectiva.

De uma maneira que não é contraditória, a manifestação *xi* dá acesso à representação de *X* como um todo estabilizado. O que começa tende sempre para uma estabilidade. Basta que uma manifestação de *xi* seja construída para que *X* seja perspectivado como validável.

A tenção existente entre *xi*, manifestação parcial de *X*, e a representação de *X* como um todo estabilizado, pode definir-se como um processo, o que se pode revelar através de três planos de variação distintos: delimitação, partição e surgimento (cf. Camus 2004: 91ss).

Assim, na linha de Camus (2004), considera-se que *começar* define uma delimitação uma vez que a construção de *xi* tem por efeito delimitar *X* do que não é *X*, como se pode verificar no exemplo (55), no qual *começar* a marca a fronteira de abertura do domínio associado a *funcionar* [*ainda não funcionar* / *já funcionar*]:

(55) A partir do próximo dia 1 de Abril começa a funcionar o novo sistema de transporte de visitantes no interior do parque da Pena.

[CETEMPúblico – Ext 186280-soc-98a-3]

Começar instancia uma partição, quando entre *xi* e *X* é mantida uma distância. Por um lado há a validação do começo ou início do domínio nocional, uma vez que *começar a* marca a fronteira de abertura do domínio associado ao verbo no infinitivo; por outro lado, há a validação do todo, isto é, do domínio como um todo, o que implica que *X* seja dividido em fases, como nos exemplos (56) e (57):

(56) Plano para fechar ruas aos carros começou a ser discutido.

[CETEMPúblico – Ext315073-soc-95a-1]

(57) «...o destino de todo o papel novo, logo à saída da fábrica, é começar a envelhecer...»

[Saramago, *Todos os Nomes*, 11]

Considera o mesmo autor que há surgimento nas situações em que *X* é construído como resultado de um juízo de valor do sujeito enunciador. Este plano de variação na relação entre *xi* e *X* tem uma proeminência modal, como se verifica no exemplo (58):

(58) “Alguns dos nossos políticos começam a dizer coisas novas”, comentava há dias uma jornalista turca.

[CETEMPúblico – Ext1085931-pol-95a-2]

Delimitação, partição e surgimento são três maneiras de pôr em jogo a relação *xi-X*. Cada uma assenta na proeminência acordada a *xi* ou a *X*, respetivamente: *X* é dado *a priori*, mas perspetivado a partir de *xi* (delimitação); *xi* e *X* coexistem (partição), *xi* introduz *X* (surgimento).

Com a descrição dos diversos exemplos que apresentei, pode verificar-se, então, que não é a perífrase que opera uma alteração dos predicadores com os quais coocorre, mas são as propriedades inerentes a toda a construção em diferentes configurações que geram e justificam as compatibilidades e as restrições.

Os fenómenos postos em evidência através da análise comparativa de *começar a Vinf* e *pôr-se a Vinf*, por um lado, e *começar a Vinf* e *começar por Vinf*, por outro, bem como através da análise das restrições que essas configurações apresentam no domínio da construção temporal-aspetual e/ou modal, permitem-nos perceber, também, que, em português, estas construções não servem apenas a marcação do valor aspetual incoativo e são, em certas circunstâncias, não só marcadores de valores aspetuais, mas também de valores temporais ou modais.

A análise dos dados, aqui apresentada, justifica a posição por mim assumida quanto ao estatuto destas construções. Outros fatores, que serão apresentados oportunamente, com a descrição de outras perífrases, permitirão reforçar os argumentos que a sustentam.

2. As perífrases verbais *estar a Vinf*; *estar por Vinf*; *estar para Vinf*

2.1. A perífrase verbal *estar a Vinf* e o valor de processo em curso

Na tradição gramatical, a perífrase verbal *estar a Vinf*¹⁹⁶ surge normalmente associada à ideia de duração ou continuidade de uma ação, ou seja, à marcação do valor aspetual cursivo ou progressivo¹⁹⁷. Oliveira ([2003] 2006⁷: 146), por exemplo, defende que o progressivo se obtém em português europeu com esta perífrase e que uma das características mais relevantes destas construções é «serem perspetivadas como estando a decorrer. A esta característica podemos ainda associar a de duração e a de incompletude, pois se uma eventualidade está no seu decurso, é natural que tenha duração e que também não esteja completa, ou não tenha atingido o seu ponto terminal».

Contudo, a heterogeneidade de valores marcados por esta construção, em diversos enunciados, graças às relações que se estabelecem entre as formas, essencialmente dependentes do tipo de predicadores que as integram, permite-me

¹⁹⁶ Ver, entre outros, Alzamora (2013).

¹⁹⁷ Cf., entre outros, Cuesta & Luz (1971); Cunha & Cintra ([1984] 1986³); Longo & Campos (2002).

dizer que esta construção não é apenas um marcador de valor aspetual e que, dependendo da natureza aspetual do verbo no Infinitivo com o qual coocorre, não é sempre um marcador do valor temporal de simultaneidade em relação ao tempo localizador (situações perspectivadas como estando a decorrer).

Apresentarei, então, uma descrição formal de alguns enunciados com o emprego desta perífrase verbal, descrevendo os mecanismos que possibilitam que, pela sua coocorrência com determinados predicadores, sejam construídos outros valores temporais-aspetuais e/ou modais.

Em Português, o valor de ‘presente atual’, isto é, o valor temporal de simultaneidade entre T_2 e T_0 , é marcado, geralmente, pelo emprego desta perífrase verbal:

(59) A ventoinha está a trabalhar, posso ouvir os sons do equipamento.

[CETEMPúblico – Ext 42193-clt-97b-3]

(60) O atleta está a cortar a meta.

Esta perífrase ocorre, sem restrições, com predicados verbais pertencentes à classe aspetual dos Processos, como em (59), e dos Processos Culminados, como em (60).

Os Processos são, regra geral, predicados atéllicos e gozam da propriedade de subintervalo¹⁹⁸; pelo que se combinam sempre com esta perífrase verbal. Os predicados que gozam da propriedade de subintervalo representam situações homogéneas, em que todos os pontos do intervalo são qualitativamente iguais. Assim, uma relação predicativa que é validada para um intervalo I só é validada para qualquer subintervalo de I quando a situação representada é homogénea. O subintervalo I' está, então, incluído em I ($I' \subset I$).

¹⁹⁸ Se uma relação predicativa é validada para um intervalo I , então essa relação predicativa é validada para qualquer subintervalo de I .

Com Processos Culminados, a construção de uma situação como simultânea do momento da enunciação-origem (T_0) é marcada pela perífrase verbal *estar a Vinf*, que atribui ao acontecimento linguístico uma duração. Este é construído como estando em curso em T_0 . A classe de instantes em que esse acontecimento é validado é representada por um intervalo aberto.

No entanto, alguns exemplos mostram que, quando o verbo flexionado *estar* se encontra no Presente do Indicativo, esta perífrase nem sempre marca o valor temporal de simultaneidade em relação ao tempo localizador T_0 , como se verifica em (61):

(61) Vou esperar pela Ana, pois o comboio está a chegar.

Neste caso, a perífrase marca o valor temporal de posterioridade. Esta possibilidade resulta da coocorrência com predicados verbais de natureza aspetual perfetiva, em particular, com Eventos atômicos, predicados télicos como *chegar*.

2.2. *Estar a Vinf* e as (in)compatibilidades com as diferentes classes aspetuais de predicadores

A perífrase verbal *estar a Vinf* marca a construção de uma classe de instantes de duração e, desses instantes, nenhum é o primeiro ou o último. Esta forma representa geralmente o valor aspetual imperfetivo, combinando-se, habitualmente, com situações que têm fronteiras implícitas. Por esta razão, geralmente, há incompatibilidade entre esta perífrase e situações estativas, não se combinando, portanto, com situações em que as fronteiras são inexistentes¹⁹⁹.

No entanto, podemos encontrar exemplos em que a incompatibilidade com predicados verbais pertencentes à classe dos Estados é anulada:

¹⁹⁹ Cf. Bennett & Partee (1978: 14) e Moens & Steedman (1988: 18).

(62) * A Rita está a ser magra.

(63) * O aluno está a saber francês.

(64) A Rita está a ser simpática.

(65) O aluno está a gostar do curso.

Se compararmos (62) e (63) com (64) e (65), podemos dizer que o uso de *estar a Vinf* não é possível quando a propriedade que está a ser predicada é uma propriedade permanente, ou seja, quando esta perífrase coocorre com Estados não faseáveis, mas que é perfeitamente possível em coocorrência com Estados faseáveis.

A proposta de alguns autores para enunciados como (64) e (65) é que se trata de situações de recategorização. No seguimento de Bach (1981: 69), Campos 1998: 211) defende que, «quando um verbo estativo se combina com a forma progressiva, atribui-se-lhe um significado não estativo». Assim, nos casos acima referidos, a autora assume que se pode falar de recategorização de Estado em Atividade.

Considerando que certos estativos apresentam propriedades semelhantes aos Eventos, Cunha (2004a, 2004b) propõe uma reclassificação aspetual dos Estados que permite distinguir aqueles que, em determinadas configurações, manifestam um comportamento eventivo, «resultado das possibilidades de derivação no interior da Rede Aspectual que conduzem à sua conversão em situações de tipo processual.» (Cunha 2004a: 532).

Tal como Oliveira ([2003] 2006⁷), este autor classifica estes predicados estativos como Estados faseáveis e aqueles em que não se verifica alteração aspetual como Estados não faseáveis, o que justifica as restrições de coocorrência com esta perífrase. Mas propõe ainda uma subclassificação para as predicções estativas, baseada na oposição entre Estados «de indivíduo» e Estados «de estádio»²⁰⁰. Entre outras propriedades, os Estados «de estádio» não parecem estar sujeitos a restrições de coocorrência com adverbiais de duração e de localização temporal, ao contrário do que acontece com os Estados «de indivíduo». O autor considera que, apesar da

²⁰⁰ Cf. nota 128.

interdependência entre as duas propostas de classificação, se devem considerar como independentes estes dois tipos de subclassificação por remeterem para características, em certa medida, diferenciadas. A faseabilidade é, segundo o autor, uma propriedade aspetual, enquanto é a temporalidade que permite distinguir os predicados de «indivíduo» dos predicados de «estádio»²⁰¹. A distinção entre estes dois tipos de Estados justifica a má formação do enunciado (63), em que a perífrase coocorre com um Estado «de indivíduo», que inviabiliza a construção de uma classe de instantes de duração, e a boa formação do enunciado (65), uma vez que a perífrase coocorrer com um Estado «de estágio», não estando este sujeito a restrições de coocorrência com uma localização temporal-aspetual de duração.

Na análise do funcionamento desta perífrase com as classes aspetuais de predicados verbais que representam situações télicas, verifica-se que, regra geral, também existem restrições ao emprego da perífrase *estar a Vinf* com Eventos, tal como se descreveu para os Estados:

(66) A polícia está a interrogar o presumível assassino.

(67) * A polícia está a encontrar o presumível assassino.

Aos Eventos associa-se uma classe de instantes que é representada por um intervalo fechado, pontual, sem dimensão, em que as fronteiras de abertura e fechamento coincidem, sendo inerente à sua definição a passagem de um limiar semântico (*telos*), a passagem de um estado a outro estado - o 'estado resultante' do Evento. Com esta perífrase não é construída nenhuma fronteira no intervalo não pontual de validação, o que desencadeia a incompatibilidade verificada em (67).

Se compararmos (67) com (67'), que se apresenta seguidamente, verificamos que a incompatibilidade assinalada acima deixa de se verificar:

(67') A polícia está quase a encontrar o presumível assassino.

²⁰¹ Cf. Cunha (2004a: 528ss).

Em (67') é a ocorrência de *quase* que permite a compatibilidade, uma vez que *quase* é marcador da construção da fronteira de localização do Evento. Como neste exemplo, encontram-se outras situações em que predicados verbais categorizados como Eventos se combinam com esta perífrase.

Recorrendo à descrição apresentada por Moens & Steedman (1988), podemos explicar algumas dessas ocorrências. Ao proporem cinco categorias para a classificação dos predicados verbais, distinguindo as Culminações e os Pontos, estes autores consideram já questões de coocorrência: «[t]he phenomenon of change in the aspectual type of a proposition under the influence of modifiers like tenses, temporal adverbials, and aspectual auxiliaries is of central importance to the present account» (Moens & Steedman 1988:17).

Também estes autores referem que «[i]f the input to a progressive is atomic then by definition it cannot be described as ongoing» (Moens & Steedman 1988:18), mas fornecem explicação formal para os casos de coocorrência, defendendo que, tal como acontece com os Estados, há recategorização dos predicados verbais.

Assim, de acordo com estes autores, quando há coocorrência de *estar a* com Pontos, essa coocorrência leva a que esses Pontos sejam reinterpretados como Processos com valor de iteratividade, como acontece nos enunciados que se apresentam abaixo:

(68) O Hugo está a saltitar.

(68') A Sandra está a soluçar.

(69) O outono chegou. As folhas das árvores estão a cair.

Em (68) e (68') o valor de iteratividade é inerente aos predicados verbais, enquanto em (69) esse valor é construído pela coocorrência de *estar a* com um predicator aspetualmente definido como Ponto e pela quantificação do argumento nominal *as folhas das árvores*.

Em português, além destas situações em que *estar a Vinf* é marcador do valor de iteratividade, encontramos outras em que esta perífrase verbal, em coocorrência com Pontos, é marcador do valor temporal de posterioridade. A construção do valor de posterioridade com esta perífrase não é possível, no entanto, com todos os verbos que exprimem um Evento. Apenas ocorre com Pontos, como, por exemplo, com *chegar, partir, entrar, sair*, e não com Culminações:

(70) Uma tese que é justificada pelo facto de o contágio estar a chegar essencialmente por via indireta, através da Alemanha.

[CETEMPúblico – Ext 963076-nd-98b-1]

(71) Na opinião dos operadores, o mercado está a chegar a um período de consolidação.

[CETEMPúblico – Ext 157055-eco-95a-2]

(72) O executivo de Sampaio quis mudar tudo o que de Abecassis tinha aprovado para o local e as decisões finais devem estar a cair.

[CETEMPúblico – Ext 643329-soc-91b-1]

(73) Assim, defendeu, “não podem ser assacadas culpas à Câmara por o edifício estar a cair”.

[CETEMPúblico – Ext 145637-soc-96a-3]

No enunciado (70) estamos perante a construção do valor temporal de simultaneidade em relação a T_0 e o valor aspetual imperfetivo-durativo, um valor de ‘presente’. Segundo Campos (1998: 213), opera-se «uma dilatação abstracta da classe de instantes T_2 em que se realiza o evento e, dessa nova classe (abstracta), não fazem parte um primeiro ou um último instante. Essa operação permite, assim, que sejam construídos como simultâneos a locução e o evento, ao longo da classe de instantes que é associada à locução.»

Nos enunciados (71) e (72) estamos perante um ‘futuro iminente’ e a perífrase marca o valor temporal de posterioridade. Segundo Campos (1998: 213) «o valor de

futuro resulta de uma operação de presentificação, que consiste na anulação abstracta do hiato entre T_1 e T_2 , pela construção de um intervalo aberto subjacente a 'estar a INFINITIVO', e que contém T_2 e T_1 ».

Com o enunciado (73) estamos perante uma situação de ambiguidade, pois pode ter duas interpretações:

- *o edifício estar a cair* pode significar que o edifício já começou a desmoronar-se;
- *o edifício estar a cair* pode significar que o edifício está tão degradado que poderá começar a desmoronar-se a qualquer momento.

Relativamente aos casos em que há marcação do valor temporal de posterioridade, Moens & Steedman (1988: 18-19) defendem que, em situações como as descritas anteriormente, quando uma Culminação surge em coocorrência com a construção *estar a*, estamos perante fenómenos de recategorização. Nestas situações é o processo preparatório que está em curso no momento da referência temporal e é esse processo preparatório que é objeto de asserção pelo enunciador-locutor e não o ponto de culminação, o limiar semântico ou *telos* inerente à Culminação. Na realidade, é perfeitamente possível haver asserção do processo preparatório e 'negação' da culminação, como podemos verificar no enunciado:

(74) O comboio estava a chegar à estação quando descarrilou.

Diferentemente destes autores²⁰², como se verá seguidamente, Franckel (1989) apresenta uma descrição formal da perífrase francesa *être en train de* que, com as adaptações necessárias ao português²⁰³, concorre para uma melhor compreensão das interpretações que é possível associar ao emprego da perífrase *estar a Vinf* em coocorrência com Eventos.

²⁰² As propostas de Moens & Steedman (1988) e de Campos (1998) não são propriamente incompatíveis com a descrição formal apresentada por Franckel (1989). Penso, antes, que se complementam e enriquecem a análise e descrição dos enunciados.

²⁰³ As perífrases *être en train de Vinf* e *estar a Vinf*, apesar de apresentarem algumas diferenças, em alguns empregos são perfeitamente equivalentes.

2.3. *Estar a Vinf*: localização de p e estruturação de I

A proposta de Franckel (1989) está ancorada a conceitos como ‘noção’ ou ‘domínio nocional’, conceitos fundacionais na Teoria Formal Enunciativa, importantes para a sua conceptualização.

Como referido anteriormente²⁰⁴, a construção de um dado domínio nocional permite distinguir, no espaço topológico da noção, o seu Interior (p) e o seu Exterior (p’), sendo p’ construído, em cada enunciação, como complementar linguístico de p. Todas as ocorrências possíveis de uma noção são situadas, então, nas zonas I e E e estas zonas são complementares (p,p’), sendo a zona I a zona do validado, constituída pelas ocorrências positivas da noção, e a zona E a zona do não validado, constituída pelas ocorrências negativas da noção. No entanto, uma ocorrência pode ser construída como validável, situando-se aquém de I ou E, numa zona IE (Interior/Exterior).

Para Franckel (1989) *être en train de* articula, num plano disjunto, a ancoragem de p, nocionalmente não estruturado, sobre a classe de instantes, sendo a estruturação nocional de p operada fora do plano temporal.

O facto de haver localização de p no plano temporal, sem estruturação nocional, faz com que p corresponda à posição IE, bifurcação que encaminha a I ou a E. «*Être en train de* permet de marquer une forme de temporalisation du hiatus entre la position IE et la position I» (Franckel 1989: 66).

Tendo em conta esta explicação, este autor divide os empregos desta perífrase em dois grandes grupos. Em certas ocorrências, em primeiro lugar ocorre a construção de I, ou interior do domínio, e só depois a localização de p, sendo que, nestas situações, «I correspond à une valeur qualitativement positive, à une bonne valeur, à une valeur visée. Il y a téléonomie et, en règle générale, intentionnalité de la part de S» (Franckel 1989: 66-67). Noutras ocorrências, a construção de I opera-se a partir da localização de p, ou seja, em primeiro lugar ocorre a localização de p e só depois a

²⁰⁴ Ver Parte II, ponto 4.1.

construção de I. Segundo Franckel (1989: 66-67), «[c]’est à cet ordre de construction que correspondent notamment les cas d’«antitéléonomie».

A teleonomia ou intencionalidade pode, de acordo com Deschamps (1997: 63), ser definida pela existência de um hiato entre o valor perspectivado e a própria situação, assim como por uma avaliação.

É, então, a natureza do hiato que se estabelece entre a construção de p e a construção de I que faz variar os valores que aparecem ligados a *estar a Vinf*. Esses valores dependem de a construção de I ocorrer primeiro que a localização de p ou, ao contrário, se operar a partir da localização de p.

Nos empregos da perífrase com valor de teleonomia, o enunciador-locutor constrói I como validável e só após há construção de p e localização de p na classe de instantes à qual pertence, ou não, T_0 . Segundo Franckel (1989: 76), em francês *être en train de* obriga a que T_0 pertença à subclasse de t que localiza p. Mas, em português, *estar a Vinf* é compatível com todas as formas verbais, o que implica que nem sempre T_0 pertença à classe de instantes em que p é localizado, como se pode verificar nestes exemplos²⁰⁵:

(75) O Pedro esteve a estudar com a Ana.

(75’) O Pedro estava a estudar com a Ana, quando eu cheguei.

(75’’) O Pedro tinha estado a estudar com a Ana, quando eu cheguei.

(75’’’) O Pedro estará a estudar com a Ana, quando eu chegar.

²⁰⁵ Note-se que, diferentemente do Português, em Francês a perífrase *être en train de* não pode coocorrer com o Pretérito Perfeito ou com o Futuro. No entanto, pode coocorrer com o Pretérito Imperfeito. De qualquer forma, a afirmação de Franckel (1989) resulta, parece-me, do facto de a sua descrição se basear em enunciados em que é empregue o Presente. O que é então de salientar é que, em Francês, o tempo localizador T_i (seja ele T_0 ou T_3) pertence à classe de instantes em que há a localização de p.

Em determinadas ocorrências desta perífrase, p é validado e conduz a I, mas fica aquém de I. *Estar a Vinf* marca o hiato temporal entre p e I. Os enunciados que se apresentam seguidamente são disso exemplo:

(76) A água estava a aquecer, quando faltou o gás.

(77) A água está a aquecer.

Nestes enunciados temos o valor de ‘processo em curso’ e, como defendi em Alzamora (2002: 114), «[n]este caso o hiato entre as duas construções (construção de I e construção de p) é de ordem temporal. A construção de I é anterior à localização de p - há um projeto, um objetivo a atingir, uma intencionalidade» [a *água estar quente*]. A localização de p na classe de instantes que compreende T_0 tende para a validação de I que, no entanto, é apenas validável. Dizer que há a construção de I como validável, significa que I é visado, é objeto de uma mira. «A localização de p em T_0 define o hiato entre p e I pois pode interpretar-se p como marcador de ‘*ainda não I*’. Esse hiato corresponde a uma quantidade de processo a validar» (Alzamora 2002: 114). Neste sentido, ‘*estar a aquecer*’ significa ‘*ainda não* *estar totalmente aquecida*’. I corresponde a ‘*acabar de p*’: ‘*acabar de aquecer*’; ‘*já* *estar totalmente aquecida*’.

No seguimento de Culioli (1999b: 358), verifica-se que o valor de ‘processo em curso’, pode ser reforçado com o adverbial *ainda não*. De acordo com este autor, o adverbial francês *pas encore* situa-se em IE em relação a I e o mesmo se passa com *ainda não*, em português:

(78) A água ainda não está quente.

(79) A água já está quente.

Os enunciados (77) e (78) situam-se em IE em relação a I e (79) situa-se em I em relação a IE. *Estar a Vinf* corresponde a uma operação complexa que pode ser representada, tendo por base o enunciado (77), pelos seguintes diagramas:

(vi) fria [≠ de fria
 p p'

(vii) ≠ de quente] quente
 p' p

(viii) estar fria [≠ de fria] estar a aquecer [≠ de quente] estar quente

Neste tipo de enunciados, a perífrase *estar a Vinf* marca a abertura de uma subclasse de t que localiza p, ou seja, marca a abertura dos dois intervalos fechados: [≠ de fria] e [≠ de quente].

Neste sentido, esta perífrase instancia o localizado e validado e o validável, pois põe em jogo o complementar linguístico de '*estar totalmente fria*' num plano temporal e o complementar de '*estar totalmente quente*' num plano não temporal, onde ele se funda como um objetivo a atingir. A abertura do complementar fechado de '*estar totalmente fria*' sobrepõe-se à abertura do complementar fechado de '*estar totalmente quente*', construído prospetivamente.

Nos empregos da perífrase *estar a Vinf* em que se opera em primeiro lugar a localização de p no plano temporal e só depois se opera, a partir da localização de p, a construção de I, podemos encontrar dois tipos de enunciados diferentes: situações em que há emprego de *estar a Vinf* com valor de antiteleonomia e situações em que, não se pode verdadeiramente dizer que há antiteleonomia, mas há apagamento da intencionalidade. É esta última situação que encontramos nos enunciados (80) e (81):

(80) Olha, os lilases estão a florescer!

(81) A maré está a subir! Logo à tarde está maré cheia.

É a partir da localização do processo p na subclasse de instantes que engloba T_0 que se constrói I como um ‘estado alvo’. O enunciador-locutor valida p, mas a construção de I enquanto validável não resulta da sua intenção prévia, isto é, o enunciador valida um processo que tende para um alvo que não corresponde a uma intenção previamente construída por ele. I não é ‘causa’ de p, mas ‘consequência’ de p. Segundo Franckel (1989) em enunciados com este valor, I (validável) resulta de uma operação de mira²⁰⁶ a partir da localização de p (validado). Nestes casos há, por parte do enunciador, uma consciencialização²⁰⁷, ou seja, a constatação de um determinado estado de coisas (*os lilases já começaram a dar flor; a maré já começou a subir*) que permite fundar uma mira (*a completa florescência dos lilases; a maré cheia*) e, consequentemente, o hiato entre o processo e o seu termo.

Quando a construção de I é posterior à localização de p, operando-se a partir da localização de p, mas com um emprego de *estar a Vinf* de tipo antiteleonomia, verifica-se que, tal como se ilustra em (82), o processo é construído como estando ‘em curso’, mas, efetivamente, o que encontramos não é um ‘processo em curso’, mas uma tentativa de impedir que o processo seja validado:

(82) Cuidado! Olha que o teu brinco está a cair.

Pode dizer-se que, em (82), *estar a Vinf* tem valor de advertência. Na realidade, quando se enuncia *Olha que o teu brinco está a cair*, o brinco não está realmente em queda, mas prevê-se, se todas as condições se mantiverem, que caia. Como referi anteriormente, também nesta situação é a partir da localização de p que se opera a construção de I como validável. Mas, pela frase antecedente (*Cuidado!*), o enunciador

²⁰⁶ Fala-se de operação de mira quando, partindo da situação de enunciação-origem (Sit_0), se visa um dos valores da classe que permite validar a relação predicativa numa situação Sit_2 , definida pela coordenada temporal T_2 . Quando há uma operação de mira há a construção de um hiato entre Sit_0 e Sit_2 . Fala-se de mira temporal relativamente às situações em que é construído um hiato cronológico, ou seja, em que se verifica uma distanciação cronológica entre a classe de instantes construída, a situação do acontecimento linguístico (Sit_2), e a situação de enunciação-origem (Sit_0): T_2 é posterior a T_0 . Sobre a operação de mira ver, entre outros, Culioli (1990: 146-147); Bouscaren & Chuquet (1987: 150).

²⁰⁷ Cf. Franckel (1989: 73).

marca que se pode evitar que I venha a ser validado. Esta construção de I não é prévia como nos casos em que há intencionalidade. O que há é a uma operação de mira, após a localização de p.

Uma descrição como a que se apresentou anteriormente permite perceber melhor os mecanismos em jogo nos enunciados (73) [*Na opinião dos operadores, o mercado está a chegar a um período de consolidação.*] e (74) [*O executivo de Sampaio quis mudar tudo o que de Abecassis tinha aprovado para o local e as decisões finais devem estar a cair.*] Nestes exemplos, predicções eventivas como *estar a chegar* e *estar a cair* têm valor temporal de ‘futuro iminente’. O valor temporal de posterioridade é construído de forma complexa, pois é a posterioridade enquanto tal que é construída como validável. O enunciador constrói e localiza p na classe de instantes que compreende T_0 e a partir da localização de p opera a construção de I. *Estar a Vinf* marca o hiato entre p e I e, como já referi, o valor de posterioridade nestas construções resulta da anulação abstrata desse hiato²⁰⁸.

2.4. O estatuto da perífrase *estar a Vinf*

Sintetizando o que foi referido anteriormente, quando se procede à análise e descrição da perífrase verbal *estar a Vinf*, coloca-se, de imediato, um problema: perceber como se relaciona esta perífrase, habitualmente associada ao valor de ‘processo em curso’, com a marcação de valores temporais diferenciados, mesmo quando o verbo de suporte da predicação ocorre sempre no Presente do Indicativo.

Da caracterização do funcionamento desta perífrase verbal, quando *estar* ocorre no Presente do Indicativo, podemos afirmar que os valores por ela marcados variam e dependem, como verificámos, da natureza do hiato que se estabelece entre a construção de p e a construção de I. Esses valores dependem do facto de a construção de I ocorrer primeiro que a localização de p ou, ao contrário, se operar a partir da localização de p.

²⁰⁸ Cf. Campos (1998: 213).

Como pudemos observar, nas situações em que esta perífrase, com *estar no Presente do Indicativo*, coocorre com predicados télicos, encontramos três situações distintas.

Nos empregos do tipo teleonomia, como em (77) [*A água está a aquecer.*] *estar a Vinf* marca o hiato temporal entre p e I. O hiato corresponde ao que ainda falta validar de p para atingir I que foi construído previamente com valor de intencionalidade. O hiato pode interpretar-se da seguinte maneira: com vista a I, p em IE, ainda não I.

Nos empregos do tipo antiteleonomia, vimos três situações diferentes.

Em enunciados como (80) [*Olha, os lilases estão a florescer!*] e (81) [*A maré está a subir! Logo à tarde está maré cheia.*] *estar a Vinf* marca o hiato entre p e I e há apagamento da intencionalidade (não há teleonomia).

Em enunciados como (82) [*Cuidado! Olha que o teu brinco está a cair.*] *estar a Vinf* marca o hiato entre p e I, mantém-se o hiato e há apagamento abstrato de I. Nestas situações I é validável em $T_i > T_0$ (T_i tem valor temporal de posterioridade em relação a T_0), mas construído como não validado em T_0 .

Em enunciados como (73) [*Na opinião dos operadores, o mercado está a chegar a um período de consolidação.*] e (74) [*O executivo de Sampaio quis mudar tudo o que de Abecassis tinha aprovado para o local e as decisões finais devem estar a cair.*] *estar a Vinf* marca o hiato entre p e I, mantém-se I e há apagamento abstrato do hiato marcado pela perífrase. I é validável em $T_i > T_0$ (T_i posterior a T_0) mas construído como validado em T_0 .

A descrição que aqui apresentei parece apontar para a existência de dois valores relacionados com o funcionamento desta perífrase: um valor de natureza nocional, o valor que é estável, e um valor gramatical, que resulta da relação da construção *estar a* com diferentes configurações, nomeadamente, da sua coocorrência com predicadores de natureza aspetual diferentes.

Considero que a descrição da perífrase *estar a Vinf* fundamenta, também, que possamos defender que esta construção não desempenha a função de operador. O que se verifica é que não é a perífrase que altera as propriedades dos predicadores,

mas que as compatibilidades e incompatibilidades de coocorrência dependem das propriedades intrínsecas das formas e da sua deformabilidade, quando interagem na construção, resultando dessa interação a marcação de valores diferenciados. Por outro lado, a análise e descrição apresentada permite mostrar que, também esta perífrase verbal, no português europeu contemporâneo, é um marcador pluri-categorial, uma vez que se mostra, mais uma vez, que *estar a Vinf* pode marcar diversos valores de natureza gramatical - tempo, aspeto e/ou modalidade.

2.5. A estruturação do domínio nocional e a localização da relação predicativa com as perífrases *estar por Vinf* e *estar para Vinf*

Com as perífrases *estar por Vinf* e *estar para Vinf* a construção do domínio nocional associado ao verbo no infinitivo é anterior à localização operada por *estar* e as ocorrências da noção são construídas como válidas.

Nestas situações, em primeiro lugar ocorre a construção do interior do domínio I e só depois a localização de p. Ambas as perífrases marcam valores modais, ainda que de forma diferente, uma vez que articulam, de forma complexa, diferentes valores temporais.

Com o uso da perífrase *estar por Vinf*, o que se marca é que I foi construído como válido e que essa validação ainda não teve lugar, isto é, no tempo que é marcado por *estar* e que serve de localizador da relação predicativa, I não foi ainda validado, como se verifica em (83), (84) e (85):

(83) Apesar de estar por concluir a importante Avenida Central de Chelas, a principal carência de infraestruturas sentida é a de estacionamento.

[CETEMPúblico – Ext 180035-soc-93b-2]

(84) Daí o seu discurso ter descido ao concreto, enunciando o que está por cumprir: transparência, descentralização, justiça.

[CETEMPúblico – Ext 3273-pol-94b-1]

(85) Notaram, por exemplo, que ainda está por definir, em concreto, o que será o estatuto VIP, a atribuir a determinados visitantes, como é o caso dos chefes de Estado e de outras entidades.

[CETEMPúblico – Ext 5551-clt-98a-2]

Em enunciados como (83), (84) e (85), *estar por* marca que I foi construído como validável em $T_i < T_0$, que I não foi validado, podendo ou não vir a ser validado num tempo posterior ao tempo de referência, ou seja, I é não validado em T_0 , mas validável em $T_i > T_0$. A construção de I ocorre primeiro e opera-se uma dupla e complexa construção de p: a localização de p é simultaneamente perspectivada como podendo ter sido localizada em $T_i < T_0$ (anterioridade) e como validável em $T_i > T_0$ (posterioridade).

Nas situações em que ocorre *estar para*, uma dada relação predicativa é construída como validável e há construção do valor temporal de posterioridade em relação ao tempo de referência. O enunciador constrói I como validável e só após há construção de p e localização de p na classe de instantes (à qual pertence T_0 , quando *estar* ocorre no presente).

I corresponde a um valor visado, havendo, portanto, construção de uma teleonomia ou intencionalidade. *Estar para* desencadeia uma operação de mira, pois marca o hiato entre o valor perspectivado e a própria situação, ou seja, com o uso desta perífrase, estabelece-se um hiato entre a construção de I e a construção de p.

Assim, com a perífrase *estar para Vinf*, há prevalência do valor modal e do valor temporal de posterioridade sobre o valor aspetual. No enunciado (86)²⁰⁹ é construído um valor de previsão, podendo este enunciado ser glosado por (ix):

(86) O comboio está para partir.

²⁰⁹ Recorro aqui a alguns exemplos, bem como à análise e explicação dos valores marcados pela perífrase *estar para Vinf*, já apresentados em Alzamora (2002: 104ss).

(ix) *O comboio deve partir dentro de minutos.*

De acordo com Campos (1998: 191), há construção do valor de previsão, quando «em $T_0 (=T_1)$, eu ($S_1 = S_0$), declaro estar previsto que, em T_2 , posterior a T_1 , se realize o estado de coisas subjacente à relação predicativa $\langle p \rangle$ ». A construção do valor de previsão implica, então, a construção de uma asserção relativamente à validação da relação predicativa visada, prevista num plano aorístico que pode ser definido pelas coordenadas enunciativas S_0^1 e T_0^1 . S_0^1 coincide com S_0 , assumindo este a validação da relação predicativa prevista em Sit_0^1 .

Há, nestas situações, uma distância temporal entre o tempo da modalização e o tempo do acontecimento linguístico que é visado. A relação predicativa p é visada em Sit_0 como validável numa situação Sit_2 e a coordenada temporal T_2 é forçosamente posterior a T_0 .

O valor de previsão tem por base a construção de uma relação predicativa com valor temporal de posterioridade, mas, no que respeita a modalidade, o valor desta perífrase não pode ser identificado com o valor da forma verbal do Futuro, uma vez que o valor de previsão da perífrase tem uma força assertiva mais fraca: «O valor temporal do Futuro simples corresponde à construção de uma mira entre T_0 e T_2 , sobre um único caminho entre Sit_0 e Sit_2 , isto é, apenas o interior I do domínio nocional é visado e se projeta no plano aorístico. Ao contrário, quando é construído o valor de previsão, é visada a validação de um domínio constituído por Interior e Exterior. S_0 não elimina a existência do Exterior do domínio que possa perturbar a realização visada. Daí a sua força assertiva ser menor.» (Alzamora 2002: 106)

Note-se que, por exemplo, Bouscaren *et al.* (1982) estabelecem um paralelo entre a expressão modal do inglês *is to* e o verbo francês *devoir*, considerado como auxiliar do futuro, sublinhando que por ‘futuro’ se deve entender que se trata de um

plano diferente, modalizado e não cronológico em relação ao momento da enunciação.²¹⁰

Na análise que apresentam de *is to*, Bouscaren *et al.* (1982: 119-120) assumem que a partícula *to* pode ser definida «comme un opérateur de mise en relation prédictive: il participe en effet à la détermination de la notion de prédicat qui le suit (...) et indique une relation prédictive ‘en attente’». Segundo estes autores, «[l]iée au caractère ‘incomplet’ de cette relation et à la métaphore spatio-temporelle que véhicule toujours dans une certaine mesure la particule TO (direction vers, but, intention, à venir, etc.), on peut ajouter que la relation (...) est présentée comme pouvant être validée, à valider ou encore validable (...).»²¹¹ Trata-se de uma modalidade de tipo 2: projeção (visée), na medida em que se perspetiva uma validação possível.

Os valores marcados por esta perífrase são desencadeados pela coocorrência de *estar* com a preposição *para*. Ao intervir nesta construção e associando-se a *estar*, as propriedades desta preposição concorrem para a construção do valor de previsão, uma vez que *para* indica que a validação da relação prediativa se encontra ‘em espera’, é prevista num tempo T_2 posterior a T_0 .

Cunha & Cintra ([1984] 1986³: 567), por exemplo, defendem que a preposição *para* denota «[m]ovimento = tendência para um limite, finalidade, direção, perspetiva. Distingue-se de *a* por comportar um traço significativo que implica maior destaque do ponto de partida com predominância da ideia de direção sobre a do término do movimento».²¹² Também Campos (1998: 237) refere que o valor abstrato ‘em direção a’ talvez seja o valor básico da preposição *para*.

²¹⁰ Sobre ‘dever’ com valor de previsão ver Campos (1998: 190ss).

²¹¹ O valor da preposição ‘*para*’ pode ser claramente perceptível na confrontação dos dois exemplos seguintes: a) *O livro está por encadernar.*, b) *O livro está para encadernar.* No primeiro enunciado nada nos é dito sobre o facto de o livro vir ou não a ser encadernado. No segundo enunciado sabemos que o livro está a ser ou será encadernado. ‘*Para*’ é marcador de uma mira. ‘*Estar encadernado*’ corresponde ao alvo que é construído como válido.

²¹² A ideia de movimento e direção está presente também, entre outros, em Wagner & Pinchon (1962: 493) que afirmam que «*pour* sert à construire le complément qui évoque: a) le terme d’un mouvement, d’une direction, (...) b) le terme d’un délai qu’on se fixe, le délai lui-même.». Sobre os valores de *para* (*pour*) ver ainda, entre outros, Fradin (1991), Cadiot (1990; 1997) e Costa (2011; 2014).

Esta questão do valor básico da preposição leva-nos à problemática do seu estatuto nocional, enquanto categoria lexical e/ou categoria gramatical, partindo da assunção do seu estatuto enquanto relator.

2.6. O hibridismo nocional da preposição e a construção dos valores referenciais das perífrases *estar a Vinf* e *estar para Vinf*

Se é inequívoco que não há formas linguísticas isoladas, sendo o objeto deste trabalho uma construção e não uma forma, torna-se ainda mais notório que qualquer análise e descrição que possa fazer-se das perífrases verbais implica uma atenção particular às propriedades distribucionais de cada uma das formas que as integram e às compatibilidades e restrições que essas propriedades desencadeiam na construção.

A análise que se apresentou anteriormente evidencia que os valores semânticos das preposições *a* e *para* vão afetar as construções perifrásticas, conferindo-lhes determinados valores temporais, aspetuais e modais²¹³.

Para o português, Costa (2011; 2014) estabelece a forma esquemática das preposições *a* e *para*, o que permite a explicação dos valores desencadeados por estas duas preposições nas construções *estar a Vinf* e *estar para Vinf*.

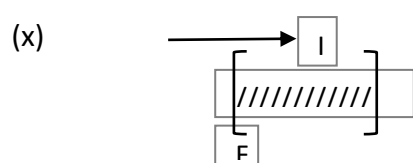
É importante começar por referir que a proposta deste autor parte da análise de SP direcionais, enquanto marcadores de natureza aspetual, e que, por conseguinte, estabelece os valores marcados pelas preposições associadas a verbos de movimento – verbos de deslocação (VVD) e verbos de maneira de movimento (VMMM)²¹⁴. No entanto, ao estabelecer a forma esquemática destas duas preposições e tendo por base a assunção do estatuto relacional da preposição, permite a distinção dos valores associados a estas formas e dos valores ativados pelas construções.

²¹³ Nesta parte do trabalho, debruçar-me-ei apenas sobre estas duas preposições, *a* e *para*, como exemplo da necessidade e importância de uma análise das perífrases tendo em conta as propriedades de cada uma das formas da construção, em particular, e da interação entre elas, no todo.

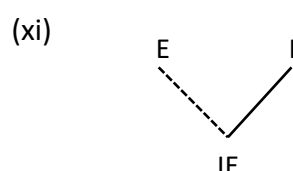
²¹⁴ Para o aprofundamento desta proposta, remeto o leitor para Costa (2014: 35ss).

Segundo este autor (cf. Costa 2011: 43-51), a preposição permite constituir um espaço topológico no qual uma entidade móvel, que se pode identificar com X (ou não ter realização fonética/lexical), é situada.

Relativamente a esse espaço topológico, a preposição *a* marca a passagem da fronteira (F) do domínio e localização de X em I, isto é, no interior do domínio associado a Y:



Por outro lado, a preposição *para* marca uma «mira do I do domínio associado a Y; Y é representado como um objecto intencional, ou seja, como uma propriedade modal (teleonomia); Y funciona como um atractor de X» (Costa 2011: 49-50):



Se associarmos a forma esquemática da preposição *a* à análise que se apresentou da perífrase *estar a Vinf*, pode verificar-se que, no caso da perífrase, a preposição marca a passagem da fronteira (F) do domínio associado a Y. No entanto, como vimos, ao coocorrer com *estar* e dependendo das propriedades do predicador, a construção *estar a* marca um hiato entre a construção de p e a construção de I e os valores desencadeados dependem do facto de a construção de I ocorrer primeiro que a localização de p ou, ao contrário, se operar a partir da localização de p. Ou seja, a forma esquemática da preposição *a* mostra que o funcionamento deste relator em

coocorrência com diferentes termos da relação, permite desencadear empregos do tipo teleonomia e empregos do tipo antiteleonomia.

A forma esquemática da preposição *para*, que realça as suas propriedades teleonómicas, ajusta-se à descrição da perífrase *estar para Vinf*, anteriormente apresentada, e permite justificar que, ao intervir nesta construção, as suas propriedades concorram para marcação do valor de previsão.

3. As perífrases verbais *acabar de Vinf*, *deixar de Vinf* e *parar de Vinf*

Ao analisarem-se as perífrases *acabar de Vinf*, *deixar de Vinf* e *parar de Vinf* verifica-se que estas são tratadas como estando associadas à marcação do valor aspetual cessativo. Constata-se, também, que na generalidade da bibliografia, não se explicitam as particularidades de cada uma destas construções, sendo, por isso, consideradas como intermutáveis. Por se verificar, contudo, que estas construções manifestam comportamentos diferentes em termos da sua significação, propõe-se uma análise e descrição que permita estabilizar os diferentes valores que evidenciam na diversidade dos enunciados produzidos pelos falantes. Deste modo, visa-se, não só problematizar as propostas de análise avançadas por diversos autores, como também encontrar soluções para os problemas que se colocam na análise e discussão do estatuto das perífrases verbais no português europeu contemporâneo²¹⁵.

3.1. *Acabar de Vinf*, *deixar de Vinf* e *parar de Vinf* e a marcação do valor aspetual cessativo

Como ponto de partida para a análise das perífrases *acabar de Vinf*, *deixar de Vinf* e *parar de Vinf*, proponho o confronto do seguinte paradigma de exemplos:

²¹⁵ Ver, entre outros, Alzamora (2014).

- A. (87) Ele acabou de comer a tarte.
(88) Ele acabou de chegar de Paris.
- B. (89) Ele deixou de comer a tarte, porque não estava a gostar.
(90) Ele deixou de comer a tarte, para ta dar, e tu deitaste-a fora.
- C. (91) *Acaba de ser chata! / Para de ser chata! / Deixa de ser chata!
(92) ?? Acaba de falar! Para de falar! / ?? Deixa de falar!

Estes dados permitem-nos, de imediato, perceber que as três perífrases são semanticamente distintas, mesmo quando há marcação do valor aspetual cessativo (cf. (87) e (89)), mas também que a mesma construção nem sempre concorre para a marcação desse valor aspetual (cf. os pares (87)-(88) e (89)-(90)). Assim, é fundamental analisar as configurações em que estas construções ocorrem e estabelecer as possibilidades e as restrições de coocorrência (cf. (91) e (92)), permitindo, dessa forma, identificar, descrever e explicar, ao nível da representação metalinguística, fenómenos particulares.

3.2. *Acabar de Vinf*: dois objetos de natureza temporal-aspetual diferente

Como referi anteriormente²¹⁶, à perífrase *acabar de Vinf* podem ser associados dois valores fundamentais distintos²¹⁷, uma vez que estamos perante dois objetos metalinguísticos de natureza diferente. De acordo com Campos ([1995] 1997: 93-113) *acabar de*₁ está presente nas ocorrências em que *acabar de* significa ‘terminar’, ‘pôr termo a’, como em (87), enquanto *acabar de*₂ é o localizador temporal-aspetual do acontecimento linguístico²¹⁸, como em (88).

²¹⁶ Cf. Parte II, ponto 1.

²¹⁷ Cf., entre outros, Campos ([1995] 1997) e Torrego (1999: 3378-3381).

²¹⁸ Os índices 1 e 2, propostos por Campos (op. cit.) para os dois valores de *acabar de Vinf*, correspondem, respetivamente, aos valores b) e a) na análise de Torrego (1999: 3378): «a) [u]n valor temporal de ‘anterioridad reciente’ unido a outro aspetual de carácter ‘puntual’, que no tiene en

*Acabar de*₁ marca, não só a passagem ao exterior temporal de um processo, mas, ao mesmo tempo, a saturação de uma quantidade de processo construída independentemente do tempo e estabelecida, em particular, por uma quantificação do objeto afetado pelo processo (cf. Franckel 1989).

(93) Acabei de fazer o trabalho.

(94) Acabei de comer.

O verbo *comer* implica, tal como *fazer*, a quantificação do objeto, mas em (94) a quantificação do objeto não é marcada explicitamente no enunciado. Como defende Franckel (1989: 133), *comer* implica a construção de um complemento genérico implícito: *comer o que é comestível; comer o que se tem para comer*. As glosas apresentadas mostram que a quantidade de processo atualizado é a quantidade de processo construído como validável, o que pode ser confirmado pela possibilidade de coocorrência com adverbiais de completamento (*em QN de T / em x tempo*). Os adverbiais *em QN de T*, contrariamente a *durante QN de T (durante x tempo)* desencadeiam uma quantificação do processo. Por isso, *acabar de*₁ é compatível com *em QN de T* e não com *durante QN de T*:

(95) Ele acabou de comer em 10 minutos.

(96) * Ele acabou de comer durante 10 minutos.

Embora ambos os adverbiais apresentem como traço comum a coocorrência com situações delimitadas e, por isso, representáveis por um intervalo fechado, a quantificação do processo distingue, segundo Pereira (2009), estes dois adverbiais, uma vez que *durante* quantifica o intervalo de instantes associado ao processo e exprime a sua duração, ao passo que *em* define a quantificação de um intervalo

cuenta el desarrollo de la acción» e « b) [u]n valor aspectual perfectivo, de acción acabada, que presupone un desarrollo anterior de la acción».

fechado, no qual se inscreve o processo. «[P]or isso se interpreta *durante* como “QN de T que dura o processo” e *em* como “QN de T que demora a tingir a fronteira associada a uma transição”» (Pereira, 2009: 223).

Nas ocorrências de *acabar de*₂ em que *acabar de* é o localizador temporal-aspetual do acontecimento linguístico, o enunciado tem valor aspetual perfectivo e a localização temporal-aspetual do acontecimento linguístico construído é representada por um intervalo fechado e compacto – de que o intervalo pontual é um caso particular – contíguo e anterior a um ponto de referência (cf. Campos [1985] 1997: 96). É o que se verifica no enunciado (88) [*Ele acabou de chegar de Paris.*].

3.3. *Deixar de Vinf*: dois objetos de natureza temporal-aspetual e modal diferentes

Em português, tal como acontece com *acabar de*, também a perífrase *deixar de Vinf* pode marcar valores distintos e esses valores constituem a evidência que me permite defender, igualmente, a existência de dois objetos metalinguísticos de natureza diferente, que diferenciarei, tendo em conta a interpretação que, de forma empírica, se faz dos pares de enunciados que se apresentaram em (89) [*Ele deixou de comer a tarte, porque não estava a gostar.*] e (90) [*Ele deixou de comer a tarte, para ta dar, e tu deitaste-a fora.*].

No seguimento de Campos ([1985] 1997), atribuo o índice 1 (*deixar de*₁) às ocorrências em que *deixar de* tem valor aspetual perfectivo e marca a passagem do interior ao exterior temporal de um processo, a interrupção de um processo que estava em curso e que não chega ao fim²¹⁹, e o índice 2 (*deixar de*₂) às ocorrências em que não há interrupção de um processo em curso e em que *deixar de* desencadeia, não a passagem do interior ao exterior temporal de um processo, mas, pelo contrário, a não entrada no interior de um processo pré-construído como válido.

Ao analisar os dois exemplos apresentados, podemos verificar que em (89) *ele deixou de comer a tarte* implica que *ele estava a comer a tarte* e que há interrupção de um processo, enquanto em (90) *ele deixou de comer a tarte* não implica que *ele*

²¹⁹ Cf., entre outros, Franckel (1989: 132) e Torrego (1999: 3381).

estivesse a comer a tarte; não implica, por isso, a interrupção de um processo em curso, mas, ao contrário, que *ele não comeu a tarte que tencionava comer*.

Assim, no que respeita o valor marcado pela perífrase *deixar de*₂, a análise deste exemplo permite afirmar que, com esta construção, ao valor temporal-aspetual se sobrepõe um valor modal, uma vez que marca uma asserção face à atualização, mais propriamente, à não atualização de um determinado estado de coisas. Nestas situações a relação predicativa é pré-construída como validável e *deixar de*₂ marca a inviabilidade de atualização da relação predicativa, ou seja, nestes casos *deixar de*₂ não marca a fronteira de passagem ao exterior do domínio nocional associado a P, mas, ao contrário, a não entrada no domínio nocional pré-construído. Com *deixar de*₂ o sujeito da enunciação assume que não foi atualizada a relação predicativa pré-construída. P é e continuará a ser validável e *deixar de*₂ marca o hiato entre o validável (ou a possibilidade de atualização de P) e a não atualização de P. Assim, uma das características de *deixar de*₂ é implicar uma primeira construção de P, por intermédio de uma antecipação. *Deixar de*₂ P não põe fim a P, mas implica a não atualização de P, sendo que essa atualização era esperada.

3.4. *Deixar de Vinf* e *parar de Vinf*: distinção fundada na marcação de valores aspetuais e modais

De acordo com diferentes autores²²⁰, a perífrase *parar de Vinf* partilha algumas das características da perífrase *deixar de Vinf*. Se entre alguns enunciados há apenas uma ténue diferença de significação, as duas perífrases têm propriedades que, ainda assim, as distinguem:

(97) Deixou de chover.

(98) Parou de chover.

(99) Deixei de o ver.

²²⁰ Cf., entre outros, Franckel (1989: 140), Torrego (1999: 3382) e Oliveira ([2003] 2006⁷: 149).

(100) Parei de o ver (com tanta frequência).

Como podemos verificar, *deixar de* e *parar de*, em enunciados como (97) e (98) são praticamente equivalentes em termos de significação. Nestes enunciados, verifica-se que, tal como *deixar de Vinf*, *parar de Vinf* apenas introduz uma delimitação temporal que não desencadeia nenhuma delimitação do domínio nocional P.

Contudo, as propriedades do complemento C_0 podem desencadear valores diferenciados e pode observar-se uma diferença modal entre as duas construções, na medida em que *deixar de* não implica necessariamente intencionalidade, ao contrário de *parar de*. Com os exemplos (99) e (100) pode ver-se que, entre as duas perífrases, há uma diferença modal, uma vez que *parar de Vinf*, em coocorrência com um sujeito caracterizado pelo traço [+humano], marca intencionalidade, como em (100), enquanto em (99) não há necessariamente intencionalidade e o enunciado poderá corresponder a '*algo/alguém saiu do meu campo de visão*'.

Parar de marca, então, uma delimitação extrínseca de um processo, mas essa delimitação pode ser afetada do valor modal de intencionalidade.

3.5. Compatibilidades e restrições: análise de um caso - *acabar de₁ Vinf*

Campos ([1985] 1997), Oliveira ([2003] 2006⁷) e Cunha (2004b), entre outros, identificam algumas particularidades do funcionamento das perífrases verbais do português e descrevem as compatibilidades e as restrições de coocorrência em função da natureza aspetual dos predicados verbais que integram estas construções (o verbo no infinitivo). Centrando-nos, apenas, na perífrase *acabar de₁ Vinf*, a manipulação de alguns enunciados permite pôr em evidência fenómenos particulares para os quais não se encontra explicação nessas propostas.

Através da análise de exemplos, verifica-se que existe uma incompatibilidade entre *acabar de₁* e Estados, quer sejam Estados não faseáveis, Estados faseáveis de

indivíduo ou Estados faseáveis de estádio²²¹, pois, sendo estes caracterizados como insecáveis, são, por consequência, incompatíveis com qualquer determinação de uma quantidade de processo:

(101) * A Rita acabou de₁ ser alta. (Estado não faseável)

(102) * A Rita acabou de₁ ser agressiva. (Estado faseável de indivíduo)

(103) * A Rita acabou de₁ ser portuguesa. (Estado faseável de estádio)

Os exemplos permitem igualmente observar que, em muitas situações, não é possível a coocorrência de *acabar de₁* com Eventos Atômicos (Culminações ou Pontos), uma vez que este tipo de relações predicativas se representa por um intervalo pontual *I*, um intervalo fechado, sem dimensão, em que as fronteiras de abertura e fechamento coincidem, não podendo, por isso, distinguir-se o subintervalo *I'* marcado por *acabar de₁*:

(104) * O adepto acabou de₁ sair do estádio pelas onze horas.

Nas situações em que *acabar de₁* coocorre com relações predicativas caracterizadas aspetualmente como Eventos Atômicos, há uma operação de quantificação prévia sobre o argumento *C₀*, permitindo uma leitura distributiva:

(104') Os adeptos acabaram de₁ sair do estádio pelas onze horas.

A operação de quantificação permite «construir uma classe de situações correspondente a uma sucessão de *n* eventos instantâneos (...) representável por um intervalo fechado *I* que contém *n* intervalos pontuais que se sucedem: *acabar de₁* marca a construção da fronteira de fechamento de *I*» (Campos ([1985] 1997: 99).

²²¹ Cf. Cunha (2004b).

Se nos centrarmos, agora, nas (in)compatibilidades de coocorrência desta perífrase com Processos e Processos Culminados, verifica-se que, por exemplo, Oliveira ([2003] 2006⁷: 150) defende que, quando *acabar de₁* opera sobre essa classe de predicados verbais «a leitura final é a de culminação ou, em alguns casos, de processo culminado», e também, segundo Campos ([1985] 1997: 98), *acabar de₁* só pode coocorrer com Processos Culminados ou com Processos, pois podem representar-se por um intervalo I não pontual, em relação ao qual se isola o subintervalo I', fronteira de fechamento de I, que corresponde a *acabar de₁*.

No entanto, a manipulação de alguns enunciados permite-nos problematizar esta análise, uma vez que se verifica que *acabar de₁*, não só pode coocorrer com Eventos Atômicos, como vimos no ponto anterior, como nem sempre coocorre com Processos Culminados ou com Processos, como se pode verificar pelos dois conjuntos de exemplos que se apresentam seguidamente:

- A. (105) A Rita acabou de₁ comer.
- (106) * A Rita acaba de₁ comer.
- (107) A Rita acaba de₁ comer e vai ter contigo.

- B. (108) A Rita acabou de₁ comer a[s] maçã[s] que lhe deste.
- (109) * A Rita acabou de₁ comer Ø maçã.
- (110) * A Rita acabou de₁ comer uma maçã / Ø maçãs.

A confrontação entre (105), (106) e (107) permite-nos verificar que, com o mesmo Processo, a mudança de tempos gramaticais desencadeia incompatibilidades ou concorre para a marcação de valores diferenciados. A confrontação entre (108), (109) e (110) permite-nos verificar que, com o mesmo Processo e o mesmo tempo gramatical, a diferença de determinação de C₁ desencadeia comportamentos diferentes.

3.6. Contribuição da topologia Discreto, Denso e Compacto para a análise das perífrases verbais

A análise dos valores desencadeados pela determinação dos diferentes argumentos presentes nas predicções pode assentar no princípio da deformabilidade²²² das formas e construções, nas configurações em que se inscrevem:

«[l]e format de description proposé (...) qui associe un pôle d'invariance (la forme schématique du verbe) à différents plans de variation imbriqués les uns dans les autres constitue un programme de travail permettant de prendre en compte ces différents facteurs.» (Paillard 2001: 119)

Os dados observados revelam, como referi anteriormente, que na abordagem das perífrases verbais deve ser focalizada a atenção, não apenas na interação destas estruturas com as propriedades aspetuais intrínsecas dos predicadores, mas também na quantificação dos nominais que instanciam C_0 e C_1 .

Neste sentido, propõe-se, com base nos argumentos apresentados na segunda parte²²³ e no seguimento de, entre outros, Franckel, Paillard & De Vogüé ([1987] 1988); Paillard (1988; 2001), De Vogüé (1989)²²⁴, uma análise topológica, centrada na topologia DDC. O recurso a esta topologia, que articula as propriedades do predicador com as propriedades e a determinação de C_1 , permite uma melhor compreensão de alguns dos fenómenos destacados nos pontos anteriores.

No ponto seguinte deste trabalho tentarei mostrar de que forma estes princípios são relevantes para a caracterização das perífrases verbais. Incidirei, neste ponto, na análise da perífrase *acabar de*₁, parafraseável por *terminar X*.

²²² A deformabilidade é apreendida sob o ponto de vista da enunciação: «il n'existe pas de prototype naturel, mais des propriétés physico-culturelles – on pourrait même dire bio-physico-culturelles – qui s'organisent en domaines et en répertoires déformables » (Culioli [1995] 1999b: 66).

²²³ Ver ponto 4.3., Parte II.

²²⁴ Para o Português ver, sobretudo, Correia (1993; 2002) e Pereira (2009).

3.6.1. *Acabar de*₁ + DDC – análise e descrição de alguns exemplos

Com a perífrase *acabar de*₁²²⁵ há uma formatação intrínseca da noção por marcar a fronteira de passagem ao exterior de um dado domínio. Regra geral, isto é verificado pelo facto de, como se viu anteriormente, com esta perífrase, não poderem ocorrer verbos de natureza estativa.

Sob o ponto de vista da TFE, as noções compactas, em que há preponderância de Qlt sobre Qnt [(Qnt) Qlt], são ‘não-secáveis’, porque não são suscetíveis de um corte ou delimitação nocional, sendo incompatíveis com a possibilidade de qualquer delimitação.

Esta evidência pode ser verificada nos exemplos anteriormente apresentados em (101) [* *A Rita acabou de*₁ *ser alta.*], (102) [* *A Rita acabou de*₁ *ser agressiva.*] e (103) [* *A Rita acabou de*₁ *ser portuguesa.*].

Pelo contrário, o funcionamento discreto de uma noção implica a preponderância de Qnt sobre Qlt [Qnt (Qlt)]. As ocorrências discretas são formatadas intrinsecamente, sendo a ancoragem espaço-temporal de uma noção discreta indissociável de uma delimitação nocional, isto é, da formatação da noção que lhe está subjacente. Assim, quando nos centramos no domínio nominal, uma ocorrência discreta evidencia uma formatação da noção, porque há simultaneamente delimitação nocional e é estabelecida uma relação qualitativa com um padrão (formato-tipo). No domínio verbal, a operação de formatação estabelece-se em função do valor lexical intrínseco do verbo, mas também da determinação de C₁.

Assim, com verbos como *cair*, *sair*, *entrar*, por exemplo, há, *à priori*, uma forma de pré-delimitação nocional, uma auto-formatação, pelo que a discretização não é operada pelo objeto. Esta auto-formatação intrínseca, que se representa por um intervalo pontual I, fechado, sem dimensão, em que as fronteiras de abertura e fechamento coincidem, não permite demarcar um subintervalo I', o que inviabiliza a coocorrência com a perífrase *acabar de*₁, como se verificou em (104) [* *O adepto*

²²⁵ Ver, entre outros, Alzamora (2016).

acabou de₁ sair do estádio pelas onze horas.]. A coocorrência apenas é possível, como vimos acima, com uma leitura distributiva, construindo-se um valor aspetual de iteratividade (cf. (104') [*Os adeptos acabaram de₁ sair do estádio pelas onze horas.*]).

As situações discretas podem, no entanto, como referi, resultar da determinação de C_1 ²²⁶. Os exemplos apresentados acima e cuja análise aqui retomo, ilustram o que acabei de afirmar.

Nos enunciados (105) [*A Rita acabou de₁ comer.*], (106) [**A Rita acaba de₁ comer.*] e (107) [*A Rita acaba de₁ comer e vai ter contigo.*], verificamos que, com o mesmo processo, as restrições ou compatibilidades de coocorrência com *acabar de₁* decorrem da alteração do tempo gramatical ou da configuração em que se inscreve a perífrase. Nos enunciados (108) [*A Rita acabou de₁ comer a[s] maçã[s] que lhe deste.*], (109) [** A Rita acabou de₁ comer Ø maçã.*] e (110) [** A Rita acabou de₁ comer uma maçã / Ø maçãs.*], é a diferença de determinação de C_1 que possibilita ou impossibilita a coocorrência de *acabar de₁* nessas configurações, ainda que os mesmos enunciados sejam perfeitamente bem formados com *acabar de₂*.

A má formação de (106) [** A Rita acaba de₁ comer.*] deve-se ao facto de, nesta predicação, o predicado verbal manifestar um comportamento não discreto, mas denso, reforçado pelo valor do presente do indicativo.

É importante referir que, tanto no domínio nominal, como no domínio verbal, os densos correspondem à construção de ocorrências sem que seja estabelecida uma relação com um padrão, ou seja, sem formatação da noção. Como não dispõem de um formato-tipo que os estabilize, existe equiponderância de Qnt e Qlt, formalmente representada como [Qnt, Qlt]. Por esta razão, as ocorrências não estão sujeitas a nenhuma formatação tipo, necessitando, por isso, de um suporte espaço-temporal que as formate. A equiponderância [Qnt, Qlt] traduz, assim, a instabilidade que caracteriza o denso. No exemplo (106), a forma verbal de presente que marca essa localização, não permite a saturação da quantidade de processo que é marcada pela quantificação do objeto pré-construído (complemento genérico implícito).

²²⁶ «[S]i certains verbes ont par eux-mêmes des propriétés qui les affilient directement au discret, la plupart des verbes se trouvent discrétisés ou non en fonction de la détermination d'un complément.» (Franckel, Paillard & De Vogüé [1987] 1988: 242)

Em (107) [*A Rita acaba de₁ comer e vai ter contigo.*] é o segundo segmento, que introduz o suporte de uma teleonomia (intencionalidade), que justifica a boa formação do enunciado.²²⁷ Seguindo a análise de C₁ delimitador, apresentada por Pereira (2009), pode dizer-se que «a relação interlexis, marcada pela conjunção *e*, permite ajustamentos entre os valores construídos por determinações internas e externas» (Pereira 2009: 272). A segunda relação prediativa (*vou ter contigo*) dá estabilidade à primeira relação prediativa (*acabo de comer*), pois opera uma delimitação que é suporte de uma mira, ou seja, a segunda relação prediativa estabiliza a primeira relação prediativa ao constituir-se como a fronteira de complemento visada. O valor de telicidade é, então, delimitado por *acabar de₁*, que é construído com valor temporal de posterioridade.

Passe-se, agora, à análise dos enunciados (105), (108), (109) e (110), em que, com o mesmo processo e o mesmo tempo gramatical, a determinação de C₁ desencadeia as incompatibilidades verificadas.

Relativamente ao enunciado (105) [*A Rita acabou de comer.*], a perífrase coocorre com um predicado que manifesta um funcionamento denso. Não há formatação da noção, no entanto, há, como já foi referido, delimitação de C₁, através de um objeto pré-construído. Neste caso, não há discretização, mas apenas uma formatação extrínseca (temporal e espacialmente pertinente), ou seja, a manifestação da noção passa por uma ancoragem ou localização espaço-temporal. O predicado é compatível com *acabar de₁*, pois a ancoragem do processo é feita pelo pretérito perfeito, o que possibilita, não só a passagem ao exterior temporal do processo, mas, ao mesmo tempo, estabilizar a saturação da quantidade de processo formatada intrinsecamente e construída independentemente do tempo (*A Rita comeu o que tinha para comer*) e que Franckel (1989: 133) designa por ‘complemento genérico implícito’²²⁸.

²²⁷ A teleonomia é uma relação definida pela existência de um hiato entre um valor visado e a própria situação localizada. Ao construir-se o hiato, constrói-se o caminho para atingir (ou rejeitar) o *telos*, aqui entendido como ‘fronteira’. Ver, entre outros, Deschamps (1997:63).

²²⁸ Note-se a possibilidade de coocorrência de (105) e (108), contrariamente ao que acontece com (109) e (110), com o valor durativo do marcador *já* que, como defende Campos ([1995] 1997: 108), pode funcionar «como um critério decisivo para a distinção entre os dois valores», funcionando «como filtro de valores»: (105') [*A Rita [já] acabou de₁ comer.*], (108') [*A Rita [já] acabou de₁ comer a[s] maçã[s] que*

No enunciado (108) [*A Ana acabou de₁ comer a[s] maçã[s] que lhe deste.*], o predicado manifesta um funcionamento discreto, pois há uma formatação intrínseca realizada através de C_1 . A determinação de *a[s] maçã[s] que lhe deste* permite formatar uma ocorrência da noção, isto é, desencadear uma delimitação nocional de *maçã*, permitindo quantificar o processo. O pretérito perfeito localiza o processo, marcando a passagem ao exterior temporal do mesmo e *acabar de₁* marca a saturação da quantidade do processo estabelecida pela quantificação de C_1 .

Em (109) [** A Ana acabou de₁ comer \emptyset maçã.*], no entanto, o predicado manifesta um funcionamento compacto, visto que, como se afirmou anteriormente, os compactos «não se deixam formatar intrínseca ou extrinsecamente, definindo-se, topologicamente, como uma zona fechada» (Correia 1993: 107), daí resultando a impossibilidade de coocorrência com o subintervalo I' marcado por *acabar de₁*.

Já no enunciado (110) [** A Ana acabou de₁ comer uma maçã / \emptyset maçãs.*] verifica-se, graças à quantificação diferente de C_1 , existir uma incompatibilidade na ocorrência de perífrase *acabar de₁*, o que aponta para uma densificação das ocorrências construídas. Sublinhe-se que, quando a especificação de nominais é feita com o determinante \emptyset , para que se dê a formatação densa ou compacta de um N discreto este precisa de ser pluralizado²²⁹. Assim, neste exemplo, C_1 assegura a fronteira de delimitação do processo, podendo especificá-lo qualitativamente.

Com esta descrição de *acabar de Vinf*, *deixar de Vinf* e *parar de Vinf*, pode afirmar-se que as propostas avançadas por alguns autores, que geralmente associam estas construções à marcação do valor aspetual cessativo, não permitem explicar todos os casos apresentados e a diversidade dos valores marcados por estas construções.

Defende-se que, tal como no estudo da referência nominal, é fundamental o recurso à topologia DDC, no quadro da TFE, para a descrição das perífrases verbais, uma vez que permite a explicação dos fenómenos particulares, contribuindo para um melhor conhecimento do funcionamento e estatuto destas construções.

lhe deste.], (109') [** A Rita [já] acabou de₁ comer \emptyset maçã.*] e (110') [** A Rita [já] acabou de₁ comer uma maçã \emptyset maçãs.*]

²²⁹ Cf., a título de exemplo, Correia (1993).

A análise proposta mostra, ainda, que a interação entre as propriedades do verbo auxiliar, as propriedades da preposição e as propriedades do predador, bem como a determinação de C_0 e/ou de C_1 interferem no funcionamento das perífrases verbais.

Este trabalho permite, então, concluir que a relação entre uma perífrase e um determinado valor aspetual não é estável e que as perífrases desencadeiam, também, outros valores gramaticais (Tempo, Modalidade).

É tendo em conta o que atrás se afirmou que se defende que as perífrases não são operadores *strictu senso*, mas marcadores de noções predicativas. Inseridas em diferentes configurações, defende-se que as perífrases são afetadas com valores gramaticais, intervindo no seu funcionamento noções de natureza diferente: noções de tipo α (noções predicativas ou lexicais) e noções do tipo β (noções gramaticais)²³⁰.

²³⁰ Para uma leitura mais aprofundada desta questão, veja-se, entre outros, Campos (1998).

CONCLUSÃO

«Toute théorie doit être modeste et inquiète»

[Grésillon & Lebrave 2012: 147]

« ...

Em aberto, em suspenso

fica tudo o que digo.»

[Alexandre O'Neill. *Divertimento com sinais ortográficos*]

Um trabalho de investigação, se tem um princípio – a resposta a uma (série de) pergunta(s) – não tem necessariamente fim. O capítulo ‘conclusão’, formalmente esperado numa dissertação de doutoramento, mais do que uma conclusão, é o marco do fim de um percurso, mas não, necessariamente, o fechar definitivo de uma ‘porta’. Lembro, a propósito, a frase de Rabindranath Tagore: «Se fechar a porta a todos os erros, a verdade ficará lá fora.».

O princípio de todo e qualquer trabalho de investigação deve ser o de tentar encontrar respostas para as questões que se levantam à partida, devendo deixar sempre campo a objeções, esperando-se que, a seguir, outro trabalho de investigação problematize as propostas de explicação avançadas. As conclusões devem, por isso, ser encaradas como inconclusivas.

Neste sentido, a análise e descrição das perífrases verbais que apresento nesta dissertação pretende ser uma contribuição para a estabilização do estatuto das perífrases verbais em PE e para a explicação do seu funcionamento.

Este trabalho assenta nos diferentes contributos – teóricos e metodológicos – disponíveis, para o PE e para outras línguas, sobre o funcionamento das perífrases verbais. Mesmo quando não se inscrevem no quadro teórico em que me situo,

constituem contribuições relevantes para o estudo das construções perifrásticas. A comparação de propostas distintas e a discussão dos pressupostos teóricos que são assumidos nessas propostas permitem refletir sobre as propriedades das perífrases e sobre o seu estatuto, concorrendo, assim, para uma análise estabilizada destas construções.

A revisão e problematização das diferentes propostas de análise das perífrases verbais (Parte I), que deixa constatar a grande instabilidade dos conceitos associados a construções verbais complexas (perífrases verbais / locuções verbais / tempos compostos), permite também, contudo, encontrar fundamentos, baseados em critérios sintáticos e semânticos, para a diferenciação das mesmas.

A heterogeneidade de aceções relacionadas com o próprio conceito de perífrase verbal e os problemas identificados nas análises linguísticas, a que se pretendeu dar resposta neste trabalho, resultam, em grande parte, de as mesmas assentarem em perspectivas teóricas e epistemológicas diversas.

As propostas de análise das perífrases verbais que assentam nas tipologias aspetuais dos predicadores, ou seja, em que a explicação do funcionamento destas construções apenas dá conta da coocorrência das estruturas < Vaux Prep > com predicadores de diferentes classes aspetuais, possibilitam identificar compatibilidades e restrições de uso destas construções, mas, como se mostrou (Partes II e III), não permitem explicar que fatores justificam determinadas situações, nomeadamente as que decorrem da determinação dos argumentos C_0 e C_1 .

Por esse motivo, diferentemente dessas propostas, defende-se que a análise e descrição das perífrases verbais deve incidir, necessariamente, nas construções no seu todo e na sua relação com configurações mais latas em que se inscrevem e não apenas na associação de um verbo auxiliar com uma preposição particular em articulação com diferentes tipos aspetuais de predicadores.

A descrição destas construções que se propõe neste trabalho possibilita justificar e explicar outras compatibilidades e restrições de coocorrência que não resultam da classe aspetual dos predicadores, o que fundamenta a perspectiva de

análise adotada e a necessidade de substituição de uma lógica de classes por uma lógica de funcionamentos.

Esta posição é sustentada pela análise dos dados que se apresentou na Parte III desta dissertação, em que se pôs em evidência que a representação (metalinguística) assente na topologia Discreto-Denso-Compacto (e.o., De Vogüé (1987; 1989), Franckel, Paillard & Vogüé ([1987] 1988) e Pereira (1997; 2009)) permite dar conta de diferenças tradicionalmente descritas em termos de tipos de processos (e.o., Vendler (1967) e Moens & Steedman (1988), mas também explicar casos que não se enquadram, ou não encontram explicação, nessa perspetiva de análise.

Recorrendo, para exemplificação, à perífrase *acabar de* Vinf, viu-se que, quando se explica o funcionamento desta perífrase em função da natureza aspetual de diferentes predicadores, defende-se que a mesma só pode coocorrer com Processos e Processos Culminados, sendo a leitura final de Culminação (ou, em alguns casos, de Processo culminado), e que não é possível a sua coocorrência com Eventos Atômicos (Culminações ou Pontos).

No entanto, como se mostrou, a partir da mesma construção podem ser gerados e articulados valores diferenciados, resultantes, quer das propriedades das formas destas construções, em interação, quer dos valores desencadeados pela determinação dos argumentos nominais das configurações em que se inserem. *Acabar de*₁ Vinf pode coocorrer com relações predicativas caracterizadas aspetualmente como Eventos Atômicos, quando há uma operação de quantificação prévia sobre o argumento C₀, o que permite uma leitura distributiva [*Os adeptos acabaram de*₁ *sair do estádio pelas onze horas.*]. Por outro lado, esta perspetiva de análise permite explicar os casos particulares em que a compatibilidade desta perífrase com Processos ou com Processos Culminados é anulada [*A Rita acabou de*₁ *comer a[s] maçã[s] que lhe deste.* / * *A Rita acabou de*₁ *comer* ∅ *maçã.* / * *A Rita acabou de*₁ *comer uma maçã* / ∅ *maçãs.*]. Estes exemplos permitem-nos afirmar que a diferença de determinação de C₀ e C₁ desencadeia comportamentos diferentes.

Associar estas construções a operações de natureza aspetual não permite explicar todos os dados analisados e a diversidade dos valores gramaticais marcados

pelas mesmas. Já o recurso à topologia DDC contribui para um melhor conhecimento e explicação do seu funcionamento.

A descrição das perífrases permitiu verificar, então, que estas construções podem ter formatações discretas, densas ou compactas, e mostrar de que forma os princípios fundacionais da TFE são relevantes para a sua caracterização.

Assume-se, assim, que há uma influência recíproca e indissociável da Determinação verbal e da Determinação nominal e que a construção dos valores referenciais resulta de uma cadeia de operações abstratas que incidem sobre as noções predicativas instanciadas pelas perífrases.

Considerando a existência de três tipos de noções (e.o., Culioli 1978, 1981) - noções predicativas ou lexicais (noções de tipo α), noções gramaticais (noções de tipo β), noções complexas (noções de tipo γ - noções construídas a partir das relações entre noções de tipo α) - defende-se que as perífrases verbais atuam, essencialmente, ao nível das noções predicativas ou lexicais e que a marcação dos valores gramaticais é desencadeada, depois, ao nível das operações enunciativas.

O conjunto de observações feitas nas Partes II e III permite afirmar que não é possível estabelecer uma relação estável entre uma perífrase e um determinado valor aspetual, o que me leva a assumir, também, que as operações abstratas, ao incidir sobre as perífrases, como marcadores de noções de tipo α , e afetando-as com os valores referenciais das noções do tipo β , podem gerar valores gramaticais diferentes, sendo a transcategorialidade inerente ao funcionamento destas construções. Ou seja, a análise dos dados põe em evidência que as perífrases verbais atuam ao nível das noções predicativas, sendo a marcação dos valores gramaticais desencadeada por operações de natureza enunciativa que as determinam e as afetam com os valores referenciais das noções gramaticais.

Neste sentido, a proposta de análise e descrição das perífrases que se apresentou (sobretudo na Parte III) visou mostrar que as propriedades topológicas das perífrases verbais desencadeiam a construção e estruturação do domínio nocional associado aos predicadores e esta operação processa-se ao nível pré-enunciativo das noções predicativas ou lexicais. Sobre estas construções incidem, depois, ao nível das

moções gramaticais, operações que as determinam, afetando-as com os valores referenciais de Tempo, Aspeto e Modalidade.

A descrição das perífrases mostra, então, que as formas e construções devem ser perspectivadas como ocorrências que instanciam formatações diferenciadas.

Vários fatores, nomeadamente, as propriedades do verbo auxiliar, as propriedades do predador e do Infinitivo, as propriedades da preposição, a determinação de C_1 e/ou de C_0 , interferem, de forma decisiva, no comportamento manifestado pelas perífrases verbais e determinam os valores das situações construídas com estas construções, o que fornece argumentos que fundamentam que estas construções não são operadores, mas marcadores.

Por outro lado, perspetivar estas construções no seu todo e em função de diferentes configurações em que participam permite defender que as perífrases verbais não são apenas marcadores aspetuais, mas antes marcadores de valores de diferentes categorias gramaticais, ou seja, marcadores de operações de uma rede de valores temporais, aspetuais e modais, e que, mesmo quando incidem prioritariamente sobre a categoria Aspeto, desencadeiam valores diferenciados, pela imbricação de outras categorias – Temporalidade, Modalidade, Determinação –, que legitimam uma determinada interpretação.

A construção da significação e os valores gramaticais marcados pelas perífrases resulta, assim, da interdependência e deformabilidade das formas linguísticas que integram estas construções, bem como da deformabilidade das próprias construções desencadeada pelas configurações em que ocorrem.

Por tudo o que foi dito, assume-se uma perspetiva de análise que abrange a sintaxe, a semântica e a pragmática, visando, essencialmente, identificar as propriedades que definem a estabilidade e deformabilidade das formas que integram as perífrases verbais e explicar as interações que se estabelecem entre elas, tendo em conta as configurações em que ocorrem.

Sob o ponto de vista metodológico, este trabalho afasta-se de propostas de natureza mais classificatória e tem por suporte os princípios teóricos fundacionais da TFE (e.o., Culioli 1990a; 1999a; 1999b). Nesta perspetiva e para este autor, entre

outros, a análise linguística deve conduzir à definição de regularidades, mas também à explicação da diversidade, ou seja, de fenómenos particulares que não se ajustam ou se enquadram no âmbito dessas regularidades.

Foi tendo este princípio como orientador da investigação que me propus desenvolver que visei – como objetivo transversal a toda a dissertação – identificar, analisar e descrever o que é estável e o que se apresenta como instável, ou como exceção. Visou-se, através do aparelho teórico, justificar, quer as invariâncias, quer as deformabilidades que exibem as sequências linguísticas em que estas construções ocorrem.

Por este motivo, defende-se uma descrição que articule a classificação e o princípio da transcategorialidade, ou melhor, que assuma a análise linguística, não com base na classificação das formas e construções, mas numa perspetiva de análise transcategorial, que abarca e atravessa todas as categorias, baseada na articulação entre marcadores e valores construídos em cada enunciação e apreendidos pela variabilidade de usos das unidades lexicais.

Assim, partindo dos estudos sobre perífrases verbais, ainda que fundados em procedimentos tendencialmente classificatórios, pelo contributo que dão para o estudo destas construções, propõe-se, neste trabalho, seguir um percurso diferente, motivado pela observação do funcionamento das formas e construções, que põe em evidência a dinâmica e plasticidade das mesmas, captada nas diversas ocorrências das noções. Em consequência, sustenta-se a análise e descrição em critérios que permitam caracterizar e distinguir formalmente os seus diferentes valores na diversidade dos contextos linguísticos em que se inscrevem.

Como se mostrou pela descrição proposta ao longo desta dissertação, esta investigação baseia-se em pressupostos teórico-conceptuais que assumem o enunciado como o resultado de operações de natureza cognitiva. Por se entender que um enunciado não é uma estrutura estática, mostrou-se de que forma ele é o resultado da interação das diferentes formas e construções que o integram, tendo presente os valores categoriais de uma cadeia de operações construída em cada enunciação. Neste sentido, analisam-se as formas e construções, não como objetos

isolados, mas nas suas interações com outras formas e com as configurações em que se inscrevem.

No caso das perífrases verbais, por se tratar da análise de estruturas complexas, a complexidade dos fenómenos subjacente ao emprego destas construções justifica, por si só, a escolha de uma abordagem que anule as fronteiras entre sintaxe, semântica e pragmática (Culioli [1968]; [1982] 1999a: 96).

A descrição do funcionamento das perífrases, que aqui se apresenta, parece, assim, fornecer argumentos que permitem sustentar que as propriedades que caracterizam as formas que foram produtivas e geraram perífrases (verbos e preposições), não só permitiram a sua coocorrência nestas construções, como desencadearam o seu funcionamento como marcadores de valores categoriais diversos.

A análise dos dados apresentados ao longo das três partes que constituem esta dissertação (com relevância para a Parte III) põe em evidência que as propriedades das perífrases desencadeiam a delimitação e estruturação das diferentes zonas do espaço topológico das ocorrências da noção associada ao predador, ou seja, concorrem para a estruturação do domínio em zonas e a localização da relação predicativa numa determinada zona do domínio. Inseridas em diferentes configurações, em interação com a Determinação dos argumentos C_0 e C_1 , concorrem para a marcação dos valores categoriais dos enunciados.

Por outras palavras, nesta dissertação tentei mostrar que as perífrases são construções duplamente complexas, com um estatuto híbrido, uma vez que são marcadores de noções lexicais e gramaticais, e atuam como marcadores de operações de construção e estruturação do domínio nocional e localização da relação predicativa numa zona do domínio. Por sua vez, ao interagir com configurações mais latas, em função da Determinação dos argumentos, desencadeiam localizações e determinações de natureza categorial diversa.

Os valores gramaticais marcados pelas perífrases são, assim, ativados pela interação entre os termos X e Y e o relator R(*prep*) da própria perífrase e pelos argumentos C_0 e C_1 com os quais a perífrase interage (tendo em conta,

nomeadamente, os fatores de Determinação desses argumentos). Os valores marcados por essas construções (valores temporais, aspetuais e/ou modais) resultam, então, da interação entre as propriedades ativadas pelo esquema relacional das formas da perífrase e as propriedades ativadas pelo esquema relacional que envolve a construção no seu todo com os argumentos C_0 e C_1 , tendo assim impacto na marcação de diferentes valores referenciais, ainda que com maior prevalência de valores aspetuais.

As operações de Determinação vão, deste modo, incidir não apenas sobre o domínio nominal, mas também sobre o domínio verbal e, neste sentido, como defende De Vogüé (1995) a Determinação opera sobre toda a relação prediativa, isto é, sobre as ocorrências de processos, em articulação com as operações que incidem sobre as classes de instantes. Neste sentido, o que se defende é que as operações de qualificação e quantificação incidem sobre o domínio nocional associado a uma relação prediativa, operando sobre as ocorrências nominais e verbais das noções lexicais e gramaticais.

Por estas razões, a categoria Aspeto, ao ser associada às construções que são o objeto central desta dissertação, não pode ser dissociada de outras categorias gramaticais, em particular, da Determinação (nominal).

Com esta proposta evidencia-se, sobretudo, a interrelação dos valores de diferentes categorias gramaticais e a sua convergência na construção da significação.

Julga-se que a descrição explicativa das perífrases verbais que se apresentou contribui para definir a estabilização categorial destas construções, possibilitando unificar os diferentes valores que manifestam a partir de invariantes que fundamentam e regulam a enunciação.

Estas conclusões constituem-se, em certo sentido, como resposta aos problemas identificados no início deste trabalho. No entanto, como comecei por referir no início deste capítulo, devem ser perspetivadas como balanço de um percurso de investigação que poderá vir a ter, naturalmente, novos desenvolvimentos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acabar de Vinf · xvii, 12, 22, 54, 76, 121, 130, 133, 140, 149, 167, 200, 201, 213, 215, 266, 267, 278, 283
Análise transcategorial · 286, 292
Andar a Vinf · 2, 25, 29, 30
Andar Vger · 25, 29, 30, 35
Aorístico · 90, 150, 234, 262
Aspeto gramatical · 125, 126, 127, 128, 133, 162
Aspeto lexical · 123, 125, 126, 127, 128, 133
Atividades · 124
Auxiliar · 2, 12, 23, 24, 26, 30, 36, 41, 42, 44, 45, 48, 51, 52, 53, 55, 60, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 91, 92, 95, 98, 100, 101, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 144, 262, 279, 282, 285
Auxiliaridade · xv, xvi, 3, 4, 11, 20, 25, 41, 43, 44, 52, 53, 54, 68, 69, 70, 73, 74, 81, 82, 85, 88, 91, 93, 103, 117, 118, 121

C

C₀ · xii, xiv, 12, 130, 131, 132, 145, 186, 187, 210, 214, 222, 224, 226, 238, 271, 272, 274, 279, 282, 283, 285, 287
C₁ · xii, xiv, 12, 130, 131, 132, 145, 167, 172, 185, 187, 210, 214, 222, 225, 238, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 282, 283, 285, 287
Categoria gramatical · 15, 42, 123, 138, 159, 264

Centro atrator · 148, 177, 178, 181, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 204, 218, 238
Centro organizador · 178, 181, 193, 195, 198, 200
Cessativo · xviii, 59, 143, 266, 267, 278
Começar a Vinf · xvii, 12, 22, 53, 76, 82, 121, 129, 133, 168, 169, 199, 209, 213, 215, 216, 219, 221, 222, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245
Começar por Vinf · xvii, 12, 209, 213, 215, 234, 235, 236, 237, 238, 245
Compacto · xvi, xviii, 11, 107, 109, 175, 181, 183, 191, 274, 283
Composicionalidade · 11, 127, 156, 157, 158, 159, 161, 164, 183
Construção de ocorrências · xvii, 160, 180, 181, 194, 205, 234, 276
Culminação · 124, 143, 149, 171, 252, 283
Culminações ou Pontos · 33, 222, 272, 283

D

DDC · xviii, 107, 110, 161, 175, 181, 183, 184, 186, 187, 194, 274, 275, 278, 284
Deformabilidade · xvi, 5, 11, 106, 107, 122, 154, 155, 159, 160, 184, 189, 190, 192, 208, 209, 214, 260, 274, 285
Deixar de Vinf · xvii, xviii, 12, 56, 59, 60, 129, 152, 153, 154, 202, 213, 215, 266, 269, 270, 271, 278
Denso · xvi, xviii, 11, 107, 109, 175, 181, 183, 191, 274, 283
Determinante ∅ · 278

Discreto · xvi, xviii, 11, 107, 109, 175,
181, 183, 191, 274, 283

Discreto-denso-compacto · 161

Domínio nocional · xvi, xvii, 11, 12, 13,
61, 110, 123, 165, 175, 177, 178, 179,
181, 193, 194, 195, 196, 197, 199,
202, 203, 204, 207, 213, 215, 216,
217, 226, 228, 244, 253, 260, 262,
270, 271, 284, 287, 288

E

Estabilidade · 1, 5, 50, 51, 105, 107,
155, 159, 160, 189, 190, 208, 214,
243, 277, 285

Estados · 32, 33, 34, 124, 136, 142, 143,
151, 168, 218, 222, 225, 227, 231,
233, 239, 240, 241, 247, 248, 249,
250, 271

Estar a Vinf · xvii, 12, 22, 29, 76, 80,
121, 131, 149, 170, 198, 199, 209,
213, 245, 247, 248, 249, 251, 252,
254, 256, 257, 258, 259, 264, 265

Estar para Vinf · xvii, 12, 202, 203, 209,
213, 245, 260, 261, 264, 266

Estar por Vinf · xvii, 12, 60, 82, 209,
213, 245, 260

Estruturação do domínio nocional · 213

Eventos · 33, 34, 80, 124, 142, 143, 148,
151, 219, 222, 223, 225, 227, 238,
239, 240, 248, 249, 250, 252, 272,
273, 283

Expressão fixa · 108

Exterior · 57, 146, 183, 194, 195, 197,
201, 202, 203, 230, 268, 269, 270,
275, 277, 278

F

Forma Esquemática · xvi, 11, 67, 105,
106, 109, 110, 147, 154, 155, 175,
184, 189, 190, 191, 192, 207, 208

Formatação extrínseca · 183, 277

Formatação intrínseca · 187, 275, 278

Fronteira · 33, 34, 47, 80, 148, 165, 166,
167, 172, 177, 178, 181, 194, 195,
199, 200, 201, 202, 215, 216, 219,
221, 225, 226, 243, 244, 249, 250,
265, 269, 270, 272, 273, 275, 277,
278

G

Gradiente · 193, 194, 195, 196, 197,
199, 200, 201, 203, 204

Gramaticalização · xv, xvi, 2, 4, 11, 20,
25, 29, 31, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45,
48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59,
61, 62, 63, 64, 65, 67, 71, 74, 81, 93,
103, 104, 105, 116, 118, 152

I

Incoativo · 60, 219, 245

Interior · 110, 177, 178, 179, 200, 215,
218, 253, 262

Ir a Vinf · 2, 25, 29, 33, 37, 38, 39

Ir Vger · 25, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37, 38, 39, 51

L

Lexicalização · xvi, 141, 175, 180

Lexis · 13, 160, 176, 177, 180, 188, 210

Locuções verbais · xvi, 11, 22, 23, 41,
73, 74, 85, 93, 94, 96, 97, 101, 102,
103, 110, 116, 282

M

Modalidade · 12, 13, 14, 85, 121, 162, 214, 279, 285

N

Noção lexical · 175, 208

Noção predicativa · 141

Nocional · xvii, 40, 110, 114, 159, 160, 165, 166, 171, 172, 177, 180, 204, 208, 213, 217, 226, 228, 230, 253, 259, 264, 270, 275, 278

O

Ocorrências da noção · 180, 197, 202, 203, 204, 260, 287

Ocorrências linguísticas · 8, 9, 160, 175, 182, 196

Operação de localização abstrata · 195

Operação de mira · 148, 257, 258, 261

Operações de Determinação · 13, 288

Operações enunciativas · 128, 139, 165, 172, 173, 174, 284

Operações predicativas · xvi, 3, 11, 128, 138, 164, 165, 172, 182

Operadores aspetuais · 39, 121, 122, 141, 144, 156, 241

P

Parar de Vinf · xvii, xviii, 12, 129, 200, 201, 213, 215, 266, 270, 271, 278

Perífrases de gerúndio · 2

Perífrases de infinitivo · 2, 25, 121

Pontos · 11, 14, 23, 25, 30, 34, 41, 47, 153, 154, 175, 208, 234, 246, 274

Pôr-se a Vinf · xvii, 12, 213, 215, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 238, 245

Pré-construído · 57, 236, 269, 270, 276, 277

Predicador · xvi, 4, 11, 12, 15, 28, 36, 37, 45, 61, 69, 77, 93, 101, 118, 128, 147, 148, 151, 162, 167, 168, 171, 184, 185, 187, 188, 191, 203, 204, 221, 238, 250, 265, 274, 279, 285, 287

Processo · 15, 143, 149, 167, 169, 221, 226, 235, 273, 283

Processo Culminado · 167

Progressivo · 2

Q

Qlt · xx, 180, 181, 185, 191, 192, 193, 194, 275, 276

Qnt · xx, 180, 181, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 275, 276

Qualificação · xvi, 139, 161, 166, 177, 180, 181, 288

Quantificação · xvi, 139, 160, 161, 166, 171, 172, 177, 180, 181, 186, 222, 225, 238, 250, 268, 272, 274, 276, 278, 283, 288

R

Recategorização · 44, 118, 127, 166, 168, 171, 173, 174, 187, 226, 248, 250, 252

Relação predicativa · xvii, 8, 12, 26, 79, 90, 106, 128, 132, 136, 137, 141, 146, 148, 150, 151, 160, 167, 170, 171, 174, 176, 179, 180, 182, 184, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 208, 210, 214, 215, 219, 236, 246, 257, 260, 261, 262, 263, 270, 277, 287, 288

Relator · 205, 206, 209, 264, 265, 287

T

Telicidade enunciativa · xvi, 164

Telicidade nocional · 166, 172

Telos · 30, 31, 33, 36, 165, 166, 167, 169, 172, 218, 249, 252, 277
Tempo · xix, 12, 13, 14, 28, 85, 104, 117, 121, 137, 162, 214, 279, 285
Tempos compostos · xvi, 11, 20, 22, 23, 40, 41, 45, 70, 71, 72, 73, 80, 81, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 136, 282
Tempos gramaticais · 126, 129, 136, 162, 273
Teoria Formal Enunciativa · 6, 253
TFE · xvi, 6, 105, 128, 141, 146, 154, 158, 159, 165, 174, 175, 183, 275, 278, 284, 285
Tipologias aspetuais · 30, 123, 162, 282
Topologia · xviii, 11, 107, 109, 110, 160, 161, 175, 183, 184, 186, 187, 207, 274, 278, 283, 284
Transcategorial · 7, 8, 93
Transcategorialidade · 12, 284, 286

V

Valor aspetual · xvii, xviii, 3, 28, 29, 36, 39, 57, 80, 89, 90, 93, 117, 121, 123, 125, 127, 132, 135, 136, 137, 148, 149, 150, 151, 154, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 173, 219, 222, 233,

242, 245, 246, 247, 251, 261, 266, 267, 269, 276, 278, 279, 284
Valor da preposição · 237, 263
Valor de processo em curso · xvii, 245
Valor durativo · 151, 277
Valor gramatical · 117, 259
Valor imperfetivo · 76
Valor incoativo · 32, 53, 229, 234
Valor modal · 59, 78, 79, 148, 151, 154, 261, 270, 271
Valor perfetivo · 76, 123
Valor temporal · 26, 27, 36, 78, 79, 112, 132, 135, 136, 137, 148, 149, 150, 151, 156, 171, 173, 246, 247, 251, 252, 258, 259, 261, 262, 267, 270, 277
Valores referenciais · xvi, xvii, 3, 12, 13, 14, 107, 129, 134, 135, 139, 155, 174, 177, 182, 183, 184, 187, 193, 208, 210, 214, 264, 284, 285, 288
Verbos auxiliares · xvi, 3, 4, 11, 20, 41, 43, 44, 45, 50, 54, 55, 61, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 103, 104, 113, 116, 118, 122, 147, 193
Verbos leves · xvi, 11, 49, 50, 82, 102, 103, 104, 105, 109, 110
Verbos semiauxiliares · 82, 103, 104
Verbos suporte · 22, 102, 108

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS²³¹

Abeillé, Anne & Danièle Godard 2001. «Deux types de prédicats complexes dans les langues romanes». In Anna Sörös Christiane Marchello-Nizia (dir.). *Invariants et variables dans les langues. Études typologiques*. Revue LINX. Nº 45/2001 (2). Revue des linguistes de l'Université de Paris X – Nanterre.

Alzamora, Helena Isabel 2002. *Valores e Marcadores de Posterioridade na Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. (Não publicada).

Alzamora, Helena Isabel 2013. «A perífrase verbal *estar a Vinf* no português europeu contemporâneo: contribuições para uma análise transcategorial». In *Verba Hispanica XXI*. Anuario de la Sección de Estudios Hispánicos. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Ljubljana. Eslovénia. 21-37.

Alzamora, Helena Isabel 2014. «*Acabar de Vinf, deixar de Vinf e parar de Vinf* no português europeu contemporâneo: contributo para a discussão do estatuto destas perífrases verbais». In *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies. Gramática & Texto - conhecimento, representação e uso*. Revista do Centro de linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). Nº 10. Dezembro 2014. Lisboa: Edições Colibri. 131-144.

Alzamora, Helena Isabel 2016. «Contribuição da topologia Discreto - Denso - Compacto para a análise das perífrases verbais». In Maria Teresa Brocardo (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Representação*. Junho 2016. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 69-73.

²³¹ Na lista de referências que se apresenta constam apenas os textos que foram referidos neste trabalho, não abrangendo, naturalmente, todas as leituras realizadas para a sua realização. Muitas outras obras concorreram para a consolidação/desenvolvimento do conhecimento dos temas abordados nesta dissertação.

Azeredo, José Carlos de 2008. «Oitavo capítulo: o período simples I: a predicação e as categorias do verbo». In *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. S. Paulo: Publifolha. Houaiss.

Barroso, Henrique. 1994. *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional / sincrónica*. Coleção Mundo de Saberes. Porto: Porto Editora.

Barroso, Henrique 2007. «Para uma gramática do aspecto no verbo Português». Disponível em:
<http://hdl.handle.net/1822/7987>

Barroso, Henrique 2009. «Progressivo, progressivocomitativo e progressivogradativo no PE da actualidade: expressão, combinatória e variação». In *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN* - João Pessoa. 2009. 3603-3615.

Bechara, Evanildo [1961] 1999³⁷. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. Dinalivro. 37ª edição revista e ampliada.

Becker, Martin 2005. «Venir/venire + participe présent en diachronie: les leçons de deux trajectoires différentes et d'un échec commun». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir). *Les Périphrases Verbales*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 311-335.

Bennett, Michael & Barbara Partee 1978. *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*. Bloomington. Indiana University Linguistics Club.

Bertinetto, Pier Marco 2000. «The progressive in Romance, as compared with English». 1-38. Disponível em:
http://linguistica.sns.it/QLL/QLL95/PMB_Romance_progressive.pdf.

Binnick, Robert I. 1991. *Time and the Verb: A Guide to Tense and Aspect*. New York: Oxford University Press.

Binnick, Robert I. (Ed.) 2012. *The Oxford Handbook of Tense and Aspect*. Oxford University Press. Amazon.

Borillo, Andrée 2005. «Peut-on identifier et caractériser les formes lexicales de l'aspect en français?». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir.). *Les Périphrases Verbales*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 83-102.

Bourdin, Philippe 2005. «Venir en français contemporain - de deux fonctionnements périphrastiques». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir.). *Les Périphrases Verbales*. *Linguisticæ Investigationes Supplementa* 25. 261–278.

Bouscaren, Janine, Alain Deschamps & Catherine Mazolier 1993. «Éléments pour une typologie des procès». In *Cahiers de Recherche T6: Types de procès et repères temporels*. Paris: Ophrys. 7-34.

Bouscaren, Janine et al. 1982, «IS TO, fonctions et valeurs». In *Cahiers de Recherche 1. Grammaire Anglaise*. Paris: Ophrys. 117-152.

Bouscaren, Janine & Jean Chuquet 1987. «Glossaire analytique». In *Grammaire et Textes Anglais. Guide pour l'Analyse Linguistique*. Paris: Ophrys. 131-185.

Brinton, Laurel J. & Elizabeth C. Traugott 2005. *Lexicalization and Language Change*. Research Surveys in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press.

Brito, Ana Maria 1984. «Sobre as noções de sujeito e argumento externo: semelhanças entre a estrutura de F e a estrutura de SN em Português». In *Boletim de Filologia*, XXIX. 421-478.

Brocardo, Maria Teresa 2006. «*Haver e Ter em Português Medieval. Dados de Textos dos Séculos XIV e XV*». In *Revue de Linguistique Romane*. Strasbourg: Société de Linguistique Romane. Tome 70. Janvier-Juin. 95-121.

Brocardo, Maria Teresa 2010. «Forma, construção e significado – nótula sobre gramaticalização e analogia». In Maria do Céu Caetano (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Forma e Significado*. Fevereiro de 2010. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 59-66.

Brocardo, Maria Teresa 2011. «*Sedia la fremosa...* - uma proposta de estudo diacrónico de *ser* (*sedere e esse*) e *estar* em português». In Maria Teresa Brocardo (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): ser & estar*. Maio de 2011. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 5-12.

Brocardo, Maria Teresa *et al.* 2008. «Programma – Processos de Gramaticalização em Português Europeu». In *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies 1*. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL. 19-31.

Brocardo, Maria Teresa & Clara Nunes Correia 2012. «*Ir + gerúndio em português – aspetos sincrónicos e diacrónicos*». In *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 121-135.

Burgos, Juan Moreno 2013. *Estatividad y aspecto gramatical*. Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der Fakultät für Sprach-, Literatur- und Kulturwissenschaften der Universität Regensburg. Ciudad Real (Spanien).

Bybee, Joan 2003. «Mechanisms of Change in Grammaticization: The Role of Frequency». In Brian D. Joseph & Richard D. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing Ltd. Chapter 19. 602-623.

Cadiot, Pierre 1990. «Contrôle anaphorique et prépositions». In Pierre Cadiot & Anne Zribi-Hertz (orgs.) *Langages 97*. Larousse. 8-23. Disponível em:
http://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1990_num_25_97

Cadiot, Pierre 1997. *Les prépositions abstraites en français*. Paris: Armand Colin.

Caetano, Maria do Céu 2009. «Sobre o conceito de composicionalidade em morfologia». In Helena Topa Valentim (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Composicionalidade*. Setembro 2009. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 5-14.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso 1975. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1984a] 1997. «Pretérito perfeito simples / pretérito perfeito composto: uma oposição aspectual e temporal». In *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Coleção Linguística. Porto: Porto Editora. 9-51.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1984b] 1997. «Le marquer já: étude d'un phénomène aspectuel». In *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Coleção Linguística. Porto: Porto Editora. 53 -67.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1985] 1997. «Ambiguidade lexical e representação metalinguística». In *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Coleção Linguística. Porto: Porto Editora. 93-113.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1987] 1997. «O pretérito perfeito composto: um tempo presente?». In *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Coleção Linguística. Porto: Porto Editora. 115-122.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1993] 1997. «Approche transcatégorielle et opérations énonciatives». In *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Coleção Linguística. Porto: Porto Editora. 159-166.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1995] 1997. «Para uma caracterização do marcador modal *dever*». In *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*. 173-182.

Campos, Maria Henriqueta Costa [1996] 1997. «Para uma reinterpretação de alguns fenómenos aspectuais». In *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Coleção Linguística. Porto: Porto Editora. 183-196.

Campos, Maria Henriqueta Costa 1997. *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Campos, Maria Henriqueta Costa 1998. *Dever e Poder. Um Subsistema Modal do Português*. Lisboa: JNICT/FCG.

Campos, Maria Henriqueta Costa 1999. «São as representações cognitivas primitivas ou construídas?». In *Revista Portuguesa de Humanidades*, III. Braga. 11-23.

Campos, Maria Henriqueta Costa 2002. «Questões aspetuais: algumas especificidades do português. In Sybille Groß & Axel Schönberger (eds.). *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia. 73-88.

Campos, Maria Henriqueta Costa & Maria Francisca Xavier 1991. *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa: Universidade Aberta.

Camus, Rémi 2004. «Quelques aspects de *commencer*». In Rémi Camus & Sarah de Vogüé (Dir.). *LINX - Variation sémantique et syntaxique des unités lexicales: étude de six verbes français*. Nº 50 / 2004. Université Paris X – Nanterre. 81-101.

Cardoso, Adriana & Susana Pereira 2003. «Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em Português». In *Revista da Abralin*. Vol. II. nº 2. 159-181.

Carlson, Greg 1977. A Unified Analysis of the English Bare Plural». In *Linguistics and Philosophy*. Vol. I. 413-456.

Castilho, Ataliba 2002. «Aspecto verbal no português falado». In Maria Bernardete Abaurre & Ângela C. S. Rodrigues (orgs.). *Gramática do Português Falado. Volume VIII: Novos Estudos descritivos*. Campinas SP: Editora da Unicamp. 83-121.

Cennamo, Michela 2007. «Auxiliaries and serials between late Latin and early Romance». In Delia Bentley & Adam Ledgeway (eds.). *Sui Dialecti Italo-Romanzi. Saggi in onore di Nigel B. Vicent. The Supplement. Vol. 1*. Cambridge: University of Cambridge. 63-87. Disponível em:

<https://www.google.pt/search?q=Michela+cennamo+auxiliaries+and+serials+between+late+latin+and+early+romance>

Comrie, Bernard 1976. *Aspect*. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press.

Comrie, Bernard 1985. *Tense*. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press.

Cornu, Jules 1888. *Grammatik Der Portugiesischen Sprache*. Strassburg: Trübner.

Correia, Clara Nunes 1993. «A determinação: quantificação e qualificação». In *Atas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri. 100-111.

Correia, Clara Nunes 2002. *Estudos de Determinação. A Operação de Quantificação-Qualificação em Sistemas Nominais*. Lisboa: FCG-FCT.

Correia, Clara Nunes 2006. «Estabilidade e deformabilidade das formas linguísticas». In *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*. V. 10, nº 01 e nº 02 – jan./dez. 2006. Juíz de Fora: Editora UFJF. 77-88.

Correia, Clara Nunes 2010. «Sobre os valores de *Ficar* em Português Europeu». In *Estudos Linguísticos*. Nº5. Julho 2010. Lisboa: Edições Colibri. 153-161.

Correia, Clara Nunes 2011. «Que bom estarmos aqui e sermos quem somos: as relações semanticamente problemáticas entre ‘ser’ e ‘estar’ em PE». In Maria Teresa Brocardo (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Ser & Estar*. Maio 2011. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 13-18.

Correia, Clara Nunes 2016. «Uma leitura aspetual do pretérito perfeito simples (PPS) em português europeu». In Barros, Alvanira L. & Maria Teresa Brocardo (orgs.). *Estudos sobre o Verbo em Português: valores, marcas e construções*. João Pessoa: Ideia. 9-26.

Correia, Clara Nunes & Maria Antónia Coutinho 2006. «Formes schématisques et schémas textuels». In *Revue de Sémantique et Pragmatique*. Numéro 19-20. 249-260.

Correia, Clara Nunes & Maria Antónia Coutinho 2009. «A composicionalidade ou o problema do puzzle de tangran». In Helena Topa Valentim (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Composicionalidade*. Setembro 2009. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 49-58.

Correia, Clara Nunes & Maria Henriqueta Costa Campos 2004. «Construções com dar/fazer SN em português europeu». In *Anais III Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*. Rio de Janeiro. Março 2003. 195-202.

Correia, Clara Nunes & Maria Teresa Brocardo 2010. «On constructions with *Ir* ('Go') + Gerund/Infinitive in Portuguese». In Carl Humphries *et al.* (eds.). *English Language, Literature and Culture: New Directions in Research*. Bielsko-Biala: Akademii Techniczno-Humanistycznej. ou Bielesko-Biala: WATH. 37-52.

Costa, Manuel Luís 2004a. «Dar à estampa ou dar à sola: eis a questão. Contributos para uma descrição semântica da preposição *a*». In Tiago Freitas & Amália Mendes (orgs.). *Actas do XIX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL. 203-211.

Costa, Manuel Luís 2004b. «Valores semânticos das preposições espaciais *a*, *até* e *para* em Português europeu». In David Trotter (ed.) *Actes du XXIVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. 57-64 .

Costa, Manuel Luís 2009. «Até: uma leitura de campos». In Maria Teresa Brocardo (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Ler Campos*. Novembro 2009. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 19-23.

Costa, Manuel Luís 2010. «A preposição enquanto termo de relação». In Maria do Céu Caetano (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Formas e Construções*. Fevereiro de 2010. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 15-26.

Costa, Manuel Luís 2011. «E se um texto perdesse subitamente as preposições?». In Clara Nunes Correia (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Formas e Construções*. Fevereiro de 2011. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 43-51.

Costa, Manuel Luís 2014. *Os valores semânticos das preposições a, até e para em Português Europeu Trajetórias, fronteiras, telicidade e topologia*. Tese de Doutoramento em Linguística. FCSH-UNL. (Não publicada).

Cuesta, Pilar Vazquez & Maria Albertina M. da Luz 1971. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

Culioli, Antoine [1968] 1999a. «La formalisation en linguistique». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Formalisation et opérations de repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys. 17-29.

Culioli, Antoine 1971. *Rubriques linguistiques de l'Encyclopédie Alpha*. Paris: Grange-Batelière.

Culioli, Antoine [1978] 1980. «Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique». In Jean David & Robert Martin (eds.). 1980. *La Notion d'Aspect*. (Colloque Metz 1978). Paris: Klincksieck. 181-193.

Culioli, Antoine [1981] 1990. «Sur le concept de notion». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation*. Tome 1. Paris: Ophrys. 47-65.

Culioli, Antoine [1982] 1999a. «Rôle des représentations metalinguistiques en syntaxe». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Formalisation et opérations de repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys. 95-114.

Culioli, Antoine [1983] 1990. «The concept of notional domain». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation*. Tome 1. Paris: Ophrys. 67-81.

Culioli, Antoine [1986] 1990. «Stabilité et déformabilité en linguistique». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Opérations et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys. 127-134.

Culioli, Antoine [1986] 1990. «Valeurs modales et opérations énonciatives». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Opérations et Représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys. 135-155.

Culioli, Antoine [1987] 1990. «La linguistique : de l'empirique au formel». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Opérations et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys. 9-46.

Culioli, Antoine [1987] 1990. «Formes schématiques et domaine». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Opérations et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys. 115-126.

Culioli, Antoine 1990. *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Opérations et Représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys.

Culioli, Antoine 1991. «Structuration d'une notion et typologie lexicale. À propos de la distinction dense, discret compact». In *B.U.L.A.G.* 17. Université de Besançon. 7-12.

Culioli, Antoine [1995] 1999b. «Qu'est-ce qu'un problème en linguistique ? Etude de quelques cas». In *Pour une Linguistique de L'énonciation, Domaine notionnel*. Tome 3. Paris: Ophrys. 59-66.

Culioli, Antoine [1997] 1999b. «À propos de la notion». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation*. Tome 3. Paris: Ophrys. 17-33.

Culioli, Antoine [1993] 1999a. «Les modalités d'expression de la temporalité sont-elles révélatrices de spécificités culturelles?». In *Pour une Linguistique de l'Énonciation: Formalisation et Opérations de Repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys. 159-178.

Culioli, Antoine 1997. «À propos de la notion». In Claude Rivière & Marie-Line Groussier (eds.). *La Notion*. Paris: Ophrys. 9-24.

Culioli, Antoine 1999a. *Pour une Linguistique de l'Énonciation, Formalisation et Opérations de Repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys.

Culioli, Antoine 1999b. *Pour une Linguistique de L'énonciation, Domaine Notionnel*. Tome 3. Paris: Ophrys.

Culioli, Antoine 2006. «Ceci n'est pas une conclusion». In Dominique Ducard & Claudine Normand (dir.). *Antoine Culioli, un homme dans le langage: originalité, diversité, ouverture*. Colloque de Cesiry-la-Salle. Paris: Ophrys. 367-372.

Culioli, Antoine & Jean-Pierre Desclés 1981. *Systèmes de représentations linguistiques et métalinguistiques: les catégories grammaticales et le problème de la description de langues peu étudiées*. Collection ERA 642. Université Paris VII.

Cunha, Celso & Luís Filipe Lindley Cintra [1984] 1986³. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.

Cunha, Luís Filipe 1998. «Os operadores aspectuais do português: contribuição para uma nova abordagem». In *Cadernos de Linguística*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Cunha, Luís Filipe 2004a. «Para uma reclassificação aspectual dos estados». In *Atas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 525-537.

Cunha, Luís Filipe 2004b. *Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados*. Porto. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Cunha, Luís Filipe 2013. «Aspeto». In Raposo *et al* (orgs.) *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 585-623.

De Vogüé, Sarah 1989. «Discret, dense, compact. Les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale». In *La Notion de Prédicat*. Paris: Collection ERA 642. Université Paris 7. 1-36.

De Vogüé, Sarah 1991. «La transitivité comme question théorique : querelle entre la Théorie des Positions de J.C. Milner et la Théorie des Opérations prédictives et Enoncatives d'A. Culioli». In *LINX N° 24 - Sur la transitivité dans les langues*. 37-65. Disponível em:

http://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1991_num_24_1_1215

De Vogüé, Sarah 1995. «L'effet aoristique». In Janine Bouscaren, Jean-Jacques Franckel & Stéphane Robert (dir.). *Langues et Langage. Problèmes et raisonnement en Linguistique*. Paris: PUF. 247-259.

Deschamps, Alain 1997. «Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels de verbes». In Claude Rivière e Marie-Line Groussier (eds.). *La Notion*. Paris: Ophrys. 60-74.

Desclés, Jean-Pierre (en collaboration avec Zlatka Guentcheva) 1980. «Construction formelle de la catégorie grammaticale de l'aspect». In Jean David & Robert Martin (eds.). 1980. *La notion d'aspect*. (Colloque Metz 1978). Paris: Klincksieck. 195-237.

Desclés Jean-Pierre & Zlatka Guentcheva 2012. «Universals and Typology». In Robert I. Binnick (ed.). *The Oxford Handbook of Tense and Aspect*. Chapter 4. Oxford: Oxford University Press. 123-154.

Dowty, David R. 1977. «Toward a semantic analysis of verb aspect and the English 'Imperfective' progressive». In *Linguistics and Philosophy* 1. 45-78.

Drzazgowska, Joanna 2011. «As perífrases verbais no português europeu». In *Romanica Cracoviensia*. Vol. 11. 107-115. Disponível em: <https://www.wuj.pl/UserFiles/File/Romanica%20Cracoviensia%202011/016Drzazgowska-RC-2011.pdf>

Duarte, Inês 1989. «A categoria linguística aspecto». In Maria Helena Mira Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho. 3.^a edição, revista e aumentada. 89-102.

Duarte, Inês [2003⁵] 2006⁷. «Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras». In Maria Helena Mira Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho. 275-321.

Duarte, Inês & Ana Maria Brito [2003] 2006⁷. «Predicação e classes de predicadores verbais». In Maria Helena Mira Mateus et al (org.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho. 179-203.

Duarte, Inês, Anabela Gonçalves & Matilde Miguel 2006. «Verbos Leves com nomes deverbais em português europeu». In *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 2006. 315-328.

Filip, Hana 2012. «Lexical Aspect». In Robert I. Binnick (Ed.). 2012. *The Oxford Handbook of Tense and Aspect*. Chapter 25. Amazon: Oxford University Press. 721-751.

Fradin, Bernard 1991. «À propos de la lecture finale de *pour*». In *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Univ. Trèves 1986)* 4. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. Tome 4. 264-281.

Franckel, Jean-Jacques 1989. *Étude de Quelques Marqueurs Aspectuels du Français*. Genève / Paris: Librairie Droz.

Franckel, Jean-Jacques 1998. «Référence, référenciation et valeurs référentielles». In *Sémiotiques n° 15*. 61-84

Franckel, Jean-Jacques 2002. «Introduction». In *Langue Française 133 - Le lexique, entre identité et variation*. Larousse. 3-15.

Franckel, Jean-Jacques & Denis Paillard 1992. «Objet : construction et spécification d'occurrences». In *Le Gré des Langues* 4. L'Harmattan. 29-43.

Franckel, Jean-Jacques & Denis Paillard 1997. «Prépositions et travail notionnel sur les termes mis en relation. Le cas de sous en français». In Claude Rivière & Marie-Line Groussier (dir.) *La Notion* (Actes du Colloque "La Notion" organisé au 2 et 3 fév. 1996 à l'Institut d'anglais Charles V). Paris: Université Paris 7. 11-120.

Franckel, Jean-Jacques & Denis Paillard 1998. «Aspects de la théorie d'Antoine Culioli». In *Langages* 129. 52-63.

Franckel, Jean-Jacques & Denis Paillard 1999. «Les emplois temporels des prépositions: le cas de *sur*». In *Cahiers Chronos* 3. 199-211.

Franckel, Jean-Jacques & Denis Paillard 2007. *Grammaire des prépositions*. Tome 1. Paris: Ophrys.

Franckel, Jean-Jacques, Denis Paillard & Evelyne Saunier 1997. «Modes de régulation de la variation sémantique d'une unité lexicale : le cas du verbe *passer*». In *La locution: entre lexique, syntaxe et pragmatique*. Paris: Klincksieck. 49-68.

Franckel, Jean-Jacques; Denis Paillard & Sarah de Vogüé [1987] 1988. «Extension de la distinction 'discret', 'dense', 'compact' au domaine verbal». In Jean David e Georges Kleiber (eds.). *Termes Massifs et Termes Comptables* (Colloque international de linguistique - Metz 1987). Paris: Klincksieck. 239-247.

Franckel, Jean-Jacques, Fumitake Ashino & Denis Paillard 2017. *Prépositions et rection verbale*. Étude des prépositions «avec, contre, en, par, parmi, pour». Bruxelles / Berlin: Peter Lang.

Garey, Howard B. 1957. «Verbal Aspect in French». In *Languages* 33. 91-110.

Gilbert, Eric 2006. «Remarques autour de quelques prépositions». In Dominique Ducard & Claudine Normand (dir.). *Antoine Culioli, un homme dans le langage: originalité, diversité, ouverture*. Colloque de Cesiry-la-Salle. Paris: Ophrys. 285-301.

Gonçalves, Anabela 1999. *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Lisboa. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. (Não publicada).

Gonçalves, Anabela *et al.* 2010. «Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva». In Brito, Ana Maria *et al.* (org.). *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Outubro de 2009. Lisboa). Textos seleccionados. Porto. 2010. 449-464.

Gonçalves, Anabela & Madalena Colaço 1991. «Para um tratamento uniforme do(s) verbo(s) 'ser' no Português europeu». In *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri/APL. 125-143.

Gonçalves, Anabela & Teresa Costa 2002. *(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares*. Lisboa: Colibri.

Grésillon, Almuth & Jean-Louis Lebrave 2012. «Antoine Culioli – "Toute théorie doit être modeste et inquiète"». In *Genesis* 35. Entretien avec Almuth Grésillon et Jean-Louis Lebrave. Manuscrits – Recherche – Invention. Le geste linguistique. 147-155. Disponible en:
<http://genesis.revues.org/1071>

Gross, Maurice 1980. «Deux remarques sur l'aspect». In *Recherches linguistiques V*. Actes du colloque "La notion d'aspect". Paris: Klincksieck. 69-81.

Gvozdanović, Jadranka 2012. «Perfective and Imperfective Aspect». In Robert I. Binnick (ed.). 2012. *The Oxford Handbook of Tense and Aspect*. Chapter 27. Oxford University Press. 781-802.

Havu, Jukka 2005. «L'expression du passé récent en français: Observations sur l'emploi de la périphrase *venir de* + infinitif». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir.). *Les Périphrases Verbales*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 279–292.

Heine, Bernd 1996. «Grammaticalization and language universals». In *Faits de Langue* 7 (*La relation d'appartenance*). 11-22.

Heine, Bernd 2003. «Grammaticalization». In Brian D. Joseph & Richard D. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Chapter 18. Blackwell Publishing Ltd. 575-601.

Himmelmann, Nikolaus P. 2004. «Lexicalization and grammaticalization: Opposite or orthogonal?». In Walter Bisang, Nikolaus P. Himmelmann & Wiem Björn Wiemer (eds.). *What makes Grammaticalization? A look from its Fringes and its components*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter: 21-42.

Hofmann, Thomas [1966] 1976. «Past tense replacement and the modal system». In James D. McCawley (ed.). *Syntax and Semantics 7: Notes from the Linguistic Underground*. New York: Academic Press. 85-100.

Hopper, Paul & Elizabeth Closs Traugott [1993] 2003. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Huber, Joseph [1933] 1986. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jakobson, Roman [1936] 1966. «Beitrag zur allgemeinen Kasuslehre. Gesamtbedeutungen der russischen Kasus». In *Travaux du Cercle Linguistique de Prague 6*. 240-288 (Repro: Hamp, Eric P. & Fred W. Householder & Robert Austerlitz (eds.). *Readings in linguistics II*. 1966. Chicago / London: Chicago University Press. 51-89).

Kratzer, Angelika 1995. «Stage-Level and Individual-Level Predicates». In Gregory Carlson & F. Francis Jeffrey Pelletier (eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press. 125-175.

Laca, Brenda 2005. «Périphrases aspectuelles et temps grammatical dans les langues romanes». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir). *Les Périphrases Verbales*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 47-66.

Laca, Brenda 2006. «Indefinites, quantifiers, and pluractionals. What scope effects tell us about event pluralities». In Svetlana Vogeleer & Liliane Tasmowski (eds). *Non-definiteness and plurality*. Linguistik Aktuell/Linguistics Today 95. 2006. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 191-217.

Lakoff, Robin 1968. *Abstract Syntax and Latin Complementation*. Cambridge: The M.I.T. Press.

Lehmann Christian 2002. «Thoughts on grammaticalization Second». In *Arbeitspapiere des Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt*. Seminar für Sprachwissenschaft. Philosophische Fakultät Universität D - 99105 Erfurt. Disponível em :

<https://www.christianlehmann.eu/publ/ASSidUE09.pdf>

Lehman, Christian 2008. «A auxiliarização de ‘ficar’. Linhas gerais.». In Maria Clotilde Almeida, Bernd Sieberg & Ana Maria Bernardo (eds.). *Questions on Language Change*. Lisboa: Colibri. 9-26.

Liere, Audrey 2011. «Entre lexique et grammaire : les périphrases verbales du Français». In *Linguistics*. Université du Littoral Côte d’Opale.

Lobato, Lúcia 1975. «Os verbos auxiliares em Português contemporâneo. Critérios de auxiliaridade». In *Análises Linguísticas*. Petrópolis: Editora Vozes. 27-90.

Longo, Beatriz de O. & Odette de S. Campos 2002. «A Auxiliaridade: Perífrases de tempo e de aspecto no Português falado». In Maria Bernardete Abaurre & Ângela C. S. Rodrigues (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Volume VIII: Novos Estudos descritivos. Campinas SP: Editora da Unicamp. 445-475.

Lyons John 1977. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Markič, Jasmina 2006. «Valores y usos de las perífrasis verbales de gerundio con los auxiliares ir, andar y venir». In *Linguistica*. Vol 46. Nº 1. 243-250.

Markič, Jasmina 2011. «Acerca de las perífrasis verbales *Ir y Venir + Gerundio* en Español, Portugués y Gallego». In *Verba Hispanica XIX*. 129-141.

Markič, Jasmina 2013. «Reflexões sobre o aspeto verbal: estudo contrastivo esloveno-português». In Jasmina Markič & Clara Nunes Correia (eds.) 2013. *Descrições e Contrastes. Tópicos de Gramática Portuguesa com exemplos contrastivos Eslovenos*. Ljubliana: Univerza v Ljubljani. 59-70.

Mateus, Maria Helena Mira *et al.* 1989. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho. 3.ª edição, revista e aumentada. 89-102.

Mateus, Maria Helena Mira *et al.* [2003] 2006⁷. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Mendes, Amália 2013. «Processos de gramaticalização». In Raposo *et al* (orgs.). 2013. *Gramática do Português*. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 249-293.

Michaëlis de Vasconcelos, Carolina. [1946] s.d.. *Lições de Filologia Portuguesa - segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913*. Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico. Lisboa: Dinalivro.

Moens, Marc 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Edimburgo. Tese de Doutoramento.

Moens, Marc & Mark Steedman 1988. «Temporal ontology and temporal reference». In *Computational Linguistics*. Vol. 14. Nº 2. 15-28.

Moreira, Benjamim 2005. *Estudo de alguns marcadores enunciativos do português*. Tese de Doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela. Faculdade de Filologia. (Não publicada).

Mortier, Liesbeth 2005. «Les périphrases aspectuelles ‘progressives’ en français et en néerlandais: présentation et voies de grammaticalisation». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir). *Les Périphrases Verbales*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 67-82.

Natcheva, Ekaterina Alexandrova 1998. *Para uma Análise de Cinco Construções Perifrásticas Infinitivas no Português Europeu*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. (Não publicada).

Norde, Muriel 2009. «Introduction». In *Degrammaticalization*. Oxford: Oxford University Press. Disponível em:

www.let.rug.nl/norde/Norde_Dgz_Ch1_final.pdf

Norde, Muriel. 2012. «Lehmann's parameters revisited». In Davidse, Kristin, Tine Breban, Lot Brems & Tanja Mortelmans (eds.) *Grammaticalization and Language Change: New Reflections*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 73-110.

Nunes, José Joaquim [1919] 1989⁹. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira, Fátima [2003] 2006⁷. «Tempo e Aspecto». In Maria Helena Mira Mateus *et al.* (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho. 127-178.

Oliveira, Fátima 2013. «Tempo verbal». In Raposo *et al* (orgs.). 2013. *Gramática do Português*. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 509-553

Oriez, Sandrine 2001. «Grammaticalisation et formes schématiques». In Gilles Col & Daniel Roulland (eds.). *Grammaticalisation 2, concepts et cas*. Travaux linguistiques du Cerlico - N° 14. Presses Universitaires de Rennes. 237-245.

Paillard, Denis 1988. «Temps, aspect, types de procès. A propos du présent simple». In Jean-Claude Milner (ed.) *Recherches Nouvelles sur le Langage*. Paris: Colection ERA 642. Université Paris 7. 92-107.

Paillard, Denis 2000. «À propos des verbes "polysémiques": identité sémantique et principes de variation». *Syntaxe & Sémantique - Sémantique du lexique verbal* N° 2. 2001/1. Caen: Presses universitaires de Caen. 99-120. Disponível em:
[file:///C:/Users/user/Downloads/SS_002_0099%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/SS_002_0099%20(1).pdf)

Paillard, Denis 2001. «À propos des verbes 'polysémiques': identité sémantique et principes de variation». In *Syntaxe et Sémantique*. N° 2. Sémantique du lexique verbal. Caen: Presses universitaires de Caen. 2001. 99-120.

Paillard, Denis 2002. «Prépositions et rection verbale». In *Travaux de linguistique* 1. 2002. N° 44. 51-67.

Peeters, Bert 1993. «Commencer et se mettre à: une description axiologico – conceptuelle». In *Langue Française* 98. 24-47.

Pereira, Susana 1997. *Contributos para a abordagem da predicação secundária em português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. (Não publicada).

Pereira, Susana 2009. *A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal*. Lisboa. FCG-FCT.

Pinkster, Harm 1987. «Development of Auxiliaries in Latin». In Martin Harris & Paolo Ramat (eds.). *Historical Development of Auxiliaries*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter. 193-223.

Pontes, Eunice 1971. *Verbos Auxiliares em Português*. Petrópolis: Rio de Janeiro.

Pottier, Bernard 1980. «Essai de synthèse sur l'aspect». In Jean David & Robert Martin (eds.). 1980. *La Notion d'Aspect*. (Colloque Metz 1978). Paris: Klincksieck. 239-246.

Pratas, Fernanda 2009. «Tempo e Aspecto em Caboverdiano: uma estratégia composicional / Tense and Aspect in Capeverdean: a compositional strategy». In Helena Topa Valentim (org.). *Cadernos WGT (Workshops em Gramática e Texto): Composicionalidade*. Setembro 2009. Lisboa: CLUNL - Grupo Gramática & Texto. 15-24.

Raposo, Eduardo B. Paiva 2013. «Verbos auxiliares». In Raposo *et al* (orgs.). 2013. *Gramática do Português*. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1221-1281.

Raposo, Eduardo B. *et al* (orgs.). 2013. *Gramática do Português*. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ratzlaff, Gordon & Françoise Ratzlaff 2007. «Dominance of the auxiliary *to be* in the Present Perfect of World Languages». Disponível em:
http://www.ritsumeai.ac.jp/acd/re/krsc/lcs/kiyou/17_1/153-170_RATZLAFF.pdf.

Reinhardtstoettner, Carl von 1878. *Grammatik der Portugiesischen Sprache*. Strassburg: Karl J. Trübne.

Rousseau, André 2005. «Les périphrases verbales dans quelques langues européennes: Emergence d'un système aspectuel en allemand». In Hava Bat-Zeev Shyldkrot & Nicole Le Querler (dir). *Les Périphrases Verbales*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 13-26.

Said Ali, Manuel [1931] 1964³. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Sasse, Hans-Jurgen 1991. «Aspect and Aktionsart: A reconciliation». In Carl Vetters & Willy Vandewedge (eds.). *Perspectives on Aspect and Aktionsart*. Belgian: Journal of Linguistics 6. 31-44.

Sasse, Hans-Jurgen 2002. «Recent activity in the theory of aspect: accomplishments, achievements, or just nonprogressive state?». Arbeitspapiere N° 40. Köln: Institut für Sprach-wissenschaft. Universität zu Köln. In *Linguistic Typology* 6. 199-271.

Sdiri, Awatef 2016. «Grammaticalisation des lexèmes verbaux : le cas de *aller* et *venir*». Université de Gafsa. 1-11. Disponível em:
<http://www.interlingua.fr/wp-content/uploads/2016/12/Awatef-Sdiri-ALLER-VENIR-2016.pdf>

Silva, Augusto Soares 1999. *A Semântica de Deixar. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa: FCG-FCT.

Sousa, Otília 2007. «Perífrases aspectuais: estar a/andar a + infinitivo». In *XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 2007. 637-648.

Squartini, Mario 1998. «Introduction»; «Motion periphrases in the other romance languages». In *Verbal Periphrases in Romance: Aspect, Actionality, and Grammaticalization*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter. 1-34; 207-299.

Swart, Henriëtte de 2012. «Verbal Aspect». In Robert I. Binnick (Ed.). 2012. *The Oxford Handbook of Tense and Aspect*. Oxford: Oxford University Press. 752-780.

Torrego, Leonardo Gómez 1999. «Los verbos auxiliares. Las perífrasis verbales de infinitivo». In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (dir.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Colección Nebrija y Bello. Madrid: Espasa Calpe. 3323-3389.

Traugott, Elizabeth Closs 2003. «Constructions in Grammaticalization». In Brian Joseph & Richard Janda (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing. 624-647.

Traugott Elizabeth Closs 2008. «Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of Degree Modifiers in English». 219-250. Disponível em:
<https://web.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottEckardtProofs.pdf>

Travaglia, Luiz Carlos 2003. «Verbos gramaticais - Verbos em processo de gramaticalização». In Célia Assunção Figueiredo *et al.* (orgs.). *Língua(gem): reflexões e perspectivas*. Uberlândia: EDUFU. 97-157.

Travaglia, Luiz Carlos 2004. «A (Poli)gramaticalização do Verbo Acabar». In *Letras & Letras*. Uberlândia 20 (2). jul./dez. 2004. 21-56. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25177/13995>

Vasconcellos, José Leite de [1911] 1966⁴. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Vendler, Zeno 1967. «Verbs and times». In *Linguistics in Philosophy*. Nova Iorque: Cornell University Press. 97-121.

Verkuyl, Henk J. 1972. *On the compositional nature of aspects*. Dordrecht Holland. D. Reidel publishing Company.

Verkuyl, Henk J. 2005. «Aspectual composition: surveying the ingredients». In Henk Verkuyl, Henriette De Swart & Angeliek Van Hout (eds.). *Perspectives on Aspect*. Studies in Theoretical Psycholinguistics. Netherlands: Springer. 19-39.

Wagner, Robert-Léon & Jacqueline Pinchon. 1962. *Grammaire du français classique et moderne*. Hachette Mesnil (Ed.). Firmon-Didot.

Williams, Edwin B [1938] 1961⁶. *Do Latim ao Português – Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Nacional do Livro.

Wiśniewska, Justyna. 2007. «O valor aspectual iterativo das perífrases verbais (estudo de carácter contrastivo: português-polaco)». In *Diálogos com a Lusofonia: um encontro na Polónia*. Conferência Internacional. Colóquio comemorativo dos 30 anos da Secção Luso-Brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia. 52-61.

Zieliński, Andrzej 2011. «Gramaticalización por metonimización. El caso de las perífrasis verbales de gerundio y de participio». In *Estudios Hispánicos XIX*. Acta Universitatis Wratislaviensis. Nº 3416. Wrocław 2011. 3-87.

CORPUS

Rocha, P. & D. Santos 2000 «CETEMPúblico: Um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa» in Maria das Graças Volpe Nunes (ed.), V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada (PROPOR 2000) (São Paulo, Brasil, 19-22 de Novembro de 2000), São Paulo: ICMC/USP, pp. 131-140. Disponível em: www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/